

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

AMANDA CAROLINE DE OLIVEIRA

**“A INDÚSTRIA QUER E SONHA COM UM PAÍS DIFERENTE”: ESTRATÉGIAS
POLÍTICAS DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA NOVA REPÚBLICA (1985-2016)**

FLORIANÓPOLIS

2024

AMANDA CAROLINE DE OLIVEIRA

**“A INDÚSTRIA QUER E SONHA COM UM PAÍS DIFERENTE”: ESTRATÉGIAS
POLÍTICAS DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA NOVA REPÚBLICA (1985-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente. Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

FLORIANÓPOLIS

2024

Oliveira, Amanda Caroline de
“A INDÚSTRIA QUER E SONHA COM UM PAÍS DIFERENTE”:
ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA NOVA
REPÚBLICA (1985-2016) / Amanda Caroline de Oliveira. -- 2024.
190 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn.

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

1. Confederação Nacional da Indústria; . 2. programa político;. 3. burguesia industrial;. 4. representações; . 5. Nova República.. I. Lindolfo Lohn., Reinaldo . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

AMANDA CAROLINE DE OLIVEIRA

**“A INDÚSTRIA QUER E SONHA COM UM PAÍS DIFERENTE”: ESTRATÉGIAS
POLÍTICAS DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA NOVA REPÚBLICA (1985-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente. Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Mariana Joffily
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 26 de julho de 2024

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos trabalhadores, comunistas, movimentos sociais, coletivos e partidos políticos que ousam sonhar futuros diferentes do que impõe o capital. Este trabalho nasceu de uma angústia para compreender quem decide nossa vida quando somos alijados de escolhas. Refere-se à tremenda frustração e desespero nascidos com a aprovação das reformas trabalhistas em 2017, previdenciária em 2019 e o teto de gastos (EC 95/2016). Nascer trabalhador no Brasil é viver sob a certeza da exigência de trabalhar, da adolescência à velhice, sem possibilidade de parar. Porém, se o trabalho como meio de vida não é nosso desejo, se aposentar-se aos 65 não é o que esperamos, se morrer na fila do hospital público não é o que optamos, se a escola precária não nos agrada, então quem escolheu a incerteza e a pobreza em nosso lugar? Esta dissertação busca encontrar o fio que possibilite dizer quem são os responsáveis por horizontes de expectativas tão duros e estreitos.

Porém, conhecimento não se constroi sozinho. A produção deste texto só foi possível com o suporte financeiro propiciado pela CAPES, através das bolsas de pesquisa recebidas durante um ano de estudos. Que um dia todo pesquisador possa dedicar-se integralmente à investigação sem preocupar-se com o preço do almoço e do aluguel.

Também agradeço a contribuição dos professores do Programa de Pós-Graduação em História pelas avaliações, referências e debates propiciados. Aos colegas de curso e do LEC - Laboratório de Estudos da Contemporaneidade. Neste contexto, especialmente ao meu orientador, professor Reinaldo Lohn, que com suas provocações, conversas e paciência possibilitaram que essa pesquisa se concretizasse.

Não poderia deixar de mencionar a rede de apoio de amigos e companheiros que ouviram as muitas reclamações, angústias e piadas durante este processo. Gostaria de citar: Amália Leites, Chaiane Guterres, Daltro Souza, Fábio Ferraz, Giulia Gisler, João Cichaczewski, Julia Oliveira, Kleire Anny Pires, Laura Ott, Lizete Lessa, Luciana Mendes, Marileia Maria da Silva, Nicolas Fernandes, Renato Longar, Sofia Vendramini, e tantos outros que não caberiam em páginas para enumerá-los. Aos companheiros do Assentamento Comuna Amarildo de Souza por cederem espaço para que eu pudesse escrever parte desta dissertação dentro de seu território, que a reforma agrária um dia de fato exista!

Por fim, agradeço à minha família, especialmente às Anas: dona Ana Maria, minha mãe, e Ana Paula, minha irmã, por ensinarem que somente a escola poderia me possibilitar outra vida, mais distante da pobreza. Com elas, passei a amar a escola pública e a defendê-la, por ser ela também que me permitiu chegar até aqui. Viva a escola pública!

O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a guerra dos sete anos.
Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?

Tantas histórias.
Tantas questões.

Bertolt Brecht (2012, p.166)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo caracterizar as estratégias políticas elaboradas pelos setores da burguesia industrial organizados no âmbito da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Procura-se demonstrar que a ação política de grandes industriais brasileiros mobilizou representações sobre a sociedade brasileira e seus conflitos, considerando a singularidade do período histórico entre 1985 e 2016, quando o país construiu formalmente estruturas institucionais democráticas. O programa político e econômico arregimentado pela CNI é revelador de horizontes de expectativas que tanto organizaram a classe quanto significaram agenciamentos no sentido de influir sobre os debates nacionais em curso, impondo estratégias hegemônicas. O período escolhido inicia-se com o que se convencionou nomear como Nova República, referindo-se ao final da transição entre a ditadura militar (1964-1985) e a constituição de um novo pacto político entre as forças que disputam o Estado. O recorte histórico encerra-se com o golpe/impeachment sofrido por Dilma Rousseff em 2016. No interior de tais marcos cronológicos é possível observar as movimentações dos industriais ao longo dos governos civis, bem como a reconfiguração de suas estratégias para a constituição do que chamam de ‘indústria de classe mundial’. Dessa maneira, o trabalho divide-se em quatro capítulos organizados de forma diacrônica, em que as estratégias políticas industriais são descritas em sua relação com o Estado, abrangendo as gestões de José Sarney a Dilma Rousseff e demonstrando os momentos de adesão, acomodação ou resistência a esses governos. No último capítulo, dialoga-se com Florestan Fernandes para debater sua caracterização de autocracia burguesa e, também, conclui-se a reflexão acerca da constituição de uma utopia industrial para o Brasil. A discussão está amparada em uma investigação histórica que coletou e analisou documentos elaborados pela entidade patronal, os chamados Mapas Estratégicos da Indústria e relatórios do Seminário Custo Brasil, e também as cartas políticas, declarações e entrevistas registradas em dois periódicos de grande circulação ao longo do período referido: Jornal do Brasil e O Estado de S. Paulo. Tanto o processo de investigação quanto a interpretação construída inserem-se no campo da História do Tempo Presente, o que possibilita evidenciar as camadas temporais, especialmente as conexões entre passado, presente e projeções de futuro, de modo a compreender as reverberações das ações dos industriais nos conflitos sociais no Brasil

Palavras-chave: Confederação Nacional da Indústria; burguesia industrial; programa político; representações; Nova República.

ABSTRACT

The present dissertation aims to characterize the political strategies developed by sectors of the industrial bourgeoisie organized within the National Confederation of Industry (CNI). It seeks to demonstrate that the political action of Brazilian major industrialists mobilized representations of Brazilian society and its conflicts, considering the uniqueness of the historical period between 1985 and 2016, when the country formally established democratic institutional structures. The political and economic program orchestrated by CNI reveals horizons of expectations that both organized the class and represented efforts to influence ongoing national debates, imposing hegemonic strategies. The chosen period begins with what has conventionally been termed the New Republic, referring to the conclusion of the transition from military dictatorship (1964-1985) and the formation of a new political pact among the competing forces within the State. The historical scope concludes with the coup/impeachment suffered by Dilma Rousseff in 2016. Within these chronological markers, it is possible to observe the movements of industrialists throughout civilian administrations, as well as the reconfiguration of their strategies towards the establishment of what they call a 'world-class industry'. Thus, the work is divided into four chapters organized diachronically, where industrial political strategies are described in relation to the State, covering the administrations from José Sarney to Dilma Rousseff and demonstrating moments of adherence, accommodation, or resistance to these governments. In the final chapter, a dialogue with Florestan Fernandes is undertaken to discuss his characterization of bourgeois autocracy, and the reflection on the establishment of an industrial utopia for Brazil is concluded. The discussion is supported by a historical investigation that collected and analyzed documents prepared by the employer entity, such as the so-called Strategic Industry Maps and reports from the Brazil Cost Seminar, as well as political letters, statements, and interviews recorded in two widely circulated newspapers during the mentioned period: *Jornal do Brasil* and *O Estado de S. Paulo*. Both the research process and the constructed interpretation are situated within the field of History of the Present Time, allowing for the highlighting of temporal layers, particularly the connections between past, present, and future projections, in order to understand the reverberations of industrial actions in social conflicts in Brazil.

Keywords: National Confederation of Industry; industrial bourgeoisie; political program; representations; New Republic.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ABB | Asea Brown Boveri |
| Abef | Associação Brasileira de Exportadores de Frango |
| AFP | Administradoras de Fondos de Pensiones. |
| ANATEL | Agência Nacional de Telecomunicações |
| ANEEL | Agência Nacional de Energia Elétrica |
| ANTT | Agência Nacional de Transportes Terrestres |
| Arena | Aliança Renovadora Nacional |
| Banespa | Banco do Estado de São Paulo |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BM | Banco Mundial |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| BRF | Brasil Foods |
| Cacex | Carteira de Comércio Exterior |
| CBP | Companhia Brasileira de Poliuretano |
| CDE | Conselho de Desenvolvimento Econômico |
| CDI | Conselho de Desenvolvimento Industrial |
| CEB | Célula Eclesial de Base. |
| CEBRAP | Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. |
| CEFET | Centros Federais de Educação Tecnológica |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe |
| CHESF | Companhia Hidroelétrica do São Francisco |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| CIP | Conselho Interministerial de Preços |
| CMSI | Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação |
| CNA | Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária |
| CNC | Confederação Nacional do Comércio |
| CNEC | Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria |
| COFINS | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social |
| Concex | Conselho de Comércio Exterior |
| Copene | Petroquisa na Petroquímica do Nordeste S.A. |
| Coteminas | Companhia de Tecidos Norte de Minas |
| CPA | Comissão de Política Aduaneira |

| | |
|-------------|--|
| CPC | Companhia Petroquímica de Camaçari |
| CPMI | Comissão Parlamentar Mista de Inquérito |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CQR | Companhia Química do Recôncavo |
| CSLL | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido |
| CSN | Companhia Siderúrgica Nacional |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| DEM | Democratas |
| DOPS | Departamento de Ordem Política e Social |
| DRU | Desvinculação das Receitas da União |
| Eletrobras | Centrais Elétricas Brasileiras S.A |
| Eletronorte | Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A |
| Escelsa | Companhia Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. |
| FAPESP | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo |
| FAT | Fundo de Amparo ao Trabalhador |
| Febraban | Federação dos Bancos |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FIEMG | Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais |
| FIESP | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |
| FIRJAN | Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FSE | Fundo Social de Emergência |
| Funai | Fundação Nacional do Índio |
| IAS | Instituto Ayrton Senna |
| Ibama | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| IEL | Instituto Euvaldo Lodi |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INSS | Instituto Nacional do Seguro Social |
| IOF | Imposto Sobre Operações Financeiras |
| IPC | Índices de Preços ao Consumidor. |
| Ipea | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| IPI | Impostos sobre Produtos Industrializados |
| IPMF | Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras |

| | |
|--------|---|
| ISS | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza |
| JRI | Juventude Revolução Independente |
| LDB | Lei de Diretrizes de Bases Nacionais da Educação |
| LER | Lesão por Esforço Repetitivo |
| LGBT | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transexuais. |
| LOA | Lei Orçamentária Anual no Congresso Nacional |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MBL | Movimento Brasil Livre |
| MP | Medida Provisórias |
| MPL | Movimento Passe Livre |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PAI | Plano de Ação Imediata |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PBA-CI | Plano Básico Ambiental do Componente Indígena |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PCO | Partido da Causa Operária |
| PDS | Partido Democrático Social |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PIB | PIB - Produto Interno Bruto |
| PIS | Programa de Integração Social |
| PL | Partido Liberal |
| PLR | Participação nos Lucros e Resultados |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PMN | Partido da Mobilização Nacional |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| Polop | Organização Revolucionária Marxista – Política Operária |
| PP | Partido Progressista |
| PPP | Parcerias Público Privadas |
| PPR | Partido Progressista Reformador |
| PPS | Partido Popular Socialista |
| PRN | Partido da Reconstrução Nacional. |

| | |
|--------|--|
| PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| PSC | Partido Social Cristão |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSL | Partido Social Liberal |
| PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PV | Partido Verde |
| RFFSA | Rede Ferroviária Federal S.A. |
| Rotam | Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas |
| SABER | System Assessment and Benchmarking for Education Results |
| Sebrae | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SESI | Serviço Social da Indústria |
| SRB | Sociedade Rural Brasileira |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UB | União Brasileira de Empresários |
| UBES | União Brasileira de Estudantes Secundaristas |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UDR | União Democrática Ruralista |
| UJS | União da Juventude Socialista |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| URV | Unidade Real de Valor |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 - INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 2 - ESTABILIZAÇÃO E SEUS PLANOS ECONÔMICOS: A NOVA REPÚBLICA EM DISPUTA (1985-1989)..... | 35 |
| 2.1 - PLANO CRUZADO, OS INDUSTRIAIS E A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO..... | 35 |
| 2.2. CONSTITUINTE E AÇÃO POLÍTICA INDUSTRIAL: O FUTURO EM DISPUTA... 41 | |
| 2.2.1 A Constituinte e a Questão Agrária..... | 47 |
| 2.2.2 - Um ornitorrinco: a Carta Constitucional..... | 50 |
| 3 - OS ANOS 1990: UMA DÉCADA DE NOVIDADES..... | 55 |
| 3.1 PLANO REAL: O PAI FHC E O PADRINHO ITAMAR..... | 62 |
| 3.2 - LADO A LADO COM MARGARET THATCHER: O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO..... | 68 |
| 3.3 OS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 1990..... | 72 |
| 3.4 A PRIMEIRA SÍNTESE: A TRAJETÓRIA DA CNI NA DÉCADA DE 1990..... | 75 |
| 4 - OS INDUSTRIAIS SE APROXIMAM DO PROJETO DEMOCRÁTICO-POPULAR..... | 82 |
| 4.1 - “JOGAR PARA VENCER”: O PROGRAMA INDUSTRIAL OTIMISTA..... | 94 |
| 4.2 - A INDÚSTRIA, O TRABALHADOR E A EDUCAÇÃO DE CLASSE MUNDIAL.... | 98 |
| 4.3 - AS INTERPRETAÇÕES INDUSTRIAIS SOBRE O ESTADO: CAMADAS DE TEMPO..... | 112 |
| 4.4 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 1 E 2..... | 121 |
| 5 - CONSTRUINDO UMA UTOPIA: O CUSTO BRASIL E O INDUSTRIALISMO DEPENDENTE..... | 134 |
| 5.1 - UMA BURGUESIA AUTOCRÁTICA NA NOVA REPÚBLICA?..... | 139 |
| 5.2 - A CRISE DO PACTO DA NOVA REPÚBLICA E A POSIÇÃO DOS INDUSTRIAIS..... | 143 |
| 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 173 |
| REFERÊNCIAS..... | 179 |

1 - INTRODUÇÃO

No dia 25 de maio de 1995 reuniram-se no Edifício Roberto Simonsen, sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, empresários e parlamentares para participar do *Seminário Custo-Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional*. Eram cerca de 150 homens sisudos, dentre eles 50 legisladores, vestidos de ternos escuros, gravatas sóbrias e com os cabelos penteados para trás, como era moda na época.¹

A data comemorava o Dia da Indústria e não era uma escolha acidental. O dia 25 de maio não era feriado nacional, muito menos uma proposta estatal, ela era parte de uma disputa do tempo e da memória coletiva pela CNI². Tratava-se de uma referência ao falecimento em 1948 do industrial e presidente da confederação entre 1936 e 1937, Roberto Simonsen.³ Parece que o desenvolvimentista Simonsen figura para os industriais, assim como Getúlio Vargas para o trabalhismo no tempo presente, como um símbolo, mas não mais do que isso⁴.

O evento de 1995 compunha-se de dois momentos: o primeiro, a participação de uma exposição plástica representando os entraves para o desenvolvimento do país; e o segundo, a apresentação de palestras sobre os custos da produção industrial. Durante a realização das mesas-redondas tornou-se notável a presença de três tipos de personagens: os membros da Confederação Nacional da Indústria, os donos de empresas de grande monta e deputados federais. Entre eles, Mário Amato, presidente da CNI; Luiz Fernando Furlan, representante da Sadia SA; Sérgio Habermfeld, da empresa transnacional Toga - Embalagens; além de Silvano Valentino (Fiat Automóveis), José Augusto Marques (ABB SA e Sebrae), Delfim Netto (Deputado PPR/SP), Antonio Kandir (Deputado PSDB/SP), Alberto Goldman (Deputado

¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1995. p.14.

² Contraditoriamente, durante a década de 1950, a data de 18 de fevereiro era reivindicada pela Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo como Dia da Indústria, também referência a Roberto Simonsen, seu nascimento. Naquele contexto, em 15 de fevereiro de 1953, o governador de São Paulo a estabeleceu como data comemorativa. Fonte: O Estado de S. Paulo. São Paulo, 15 de fevereiro de 1953. p.11.

³ Roberto Simonsen é reivindicado pela CNI como uma figura simbólica. Era carioca, mas suas empresas localizavam-se em São Paulo, especialmente a Companhia Frigorífica e Pastoral de Barretos e a Companhia Construtora de Santos. Sua principal intervenção foi a diretoria da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a presidência da CIB - Centro Industrial do Brasil, que tornou-se a partir de 1938 em CNI. Também foi membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, foi deputado constituinte em 1934, deputado federal de 1935 a 1937, e senador entre 1947-1948. Faleceu na sede da Academia Brasileira de Letras durante atividade diplomática com o primeiro-ministro belga (DIAS, 2022).

⁴ Roberto Simonsen elaborou teoricamente e defendeu medidas com base em um projeto desenvolvimentista que pretensamente estimulariam a industrialização do país. No período do recorte histórico deste trabalho, a Confederação Nacional da Indústria abandonou paulatinamente esse projeto político, especialmente após a transição política ocorrida ao final da ditadura militar, momento que coincidiu com a crise do nacional-desenvolvimentismo. Por isso, cabe afirmar o aspecto puramente simbólico quando a CNI maneja a memória de Simonsen como seu fundador, pois seu projeto foi abandonado por seus membros.

PMDB/SP), José Carlos Aleluia (Deputado PFL/BA) e José Genoíno (Deputado PT/SP)⁵.

O seminário tinha como objetivo planejar o futuro do país, principalmente naquele momento de consolidação da Constituição Federal de 1988, que para os industriais merecia uma atenção profunda: apontavam que precisava ser reformada, haja vista que ainda representava um antigo projeto, o desenvolvimentismo⁶. Das discussões resultou uma síntese, o relatório “Seminário Custo-Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional”. Nas palavras de Mário Amato, presidente da confederação naquele momento, o documento seria um resumo do que “o empresário industrial pensa e deseja para o Brasil de hoje: definida uma agenda de prioridades, lutar para que ela seja concretizada e o País volte a crescer, em benefício de toda a sociedade” (CNI, 1995, p.5). De forma significativa, buscavam não apenas debater uma agenda para as reformas constitucionais, mas também se esperava que o texto viesse a ser “referência histórica de momento tão significativo vivido pelo país” (CNI, 1995, p.5).

Sob esta expectativa, para o seminário publicou-se a Cartilha Custo Brasil divulgado por diversas empresas, por exemplo, a companhia TAM Linhas Aéreas circulou mil exemplares e a sua concorrente TransBrasil reproduziu o vídeo “Custo Brasil: Obstáculos ao Crescimento” em seus voos no ano de 1995 (CNI, 1995). O Custo Brasil compôs a palavra de ordem dos industriais brasileiros, a modernização passaria pela superação de um passado que se fazia presente e estava sintetizado naquela retórica. Assim, por meio dela, falou-se de educação, meio ambiente, proteção social, relações trabalhistas, tributação, exportações, entre outros. Para cada um dos temas foram elencados problemas a serem solucionados e, logo em seguida, a proposta sugerida por esta fração da burguesia.⁷ O documento foi utilizado como forma de pressão sobre o legislativo, esse poder da república tornou-se o alvo prioritário da ação empresarial, por exemplo, isso se evidencia no convite a parlamentares e não a membros do executivo para o evento. Essa prática repetiu-se outras cinco vezes entre 1995 e 2018, conformando-se como uma estratégia política.

O Seminário Custo Brasil foi o primeiro evento de uma ação sistemática para

⁵ As siglas correspondem às organizações ou partidos: Asea Brown Boveri (ABB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Partido Progressista Reformador (PPR), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido dos Trabalhadores (PT).

⁶ Marcos Nobre (2013) salienta que no momento da produção da carta magna de 1988 ela foi vista como a cristalização do desenvolvimentismo, no entanto, a partir das modificações e re-interpretações a partir do século XXI, ela passou a ser tida como algo novo, diferente do passado nacional-desenvolvimentista.

⁷ Nesta dissertação utiliza-se a categoria burguesia quando se refere à relação social de produção hegemônica na sociedade capitalista. Essa concepção está ancorada nas formulações marxistas que identificam o trabalho assalariado como produtor da riqueza social, portanto, envolvendo a troca de mercadorias entre trabalhadores e patrões ou burgueses. No entanto, também se faz uso da categoria empresarial, utilizada quando se trata da forma como eles próprios se descrevem ou sua ação política na sociedade civil.

pressionar e controlar a pauta de interesses e debates do Congresso Nacional. No ano de 1997, também no Dia da Indústria (25/05/1997), a Confederação repetiu a atividade, mas desta vez com a cerimônia de entrega da Agenda Legislativa da Indústria. Para tanto, foram convidados também membros do legislativo, no caso, os presidentes da câmara e do senado: Deputado Michel Temer (PMDB) e Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL) (CNI, 1997). Os temas em debate eram os mesmos do primeiro evento. A partir de então, anualmente a CNI lança as agendas legislativas apresentando aquilo que concorda ou discorda em termos de produção dos parlamentares.

Este trabalho, em seus objetivos, constitui-se em uma tentativa de caracterizar e discutir os horizontes de expectativas construídos pela burguesia industrial brasileira no período posterior à transição política ocorrida ao final da ditadura, quando da chamada democratização do país, entre 1985 e 2016. Para isso, é essencial identificar os significados do projeto de nação e as representações do Brasil delineados nos documentos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), tendo como orientação uma análise que pode ser expressa metaforicamente na seguinte equação: “Representação do Brasil + Projeto Político = Horizonte de Expectativa”. Além disso, os resultados da investigação apontam para os meios que a entidade mobilizou para aplicar esses ideais ao país, ou seja, como a indústria se organizou para materializar seus desejos. Neste ponto, o uso de fontes complementares como os jornais foi fundamental para as resoluções das questões exploradas neste trabalho.

Em termos metodológicos, a análise do projeto da CNI conduziu à sua classificação a partir das seguintes dimensões: quanto às leis trabalhistas; à educação; à assistência social; às relações políticas e à democracia; à infraestrutura de transporte, energia e comunicação; e à política industrial. É possível evidenciar ainda as mudanças e permanências do projeto industrial no período e as mobilizações do tempo em cada um dos documentos analisados por meio das categorias de passado presente e futuro do passado. Assim, descreve-se as representações construídas sobre o Brasil em suas visões otimistas ou pessimistas, conforme proposta elaborada por Carlos Fico (1997).

A escolha desse sujeito coletivo está ancorada na forma de intervenção no debate público efetuada pela corporação empresarial a partir da década de 1990. Desde o lançamento do Seminário Custo Brasil em 1995, a retórica do Custo Brasil passou a nortear uma racionalidade política neoliberal repercutindo também sobre a grande imprensa⁸. Do mesmo

⁸ Uma pequena dimensão da difusão desse discurso: entre 1990 a 2022 o jornal *O Estado de S. Paulo* (Estadão) empregou a expressão Custo Brasil 3077 vezes (<https://acervo.estadao.com.br/>), já a *Folha de São Paulo* fez 903 usos (<https://acervo.folha.com.br/>), *O Globo* foram 2768 vezes (<https://acervo.oglobo.globo.com/>).

modo, no século XXI a entidade ganhou protagonismo nas disputas junto ao executivo federal, pleiteando ministérios, além de incentivos para o setor, o que envolveu a generalização de sua forma de pensar e intervir, ao pressionar diferentes governos da chamada Nova República. Dessa maneira, o problema que norteou a investigação pode ser assim descrito: quais são os significados do programa da CNI para o Brasil? Suas representações sobre a modernização mantiveram-se intactas na transição dos governos neoliberais de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso para o chamado projeto democrático-popular de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff?

A periodização extensa foi definida a partir de dois aspectos: primeiro, a tentativa de observar as camadas temporais que possibilitassem identificar as transformações ou não da retórica industrial sobre o país. E de outro modo, perceber se o Seminário Custo Brasil foi apenas um evento ou se tornou uma utopia dentre a burguesia industrial organizada pela CNI. Assim, um recorte histórico mais abrangente é necessário para realizar as análises comparativas pretendidas.

A CNI consiste em uma entidade sindical de livre adesão pelo empresariado do setor industrial. Seu nascimento ocorreu em 1938 durante o Estado Novo mediada pela ideologia de colaboração de classes descrita como corporativista (Cardoso, 2011). Ao longo do tempo esse aspecto desapareceu, mas ela manteve o caráter de articuladora dos projetos que contemplam o grupo social que representa. A confederação se respalda como a principal organização voluntária e formuladora dos industriais na contemporaneidade, vide sua estrutura hierárquica, o chamado Sistema S - Sistema Indústria.

O Sistema Indústria é composto por dois segmentos, o primeiro responsável pela representação sindical: a confederação com foro em Brasília, as federações localizadas nos 27 estados brasileiros e Distrito Federal, os Sindicatos Patronais locais, as empresas filiadas a estes últimos. Em 2020, segundo informações da entidade, “as 27 federações de indústrias reúnem mais de 1.250 sindicatos e 700 mil empresas industriais” (CNI, 2020a). O segundo segmento é constituído por órgãos de formação educacional: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) (CNI, 2017a).

Durante os anos eleitorais para o Executivo federal, a Confederação promove a divulgação de seu programa em presença dos candidatos/as à presidência. Desde 2005, os documentos utilizados para exercer pressão são os *Mapas Estratégicos da Indústria*, evidente desdobramento daquele Seminário Custo Brasil. Todos os documentos apresentados ao Estado seguem a mesma metodologia, primeiramente há a identificação dos aspectos que atrasam o

desenvolvimento do país. Em seguida, as correções de rotas necessárias para que o Brasil assumira espaço entre os países de capitalismo central.

Assim como o futuro é manejado por diferentes grupos sociais, o passado também o é. Em meados do século XX, percebeu-se uma transformação no papel da mídia de massa, a grande imprensa tornou-se a principal construtora dos acontecimentos, dotando de sentido aquilo que antes era papel do historiador (Nora, 1979). A partir de então, passou a ser urgente ao campo historiográfico debater sobre os usos políticos do passado. No continente europeu esse processo esteve vinculado à virada linguística, a enxurrada memorialista das vítimas do holocausto e dos projetos nacionais comemorativos (Delacroix, 2018). Na América Latina, de forma diversa, relacionou-se ao fim das ditaduras e à emergência da história oral, deslocando o sujeito como personagem principal da trama histórica em substituição às estruturas (Ferreira, Marieta, 2018). Ainda que os usos do passado sejam temas em voga, Henry Rousso evidencia que essa prática foi recorrente em diferentes períodos da história da humanidade (Rousso, 2016, p.71) Partindo dessas exposições, para complexificação do conhecimento histórico evidenciou-se a importância de caracterizar como diferentes grupos mobilizam o passado e os sentidos dados a ele. Tal análise contribui para identificar como determinadas narrativas hegemonizaram o espaço público (Pinto, Celi, 2006).

Aqui, interessa ver como os industriais projetam um futuro que por sua vez é produto de um passado ora negado, ora afirmado em sua retórica. Estudá-los teve como aspecto motivador o fato de serem sujeitos que se envolvem com a política nacional. Por exemplo, participaram ativamente da constituinte, comentaram os planos de estabilização dos diversos governos do pós-transição ditatorial, compuseram o Estado ao longo da Nova República e foram pivôs no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, com papel central da FIESP ao pressionar o parlamento.

Além disso, o setor se consolidou no Brasil ao longo do século XX, mesmo perdendo espaço na contemporaneidade para o agronegócio e os serviços, a indústria ainda apresenta musculatura: emprega cerca de 7,7 milhões de pessoas, principalmente na indústria de transformação, aquela responsável pelo beneficiamento dos produtos primários; têm receita de venda de mercadorias em torno dos R\$ 3,4 trilhões de reais; se concentra em grandes centros urbanos das regiões sudeste e sul (77,3% dos estabelecimentos estão nestas regiões); e as grandes empresas compõem 67,8% do ramo (IBGE, 2018). Portanto, não devem ser ignorados historicamente como sujeitos coletivos que disputam a política.

De modo geral, os industriais não foram ignorados: ao longo do século XX diversos estudos, acadêmicos e políticos, observaram a industrialização e o processo de

estabelecimento do capitalismo no Brasil. Nelson Werneck Sodré (1911-1999) abordou a temática em *Formação Histórica do Brasil* (1962). No texto, ele infere a trajetória de modos de produção no Brasil, partindo do pressuposto de que teria ocorrido um desenvolvimento desigual e não uniforme devido à tentativa de transplantação de relações de outros continentes, como no caso do escravismo e do feudalismo (Sodré, 1990).

Sodré entendia que o escravismo havia sido substituído por ‘relações feudais à brasileira’ no século XVIII, após o declínio da produção mineira e por meio da subjugação indígena. Essas relações se mostrariam existentes ainda no século XX no interior do país, onde os latifundiários (senhores de terras) mantinham a exploração de sertanejos, lavradores e indígenas. Em suas palavras, “há vários Brasis e não dois apenas, como na tese conhecida” (Sodré, 1990, p.28). Em sua análise, a industrialização compôs uma das fases de estabelecimento das relações capitalistas, especialmente nos centros urbanos, que por sua vez, realizou-se de forma tardia devido a uma burguesia débil, resultando em um capitalismo dependente de origem colonial.

A produção de Caio Prado Jr também está entre os estudos clássicos sobre o processo de constituição político-econômica do Brasil. Para o autor, a chave da questão reside no sistema colonial, pois a monarquia portuguesa estabeleceu um tipo de estrutura social que, mesmo após a transição para o império e, posteriormente, para a república, não alterou a condição de país agrário exportador. Os impedimentos à criação de uma indústria ainda no século XVIII pela metrópole teriam dado o 'sentido da colonização', tornando a experiência industrial efêmera e de pouca capilaridade, quando no centro do capitalismo a técnica ampliava em grande escala a produção mercantil, aspecto que teria gerado “aquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados” (Prado Jr, 1961, p.9).

Vale destacar que, para Caio Prado Jr., o Brasil e os países coloniais tiveram um papel preponderante na constituição do capitalismo mundial. Teria sido graças à exportação de produtos primários e à escravidão que a produção fabril na Europa ocorreu. “O Brasil desde sempre participava do desenvolvimento do capitalismo. Importava menos a Caio Prado Jr. a particularidade das relações sociais de produção instaladas no Brasil, pois o crucial era mesmo a universalidade do vínculo colonial” (Del Roio, 2016, p.12).

Também na lógica de pensar a presença do passado colonial, Florestan Fernandes dissertou sobre o assunto em uma de suas principais obras, *Revolução Burguesa no Brasil* (2006). Fernandes entende que em solo brasileiro não ocorreu uma revolução burguesa, tal como compreendida em suas características clássicas descritas em processos históricos europeus. Tal ausência teria razão na inexistência de uma ruptura entre as classes sociais que

tivesse uma dimensão capaz de opor a oligarquia colonial e a burguesia industrial. Dessa forma, divergindo de Sodré (1990), que identifica tal ruptura na tomada do poder por Getúlio Vargas em 1930 e sua consolidação com o Estado Novo (1937-1945)⁹, Florestan afirma que a industrialização estimulada a partir daquele contexto favoreceu o exercício do poder burguês e a emergência da modernidade, porém, isso ocorreu por meio de um acordo pelo alto entre as classes dominantes, ou seja, sem ruptura ou revolução.

Essa situação explicaria a ausência de uma conduta ativa e modernizante própria das classes dominantes, passando a demandar que o Estado capitalista assumisse maiores atribuições no que diz respeito à industrialização em comparação com os países centrais. Desse modo, conformou-se uma burguesia que se beneficiava de sua condição dependente no mercado internacional e que se equilibrava para manter as relações de dominação social e política de forma autocrática. Sob essa ótica, a burguesia buscou impedir que “as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, ‘dentro da ordem’. Essa reação não foi imediata; ela teve larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral à manipulação dos movimentos políticos populares” (Fernandes, 2006, p.244). Florestan foi categórico ao afirmar que isso implicou em contrapor-se aos ideais burgueses do liberalismo e do republicanismo: tal contradição seria necessária acomodar uma industrialização que não redundasse em riscos políticos, ou seja, em quaisquer rupturas sociais (Fernandes, 2006).

Em meados da década de 1970 uma nova geração de pesquisadores se debruçou sobre a burguesia industrial, em geral com um perfil mais empírico do que ensaístico. Destacou-se nesse contexto o trabalho do historiador uruguaio René Armand Dreifuss sobre o papel das frações burguesas no golpe de 1964 e, posteriormente, sua intervenção durante a redemocratização. A partir da análise da imprensa e de documentos institucionais, Dreifuss identificou como o empresariado se mobilizou em torno do Estado para garantir seus interesses. Além disso, constatou um padrão de comportamento dos industriais e das classes dominantes rurais, uma ação política que entende o público como algo privado, resultando em um Estado que não deve ser compartilhado com as classes subalternas. Em seus termos, o empresariado brasileiro age de forma personalista, oligárquica, caudilhesca, patrimonial e clientelista, aspectos que são resquícios do pacto entre as classes dominantes urbanas e rurais

⁹ Nas palavras de Sodré “O Estado Novo, a rigor, foi um episódio de revolução burguesa no Brasil, na sequência do movimento de 1930 e das reformas que uma nova ordem política impunha. Ora, aqui, não há fatos relevantes a marcar um momento em que as relações passam a capitalistas. Não há nenhum Cromwell, não se impôs ao povo brasileiro nenhuma Magna Carta, não há nenhuma queda da Bastilha e não tivemos nem Marat nem Napoleão. O processo brasileiro difere inteiramente do modelo do Ocidente europeu, que é o modelo clássico” (1990, p.30).

durante o golpe da República de 1889 e que manteve certas estruturas elitistas (Dreifuss, 1989).

No campo da Ciência Política, o comportamento dos industriais também esteve em foco. Avolumaram-se os estudos quantitativos sobre os *lobbies* empresariais na Câmara dos Deputados e Senado, como são exemplos as pesquisas de Costa, Borck (2019); Santos et al (2015) e Gonçalves (2018).

Além desses estudos, o comportamento político da burguesia industrial foi analisado na perspectiva de identificar padrões em sua ação na Nova República. Nesse conjunto, o associativismo empresarial se tornou tema de Eli Diniz e Renato Boschi (1979) em um momento de emergência de organizações ‘extra-corporativas’, paralelas à CNI, e aparentemente mais dinâmicas. Porém, a partir de um estudo quantitativo, os pesquisadores perceberam que os empresários organizados tendem a ser aqueles que concentram mais capital, o que significa que há um padrão piramidal na composição das entidades. Assim, mesmo que o modelo corporativista em essência tenha desaparecido, a procura por vincular-se à tecnocracia como uma forma de disputa de seus interesses permaneceu intacta. O que de fato teria mudado na década de 1980 seria a eleição de industriais para o parlamento, especialmente a partir da necessidade de compor e influir nas decisões da Assembleia Constituinte (1987-1988).

Do mesmo modo, as transições que marcaram a década de 1980 contribuíram para a consolidação de um ideário neoliberal entre a burguesia latino-americana. Para Eli Diniz (1991), o continente vivenciou um processo comum de questionamento do desenvolvimentismo como projeto de futuro, o que pôs em xeque a chamada industrialização por substituição de importações (programa da CEPAL¹⁰) e o papel do Estado. Nesse contexto, a burguesia teve um papel preponderante na divulgação desse ideário. Contudo, levando em consideração aspectos internos e externos, o neoliberalismo não foi aplicado de forma pura no continente, pois os empresários continuaram esperando suporte estatal.

Diniz (1991) explica que isso é resultado de três fatores: a reconfiguração do mercado mundial, quando a competição em alto nível evidenciou que os produtos brasileiros tinham dificuldade de corresponderem aos padrões internacionais; a crise econômica e o processo de desindustrialização; e a reiterada trajetória histórica de empresários que se habituaram a recorrer diretamente ao executivo, dispensando a existência dos partidos políticos como nos modelos clássicos republicanos. Ao fim e ao cabo, para a pesquisadora, a

¹⁰ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão criado em 1948 pela ONU - Organização das Nações Unidas.

burguesia industrial não se configurou como uma liderança política e não apresentava um projeto amplo de desenvolvimento (Diniz, 1991).

Outros pesquisadores também desejaram interpretar a contradição do pensamento burguês quanto ao neoliberalismo. Armando Boito Jr (2007) propõe que uma análise do empresariado deva articular as disputas entre frações da burguesia em relação à classe trabalhadora e ao Estado. Para o autor, o Estado capitalista é expressão da classe social burguesa, no entanto, as diferentes políticas implementadas pelos governos demonstram que conjuntamente há a hegemonia de determinadas frações. Nesta perspectiva, após a ascensão do neoliberalismo no Brasil durante a década de 1990, a burguesia financeira (bancária e especuladora) se constituiu como hegemônica frente às políticas de Estado, em detrimento da média burguesia, da burguesia industrial e das classes subalternas.

Porém, Boito Jr (2007) destaca que uma particularidade se desenvolveu ao longo dos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), possibilitando a ascensão do agronegócio e da burguesia industrial diante da fração financeira. Essa posição foi motivada pelo aumento da exportação de mercadorias agrícolas ou de bens industriais de baixa tecnologia, pela política de consumo via crédito, pelos programas de transferência de renda e pelas relações internacionais com países de capitalismo dependente¹¹. O enriquecimento desses setores se manteve subordinado à fração do capital financeiro, que por sua vez tem no fortalecimento do seu poder junto ao Executivo sua estratégia de ação. Para o autor, o capital financeiro controla os cargos centrais que determinam a política econômica como a presidência do Banco Central e o Ministério da Fazenda. Por outro lado, o Congresso Nacional e os legislativos estaduais representam os interesses da grande burguesia industrial, do agronegócio, das pequenas e médias empresas e demais frações subordinadas.

No escopo das produções das áreas da Educação e Ciências Sociais Aplicadas, destacam-se duas importantes pesquisas para o estudo da CNI: José Rodrigues (1997) e Álvaro Bianchi (2004)¹². A tese doutoral de Rodrigues (1997) apresenta um estudo histórico da confederação: o objetivo é o de analisar as relações entre os projetos pedagógicos da CNI e os padrões de acumulação capitalista. Neste sentido, municiado das categorias Estado, trabalho, industrialização, educação e formação profissional, o autor analisa os documentos

¹¹ Para Boito Jr (2007) a indústria brasileira durante o período neoliberal passou por um processo de especialização regressiva, ou seja, ao contrário de produção de tecnologia de maneira autônoma e autossuficiente, converteu-se em exportadora de commodities e dependente da tecnologia de ponta produzida em outros pólos capitalistas.

¹² Ressalta-se sua relevância devido ao número de citações feitas a elas no âmbito universitário: A tese de José dos Santos Rodrigues foi citada por 210 trabalhos acadêmicos, já a tese de Alvaro Bianchi teve 38 citações, informações verificadas via site Google Acadêmico (Google Scholar).

produzidos pela entidade, resultando em um quadro comparativo do pensamento pedagógico da confederação ao longo do tempo. O trabalho foi um dos primeiros estudos científicos tendo a CNI como objeto e suas contribuições são referências para muitos pesquisadores.

Além dos aspectos mencionados, a pesquisa de Rodrigues (1997) proporciona identificar o espaço que a CNI ocupou na política ao longo de sua consolidação, processo denominado de construção da hegemonia. Em sua interpretação, a hegemonia é exercida quando a entidade busca transformar seu programa em vontade geral, não de forma aleatória, mas por meio de um corpo de documentos que serve como ferramenta de aglutinação e propaganda de sua visão de mundo. O pesquisador conclui que a corporação tenta tornar-se hegemônica, pois é um ‘moderno príncipe’, categoria de Antônio Gramsci que corresponde à forma assumida como um partido político, ou seja, como um organizador de vontades. Para Gramsci (2007), o príncipe é um polo aglutinador que dirige com sua estratégia a população, por isso, conforme Rodrigues, a CNI poderia ser assim caracterizada:

Enfim, a CNI constitui-se hoje no moderno príncipe industrial brasileiro, um complexo organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial, para, com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital em geral e do capital industrial, em particular (Rodrigues, 1997, p. 74)

Por um lado, se o foco do estudo de José Rodrigues (1997) é a caracterização da CNI e de seu projeto educacional, de outro lado, para Álvaro Bianchi (2004) os estudos que se centram na definição de um ‘projeto burguês’ e a afirmação de sua hegemonia falham ao reproduzir a imagem de uma separação dicotômica entre Estado (estado restrito) e sociedade civil. Sendo assim, tendem a ser essencialistas e a criar tipos ideais que são transpostos para as análises políticas. Como alternativa a essas interpretações, o autor observa as relações de força entre os grupos. Nesta perspectiva, os projetos dos partidos (modernos-príncipes) são resultados dos conflitos entre as frações de classes, a própria luta de classes e de sua relação com o Estado. Com este horizonte, o objetivo de Bianchi (2004) foi identificar como se constituiu o projeto político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) durante as décadas de 1980 e 1990, momento de crise político-econômica no país e de crise de hegemonia no interior da instituição¹³.

Bianchi (2004) aponta que ao longo dos anos de 1980 e 1990 a FIESP foi disputada por variadas plataformas que almejaram ‘resolver’ a crise do capital. O fruto dos combates e negociações foi a construção pelo empresariado de uma agenda neoliberal tipicamente

¹³ O trabalho de Bianchi (2004) não tem como objeto a Confederação Nacional da Indústria, mas um de seus braços a FIESP - Federação da Indústria do Estado de São Paulo. Mesmo sendo uma tese que poderíamos localizar como de âmbito regional, as advertências teóricas desenvolvidas pelo autor são úteis. Por isso, manteve-se como parte de estudos relevantes sobre o associativismo empresarial.

brasileira, isto é, não apenas a reprodução da teoria de Friedrich Hayek e Milton Friedman, mas um texto adaptado aos interesses do setor industrial¹⁴. Além disso, reforça a tese de que após os anos de 1970 ocorreram alterações no associativismo empresarial, superando a estrutura corporativa sindical nascida nas décadas de 1930-1940. Em grande parte, isso se deu em decorrência do fim das ditaduras na América Latina e a configuração da chamada sociedade civil, inclusive como imagem ideal, o que multiplicou organizações de tipos ‘flexíveis’ como fundações, institutos, movimentos, *think tanks*.

Nessa mesma linha de estudo, Otávio Spinace (2019) apresenta um importante trabalho de observação da particularidade do capitalismo e da burguesia brasileira¹⁵. Para o autor, as diferentes frações do capital operam e se beneficiam distintamente das políticas do Estado. Para ele, a CNI manteve um movimento político pendular entre 1994 e 2016. Durante a década de 1990, aproximou-se das propostas neoliberais pontuando que eram necessárias para estabilização da moeda e da inflação. Conforme perdeu espaço para os produtos estrangeiros, os industriais se associaram às visões neodesenvolvimentistas que apontavam para uma intervenção forte do Estado para o crescimento econômico e reindustrialização, especialmente durante o período de 2006 a 2012¹⁶. Finalmente, a partir de 2012, há o retorno da CNI ao campo neoliberal.

O apoio da CNI ao discurso neoliberal pós-2012 teria decorrido da crise no interior da frente neodesenvolvimentista provocada por diferentes fatores: regressão tecnológica da indústria; crescimento do salário real dos trabalhadores e política de pleno emprego, pressionada pelo movimento sindical e popular; crítica à política externa baseada nos acordos Sul-Sul e ascensão da extrema direita na América Latina; disputas ideológicas movidas pelo julgamento do mensalão em 2012 e o aparecimento da Operação Lava-Jato em 2014 (Singer *apud* Spinace, 2019). Esses quatro fatores seriam os motivos que levariam a CNI a apoiar o

¹⁴ Friedrich Hayek (Escola Austríaca de Economia) e Milton Friedman (Universidade de Chicago – EUA) foram economistas responsáveis por elaborar o modelo de gestão neoliberal, em meados de século XX, que foi amplamente aplicado pós década de 1970, motivada pela crise econômica mundial iniciada com a crise do petróleo.

¹⁵Os industriais são caracterizados como parte de uma burguesia interna, conforme formulações de Boito Jr, Boschi e Poulantzas. “Seguindo esse conceito, uma burguesia interna se definiria pelas seguintes características: 1) Fraca resistência ao capital estrangeiro; 2) Coexistência com setores da burguesia compradora; 3) Possui relação de dependência com o capital estrangeiro, podendo transferir parte de sua mais-valia para esse capital; 4) Tem sua autonomia política e ideológica reduzida frente ao capital estrangeiro; 5) Possui fundamento e base de acumulação próprios, ao contrário da burguesia compradora” (Boschi *apud* Spinace, 2019, p.49-50).

¹⁶ O neodesenvolvimentismo é uma simbiose das ideias desenvolvimentistas subordinadas à agenda neoliberal. Neste sentido, o caracterizando-se pela intervenção do estado como promotor da industrialização, no entanto, aceitando um crescimento inferior e não autônomo da economia brasileira devido a subserviência ao capital financeiro; atrelado a isso aceitação da especialização regressiva a partir da produção de gêneros de baixa tecnologia ou de processamento de insumos primários (agrícolas, minerais e pecuários); sendo assim, uma produção destinada à exportação e não ao mercado interno (Boito Jr *apud* Spinace, 2019, p.76).

processo político ou golpe parlamentar que depôs Dilma Rousseff em 2016, aquela que até então era sua aliada ‘neodesenvolvimentista’¹⁷.

É no interior desse conjunto diverso de perspectivas que o presente trabalho se insere e se posiciona. Sua singularidade está na perspectiva histórica empreendida, que se destaca pela valorização da investigação empírica, o que levou à constituição de um corpus documental que sustenta o exercício da interpretação. Além disso, considerando a abordagem suscitada pela chamada História do Tempo Presente, prezou-se por um olhar cauteloso para a temporalidade nos projetos industriais de futuro. Mais do que afirmar, em síntese, o conteúdo de seus horizontes de expectativas, preocupou-se por desenrolar a trama das conexões estabelecidas pela CNI, suas formas de atuação, as reverberações de seus atos sobre outros sujeitos, como os trabalhadores, e às transformações de sua retórica sobre o passado e futuro do Brasil.

A exploração dessa temática e o delineamento do objeto explorado encontra relevância científica e social, o que pode ser evidenciado pelos seguintes fatores: 1 - a caracterização dos diferentes horizontes de expectativas formulados para o Brasil após a redemocratização. 2 - a possibilidade de análise do estrato temporal da estrutura econômica, visto que esses horizontes de expectativas são marcados por planejamentos. 3 - a verificação de interesses privados nas disputas das políticas públicas. 4 - a contribuição para interpretação do período posterior a transição de 1985 e as particularidades desse momento da história do país.

Para tanto, a pesquisa historiográfica depende da análise e comparação das fontes levantadas pelo investigador a partir de seu problema. Assim, para identificar as transformações nos horizontes de expectativas construídos pela burguesia industrial brasileira no período entre 1995 e 2016, foram examinados os programas políticos da Confederação Nacional da Indústria. Os documentos foram produzidos com o intuito de disputar as políticas públicas frente ao Estado, bem como uma forma de divulgação da visão dos industriais à população, são eles: o relatório do Seminário Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional (CNI, 1995); Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional (CNI, 1996); Coletânea de Pronunciamentos Agenda Legislativa da Indústria (CNI, 1997); Mapa Estratégico da Indústria 2007 - 2015 (CNI, 2005); Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 (CNI, 2013).

As agendas apresentam uma divisão temática que inclui assuntos como: sistema tributário, legislação trabalhista, infraestrutura (comunicação, energia e logística),

¹⁷ A periodização de Spinace (2019) segue o percurso das aproximações políticas da CNI: 1990 a 2002 neoliberalismo; 2003 a 2014 neodesenvolvimentismo; 2014 - 2019 neoliberalismo.

financiamento do capital, ‘responsabilidade social’, educação, saneamento, seguridade social, meio ambiente e segurança jurídica. A exposição das informações tem uma linha lógica, primeiramente apontando os ‘entraves’ e problemas relacionados ao tema, logo em seguida a solução. A amarração do texto tende a indicar como resultado a modernização e o desenvolvimento do país, algumas vezes apresenta-se a qualidade de vida da população em geral. Desse modo, esses documentos serão, nesta dissertação, ao mesmo tempo fonte e objeto, funcionando como resquício do passado e espaço de análise das representações construídas pelos industriais sobre o país.

Como método de investigação, a partir do problema de pesquisa, foi construída uma tabela com objetivo de categorizar as agendas e cruzá-las. A partir de três abas, cada documento foi cotejado da seguinte maneira: primeiro, foram descritos em sua forma física e estrutura textual; segundo, foi observada a temporalidade dos horizontes de expectativa classificando o texto mediante as categorias: passado do presente, futuro do passado, presente do presente; terceiro, o texto foi separado em cada coluna por temas: relações trabalhistas, infraestrutura, sistema tributário, democracia e relações políticas, financiamento, assistência social, Estado, educação, saúde, segurança pública (a partir de 2013), meio ambiente, política industrial, definições de Custo Brasil. Com essa última aba, pretendeu-se identificar as mudanças e permanências de cada uma dessas categorias ao longo dos 23 anos que separam a primeira e a última publicação do programa da CNI. No decorrer da pesquisa, tornou-se evidente a dificuldade de trabalhar com todos esses cruzamentos na dissertação. Assim, preferiu-se focar de forma mais detida nos temas relações trabalhistas e democracia que se fundamentam como cerne do terceiro capítulo.

Para permitir a correlação entre as ações do coletivo de industriais e de outros sujeitos, foi imprescindível o uso de jornais como espaço de transbordamento do conflito entre as classes sociais. Como explica Capelato (1988) a imprensa apresenta muitas possibilidades de trabalho para a história, pois ela traz à tona a vida cotidiana de nossos antepassados, das pessoas comuns e não só dos ‘grandes homens’. Desse modo, fornece informações sobre os costumes, as ideias, os planos econômicos, a cultura que circulava em dado momento, mesmo sabendo que tais dados passam pelo crivo dos editores. As reportagens foram mobilizadas durante esta pesquisa como forma de cotejamento das ideias que estavam em voga quando cruzadas com os documentos da CNI, particularmente situando no tempo a retórica em torno dos planos/projetos econômicos e seus impactos imediatos sobre a população.

Por isso, como fontes complementares foram utilizadas reportagens da grande imprensa: *O Estado de S. Paulo*, 64 edições; *Jornal do Brasil*, 56 edições; e *Folha de São*

Paulo, 3 edições. A escolha em privilegiar o eixo formado por Rio de Janeiro e São Paulo orientou-se pelo impacto político que estas redações causam na cena pública, sendo os jornais de maior circulação nacionalmente e tendencialmente referência para imprensa regional. Os periódicos foram localizados nos acervos disponíveis digitalmente, respectivamente Arquivo do Jornal *O Estado de S. Paulo* e Biblioteca Nacional. As reportagens foram selecionadas mediante o uso da palavra-chave “Confederação Nacional da Indústria”, seguido de marcador temporal com os planos econômicos elaborados em cada mandato presidencial. Por exemplo, “Confederação Nacional da Indústria” e “Plano Cruzado”. Excepcionalmente, foi utilizado o marcador “Confederação Nacional da Indústria” e “Constituinte”, pois entendeu-se esse período como de exteriorização dos horizontes de expectativas para o país por diferentes grupos sociais.

A partir da pesquisa inicial nos acervos dos periódicos relacionando a confederação com os planos econômicos, a constituinte, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o impeachment de Dilma Rousseff. Cada matéria foi lida, sendo selecionadas para uso posterior apenas aquelas que se compunham de análises da entidade sobre a economia. Com isso, foi possível identificar as posições dos industriais em relação às ações do Estado e simultaneamente como as políticas públicas interferiram na vida de outros grupos, visto que cada publicação diária traz uma variedade de reportagens relativas ao tema.

A ação política dos industriais também foi analisada a partir da tríade de categorias que compõe o quadro teórico da cultura política proposto por Rodrigo Patto Sá Motta (2016; 2018): adesão, resistência e acomodação. Tal abordagem da noção de cultura política resulta de uma ampla revisão histórica proposta pelo autor, com o objetivo de analisar a relação entre determinados grupos e o Estado durante a ditadura militar, particularmente, intelectuais e professores universitários contemporâneos ao período. Motta constata que nem todos os sujeitos adotaram a mesma relação frente à ditadura; alguns estiveram excluídos, outros aderiram, parte resistiu e, por último, houve uma parcela que se acomodou.

Conceitualmente, resistir remete ao “conjunto de atos de recusa coletiva ao poder instituído, que podem se expressar de diferentes maneiras” (Motta, Rodrigo, 2016, p.13). Aderir, por seu turno, é a oposição direta à resistência, compreendendo-se pelo compartilhamento da mesma visão de mundo e o apoio geral ao projeto de país proposto. De forma nebulosa, acomodar aproxima-se de conciliar, porém diferencia-se por ser um modelo de negociação, portanto de via de mão dupla, em que um grupo faz concessões a outro e, assim, convive com aquela situação (Motta, Rodrigo, 2016). A título de exemplificação, Rodrigo Patto Sá Motta assim se refere àqueles que se acomodaram à ditadura:

Pessoas que não desejavam aderir, por não partilhar os valores dominantes, mas que também não tinham intenção de resistir frontalmente ao Estado autoritário – por medo da punição ou por achar inútil –, buscaram estratégias de conviver com ele, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão (Motta, Rodrigo, 2016, p.16).

No âmbito dessa discussão, cabe compreender a cultura política como os “valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (Motta, Rodrigo, 2018, p.114). Nesta dissertação, pontualmente, não nos interessa observar se os industriais constituem uma cultura política própria. No entanto, a documentação investigada dá conta de ações da CNI frente ao Estado durante os governos que se sucederam após o retorno dos civis ao poder no Brasil, permitindo considerar suas adesões, resistências ou apenas acomodações. Cito como caso peculiar a relação com os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), por serem distintos dos seus antecessores em um sentido de classe, mesmo com suas diversas contradições.

Desse modo, a narrativa historiográfica que pretende dar conta de tais processos sociais faz uso de diferentes lentes para abordar o contexto da Nova República, sem com isso escamotear o objeto que conduz este trabalho, a agenda industrial. Em seus documentos, a retórica que os ordena é a da modernização. Porém, isso não significa que os programas sejam inalterados. Cada documento é determinado pelo contexto político-social que emerge, bem como dos sujeitos envolvidos em cena. A Confederação Nacional da Indústria é um sujeito coletivo que busca mostrar-se como unânime, homogêneo e sem rachaduras. Sua forma de aparecimento público demarca um apagamento dos indivíduos. Apenas uma pessoa aparece com nome e sobrenome, a presidência da entidade. Em todos os documentos aqui analisados, nas matérias de jornais assinadas pela CNI ou referentes a ela, a figura que aparece é a presidência da entidade. Desse modo, mais que unanimidade, os industriais mostram-se verticais.

A investigação sobre esses sujeitos é delicada, exige uma postura ética durante a análise das fontes para não recair ora no elogio à sua ação política, ora na condenação ao conteúdo do seu programa e de suas práticas. Esse aspecto se torna complexo quando se está do outro lado da mesa frente aos padrões, fazer uma ‘história dos de cima sendo de baixo’ coloca o pesquisador em posição de conflito sobre as conclusões a que se chega. O historiador francês François Hartog conclui que a história dos vencidos tende a ser mais rica que a dos vencedores, pois a primeira obrigatoriamente precisa compreender o passado pelos dois lados;

já a segunda pode resignar-se à sua narrativa (Hartog, 2013, p.228).

Com isso, um dos desafios dessa investigação foi produzir uma história sobre os vencedores (a burguesia industrial), incorporando também a experiência dos vencidos (os trabalhadores), sem com isso imputar falsas caracterizações às formulações dos dominantes.¹⁸ Nesse sentido, em cada propositura apresentada pela CNI ou suas descrições do passado, tentou-se introduzir as consequências de sua ação sobre os trabalhadores. Afinal, em um sistema em que a produção da vida depende da relação de troca, seria impossível entender as proposições sem observar os impactos sobre setores mais amplos da população. Portanto, este texto também trabalhou com a história das ausências, aqueles que não são mencionados existem e são afetados pelas representações e ações do presente-passado-futuro.

Para garantir o rigor necessário para construir uma narrativa que lida com conflitos sociais muito acentuados, buscou-se construir um olhar distanciado do objeto, sem com isso ignorar a impossibilidade de neutralidade. O reconhecimento da subjetividade envolvida deu condições para uma vigilância ainda maior no processo de construção da representação historiadora (Hartog, 2013, p.118).¹⁹ Para tanto, mesmo exercitando a desconfiança quanto às escolhas das palavras pela CNI, a manutenção da pesquisa em seu eixo principal, observando os estratos do tempo do programa industrial, foi possível devido à projeção de problemas a serem investigados. Desse modo, partiu-se do pressuposto de que a constituição de horizontes de expectativa é comum a todos os grupos sociais, logo, não há problema se os industriais projetam um futuro para o país e disputam politicamente para executá-lo. Este ponto de partida da reflexão, permitiu desfazer qualquer viés conspiracionista esperado das fontes. Assim, possibilitando vê-las como produtos do seu tempo, restando à pesquisa compreender os sentidos de sua narrativa, situá-las no contexto de sua produção e caracterizá-las.

O paradigma da história no século XXI é o vestígio (Hartog, 2013, p.227). Então, as fontes formam o veto final sobre a produção deste texto, pois podem “desvelar não apenas o caráter inconfundível das experiências singulares, mas das experiências adquiridas por gerações específicas” (Koselleck, 2014, p.36). Sobre elas, foi exercido um olhar para suas minúcias, revirando-as atrás das tensões e particularidades. No entanto, também foi preciso deixá-las sedimentar, para fisgar aquilo que lhe resta, sua síntese final, por exemplo, percebendo os conceitos que se repetem de forma explícita ou implícita (Fico, 1997, p.29).

Neste caso, a proximidade cronológica do objeto permitiu partilhar os mesmos

¹⁸ Essa provocação nasceu das primeiras reuniões de orientação do curso feita pelo professor Reinaldo Lohn.

¹⁹ Conforme indicações de Henry Rousso (2016), a solução para a busca do distanciamento é assumir a subjetividade, especialmente quando se estudam objetos que fazem parte da mesma comunidade do pesquisador, não foi o caso desta pesquisa, mas serviu de parâmetro metodológico.

símbolos mobilizados pelas fontes, tendo em vista que a pesquisadora lhes é contemporânea. Diferentemente de uma expectativa em busca de um olhar retrospectivo sobre o passado, “o historiador que tenta apreender a história em movimento deixa-se também envolver na marcha do tempo e deve aceitar que seu olhar é apenas parcial, limitado, frágil, bem ao contrário da ilusão científica de dominar o sentido último da história” (Rousso, 2016, p.187). Também não se pretendeu estabelecer um ponto final a esta história, mas percebê-la como movimento, em processo. Desse modo, ser contemporâneo do objeto e não existir um evento que finde a cronologia, não impediu a produção do conhecimento, pois o passado não está seguro de não retornar ao presente. Por exemplo, a escravidão foi extinta em 1888, mas a estrutura racial manteve-se mesmo se modificando com o tempo, e segue reproduzindo a desigualdade entre brancos e não-brancos, de evidência particular a condição de vida de negros e indígenas.

Portanto, a História do Tempo Presente, ao abordar um tempo inacabado, demonstra não ser um conhecimento inferior. Pelo contrário, coloca em questão a ideia de passado findo, especialmente ao se perceber que toda fonte é produzida em um presente, no presente passado. Sendo assim, toda história é uma história da contemporaneidade. “Nesse sentido, ‘sempre’ já houve história contemporânea — em parte científica, em parte literária (como sabemos, uma não exclui a outra) —, e espero que assim continue” (Koselleck, 2014, p.234).

A escolha das fontes, o estabelecimento de problemas e sua interpretação são procedimentos imersos em dois processos do fazer historiográfico, o da prova documental e da compreensão/explicação. A representação do passado sob o recorte de análise dos horizontes de expectativa dos industriais entre 1995 e 2016 nasceu do entrecruzamento delas, conformando assim três momentos distintos, porém imbricados. Sem um caminho linear, objetivou-se tornar presente o passado ausente através de seus vestígios, momento que Paul Ricoeur chama de representância. Por conseguinte, essa narração em sua diacronia e sincronia tem uma pretensão de verdade, diferenciando-se de outros gêneros discursivos como a literatura ou o jornalismo (Ricoeur, 2007, p. 292).

A partir de um sujeito coletivo que obstrui as particularidades, caso da Confederação Nacional da Indústria, salta aos olhos as continuidades de sua práxis, aqui entendida como a unidade entre ação política e conceitos teóricos (Sahlins, 1990, p.192). Portanto, para identificar as tensões e as transformações, fez-se necessário adotar uma metodologia adequada. Analisar os projetos industriais apenas de uma perspectiva diacrônica poderia repetir um problema já observado por outros historiadores, a ruptura entre passado-presente-futuro e o tratamento do tempo apenas como uma sucessão de eventos. A

visão linear tende a tratar o passado como um dado morto, sem interferência sobre as experiências dos sujeitos, buscando evitar essa narrativa optou-se pela observação do tempo em suas camadas.

De forma alternativa, os estratos do tempo são representações que permitem identificar o entrecruzamento entre passado, presente e futuro. Como uma montanha em que cada sedimento forma uma ‘era geológica’ que se modifica em ritmos diferentes e características próprias, a mesma situação ocorre no caso da experiência humana no tempo. Para tanto, Reinhart Koselleck caracterizou três estratos temporais comuns: o do evento, quando ocorre uma ruptura que reverbera sobre as relações sociais de forma distinta; as estruturas de repetição, pois nem tudo é novidade e alguns aspectos das experiências se repetem; por último, o estrato transcendente, aquelas transformações muito lentas, como as respostas míticas de conceber o mundo que por vezes estão acima de eventos ou estruturas. Com esse olhar se tem a “capacidade de medir diferentes velocidades, acelerações ou atrasos, tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem grande complexidade temporal” (Koselleck, 2014, p.22).

No caso dessa pesquisa, o Seminário Custo Brasil marca o evento que rompe com a tradição anterior da Confederação Nacional da Indústria. A partir dele, sistematizou-se o apoio às políticas neoliberais aplicadas por Fernando Henrique Cardoso durante sua gestão como ministro da economia de Itamar Franco (1993-1994) e, posteriormente, como Presidente da República (1995-2003). O evento geralmente é marcado por uma experiência temporal cronológica e por indivíduos determináveis (Koselleck, 2006, p.136). Desse momento específico, nasce uma repetição que segue ao longo das décadas seguintes com a organização de novos seminários e publicação de cartilhas, entretanto, todas elas reproduzindo a forma e os temas da primeira. As fontes dessa pesquisa podem ser vistas como evento e estrutura, sendo a primeira a inflexão necessária para a existência das outras e de uma prática política. Desse modo, não se pretendeu fazer uma história eventual em detrimento de uma estrutural e vice-versa, mas observou-se o episódio dentro da estrutura e as condições estruturais que produzem o evento. Da mesma maneira como ocorre com “as forças produtivas e as relações de produção, que se transformam apenas a longo prazo e, às vezes, aos empurrões, mas que, de toda maneira, condicionam os acontecimentos sociais e atuam em conjunto com eles” (Koselleck, 2006, p.136).

Nessa perspectiva, a categoria chave é a experiência: por meio dela cada camada do tempo se estratifica. Por exemplo, ao observar um evento no passado é possível ver como homens e mulheres do passado projetavam o devir, ou seja, o futuro do passado; o passado

que existia no passado daquelas pessoas, o passado do passado; e a experiência imediata daquelas pessoas, o presente do seu passado. Esse caleidoscópio temporal pode ser manejado pelo historiador, pois os “tempos têm sua história”, portanto, são expressões dos sentidos dados pela experiência social (Koselleck, 2006, p.233).

Ao realizar esse esforço reflexivo permitiu-se trabalhar com a indeterminação da história, reconhecendo que as pessoas do passado não sabiam o que viria a ser o futuro, ainda que tendo um largo horizonte de expectativa. A dialética do tempo envolve um processo em que o passado determina o presente, e por vezes parece repetir-se de forma estrutural. No entanto, essa repetição não é integral, mas sim espiral: o que se mantém do passado encontra-se com algo novo. Essa marca é visível quando se observa a linguagem, as palavras são determinadas socialmente, porém também são ressignificadas pelos sujeitos que as usam. Da mesma maneira, ocorrem com os projetos políticos (Sahlins, 1990).

Por exemplo, para os cristãos pré-modernos o futuro marcadamente escatológico estava fechado sob a ideia do juízo final e o campo da experiência era relevante em função de um futuro catastrófico. Por outro lado, a modernidade nascida da constituição do capital modificou profundamente a relação expectativa e experiência, passado e futuro. O capital tende a espalhar-se e como uma ameba fagocita outras formas de produção da vida, em parte destruindo-as, em parte incorporando-as. No contexto do século XVIII, a consolidação dessa nova forma de relacionamento entre a humanidade - natureza e entre os humanos - distanciou-se cada vez mais das emergências da produção da vida, aspecto de responsabilidade do desenvolvimento da técnica e da industrialização. Mais que produção de mercadorias com valores de uso e valores de troca, constitui-se uma forma de reprodução incessante do capital (Marx, 2013). Em âmbito cultural abrangente, isso significou a aceleração do tempo em direção a um futuro aberto (Leccardi, 2005). Se no período anterior à modernidade, o passado determinava sobremaneira a ação humana, no tempo do capital vive-se para o futuro e para a novidade (Hartog, 2013).

O futuro desse progresso é caracterizado por dois momentos: por um lado, pela aceleração com que se põe à nossa frente; por outro lado, pelo seu caráter desconhecido. Pois o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, a nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo repetidamente em cena mais material desconhecido, de modo que mesmo o presente, frente à complexidade desse conteúdo desconhecido, escapa em direção ao não-experimentável (Koselleck, 2006, p. 36).

Neste sentido, o tempo da modernidade reduziu o campo da experiência e ampliou os horizontes de expectativa. Como é de se imaginar, esse futurismo não se deu sem marcas de passado e presente, sendo também mobilizado por diferentes determinações. Um coletivo de

industriais tem horizontes de expectativas distintos de operários, por exemplo. Por vezes, essa experiência temporal também pode conformar um tipo de pensamento utópico. A utopia consiste em uma negação do presente projetando um desejo de transformação da ordem existente (Mannheim, 1986, p.216). No entanto, não apenas sobre o solo da modernidade anseios como esses foram construídos:

Todos os períodos da história contiveram ideias que transcendiam a ordem existente, sem que entretanto, exercessem a função de utopias; antes, eram as ideologias adequadas a este estágio de existência, na medida em que estavam "organicamente" e harmoniosamente integradas na visão de mundo característica do período (ou seja, não ofereciam possibilidades revolucionárias) (Mannheim, 1986, p.237).

Com essa reflexão poderia se afirmar que não existe possibilidade de uma utopia conservadora, tendo em vista que o conservadorismo prevê a manutenção do *status quo*, sendo assim, uma ideologia, um conjunto de ideias que por vezes obscurece a realidade material ou a contrapõe (Mannheim, 1986, p.66). Contudo, uma ideologia pode vir a se tornar uma utopia, isso ocorre quando imagens desiderativas são elaboradas (Mannheim, 1986, p.217). Nesse caso, mesmo que as relações sociais de produção essencialmente não sejam rompidas, há anseios de que as aprofundem. No Brasil foi exemplar o caso da ditadura militar. O projeto ditatorial desejava tornar o país uma potência mundial, para isso foi construída uma moldura institucional baseada na doutrina de segurança nacional que manteve uma certa legalidade em conjunto com a excepcionalidade na ação do aparato de repressão (Fico, 2021). Para os militares, mesmo com toda a violência utilizada, ainda era pouco para garantir a ordem e realizar o desejo de ‘Brasil Potência’, portanto, pretendia-se superar um presente, o que significou a conformação de uma utopia autoritária (Fico, 2021, p.44).

Além disso, ao longo do tempo, as visões sobre o Brasil tenderam em o conceber como uma tábula rasa, a partir do pressuposto da transitoriedade do país para um vir a ser (Fico, 1997, p.39). Nesse sentido, ideias de modernização foram formuladas por diferentes grupos sociais, o desenvolvimentismo foi uma das representações dessa transitoriedade futurista. Desse modo, pretendeu-se com essa dissertação também verificar em que medida os horizontes de expectativa dos industriais se transformam em uma utopia conservadora, tendo em vista que os ideais de correção de rotas negando o passado e o presente são constantes em seus documentos.

Partindo dessa metodologia de análise do tempo em seus estratos, esta dissertação divide-se em quatro capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta as projeções dos industriais e sua forma de atuação durante a constituinte e o primeiro governo civil, de José Sarney. O fio condutor da narrativa foram os planos de

estabilização aplicados no período e as posições da Confederação Nacional da Indústria. O segundo capítulo, seguindo a mesma lógica, observou os horizontes de expectativa e as movimentações dos industriais durante as gestões de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Da mesma maneira, o terceiro capítulo dedica-se à análise do comportamento industrial e seus projetos políticos durante os governos petistas, entre 2003 e 2016.

No último capítulo, elaborou-se a síntese analítica das agendas industriais. O trecho teve como foco as mudanças e permanências dos programas, bem como a identificação dos padrões da ação política. Neste espaço, também buscou-se caracterizar o conceito de utopia industrialista dependente forjada como síntese da análise dos documentos da CNI, bem como seu papel político durante o Golpe de 2016, que tirou do poder Dilma Rousseff e o projeto democrático-popular. Desse modo, refletiu-se sobre os usos no presente da categoria ‘burguesia autocrática’ elaborada por Florestan Fernandes (2006). Quanto aos aspectos narrativos, os capítulos organizam-se de forma diacrônica e em seu interior foram amarradas a sincronia das proposições industriais. Para tanto, as reportagens dos jornais e os programas políticos foram comparados ao mesmo tempo. Nesse caso, cada projeção foi vista através das categorias futuro do passado, passado presente e presente passado.

2 - ESTABILIZAÇÃO E SEUS PLANOS ECONÔMICOS: A NOVA REPÚBLICA EM DISPUTA (1985-1989)

2.1 - PLANO CRUZADO, OS INDUSTRIAIS E A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO

Em 1995, os industriais afirmaram que as relações democráticas da Nova República estavam consolidadas, afinal o ciclo da transição se concluiu em finais de 1980, o “Congresso é pleno em seus poderes e, o que é mais importante, também vem realizando sua própria reengenharia” (CNI, 1995, P.3). Os militares saíram do poder em 1985, e em seu lugar assumiu José Sarney após eleições indiretas no Congresso, o período passou a ser denominado como Nova República.

José Sarney era um político tradicional, antigo membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), apoiador veemente do regime quando senador pelo Maranhão, mas que havia migrado para o partido de oposição após o ascenso do PMDB nas eleições parlamentares de 1982 e da profusão de discursos pela abertura (Ferreira, Jorge, 2018, p.38). Seu nome não era o primeiro da lista eleitoral, porém a presidência tornou-se possível depois da morte de seu cabeça de chapa às vésperas da posse. Tancredo Neves foi a óbito em 21 de abril de 1985 com infecção generalizada durante uma cirurgia de retirada de um tumor na região do abdômen. Data simbólica, ele era mineiro e morreu no mesmo dia de Tiradentes.

A empolgação em 1984 com as manifestações para a campanha das “Diretas Já” foi por água abaixo quando da não aprovação da Emenda Dante de Oliveira e a posse de José Sarney: “a Nova República começou num clima de muita frustração e pouca novidade” (Schwarcz, Starling, 2015, p.668). A decepção era proporcional à contradição do processo, quando um político deliberadamente autoritário se tornou o responsável pelo retorno da democracia, José Sarney (Ferreira, Jorge, 2018, p.40). Lógica semelhante se repetiu ao final daquela década quando da construção da constituinte, também naquele momento, projetos políticos distintos disputaram o futuro do país e alguns deles mantiveram projeções do passado.

O golpe de 1964 havia marcado o processo de modernização brasileira ao inaugurar uma política econômica baseada no controle do trabalhador através do uso da repressão, intervenção sobre sindicatos e via o arrocho salarial. A superexploração configurava aspecto determinante para ampliação da produção mercantil, especialmente o parque industrial

(Marini, 2013).²⁰ Assim, as pautas salariais foram vistas com profunda desconfiança pelos militares e sua equipe econômica. Octavio Gouveia de Bulhões, Ministro da Fazenda, e Roberto Campos, Ministro do Planejamento de Castelo Branco (1964-1967), defendiam que os aumentos salariais faziam parte do tripé da inflação junto com os gastos públicos e o crédito ao setor privado (Fontes, Corrêa, 2018, p.30).

A situação manteve-se dessa maneira até ao que se convencionou chamar de linha dura dos militares chegar ao poder, quando houve o incremento do arrocho salarial com grande investimento público para o desenvolvimento do capitalismo industrial no país. Garrastazu Médici (1969-1974) implantou o programa de modernização da economia brasileira aprofundando a concentração da riqueza, sua equipe propagandista empenhou-se em representar o momento como o ‘milagre econômico’ quando o Produto Nacional Bruto bateu 11% em 1971 (Motta, Rodrigo, 2017, p.376). Contudo, os índices de crescimento não foram eternos: em 1973, quando ocorreu o primeiro choque do petróleo, a política nacional estatista mostrou seus limites. A profunda dependência dos combustíveis importados refletiu-se no aumento dos custos de produção e, por consequência, na exportação dos produtos agrícolas, bem como no consumo interno.

A tentativa de resolução do problema veio de outro militar, Ernesto Geisel (1974-1979). Ao subir o poder, colocou em prática o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, ampliou o investimento público em infraestrutura, em contradição com as práticas internacionais de redução dos gastos estatais para a crise ²¹. Nesta fase, a meta era manter elevada a produção mercantil, promover reformas na infraestrutura energética e de transportes, ampliar o crédito ao capital industrial, modernizar a agricultura via subsídios fiscais ou empréstimos via BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A consequência dessas escolhas foi a conclusão do “processo de substituição de importações, conferindo ao núcleo industrial brasileiro uma estrutura completamente integrada, inclusive com um amplo setor de produção de bens de capital” (Luna, Klein, 2014, p.65).

Porém, as exportações dos produtos brasileiros estavam reduzidas, tendo em vista a

²⁰ Superexploração aqui é entendida como o pagamento de um salário abaixo do necessário para a produção da vida do trabalhador, condição que o impõe a exercer outras atividades produtivas, situação particular a países coloniais.

²¹ Guillermo O'Donnell compreende que a particular escolha dos militares brasileiros pelo nacional-estatismo e o aspecto positivo dele no milagre econômico levou a conformação de uma memória coletiva nostálgica em relação à ditadura brasileira. Elemento reforçado também pela transição pactuada. No caso Argentino, por exemplo, o liberalismo foi hegemônico nos governos militares, ao mesmo tempo, a crise econômica agudizada pela Guerra das Malvinas possibilitou a derrota da Junta Militar por esgotamento. Assim, essa memória positiva dos tempos da repressão não se faz tão presente (O'donnell, 1989).

recessão mundial. Mesmo ampliando a produção mercantil, não havia mercado para realizar esses produtos. Não realizando os produtos, o ciclo do capital não se completou e restou ao Estado a dívida com credores estrangeiros. Como resultado, em 1979 a inflação bateu 100% em comparação com o período anterior. Bancos estrangeiros não mais abriram negociações com o Brasil. As soluções tornavam-se cada dia mais restritas, restando o FMI com sua agenda neoliberal como saída possível, ação concretizada em novembro de 1982 (Luna, Klein, 2014).

A década de 1980 começou com o aprofundamento da precarização da vida dos trabalhadores, contando com 71 milhões de subnutridos e 13 milhões de crianças passando fome, além de milhões de desempregados (Silva, Francisco, 2019, p.397). O saldo desse processo se reverteu em rebeliões espontâneas da população pobre. Em abril de 1983, a ‘guerra da fome’ tomou corpo²², quando desempregados e famélicos em marcha saquearam e destruíram comércios no bairro de Santo Amaro em São Paulo após a confirmação de que não havia vagas de trabalho em uma fábrica da região. A indignação do grupo ocupou as ruas chegando ao Palácio dos Bandeirantes e ao centro da cidade nos dias seguintes. As ações resultaram em 40 km de ruas afetadas, 500 detidos, 127 feridos e 1 morto (Napolitano, 2019).

A fome marcou a memória de uma vasta geração que vivenciou o período, não sendo incomum as repetições de frases como “estamos voltando aos anos 1980” ou “a década perdida”. Quando Sarney assumiu o poder em 1985, o legado da ditadura já era um país corroído, no primeiro ano do governo civil a inflação atingiu 235% segundo o IPC - Índices de Preços ao Consumidor. Sobre a impossibilidade de manter as coisas como estavam, um novo plano econômico começou a ser gestado. “Mais que um problema econômico, a inflação tinha se tornado um fator de corrosão da coesão social” (Prado, Leopoldi, 2018, p.89).

Naquele momento, Sarney manteve a equipe econômica elaborada por Tancredo Neves, ela compunha-se tanto de liberais como desenvolvimentistas. Inicialmente a escolha da equipe partiu para manutenção das mesmas práticas usadas pela equipe liberal ditadura, como controle de gastos, proibição de contratação de funcionários públicos e pagamento da dívida externa. Contudo, isso não surtiu efeito e a inflação continuou crescendo. Assim, o então Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo e de inspiração liberal, foi demitido (Prado, Leopoldi, 2018).

No lugar de Dornelles, ocupou o cargo o industrial Dílson Funaro, paulistano e membro da CNI, sua proposta era a redução dos juros para propiciar ampliação de crédito.

²² Expressão utilizada por um dos manifestantes.

Com isso, propiciaria a atividade econômica, a modernização do parque industrial e aumento das exportações. A equipe organizada em torno de Funaro produziu um plano econômico inspirado na experiência de Israel e no Plano Austral da Argentina, sendo nomeado de Plano Cruzado. Ele se caracterizou por mudar a moeda, 1 cruzado passava a equivaler 1000 cruzeiros; congelamento de preços dos produtos, conversão dos contratos considerando uma média de valores, buscando com isso não incorporar a inflação anterior; gatilho salarial, mecanismo que possibilitaria o aumento do salário caso ela atingisse 20%; aumento real do salário baseado no poder de compra dos 6 meses anteriores (Prado, Leopoldi, 2018, p.95).

O Plano Cruzado foi lançado em fevereiro de 1986, e foi recebido com otimismo pela população em geral, fator que possibilitou apoio popular a Sarney naqueles primeiros meses. A economia estava aquecida, a população passou a comprar bens duráveis sendo surpreendentes as filas para a aquisição de novos automóveis. Porém, um aspecto não saiu como o planejado, Dílson Funaro buscou renegociar a dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e solicitou aos países de capitalismo central, como os Estados Unidos, que abrissem sua economia para a compra dos produtos brasileiros. Afinal, não bastava produzir mercadorias, era necessário vendê-las. O diálogo com os norte-americanos foi fracassado. A dívida externa crescendo de forma volumosa levou, no ano seguinte, a Dílson Funaro a propor ao congresso o calote aos bancos estrangeiros. Em meio a muitas desconfianças e medo de aprofundamento da recessão, ele foi demitido (Prado, Leopoldi, 2018).

Logo após o lançamento do Plano Cruzado, os industriais pronunciaram-se favoráveis ao conjunto do programa. Passados dois meses da divulgação, apesar de reclamarem do congelamento dos preços dos produtos, estavam otimistas, por isso, fariam investimentos na casa dos 4 bilhões de dólares²³. Não só os empresários brasileiros estavam esperançosos, mas também os norte-americanos, Lorin Weisenfeld, presidente de uma das grandes a empresa de corretagem de ações afirmou no mesmo período que os grandes capitalistas estavam confiantes com o plano e retomariam a instalação de suas empresas no país²⁴.

No entanto, o empresariado, como era de se esperar, não aderiu completamente ao programa. A CNI discordava do congelamento dos preços dos produtos e da falta de investimento do Estado ao capital, especialmente através do Fundo Nacional de

²³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 01 de maio de 1986. Ed: 0023. p.18.

²⁴ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 12 de junho de 1986. Ed: 0065. p.18.

Desenvolvimento criado no período²⁵. Em uma matéria publicada no *Jornal do Brasil* intitulada ‘Plano Cruzado: maturidade e prosperidade’, Albano Franco, presidente da CNI, apresentou a posição pública da entidade, em texto escrito de próprio punho defendeu o plano mesmo com a necessidade de sacrifícios coletivos:

O Programa Cruzado certamente passará por fases diferenciadas quanto à abrangência e natureza dos controles. Pelo desempenho demonstrado é um programa que merece que todos contribuam para o seu sucesso. O controle da inflação é uma atividade essencialmente solidária, se não a aceitamos como tal temos que ser claros em relação às nossas opções²⁶.

Quando Dílson Funaro tentou negociar a dívida externa junto ao FMI, a CNI foi seu suporte, apostando que a burguesia e o Estado se unissem para garantir a soberania do país frente às ideias ortodoxas do fundo. Sob uma retórica democrática, eles conclamaram uma unidade nacional em prol da estabilização: “O clima é de dificuldades e, portanto, é preciso um entendimento, um mutirão entre empresários, trabalhadores e o governo, inclusive na renegociação. Os banqueiros terão que compreender e entender o momento que o país atravessa”²⁷.

A relação entre CNI e o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, era marcada por uma cordialidade própria de quem compartilha a mesa de jantar. Mesmo com os sinais já aparentes da derrota do programa, os industriais mantiveram-se simpáticos a ele, afinal, Dílson era prata da casa. Em novembro de 1986, um fino jantar foi organizado no Hotel Intercontinental na costa brasileira. O pretexto do encontro era o encerramento de uma atividade de articulação empresarial, o XXII Congresso Latino-Americano de Industriais. Dílson Funaro chegou ao evento transportado pelo jatinho da CNI, mesmo com um meio de transporte privativo e aéreo não foi o suficiente para chegar no horário. Já passava das 23h30min, os 500 convidados estavam desfrutando da sobremesa quando Albano Franco anunciou a entrada do ministro mediante uma salva de palmas e gritos de “guerreiro cansado, guerreiro valente”²⁸.

Quando a situação parecia não ter volta com a negociação com o FMI inadiável, a confederação convocou a campanha ‘Não à Recessão’ que prometia empolgar o país, fato que não se confirmou²⁹.

A situação continuou se agravando, repetidos ministros da fazenda foram substituídos e planos elaborados, no entanto, a inflação seguia subindo, o poder de compra dos trabalhadores diminuindo, a economia do país em queda livre. Em 1988, a inflação bateu

²⁵ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 06 de agosto de 1986. Ed: 0023. p.21.

²⁶ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 29 de agosto de 1986. Ed: 00143.p.7.

²⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro.31 de março de 1987. Ed: 00353. p.20.

²⁸ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 30 de novembro de 1986. Ed: 00236. p.44

²⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 01 de abril de 1987. Ed: 00354. p.16

1000%, nisso já tinham sido aplicadas as medidas “feijão com arroz”, o Plano Bresser e o Plano Verão com o cruzado novo. Em 15 de janeiro de 1989 a inflação diária era de 1,5%, o equivalente a 15000% ao ano, os preços foram congelados novamente para evitar ampliação da marca (Prado, Leopoldi, 2018).

A Confederação Nacional da Indústria não chegou a se colocar como oposição ao governo Sarney, mesmo que suas expectativas não fossem cumpridas existia um diálogo constante entre Estado e burguesia. A partir do momento que a inflação se tornou desenfreada e os planos econômicos já não surtiam efeito, fossem eles desenvolvimentistas ou não, os industriais passaram então a adotar outro discurso para explicar o fracasso nacional. A estrutura do Estado seria a causadora de toda a crise: “O Brasil necessita modernizar as suas instituições. A obsolescência institucional e política também constitui-se em empecilho à eficácia de planos de estabilização. Economistas e políticos devem refletir sobre esse tema, especialmente por força desse momento constituinte”³⁰. Essa retórica foi aprofundada nos anos 1990 e é reproduzida até o tempo presente.

A década de 1980 marcou sobremaneira o comportamento da população, a compra do mês tornou-se prática imediata após o recebimento do salário. O inimigo número um era o remarcador mecânico, pequeno instrumento para etiquetar os produtos que era usado diariamente. Em questão de dias o poder de compra diminuía. Anedotas desse período perpassam gerações de trabalhadores, e algumas delas foram registradas em jornais. Como o caso da senhora que entrou em uma loja para comprar um Snoopy (bicho de pelúcia) que estava custando 17.900 cruzeiros, por questão de minutos foi consultar o marido que estava em outro andar da loja e ao retornar o preço tinha subido para 19.800 cruzeiros, “fora golpeado em cheio pelo remarcador mecânico. A senhora saiu dali, sem o Snoopy, com a sensação de que o boneco aumenta Cr\$950 por minuto”³¹.

“O fracasso do primeiro governo da Nova República foi, portanto, o coveiro do projeto desenvolvimentista brasileiro” (Prado, Leopoldi, 2018, p.111). O governo Sarney marcou não só a transição da ditadura à democracia, de militares para civis, mas a extinção do projeto de desenvolvimento nacional tendo o Estado em seu papel preponderante de industrialização. Sobre estruturas que guardam o velho e o novo erigiram os industriais seu próprio projeto de futuro, sem com isso deixar de tentar sepultar um passado que lhes parecia falido. Naquele momento, alguns debates foram feitos pela CNI apontando como o novo Brasil deveria aparecer, temas que por sua centralidade deveriam ser evitados da futura Carta

³⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 25 de maio de 1987. Ed: 0049, p.16.

³¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 20 de dezembro de 1983. p. 6.

Magna: “o excessivo intervencionismo do estado nos assuntos da empresa privada; a injustificável hostilidade contra o capital estrangeiro e a ilusória pretensão de se substituir as leis da economia pela retórica bacharelesca”³².

2.2. CONSTITUINTE E AÇÃO POLÍTICA INDUSTRIAL: O FUTURO EM DISPUTA

“Aguardamos definição [da] data para deflagrar greve geral paralisando indústria e comércio em todo o Brasil, contra o crime de lesa-pátria representado pela estabilidade no emprego”³³. Esse telegrama foi enviado à CNI em 17 de outubro de 1987, e pegou de surpresa Albano Franco, seu presidente, durante o almoço. O texto era assinado pela empresa: Automóveis Borrachas e Plásticos Ltda de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. É incomum ver as classes dominantes fazendo greve, geralmente isso ocorre quando sua existência está em risco, por exemplo, durante a greve dos patrões de outubro de 1972 no Chile, que buscou desestabilizar o governo popular de Salvador Allende (Angell, 1977). No caso brasileiro, era sintoma da luta de classes³⁴ que ocupava os salões do Congresso Nacional, as ruas, os bares e a sede da Confederação Nacional da Indústria durante a Constituinte.

O processo de elaboração de uma nova Constituição Federal ocorreu entre 01 de fevereiro de 1987 e 05 de outubro de 1988. O período colocou em pauta projetos políticos distintos, de um lado os trabalhadores, em suas muitas frações, e de outro a burguesia industrial, comerciária, agrária e financeira. Em comum a todos, estava o desejo de alterar o presente mirando em um futuro distinto para o país.

Naquele contexto, a greve geral do empresariado não se realizou. Ainda na década de 1960, Álvaro Vieira Pinto, de forma provocativa, apontava dois motivos que impediriam que os ricos fizessem greve: “[Primeiro], porque não podem fazê-la, porquanto não trabalham; segundo, porque não precisam fazê-la pois acreditam que os operários a fazem para eles” (Pinto, Álvaro, 1962, p.89). De toda forma, a pressão efetuada pelo setor empresarial

³² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 26 de maio de 1988. Ed: 0048, p.18.

³³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. Edição: 00192. 17 de outubro de 1987.p.3

³⁴ Lutas de classes são aqui compreendidas a partir das formulações de Karl Marx e Friederich Engels ao interpretar que as relações sociais capitalistas estão baseadas na luta incessante entre duas classes fundamentais e antagônicas: proletários e burgueses. Nesse sentido, a luta de classes é um conceito que se refere ao conflito social que envolve visões de mundo distintas. Ainda aqui, identifica-se que há diversas frações nessas classes sociais, as quais têm condições de existência muito particulares, bem como expectativas e projetos próprios. Porém, todo trabalhador, seja rural ou urbano; branco, indígena ou negro, tem em comum a venda de sua força de trabalho como forma de sobreviver, ou seja, vivem do salário e são explorados. De maneira paralela, industriais e financistas podem ter perspectivas diferentes sobre o uso do dinheiro público, mas convergem pela propriedade dos meios de produção. Portanto, nessa perspectiva, há duas classes fundamentais que, ao fim e ao cabo, por suas condições de existência, não se unem ou diluem, mesmo quando ocorrem conciliações programáticas ou pontuais.

objetivou tensionar a sociedade civil apresentando a possibilidade de caos social, afinal, a situação seria urgente. Tal emergência consistia no medo de que os trabalhadores tivessem acesso a direitos sociais e trabalhistas básicos, em questão, a estabilidade no emprego durante os primeiros meses de acesso ao posto (Dreifuss, 1989, p.41).

A transição da ditadura impôs ao setor empresarial uma reorganização em dois sentidos. Primeiro, economicamente, pois o país vivia a crise inflacionária herdada dos militares e dos choques do petróleo, ao mesmo tempo em que ocorria a reestruturação da produção para a forma toyotista.³⁵ O segundo aspecto, a mudança na sua ação política, durante o período ditatorial não era necessária a disputa no âmbito da sociedade civil e do espaço público, isso modificou-se, expressão desse processo, foram as tensões marcadas nas páginas dos jornais que repercutiram a luta entre classes, trabalhadores e patrões; e intraclasses, dentro dos setores burgueses.

Além disso, o poder legislativo passou a ocupar um espaço determinante e distinto após a redemocratização. Em inícios da década 1980, construiu-se uma frente democrática para disputar a abertura da ditadura, que por sua vez fez emergir uma cultura política que blindou qualquer força social de transformação representada nos movimentos sociais. Tal situação operou-se a partir da ação do PMDB, pelo tamanho de sua bancada, no entanto, extrapolou para outros partidos da coalizão centrista. Depois disso, não mais seria suficiente deter o poder no executivo: para movimentar-se os atores precisam negociar com os partidos de centro na Câmara de Deputados e no Senado. Assim, governar perpassa por lidar com os vetos do medebismo, formando um imobilismo que segue se reproduzindo (Nobre, 2013).

Nesta nova fase democrática, a CNI junto com a Confederação Nacional do Comércio, a UB - União Brasileira de Empresários³⁶ e a UDR - União Democrática Ruralista articularam-se para combater a estabilidade do emprego e outras ameaças: à jornada de trabalho de 40h semanais, o impedimento à terceirização do trabalho e a expropriação da terra produtiva para reforma agrária (Dreifuss, 1989).

³⁵ O toyotismo é uma das formas de organização do trabalho fabril que expressam a chamada “acumulação flexível”, ao constituir-se como alternativa à gestão taylorista/fordista. Sua criação se deu no Japão no imediato pós-Segunda Guerra nas fábricas de automóveis da companhia Toyota. Considerando as condições históricas desenvolveu-se uma forma de produção com poucos trabalhadores e sem estoque. Esse modelo passou por um processo de ocidentalização durante a década de 1970 devido à crise do capital, geradora de quedas constantes das taxas de lucros, enquanto o modelo japonês assegurou a manutenção do dinamismo de suas empresas. A incorporação do toyotismo adequou-se à realidade de cada nação e algumas de suas características fundamentais são: produção vinculada à demanda, divisão em equipes de trabalho, operários multitarefas aptos a cumprir mais de uma função, fábrica enxuta, sistema *kanban* para controlar as funções e a produtividade do trabalho e *just in time* para melhor aproveitar o tempo e a produção, fragmentação fabril e terceirização dos processos (Antunes, 2009, p.56).

³⁶ A União Brasileira de Empresários foi organizada em 1987 por iniciativa da CNI, da CNC, e com protagonismo de Antônio Ermírio de Moraes, proprietário do Grupo Votorantin.

Nesse cenário, a sede da Confederação Nacional da Indústria cumpriu um papel fundamental de encontro entre membros do governo Sarney, burgueses, e parlamentares³⁷. Destacam-se especialmente as movimentações de seu presidente entre 1980 e 1994, Albano Franco, dono do grupo Refrescos Guararapes, franquias da Coca-Cola, da rádio FM Sergipe, TV Sergipe afiliada a Rede Globo; e do presidente da FIESP, Mario Amato, sócio da Amorim e Coelho Cortiças S.A e criador da indústria de máquinas de produção de bebidas, Pratic, ligada a alemã KHS.

Esses dois atores jogaram juntos durante a constituinte para garantir os interesses do setor industrial. No entanto, nem sempre houve coesão entre Mario Amato e Albano Franco. Um dos temas de dissensão entre os dois foram as discussões em torno da estabilidade do emprego. A partir de junho de 1987 a comissão de sistematização debatia a estabilidade após os primeiros 90 dias de contratação. Isso consistia na garantia de não haver demissão imotivada, bem como pagamento de seguro-desemprego. A burguesia viu-se ameaçada com a possibilidade de uma mínima previsão de futuro aos trabalhadores.

Assim, envolveram-se em uma ampla campanha midiática buscando convencer a sociedade civil, e em especial os deputados constituintes, que essa medida seria o aprofundamento da crise econômica e por conseguinte a ruína do capitalismo. Albano Franco declarou ao *Jornal do Brasil* o sentimento de pânico entre os patrões: “Os investimentos estão parados. Poucos querem se arriscar. E isso é péssimo para o país”³⁸.

Entre as formas de ação política, a negociação foi também utilizada como tática. Em 25 de junho de 1987, Mario Amato recebeu do lobby formado pelo Banco de Boston, Citibank, Digital, IBM, Ford, Pan Am, General Motors, Xerox, Esso, Burroughs, Phillip Morris e Volkswagen. A partir do encontro elaborou-se documento recomendando ações necessárias para o desenvolvimento do país. Em agosto do mesmo ano, Albano Franco reuniu-se com as quatro principais montadoras de automóveis do país, Ford, Volkswagen, General Motors e Mercedes Benz, para discutir ações conjuntas frente às políticas de Estado³⁹. As reuniões eram fruto da preocupação do capital estrangeiro com o conteúdo da carta constitucional que se produzia (Dreifuss, 1989).

Contudo as negociações não se restringiram aos amplos setores do empresariado, mas também a partidos políticos de esquerda e sindicatos de trabalhadores:

³⁷ A sede da Confederação Nacional da Indústria foi utilizada como espaço para promoção de seminários, reuniões, encontros diversos entre os grupos que disputavam a constituinte. Rastros dessa circulação são evidentes em matérias do *Jornal do Brasil* de 07/04/1987 (ed:0360), 23/05/1987 (ed: 0045), 11/06/1987 (ed:0064), 06/11/1987 (ed:00212), 21/07/1988 (ed:0104).

³⁸ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 18 de outubro de 1987. edição: 00193. 1 caderno. p.3.

³⁹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 05 de agosto de 1987. Edição: 00119. Caderno B, p. 3.

Brasília - Atendendo pedido do deputado Luis Inácio da Silva, Lula, presidente do PT, que há duas semanas o senador Carlos Chiarelli (PFL - RS) foi à tribuna da Comissão de Sistematização defender a estabilidade no emprego. Foi também depois de uma conversa com Lula que o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB - SE), terminou votando a favor da participação dos empregados nas vantagens advindas da modernização tecnológica das empresas. E foi numa conversa com a deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) que o próprio Lula se convenceu da necessidade de prévia indenização para as desapropriações que o governo realizar por interesse social. Mas esses fatos, demonstrativos de que o líder do maior partido de esquerda vêm se entendendo com a direita, ilustram bem mais que isso: a direita e à esquerda da Constituinte, que no início do ano mal se cumprimentavam, hoje sentam para conversar e para votar unida em plenário⁴⁰.

No caso da burguesia industrial, sua preocupação em disputar a opinião pública e dialogar com seu principal inimigo naquele momento, Lula, revela imposições que o modelo democrático a colocou. Não mais sendo suficiente o contato com membros do executivo, a disputa dos deputados constituintes se fazia fundamental, especialmente naquele momento em que o chamado ‘centrão’ estava tomando corpo. Desse modo, Albano Franco assumiu uma postura de diálogo que antes não seria esperada dos membros da classe dominante, poderia ele ser classificado então como um liberal. Outro exemplo de seu republicanismo se expressa na cordialidade novamente com Lula. Em abril de 1988, Lula realizou uma cirurgia para retirada do apêndice que estava inflamado, o procedimento não foi de risco, mas Albano telefonou para desejar-lhe pronta melhora⁴¹.

A matéria do *Jornal do Brasil* elaborada por Teresa Cardoso enfatiza o papel articulista do então deputado Luiz Inácio Lula da Silva. Essa característica foi evidenciada em diferentes momentos da vida política de Lula. A primeira expressão dessa prática emerge de sua experiência sindical, forjada sob a prática negociadora própria da atuação do ‘novo sindicalismo’. Em 1978, quando eclodiram as greves operárias do ABC Paulista, utilizou-se da negociação direta entre patrões e trabalhadores em Comissões de Fábrica como tática de luta. Essa intervenção diferenciava-se de práticas sindicais que não apostavam no diálogo, como as que preconizavam a greve como etapa revolucionária. Para os patrões, as mesas foram amortecedoras dos conflitos, para os trabalhadores, um espaço de justiça e democracia (Negro, 2004). Nesse sentido, o periódico é um vestígio desse passado mediador de Lula que foi presentificado em outros momentos de sua trajetória como sindicalista (1969 - 1982), deputado (1987-1991), e mais tarde, presidente da república (2003-2010)⁴².

Porém, o diálogo entre Lula (PT) e Albano Franco (CNI) não agradou a todos os

⁴⁰ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 16 de outubro de 1987. edição: 00191. Caderno 1. p.2

⁴¹ *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 30 de abril de 1988. 1º caderno, p.4. Ed: 0022.

⁴² Lula viria a ocupar a presidência da república entre 2003 e 2010, sua gestão ficou conhecida pela política de conciliação de classes que colocava em mesas de negociações trabalhadores, Estado e patrões através das Comissões Ministeriais Tripartites. O objetivo delas era encontrar mediações para os problemas nacionais.

membros da burguesia, nem mesmo do setor industrial. Mario Amato (FIESP) responsabilizou Albano Franco de ter negociado com a esquerda e construído a derrota dos patrões no caso da estabilidade do emprego, resultado “da crise existencial de Albano Franco, que não sabe se é empresário ou pemedebista”⁴³. A proposta de condições mínimas de estabilidade foi aprovada pela Comissão de Sistematização da Constituinte em 1987, mais tarde também foram referendadas pelo Plenário da Constituinte, sendo incorporada no capítulo dos direitos sociais sob o artigo 7º item I e II:

7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário (BRASIL, 1988).

Outro tema que gerou celeuma entre o industrial sergipano (Albano Franco) e o paulistano (Mario Amato) foi o caso da definição de empresa de capital nacional, a questão tocava na proibição do comércio e distribuição de derivados de petróleo por empresas estrangeiras. No dia 11 de novembro de 1987, foi aprovada na comissão de sistematização o texto definindo que apenas as empresas nacionais poderiam fazer a distribuição do petróleo. Albano Franco votou favorável à proposta que era de autoria de Fernando Santana, deputado do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pela Bahia.

O caso gerou tremenda disputa de narrativas entre os setores burgueses e uma chuva de críticas construiu-se nos jornais: *O Jornal do Brasil* tratou a questão buscando um tom de neutralidade apenas descrevendo o fato, nos termos do “voto equivocado”⁴⁴; por outro lado, *O Estado de S. Paulo* reportou a notícia com o título “O desastrado Senador da CNI”⁴⁵. Com uma narrativa dura, este último, vinculou Albano ao varguismo, uma suposta relação com os comunistas e à ignorância sobre a saída do subdesenvolvimento, em suas conclusões, possível mediante o investimento privado nacional ou estrangeiro. O adjetivo desastrado foi dado pelo deputado liberal Francisco Dornelles, Ministro da Fazenda do governo Sarney em seu primeiro ano de mandato, demitido devido a ineficácia de seu ajuste fiscal para reduzir os índices de inflação.

⁴³ Relato de Hugo Stuart no Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo. 09 de outubro de 1987. Caderno de Política, p.5. Ed:00217.

⁴⁴ Texto completo: “A Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou, com a ajuda de um voto equivocado do presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), senador Albano Franco (PMDB-SE), emenda de cinco linhas ao artigo 199 - do monopólio do petróleo - tornando exclusiva do capital nacional a distribuição de derivados, as empresas Shell, Esso, Atlantic e Texaco”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Capa. 11 de novembro de 1987. Edição: 00217.

⁴⁵ Texto Completo: “O mal que está na origem de situações aberrantes como a que se avalia, diante do disparate das atitudes do senador Albano Franco, vem de muito longe no tempo: remonta ao malsinado Estado Novo, que outorgou a estrutura sindical de índole fascista que existe ainda hoje no Brasil”. *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo. 12 de novembro de 1987. p.3.

Albano justificou publicamente que votou ‘sem querer’, pois não sabia do conteúdo da matéria⁴⁶. Se a argumentação era real, não há como saber, o fato é que essa discussão se arrastou por alguns meses. As divergências entre a FIESP e CNI eram candentes desde abril daquele ano, quando a CNI apoiou a proposta do Ministro da Fazenda, o industrial Dílson Funaro, de renegociar a dívida com o Fundo Monetário Internacional. Mario Amato acusou Albano Franco de apoio excessivo ao governo Sarney aceitando a submissão ao FMI⁴⁷.

FIESP e CNI fazem parte da mesma estrutura sindical e representativa, no entanto, naquele contexto os conflitos internos transbordaram na imprensa. Mediante um levantamento nos principais jornais do país, René Dreifuss (1989) traçou um perfil político das duas entidades. A FIESP organizou-se em torno das multinacionais, concordando com a livre concorrência entre capitais estrangeiros e nacionais. Por outro lado, a tese da CNI defendia a caracterização de empresa nacional de forma mais restrita, incluindo apenas as que tivessem capital majoritariamente nacional e sob direção de brasileiros, a consequência política dessa posição reverberaria em incentivos do Estado para acesso a mercados aos que se encaixassem na definição.

Em 1987, ainda circulava um ideal desenvolvimentista no espaço público, a busca pela construção de um “Brasil Potência” orientava esse horizonte de expectativa. Tal projeto, que tinha como determinação a ação do Estado para industrialização e a resolução dos gargalos estruturais, foi posto em xeque com o fracasso do Plano Cruzado (1985). Nesse sentido, a transição do ideário desenvolvimentista para um neoliberal iniciou-se ao longo da década de 1990. Os termos da disputa pela caracterização de empresa nacional resultaram desse processo (Dreifuss, 1989). O texto aprovado em 1988, a definiu como aquela que tem sede e administração no Brasil, com a maioria do seu capital em nome de pessoas domiciliadas no país (Brasil, 1988). Essa caracterização foi revogada em 1995, após aprovação da Emenda Constitucional nº06/1995.

Durante a década de 1990, a CNI abandonou qualquer preocupação com o protecionismo nacionalista. Seu programa passou a apontar a abertura completa ao capital estrangeiro, inclusive com participação na privatização de empresas estatais realizadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, defenderam que deveria ser “evitada a introdução de entraves e peculiaridades na legislação brasileira que estejam em desacordo com a prática internacional e eliminadas as restrições à participação do capital estrangeiro na economia brasileira” (CNI, 1996, p.8).

⁴⁶ Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo. 12 de novembro de 1987. p.3.

⁴⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 01 de abril de 1987. Edição: 00354. Caderno 1, p.18.

2.2.1 A Constituinte e a Questão Agrária

Se os conflitos marcaram o seio da burguesia industrial, uma pauta veio a unificar o setor, o medo da reforma agrária. A esquerda avançava na comissão de sistematização em diversos temas, um deles era a desapropriação de terras para realização de reforma agrária, expropriação essa que incluiria também o latifúndio produtivo. O direito de propriedade era a liga que faltava para dar unicidade às ações políticas da burguesia.

Para tanto, destacou-se como protagonista a UDR - União Democrática Ruralista, criada às vésperas da constituinte, e que teve como primeiro presidente Ronaldo Caiado, grande proprietário rural em Goiás. Sua forma de intervenção caracterizou-se pela fúria e pelo deboche. Ele definiu que seus principais inimigos eram o Partido dos Trabalhadores, a CUT - Central Única dos Trabalhadores e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a quem ele chamava de microminorias nazifacistas e inimigos do povo (Dreifuss, 1989).

Caiado utilizou-se de diversos métodos duvidosos, porém eficientes, para disputar os deputados constituintes. Um deles foi o uso de performances apelativas para enaltecer a agricultura verbalizando o discurso de ‘verdadeira empresa nacional’. No dia anterior a votação do texto constitucional, “Caiado circulava diante do Congresso com um carro de som e um burro, que ostentava no flanco esquerdo uma faixa onde se lia: ‘Sou burro, mas não sou tecnocrata. Não inventei o Plano Cruzado’”(Dreifuss, 1989, p.215). O deboche pressionou os deputados constituintes, que àquela altura estavam mapeados pela UDR, eram convidados para reuniões, e quando estavam indecisos recebiam recadinhos e visitas em suas residências de cabos eleitorais (Dreifuss, 1989, p.211).

Junto a UDR atuou também a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), as três buscavam não estabelecer a função social da propriedade e impedir a expropriação da terra produtiva. De forma singular, a CNA adotou uma postura negociadora, colocando água fria na fervura do debate (Dreifuss, 1989, p.209).

Por meio do conservadorismo de Caiado e da UDR, em conjunto com a CNA e SRB, e com apoio indireto da CNI e UB, logrou a vitória para a propriedade capitalista: foi garantido seu direito de posse, a possibilidade de desapropriação apenas da terra improdutiva, e a indenização quando destinada para reforma agrária. A única derrota do setor foi a exigência de execução de sua função social da propriedade (Brasil, 1988).

Do outro lado, a partir da década de 1970 também ocorre uma intensa luta no campo. Em 1974, foi realizado o I Encontro de Chefes Indígenas tendo como objetivo central a autodeterminação dos povos. Quatro anos após, iniciou-se o processo de retomada das terras

tradicionais pelos povos indígenas em todo sul do país. Foram emblemáticas as desintrações das terras de Nonoai - RS, Rio das Cobras - PR, Xaçupé - SC, Mangueirinha - PR, Guarita - RS, Votouro- RS e Cacique Doble - RS, realizadas pelo movimento sem auxílio da FUNAI ou qualquer outro órgão do Estado (Helm, 1980; Brighenti, 2015). Um personagem importante dessa história foi o cacique Kaingang do sudoeste do Paraná, Ângelo Kretã, liderança que contribuiu nas retomadas e tornou-se o primeiro vereador indígena do país. Sua trajetória também foi expressão do conflito agrário, Ângelo foi assassinado em 1980, motivado por sua luta.

A luta por território teve uma virada importante ao final da década de 1970. Em Nonoai, Rio Grande do Sul, a terra Kaingang havia sido paulatinamente ocupada por posseiros ao longo do século XX. Em sua maioria eram pessoas brancas e pobres estimuladas por políticos da região (Stédile, 1997). Em 1978, a comunidade indígena iniciou o processo de retomada utilizando de táticas como a queima de escolas, casas e pressão social (Tedesco, Seminotti, Rocha, 2018). Nesse contexto de tensão, cerca de 1.400 famílias foram expulsas da área. Esses trabalhadores estavam dispostos a ir para conflito mesmo que fosse necessário assassinar indígenas, que por sua vez, não iriam arrear pé. O CIMI - Conselho Indigenista Missionário, ligado à Teologia da Libertação, aproximou-se dos posseiros e tentou organizá-los, para isso, defenderam os direitos originários indígenas, ao mesmo tempo, que estimularam a mobilizarem-se para que também exigissem uma terra para viver (Stédile, 1997).

A Teologia da Libertação nasceu a partir da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano da Igreja Católica, ocorrido em 1968, em Medellín – Colômbia. Neste espaço definiu-se a opção pelos pobres, um ideário que subvertia práticas tradicionais da igreja e de sua estrutura hierárquica, constituindo-se em uma metáfora segundo a qual o pobre ocupa o lugar de Cristo sequestrado sob o sistema capitalista (Boff, Boff, 2001). O resultado disso era a superação da teologia do desenvolvimento, baseada na ideia de evolução pela fé. A Teologia da Libertação reconhecia que a pobreza nascia da geração da riqueza capitalista: “desenvolvimento e subdesenvolvimento são cara e coroa da mesma moeda” (Boff, Boff, 2001, p.112). Assim, não bastaria apenas orar para resolver os problemas sociais, exigia-se organização coletiva.

Para operacionalizar essa escolha foram constituídas as CEB's - Células Eclesiais de Base onde a população se concentrava, especialmente nas periferias urbanas, nas comunidades de pequenos produtores rurais e despojados do campo. Com periodicidade, reuniam-se para discutir a Bíblia e as condições de vida de sua comunidade, pautando-se pela

pedagogia do ‘ver-julgar-agir’, mobilizando a crítica para ação coletiva (Sader, 1988). As CEBs contribuíram para a construção de Clubes de Mães, Clube de Jovens, Pastoral Operária, Conselho Indigenista Missionário, Pastoral da Criança e outras tantas formas de aglutinação do “novo povo de deus”.

Daquelas 1.400 famílias expulsas da terra indígena gaúcha, 500 decidiram lutar por um pedaço de chão. Em setembro de 1979 ocuparam a primeira fazenda, Macali, o sucesso da ação levou a entrada nas glebas: Brilhante, Encruzilhada Natalino, Annoni e Coqueiros. Segundo João Pedro Stédile⁴⁸, eram áreas do governo do Rio Grande do Sul que haviam sido desapropriadas por Brizola em 1962, porém, com o golpe militar foram destinadas para apoiadores do regime e fazendeiros da região. Macali tinha cerca de 1400 hectares e Brilhante 1700 hectares (Stédile, 1997). Desse momento, emergiu o que viria a constituir o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1985.

Os ‘sem-terra’, como ficaram conhecidos após ampla campanha midiática, reivindicam essas ocupações como seus eventos fundadores. A memória coletiva se apresenta nas músicas cantadas durante os Congressos Nacionais do MST, nas atividades de formação, nas festas das colheitas e espaços coletivos em geral. José Pinto de Lima, o Zé Pinto, militante do MST e membro da pasta de cultura, narra a história na música “Só a Luta faz Valer”.

Esse evento traz presente um passado; De uma semente que deu vida ao movimento,
No broto novo de Macalli e Brilhante; A Encruzilhada Natalino pôs fermento; Não
adianta inventar outros caminhos; Porque jamais vão conseguir nos convencer;
Capitalismo nunca foi de quem trabalha; Nossos direitos só a luta faz valer (Pinto,
José, 1999).

Durante o período constituinte, as lutas pela terra não paralisaram. No início de abril de 1987, um conjunto de manifestações foram organizadas por pequenos agricultores e trabalhadores sem terras no sul do país. Em Sarandi, Rio Grande do Sul, duas mil pessoas fizeram piquete exigindo definição do governo Sarney sobre a política agrária e redução das taxas de juros. A ação foi organizada pelos acampados da Fazenda Annoni. Durante a atividade, Lirio Grosselli, Vitalino More e Roseli Correa da Silva foram assassinados por um caminhoneiro que avançou sobre a multidão. Todos os mortos tinham menos de 35 anos e eram sem-terras. Em Passo Fundo, também no Rio Grande do Sul, cinco mil pessoas pressionaram para uma greve geral na cidade, conseguindo fechar comércios e bancos. Em seguida, paralisaram a BR - 153. As barricadas foram construídas em todo norte e noroeste do

⁴⁸ De família de agricultores, João Pedro Stédile, tornou-se na juventude funcionário público do Estado do Rio Grande do Sul na secretaria de agricultura. Simultaneamente ao trabalho, formou-se em economia na PUC-RS e passou a militar junto a CPT e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves. Atuou ativamente no conflito de Nonoai e da fundação do MST, desde então é membro da Coordenação Nacional do MST.

estado⁴⁹.

No estado do Paraná, cinco mil trabalhadores também fecharam rodovias federais para exigir uma política agrária adequada aos pequenos agricultores. Nesse caso, os sindicatos rurais foram protagonistas orientados pela CUT, assim como no oeste de Santa Catarina. No caso paranaense destacou-se a repressão policial nas ações, a polícia militar utilizou de cassetetes e baionetas para oprimir a manifestação em Dois Vizinhos, sudoeste do estado. A baioneta, arma que se tornou a caricatura dos combates do início do século XX, mostrou simbolicamente as heranças do autoritarismo ainda presentes pós-transição da ditadura militar. No evento também foram presos José Souza Sobrinho e Aureolino Alves de Moraes, sindicalistas de Dois Vizinhos e Nova Prata do Iguaçu que discursavam em meio a assembleia de mil agricultores. Também foi detido o dono do carro de som, Oli Della Justino⁵⁰.

Em Santa Catarina, o movimento foi incentivado como resposta à repressão no Paraná e aos mortos de Sarandi. Trinta mil pessoas bloquearam rodovias de oeste a leste do estado. Incluindo as entradas das dez principais cidades produtoras agrícolas, a fronteira com a Argentina em São Miguel do Oeste e a divisa com o Rio Grande do Sul⁵¹. As manifestações foram grandes considerando o tamanho das cidades envolvidas, por exemplo, Dois Vizinhos - PR tinha aproximadamente 42 mil moradores no final de 1980 (IBGE, 1992). Para uma cidade de pequeno porte ser representada nas páginas dos jornais cariocas isso significou um grande impacto da ação política, pois a tendência geral seria o desconhecimento das experiências sociais ocorridas no interior do Brasil.

2.2.2 - Um ornitorrinco: a Carta Constitucional

A luta de classes no campo e na cidade resultou no texto constituinte aprovado em julho de 1988. Há poucos meses da aprovação a burguesia se mostrou descontente com os avanços aprovados nas comissões de sistematização, como a jornada de 44 horas semanais e a impossibilidade de demissão imotivada. Em março de 1988, a CNI declarou que estava calculando um aumento de 4,73% na folha de pagamento das empresas, portanto, lutaria para revisar o capítulo dos direitos sociais. Para Albano Franco havia uma condição brasileira que impedia a realização de um Estado de Bem-estar Social: “A constituinte tem ignorado a realidade do mercado brasileiro, votando emocionalmente questões econômicas que não

⁴⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 01 de abril de 1987. Edição: 00354. Caderno 1, p.18.

⁵⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 01 de abril de 1987. Edição: 00354. Caderno 1, p.18.

⁵¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 01 de abril de 1987. Edição: 00354. Caderno 1, p.18.

podem ser resolvidas por leis”⁵².

A luta da CNI envolveu um grande dispêndio de dinheiro e tempo. Um mês após a declaração, um esforço foi organizado em parceria com o centrão e outras entidades para garantir que os deputados de sua base de apoio participassem da votação do capítulo da ordem econômica. Estava em jogo a definição de empresa nacional, o monopólio do rateio do petróleo, a mineração por capital estrangeiro e proteção da empresa nacional da área da informática. Para isso, foram deslocados dez jatinhos para transporte dos deputados, com objetivo de angariar os 280 votos. A conta foi negociada e paga pelas entidades representativas: CNI, Confederação Nacional do Comércio (CNC), Febraban - Federação dos Bancos, UDR - União Democrática Ruralista, Câmara do Comércio Brasil/Estados Unidos, entre outras⁵³.

Em julho de 1988, a CNI e a UB - União Brasileira de Empresários convocaram seus membros para lutar por 24 emendas em defesa da livre iniciativa. Em reunião, junto com as 24 emendas foram anexadas as listas de deputados constituintes e suas posições, por meio dessa informação articulações pontuais deveriam ser realizadas para o convencimento dos indecisos ou contrários. O presidente do Grupo Gerdau, líder no setor da siderurgia e indústria de base, Jorge Gerdau Johannpeter, afirmou os danos que o texto dos direitos sociais causaria no país, sob “ameaça de perdermos o bonde da história [...] por opções pelo atrasado, verdadeiros arcaísmos como o paternalismo e o intervencionismo estatal na vida do cidadão”⁵⁴.

Como resultado do processo constituinte, se obteve em outubro de 1988 um texto unitário, porém contraditório ao sintetizar interesses de diferentes grupos sociais. Se para Francisco de Oliveira (2011) o Brasil pode ser explicado pela metáfora do ornitórrinco, com relações sociais de produção que se organizam e desenvolvem de forma desigual e combinada, essa mesma figura pode ser aplicada à Constituição Federal promulgada em 1988. Ela encerra em si a presença de projetos distintos de futuro, simultaneamente: manteve a tutela dos militares sobre a ordem política, a estrutura agrária, inelegíveis os analfabetos, e a família heterossexual como entidade familiar. Por outro lado, ampliou serviços públicos a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), garantiu a assistência social a todos que dela necessitarem, estabeleceu a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e os deu estatuto de prioridade absoluta, permitiu a livre organização e associação política, e

⁵² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 24 de março de 1988. Edição: 00347. Caderno 1, p.2.

⁵³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 26 de abril de 1988. Edição: 0018. Caderno 1, p.2.

⁵⁴ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 21 de julho de 1988. Edição: 00104. Caderno 1, p.3.

reconheceu os direitos dos povos indígenas⁵⁵. Esse texto engloba a contradição das novas configurações políticas que se estabeleciam na sociedade brasileira (Silva, Michel, 2019).

A sociedade civil enquanto um espaço social que integra o Estado, em sentido gramsciano — Estado Ampliado ou Integral — teve a constituinte como pauta de mobilização dos diferentes setores. A CNI movimentou-se como um partido político que buscou representar os interesses de seu grupo e atuar como educador da população, isso quer dizer, tentou tornar sua visão de mundo hegemônica. Para isso, utilizou-se do jornalismo como esfera de intervenção pública, mas não só, também realizou seminários, construiu a UB, usou de pesquisas de opinião sobre o empresariado avaliando o governo, assediou os deputados indecisos com bilhetinhos, voos de jatinho, jantares e conversas de corredor.⁵⁶ O exercício da hegemonia nesse caso se ancorou na tentativa de formação do consenso nacional em torno de sua agenda.

Albano Franco como presidente da Confederação Nacional da Indústria foi apresentado pela imprensa como o representante dos industriais. Mesmo a entidade tentando mostrar-se como neutra e sem rachaduras, tensões extrapolaram sua sede, especialmente aquelas que colocaram em questão passado e futuro, papel do Estado e definição de empresa nacional, como se demonstrou nas rugas entre Albano Franco e Mário Amato (FIESP). O fato é que a transição política da ditadura estabeleceu condições para que a ação da burguesia tomasse a luz do sol e não ficasse apenas nas conversas privadas, o repertório democrático deu a tônica do processo. Em geral, “seus líderes haviam trocado os bastidores pelo centro do palco, alguns até como estrelas do jogo político. [...] Lá estava a trajetória completa da elite brasileira, em sua nova briga pela direção da empresa Brasil” (Dreifuss, 1989, p.7).

Para René Armand Dreifuss, dessa dialética engendrada na luta de classes, organizada em um jogo da direita, resultou o conteúdo da Constituição e os vencedores dessa batalha:

A Carta constitucional refletia o comedido sucesso do empresariado urbano, o êxito ruidoso dos proprietários rurais e a mais recente e ferosa demonstração do poder militar. O empresariado preservaria o essencial – o agora disciplinado regime de livre-iniciativa -, mas perdera em alguns detalhes e interesses localizados, ficando na corda bamba nas questões intermediárias. Já os militares haviam obtido uma vitória ampla, geral e irrestrita. A função militar foi mantida nos termos estipulados

⁵⁵ Para uma análise detida da constituinte vide Silva (2019). Nobre (2013) salienta que no momento da produção da carta magna de 1988 ela foi vista como a cristalização do nacional-desenvolvimentismo, no entanto, a partir das modificações e re-interpretações a partir do século XXI, ela passou a ser tida como algo novo, diferente do passado nacional-desenvolvimentista.

⁵⁶ Além das várias táticas aqui já expostas, acrescentasse o uso de pesquisas de opinião junto aos sindicalizados da CNI para avaliação do Governo Sarney. Essa tática foi utilizada como forma de pressão mediante a publicização nos jornais em relação à rejeição ao governo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 28 de janeiro de 1988. Edição: 00293. p.2

pela caserna, não perdendo nem mesmo o direito de intervir na ordem interna. A anistia foi negada aos cassados. E o parlamentarismo ‘dançou ao som da música da banda do quartel’ (Dreifuss, 1989, p.247).

No mesmo dia que o povo chileno decidiu o futuro da ditadura de Augusto Pinochet, em um plebiscito que indicou o desejo pela saída do ditador, Ulysses Guimarães, presidente da assembleia nacional constituinte, junto ao presidente da República, José Sarney, declarou promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil.

Durante 33 minutos, Ulysses discursou em defesa da democracia, de um futuro promissor buscando no passado elementos de grandeza e unidade nacional, assim o fez elogiando a ‘coragem’ dos bandeirantes ao invadir o território indígena e a modernização de Juscelino Kubitschek ao propor a construção de Brasília, visão de um verdadeiro ‘gênio’. Para ele, estava sendo posto fim a herança da ditadura militar, a qual os únicos sentimentos possíveis eram ódio e nojo. Aquele evento, selaria um texto que “tem substância popular e cristã o título que a consagra: ‘A Constituição Cidadã’”⁵⁷. Seu discurso rendeu aplausos em 59 momentos diferentes. Com um clima de euforia, declarou-se aberta uma nova etapa na história do país. Pelo menos foi assim que analisou o Jornal do Brasil. Quanto de novidade isso significou? Algo a ser questionado acompanhando a trajetória posterior.

A promulgação da nova Constituição é o marco de confiança que faltou até agora para encerrar a transição. Se formos capazes de arquivar o passado e se quisermos resolver todos os nossos problemas – dentro da lei, pelo voto, com trabalho e persistência –, todas as dificuldades parecerão imediatamente pequenas diante da oportunidade imensa que remove da nossa frente a lembrança do passado e deixa límpido e transparente o horizonte da História, a ser feita com a convicção da liberdade e a certeza de que o direito de cada um termina onde começa o dever de todos de respeitar e fazer respeitar a Constituição⁵⁸.

A transição encerrada no final de 1980 também foi a perspectiva adotada pelos industriais, como já mencionado, a ideia de nova fase foi defendida por eles. A pretensão ao esquecimento do passado foi marca da transição política brasileira. O seu longo processo, mais que uma particularidade, configurou-se em tática para gerar acomodações da oposição aos militares (Motta, Rodrigo, 2021). Simultaneamente, a contenção do passado foi promovida de forma forçada pela lei de anistia de 1979, impedindo que as feridas fossem tocadas e por sua vez, que aqueles que aderiram à luta armada fossem também responsabilizados, conformando assim uma neutralização moral (Bauer, 2008). Porém, esse acúmulo de experiência não pode ser apagado facilmente, para quem violenta até é possível não lembrar, mas para a vítima a cicatriz se faz presente na pele e na subjetividade.

⁵⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 06 de outubro de 1988. edição: 00181. Edição Especial. Caderno 1. p.3.

⁵⁸ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 05 de outubro de 1988. edição: 00180. Caderno 1. p.10.

O esquecimento e a memória dependem um do outro para existir (Ricoeur, 2007). Tomando uma proporção coletiva, a memória tende a retornar em momentos críticos, presentificando o passado. A estratégia do esquecimento foi utilizada por diferentes Estados Nacionais ao lidar com seus traumas, muitas vezes realizadas a partir da tentativa de reconciliação, no caso latino americano e africano isso se apresentou em relação às ditaduras e ao colonialismo, como na Argentina com o governo Alfonsín e na África do Sul durante o governo ‘Arco Íris’ de Nelson Mandela mediante a Comissão de Verdade e Reconciliação (Bevernage, 2018; Mbembe, 2006). No caso Argentino, o movimento das ‘Madres de la Plaza de Mayo’ seguiu exigindo o retorno com vida de seus filhos e netos, questionando a pretensa conciliação nascida na década de 1980 (Bevernage, 2018).

A expectativa por realizar ou não o acerto de contas variou nas experiências políticas, no entanto, foram comuns as tentativas de seguir em frente, abandonando o passado rumo a um horizonte aberto. Mesmo com a ânsia por seguir caminhando, as estruturas sociais e memoriais insistiram em tensionar essa tentativa de conciliação. No Brasil, esse excesso de memória apresentou-se, por exemplo, nas disputas de narrativas sobre o Golpe de 1964 infladas durante a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011. Bem como, após as Jornadas de Junho de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, com discursos mobilizados por parlamentares, como Jair Bolsonaro em sua nostalgia por um retorno ditatorial. Este tema será assunto do quarto capítulo desta dissertação.

3 - OS ANOS 1990: UMA DÉCADA DE NOVIDADES

Findado o processo constituinte, as eleições de 1989 ganharam destaque na vida nacional, especialmente naquele contexto de crise econômica e ineficácia dos Planos Cruzados, Bresser e Verão. O pleito foi marcado por uma diversidade de candidatos, vinte ao todo, e a primeira eleição direta desde o fim da ditadura. Sob o clima de frustração, os dois candidatos que foram para o segundo turno tinham em comum o fato de apresentarem-se como a novidade na política brasileira.

De um lado, Fernando Collor de Melo, membro da oligarquia alagoana, apostou na ideia de novo, de reformador do Estado. Para tanto, falava em caça aos marajás do serviço público para o enxugamento da máquina pública. Sua candidatura surpreendia também por ser realizada por um partido jovem, sem tradição política, o PRN - Partido da Reconstrução Nacional.

Do outro lado, Luís Inácio da Silva, o Lula, trazia consigo a trajetória do movimento sindical no espaço operário, tendo participado ativamente das greves metalúrgicas de 1978, 1979 e 1980 na gestão do sindicato do ABC paulista que incluía as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema. Região que era um importante polo industrial do país. Ele também havia sido deputado federal pelo estado de São Paulo entre 1987 e 1989. Era a alternativa dos trabalhadores e movimentos sociais no pleito, inicialmente compartilhou esse espaço com outros candidatos, como Leonel Brizola (PDT - Partido Democrático Trabalhista) e Roberto Freire (PCB - Partido Comunista Brasileiro) no primeiro turno.

Celi Pinto (2006) explica que na política brasileira a ideia de mudança circula no espaço público de forma predominante, o que conforma um discurso vazio no qual cada sujeito estabelece um significado, não evidenciando um conteúdo de fundo. Essa forma de organizar o discurso é utilizada tanto pela esquerda quanto pela direita, e tendencialmente carrega uma ideia positiva. Não à toa, Ulysses Guimarães finaliza seu discurso constituinte com: “A constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: - Mudar para vencer! Muda Brasil!”⁵⁹. Mudar para que? como? Na prática, essa é a materialidade do discurso vazio. Assim também Fernando Collor de Mello foi apresentado ao país por sua campanha de marketing⁶⁰.

Nos meses de outubro a dezembro, os industriais foram ativos ao pressionar os

⁵⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 06 de outubro de 1988. edição: 00181. Edição Especial. Caderno 1. p.3.

⁶⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 09 de maio de 1989. Edição: 0031. Caderno 1. p.11.

candidatos ao pleito. Mário Amato, presidente da FIESP, ganhou destaque, em fevereiro de 1989 publicou um comentário sobre a democracia brasileira no jornal *O Estado de S. Paulo*. Em sua análise, a democracia representativa era a melhor forma de governo, e a resolução da crise econômica passava pelo enxugamento da máquina pública, pelo sacrifício coletivo e o papel da livre iniciativa. Assim, era danoso ao país, o retorno do passado no que ele chamou de democracia populista⁶¹.

Em outubro do mesmo ano, uma outra declaração sua ganharia notoriedade no processo eleitoral, Amato afirmou que caso Lula ganhasse 800 mil empresários deixariam o país, uma proporção dez vezes maior do que ocorreu em Portugal em 1975 quando a esquerda foi eleita um ano após a Revolução dos Cravos que depôs a ditadura Salazarista. Para o representante da burguesia industrial paulista, os capitalistas fugiriam, pois Lula tinha um projeto ultrapassado, o desenvolvimentismo, apesar de “ser honesto, e bem-intencionado”.⁶²

O segundo turno das eleições de 1989 teve como característica o acirramento da disputa eleitoral, como mostraram as pesquisas eleitorais, Lula havia conseguido 46% das intenções de voto, enquanto Collor figurou com 47%. A campanha de Collor contou com apoio das grandes corporações midiáticas, especialmente da Rede Globo, que efetivou debate eleitoral gravado e que foi exibido em rede nacional com cortes manipulados para prejudicar o candidato petista.

Acrescido a isso, mentiras foram professadas sobre a vida pessoal de Lula, quando no Jornal Nacional foi exibido entrevista de sua ex-namorada, Miriam Cordeiro, afirmando ter recebido dinheiro para abortar uma gravidez. Piorando a situação, Abílio Diniz, na época empresário do Grupo Pão de Açúcar, uma rede de supermercados, foi sequestrado em dezembro de 1989. Após seis dias de cativeiro foi libertado e os responsáveis presos, o jornal *O Estado de S. Paulo* ligou o Partido dos Trabalhadores ao caso, pois a equipe detida em sua maioria era composta por imigrantes latino-americanos. A grande mentira gerou um sentimento de medo na opinião pública, rendendo a vitória a Collor (Schwarcz, Starling, 2015).

Fernando Collor de Mello iniciou o governo enfatizando o personalismo próprio de sua campanha, aquele não seria um governo do PRN, e sim do Collor. Entre suas primeiras ações compôs um quadro ministerial pequeno, de 23 pastas com Sarney, restaram apenas 12, assim aplicava sua retórica enxugamento da máquina estatal. De forma destacada, figurou o grande Ministério da Economia, ao qual foi entregue a uma jovem economista, Zélia Cardoso

⁶¹ O Estado de S. Paulo. São Paulo. 25 de fevereiro de 1989. n°34974, p.2.

⁶² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 12 de outubro de 1989. edição: 00187. Caderno 1. p.17.

de Melo (Sallum Jr, 2018).

O ano de 1990 seguiu os mesmos fluxos econômicos anteriores, inflação em alta chegando a atingir 50% ao mês. Para liquidar com a inflação, a equipe econômica elaborou o Plano Collor, apelido do Plano Brasil Novo, que consistia em 17 medidas provisórias. Essa era mais uma demonstração de uma forma de fazer política muito própria do presidente personalista. O projeto foi a público em março daquele ano⁶³, seu carro chefe foi a instituição do câmbio flutuante, as moedas estrangeiras passaram a ser reguladas pelo mercado e não indexadas pelo Estado. Essa política foi transversalizada em todas as gestões posteriores da Nova República. Aquele era o princípio da abertura do país aos moldes neoliberais.

Zélia Melo também mudou a moeda nacional, substituindo o cruzado novo pelo antigo cruzeiro. Para tanto, essa transformação foi paulatina, pessoas que tivessem até 50 mil cruzados novos em dinheiro vivo ou na poupança puderam utilizá-los como cruzeiro. Além de 20% dos ativos do mercado financeiro que também poderiam ser convertidos, o resto foi confiscado, o famoso confisco da poupança, que seria pago em 12 parcelas a partir de 1991 (Sallum Jr, 2018, p.170).

No Plano Collor, o ajuste fiscal não ficou de fora, especialmente quando se bradava contra o tamanho do Estado. Entre as primeiras ações aumentaram os impostos para exportação e importação de produtos, reduziram as isenções fiscais para fundos de investimento do Nordeste e da Amazônia, iniciaram o processo de venda de autarquias e empresas estatais (o país contava naquele momento com mais de 500 estatais). Além disso, foi criado o IOF - Imposto Sobre Operações Financeiras, taxaram os ganhos no mercado financeiro, demitiram funcionários públicos e reduziram benefícios daqueles na ativa, como os apartamentos funcionais do alto escalão. Sobre este último ponto, aparentemente a reforma administrativa não causou grandes efeitos ao financiamento do Estado, pois ampla maioria dos servidores foi posto “em disponibilidade” e não efetivamente demitido, ou seja, os salários foram mantidos, de um ponto de vista midiático caia bem a ideia de combate aos marajás (Sallum Jr, 2018, p.170).

A tentativa de acabar com a inflação impactou também o poder de compra das pessoas comuns, especialmente as mais pobres. Surpreendentemente, o Plano Collor congelou os preços dos produtos de janeiro a maio de 1991 e aumentou os salários em 72,87% a partir do IPC do mês de fevereiro. Segundo Brasílio Sallum Jr (2018), os principais atingidos pelo Plano Collor foram as classes proprietárias, tendo em vista que a propriedade agrícola, o

⁶³ Vale destacar que Fernando Collor tomou posse no dia 15 de março de 1990, as eleições haviam ocorrido em primeiro turno no dia 03 de outubro de 1989, e em segundo turno no dia 25 de novembro de 1989.

capital exportador e financeiro foi taxado, ao passo, que 90% das cadernetas de poupança, por terem menos de 50 mil cruzados novos, não foram mexidas. Simultaneamente, o reajuste salarial, necessário para manter o fluxo do mercado comprando e vendendo mercadorias, afetou significativamente a opinião pública. “Como Collor antecipara, o seu plano de estabilização deixou a esquerda perplexa e a direita indignada” (Sallum Jr, 2018, p.171).

As expectativas dos industriais com o governo Collor eram positivas no início de 1990. Logo nos primeiros dias do ano, Albano Franco, presidente da CNI declarou que estava “convencido de que Collor constitui um elemento aglutinador capaz de garantir um amplo entendimento nacional”⁶⁴. Em março, após o lançamento do Plano Collor as aspirações se mantiveram, mas algumas ressalvas foram feitas. Albano Franco elogiou o plano de estabilização, mesmo que algumas medidas precisassem ser tomadas para possibilitar sua efetividade. Para o empresário, o plano atacava os especuladores do capital financeiro, elemento positivo, porém, isso também reverberava nas indústrias produtivas, pois o bloqueio dos ativos financeiros paralisava a produção de capital (Lênin, 2021).

Desde o estabelecimento do imperialismo como uma fase do capitalismo, os bancos ocupam um espaço importante na reprodução do capital. No período mercantilista, era necessário aguardar que a mercadoria fosse vendida, ou seja, realizado seu valor de troca, assim se conseguia dinheiro para comprar mais meios de produção (matéria prima e maquinaria) para seguir produzindo. Com as revoluções industriais e o colonialismo, a fase imperialista passou a incorporar os bancos no ciclo da produção. Os bancos, seja por parceria ou fusão às empresas, emprestam dinheiro que é aplicado na produção de mercadorias, resultando na mais-valia, ou em outros termos, no excedente de valor que se transforma em capital. A fusão entre capital bancário e produtivo forma o capital financeiro (Lênin, 2021). Como Marx sintetizou na fórmula $D - M - D'$, um dinheiro inicial é usado para produzir mercadorias que ao serem vendidas se corporifica no valor anterior e uma porção a mais (mais-valor), ou uma valorização do valor (transformação em capital) (Marx, 2013). Em termos de Marx:

A forma completa desse processo é, portanto, $D-M-D'$, onde $D' = D + \Delta D$, isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital (Marx, 2013, p.294).

Nesse sentido, o pedido de Albano Franco em março de 1990, justamente relaciona-se com essa fórmula, ao bloquear as contas bancárias estrangulava-se o ciclo

⁶⁴ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 02 de janeiro de 1990. edição: 00267. Caderno 1. p.2.

produtivo. A curto prazo, isso significaria queda das taxas de lucro, e médio prazo derrocada do capitalismo. Por isso, uma mudança emergencial precisaria ser promovida.

A valorização do valor em Marx tem como fundamento principal a produção da riqueza pelo trabalho social, a mercadoria grávida de mais-valor é produzida pelas mãos dos trabalhadores. Nesse sentido, dessa relação fundamental entre trabalho e capital emerge a luta de classes. Enquanto Albano Franco se dirigiu aos jornais para fazer as reclamações dos capitalistas, nas mesmas páginas o conflito social apareceu com o tema da ausência do pagamento dos salários.

Duzentos funcionários da Hatsuta Industrial protestaram em frente ao Banco Central. Os trabalhadores hastearam faixas com os dizeres “apoiamos o Novo Brasil, mas nossos salários são sagrados”⁶⁵. A Hatsuta era propriedade de Takeshi Imai, empresário que defendia a colaboração entre capital e trabalho. Ela produzia patinetes elétricos, mas estava sem fundos para pagar os salários e girar o ciclo produtivo. A empresa era jovem, o ramo industrial de Imai era agrícola no ano anterior. Os mesmos patinetes haviam utilizado Fernando Collor como garoto propaganda meses antes. Ao mesmo tempo que a manifestação se realizou no centro de São Paulo, outros duzentos e cinquenta funcionários tentaram vender patinetes aos turistas que chegavam à Guarulhos, cidade da região metropolitana de São Paulo, para assistir ao Grande Prêmio de Fórmula 1, uma competição automobilística⁶⁶.

Ainda em 24 de março de 1990, em Pernambuco, 250 mil trabalhadores rurais e 30 mil trabalhadores da cana-de-açúcar estavam sem receber seus salários. A jornalista Vera Ogando do *Jornal do Brasil* relatou a crise a partir dos depoimentos dos operários:

“Mesmo tendo recebido esse pacote (cesta), só vou voltar a trabalhar quando me pagarem”, disse o cortador de cana da Usina de Jaboatão Ramiro Francisco da Paz, 40 anos, pai de cinco filhos, que ganhava semanalmente NCz\$ 943,00. “Já estou devendo mais de Cr\$ 1 mil fiado”, acrescentou. Os empregados da usina receberam da diretoria a promessa de que a situação poderia ser resolvida na próxima terça-feira. “Até lá terei morrido de fome”, afirmou o trabalhador Severino José Diniz, 26 anos, pai de dois filhos, acrescentando que a direção da usina ameaçou todos de demissão. “O dono disse que só poderia pagar a gente se voltássemos a trabalhar. Do contrário iam todos para a rua”. O proprietário da usina, Antônio Martins de Albuquerque, recusou-se a conversar com a imprensa.⁶⁷

Das 44 usinas e destilarias do estado, apenas cinco tinham pagado os salários aos funcionários. Os patrões alegaram que seu dinheiro havia sido retido por estar no mercado financeiro. Os operários revoltaram-se e entraram em greve em três cidades: Jaboatão, Barão de Suassuna e Maravilhas. Um dia de paralisação resultou em 500 toneladas de cana parada.

⁶⁵ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 24 de março de 1990. edição: 00346. Caderno 1. p.2.

⁶⁶ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 24 de março de 1990. edição: 00346. Caderno 1. p.2.

⁶⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 24 de março de 1990. edição: 00346. Caderno 1. p.2.

As ameaças de demissão iniciaram, assim como a tentativa de entregar comida em substituição ao dinheiro devido, entretanto, nem a coerção nem o convencimento funcionaram, os grevistas mantiveram-se firmes⁶⁸.

O mesmo cenário se repetiu em Minas Gerais no tocante ao congelamento dos preços aos consumidores. Em oito dias de vigência do Plano Collor, a Polícia Militar prendeu oito pessoas e registrou 59 boletins de ocorrência por crimes contra a economia popular, eram comerciantes que romperam com os limites do tabelamento⁶⁹. A tentativa de estabilização de Zélia Cardoso e Collor foi um fracasso, nos primeiros meses os índices inflacionários reduziram, contudo, retornaram a crescer em julho do mesmo ano. “No final de 1990, a inflação já beirava os 20% ao mês e o PIB - Produto Interno Bruto brasileiro apresentou queda de 4,3%, tendo a indústria de transformação, em particular, reduzido o seu produto em 9,5%” (Sallum Jr, 2018, p.174).

O governo Collor que se apresentou como sinônimo de novidade, mostrava que pouco tinha de novo. Para compor o quadro, sua postura personalista prejudicou as relações com o poder legislativo. Inicialmente, o presidente tentou governar sozinho, para isso, fez uso de uma tática bastante curiosa, publicou diversas Medida Provisórias (MP), ferramenta recém-criada pela constituição de 1988. Como sua forma de tramitação permite que ela entre em vigor até sua discussão no Congresso Nacional, com prazo de 60 dias prorrogável por igual período, Collor emitiu diversas MP's alterando-as em poucos termos para permitir a prorrogação de sua vigência e paralisação do congresso, apenas em 1990 foram usadas 143 (Sallum Jr, 2018).

Essa forma de atuação surtiu efeito imediato sobre a política, as MP's eram imediatamente aplicadas, porém, o presidente tentava mostrar que não precisava de apoio nesse processo. Arelada a essa tática, a arrogância e pouca habilidade em negociar com o centrão também fortaleceu sua posição isolacionista⁷⁰. A partir de então, dois eventos marcaram a crise política que levou à renúncia de Collor em 1992. Em dezembro de 1991, o Supremo Tribunal de Justiça aprovou aumento de 147% sobre o salário-mínimo de aposentados e pensionistas. O governo, em uma situação de ajuste fiscal, tentou negociar com o legislativo proposta de aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores na ativa para não impactar os cofres públicos. Medida que não foi acatada pelo Congresso Nacional.

⁶⁸ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 24 de março de 1990. edição: 00346. Caderno 1. p.2.

⁶⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 24 de março de 1990. edição: 00346. Caderno 1. p.2.

⁷⁰ O centrão compõe-se de uma bancada suprapartidária não homogênea, porém, tem como liderança política desde a constituinte, o PMDB. Durante a década de 1990, em um espectro de centro-esquerda à centro-direita, era composto por PMDB, PSDB, PL, PDC, PFL, PTB e PDT (Rodrigues, 2009).

Quatro meses depois, Pedro Collor, irmão do presidente, foi à revista *Veja* e denunciou um esquema de corrupção realizado durante as eleições de 1989, relacionando Fernando Collor e Paulo César Farias, o coordenador de sua campanha eleitoral. O caso PC Farias serviu para unificar centro e esquerda parlamentar, PSDB, PMDB e PT, conseguiram aprovar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso. As duas situações fizeram nascer a crise política gerada pelas ações do político alagoano, isso também contribuiu para questionar a ideia de estabilidade liberal que vinha se constituindo no âmbito da economia (Sallum Jr, 2018).

Durante os trabalhos da CPMI, um dos depoentes convocados foi o industrial Takeshi Imai da indústria Hatsuta S/A, o mesmo que em 1990 reclamou ao Banco Central quando ocorreu o bloqueio dos ativos financeiros. Em 1992, sua empresa seguia para a bancarota, em junho daquele ano seus funcionários entraram em greve, pois estavam há quarenta dias com salários atrasados. Segundo seu relato, ele resolveu ir à Câmara de Deputados ‘colocar a boca no trombone’ com medo da falência da Hatsuta. Takeshi estava envolvido em um processo que deveria entregar 12 kits de segurança sanitária ao Ministério da Saúde⁷¹.

A crise ainda se aprofundou quando manifestações estudantis pressionaram o impeachment de Collor. O primeiro de maio, geralmente marcado por pautas trabalhistas em referência à memória das lutas dos trabalhadores, foi capitaneado pelos setores de esquerda, especialmente a CUT, com o mote “Fora Collor”. No Rio de Janeiro, a manifestação terminou com o conflito entre trabalhadores e a Política Militar⁷². Porém, foi a partir de agosto que o caldo engrossou, após uma convocatória de Collor de uma manifestação em sua defesa. Estudantes de forma protagonista saíram às ruas com rosto pintado de preto ou verde e amarelo, junto com bonecos gigantes representando Collor como presidiário, Zélia Cardoso e PC Farias (Schwarcz, Starling, 2015, p.679). Essa forma performática de protestar com bonecos infláveis retornou a cena pública em 2016 com jovens de direita exigindo o impeachment da presidenta Dilma Rouseff sobre gritos anticomunistas e antipetistas⁷³.

Na década de 1990, as grandes caminhadas serviram para pressionar Collor e legitimar a CPMI, quando a derrota estava evidente, o presidente renunciou tentando fugir do julgamento que o tornaria inelegível por oito anos. A tática não deu resultados, em 30 de dezembro de 1992 seu julgamento foi realizado no Senado consumando a expectativa criada

⁷¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 12 de junho de 1992. Ed:0065. Caderno 1, p.4.

⁷² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 02 de maio de 1992. Ed:0024. Caderno 1, p.7

⁷³ Folha de São Paulo. São Paulo. 14 de março de 2016, A12.

anteriormente.

3.1 PLANO REAL: O PAI FHC E O PADRINHO ITAMAR

O pesadelo da inflação e a instabilidade econômica era o cenário político do início da década de 1990. Durante o processo de impeachment de Collor, seu vice assumiu o executivo federal, mudança que se tornou permanente após o desfecho de 1992. Itamar Franco era um político pouco conhecido, mineiro, desenvolvimentista, nacionalista, filiado ao PTB, porém, com currículo no PMDB como prefeito de Juiz de Fora e de oposição a ditadura. Por sua trajetória de vida, custou a aceitar as políticas privatistas de seu parceiro de presidência. Quando assumiu a cadeira presidencial, precisava dar uma resposta à altura da crise econômica e política, para isso iniciou um processo de troca dos ministérios, em um primeiro momento escolheu políticos mineiros e sua base de apoio que apostaram em uma saída tradicional para a crise. O caminho foi alterado poucos meses após a escolha, a opinião pública não estava contente e não ocorreram melhorias nos índices inflacionários.

Itamar Franco foi buscar um nome de peso para garantir a governabilidade, fugindo de sua primeira tática, encontrou em São Paulo uma solução, era Fernando Henrique Cardoso (FHC), senador por aquele estado. O senador era um nome conhecido amplamente e já tinha sido procurado por Collor para compor sua base ministerial, no entanto, não se vinculou devido a pressão do líder de seu partido, Mário Covas (PSDB) (Motta, Marly, 2018). Ele tinha como bagagem a teoria marxista presente na USP - Universidade do Estado de São Paulo, onde estudou e tornou-se docente, porém, aposentado compulsoriamente pelo Decreto-Lei 477/1969 como outros servidores públicos. De forma alternativa, para manutenção dos estudos em tempos de exceção, construiu junto a outros intelectuais o CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

O CEBRAP era um grupo de pesquisa que havia sido viabilizado com verbas da Fundação Ford, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e mais tarde da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Os fundadores eram pesquisadores de renome e heterogêneos como: Bóris Fausto, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Carlos Estevam Martins, Elsa Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, José Arthur Giannotti, José Reginaldo Prandi, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz (Morin, 2001).

As origens desse financiamento talvez explique a mudança de rumo de Fernando

Henrique nos anos seguintes. Na década de 1990, ele enveredou para a adesão às ideias neoliberais para gestão do Estado influenciado pelo modelo ‘de quem paga a banda escolhe a música’⁷⁴. O neoliberalismo como moda da época se fortaleceu com a queda da União Soviética e sua experimentação nos governos de Pinochet, no Chile; Margareth Thatcher, no Reino Unido; e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (Anderson, 1995).

Itamar Franco colocou FHC no Ministério da Fazenda depois de ser efetivado como presidente definitivamente. Logo em seguida à sua nomeação, em maio de 1993, FHC propôs o Plano de Ação Imediata (PAI), popularmente conhecido como Plano Real. Para o PSDB, o principal problema da inflação eram os gastos públicos do Estado, portanto, um ajuste fiscal e o fim da intervenção estatal eram importantíssimos. A meta era cortar 6 bilhões de dólares naquele ano. Paralelamente, realizou-se a redução na arrecadação do Estado a partir da diminuição dos impostos sobre a importação de bens de capital. Isso ocorreu em meio a reestruturação da indústria global com a ascensão da informática e do modelo toyotista de produção. Até aquele momento, o parque industrial brasileiro estava defasado e a importação de tecnologia era a medida necessária para a retomada produtiva (Motta, Marly, 2018).

Essas ações imediatamente não afetaram os índices de inflação. Logo entraram em cena as mudanças sobre o câmbio, pilar do que se tornou o Plano Real. A primeira medida foi a manutenção da desindexação da moeda, já existente desde o governo Collor, em seguida, o estabelecimento da URV - Unidade Real de Valor, mais uma transição monetária do que viria a ser a moeda mais duradoura da Nova República, o Real. Entre fevereiro e julho de 1994, a URV alterou o cruzeiro cortando três de seus zeros, transformando 2750 cruzeiros em um real, também equivalente a um dólar. Com isso, os índices de inflação decaíram em 10% no primeiro mês de transição (Motta, Marly, 2018).

Simultaneamente, FHC buscou dialogar com o FMI para renegociar o acordo de 1987, entre os aspectos de debate mantinha-se o ajuste fiscal. Entrando em choque com essa tentativa de liberalização da economia, a Constituição Federal de 1988 impunha diversos gastos sociais para a garantia da cidadania. Os direitos sociais entendidos como algo amplo, não mais restrito a aqueles com carteira de trabalho assinada, exigiam seu cumprimento mediante a indexação de verbas para o pagamento da saúde, educação e assistência social.

Para manobrar a constituição desenvolvimentista, FHC criou o Fundo Social de Emergência (FSE) em 1994, desvinculando 20% das verbas arrecadadas pelas contribuições

⁷⁴ O CEBRAP segue ativo desde sua fundação, por volta de 2022 seu financiamento continua a ser realizado por empresas privadas, fundações de pesquisa públicas, e organismos multilaterais. São notórios: Banco Itaú, Confederação Nacional da Indústria (CNI), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) ligado ao Banco Mundial, g.br/institucional/Prefeitura de São Paulo, entre outros (CEBRAP, 2022).

sociais para serem utilizadas para outros fins, como investimentos (Motta, Marly, 2018). Seis anos mais tarde, quando já em seu segundo mandato presidencial, o FSE de artifício provisório tornou-se permanente sob o nome DRU - Desvinculação das Receitas da União, a partir de 2015 esse valor foi ampliado para 30%⁷⁵. Um ano antes ao FSE, havia instituído o IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras como forma de ampliar a arrecadação de tributos. Arelado ao manejo dos impostos e das indexações, as privatizações das empresas estatais conformaram o discurso ideológico do governo e o seu pilar de sustentação.

Na lógica do PSDB e dos próprios organismos financeiros multilaterais, as estatais eram o lugar da ineficiência produtiva, misturado ao empreguismo natural do serviço público brasileiro e que, portanto, só a iniciativa privada poderia realizar a mudança que a sociedade, na avaliação do governo deveria passar: o famoso choque de capitalismo, ou seja, mais produtividade, mais concorrência, mais eficiência. Para FHC, o Estado já havia feito demais, criando todas as condições para desenvolvimento em bases capitalistas no país. Missão agora que deveria ser cumprida pelos próprios capitalistas agindo livremente no mercado onde o Estado deveria apenas regular (Belieiro Júnior, 2009, p. 118).

Portanto, foram alvo de desestatização a indústria de base, o setor da comunicação, infraestrutura de transporte e energia, além do setor bancário. Ainda em 1994, quando Ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso promoveu 22 leilões de estatais, possibilitando a entrega total ou parcial das ações das empresas. Entre elas estavam a Açominas, a Usiminas, a Embraer e a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional (Almeida, 2010).

Nos anos seguintes, Eletrobrás e a Petrobrás tiveram podadas suas ramificações, foram vendidas: a Companhia Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa), Petroquisa na Petroquímica do Nordeste S.A. (Copene), Salgema Indústrias Químicas S.A., Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), Companhia Química do Recôncavo (CQR), Pronor Petroquímica S.A., Nitrocarbobo S.A. e Companhia Brasileira de Poliuretano (CBP), Petrobrás Química S.A, Light Serviços de Eletricidade S.A. No campo dos transportes as malhas ferroviárias e portuárias também foram vendidas ou postas em concessão ao setor privado como a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) (Almeida, 2010, p.376).

O setor bancário foi reformado e os bancos estaduais de fomento em sua maioria incorporados ao Banco do Brasil ou privatizados, caso do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) comprado pelo banco espanhol Santander e o Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) incorporado pelo Banco do Brasil. Também passaram por esse processo o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) e o Banco Meridional. Não ficou de fora o

⁷⁵ Para mais informações: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>

setor de comunicação com a entrega da Telebras ao capital privado (Almeida, 2010, p.376). Em 1995, trabalhadores dos correios, petroleiros, e funcionários públicos em geral, base diretamente atingida pelo programa de privatização, deflagraram uma série de greves tentando evitar o desmonte do Estado e as demissões (Motta, Marly, 2018, p.244).

Entre 1990 a 2002, 39 empresas federais foram desestatizadas. O caso mais emblemático foi a venda da Companhia Vale do Rio Doce, realizada em maio de 1997. A maior siderúrgica do país foi vendida por 3.338 bilhões de reais⁷⁶. Além disso, foi a primeira a ter diversos compradores: “entidades de Previdência Privada foram responsáveis pela compra de 23,7% das ações. Os investidores estrangeiros por 11,3%, pessoa física 5% e as empresas nacionais 59,8%” (Almeida, 2010, p.340-341).

A título de comparação, um ano após sua privatização, a Vale era a empresa com maior lucro do país, arrecadando naquele ano 756 milhões de reais⁷⁷. Dez anos após a venda, em 2007, a companhia acumulou, em apenas seis meses, o lucro líquido de 10,93 bilhões de reais, superando em muito o valor pelo qual foi vendida⁷⁸. Nesse sentido, evidencia-se que as privatizações não se configuravam como uma alternativa para o Estado se livrar de uma fonte de despesas e prejuízos. Da mesma forma, a lucratividade da empresa não é resultado de um erro de FHC ou mesmo do bom gerenciamento do setor privado. O fato de ser a maior empresa do país na década de 1990 demonstra que o setor público a geria de forma adequada. O que se mostrou foi uma opção política neoliberal que preferiu entregar ao capital privado os louros do trabalho dos operários da mineradora, convertendo-a assim em uma empresa capitalista como qualquer outra.

Em que pese a abertura da economia brasileira e a eliminação de qualquer tipo de restrição, a participação dos investidores estrangeiros ainda não representou um aumento significativo. No ano de 1997, o capital estrangeiro envolveu-se somente na compra das ações da Companhia Vale do Rio Doce (11,3% do total). Em nenhuma outra empresa privatizada houve a participação de investidores estrangeiros. A participação dos Fundos de Pensão e de Pessoas Físicas em muito supera não só os investimentos estrangeiros quanto a própria atuação do setor financeiro (Almeida, 2010, p.340).

Essa situação veio a se modificar a partir de 2001, final do governo FHC, quando o capital estrangeiro passou a ocupar uma parcela significativa das empresas privatizadas. Nesse contexto, o campo nacionalista foi perdendo espaço, e mesmo dentro das entidades representativas do setor produtivo brasileiro ocorreu uma adesão a tese de abertura do país e de desnacionalização/desestatização (Almeida, 2010, p.341).

⁷⁶ O Estado de S. Paulo. São Paulo. 8 de maio de 1997. B.8, p.54.

⁷⁷ O Estado de S. Paulo. São Paulo. 14 de agosto de 1998. L.1, p.43.

⁷⁸ O Estado de S. Paulo. São Paulo. 01 de agosto de 2007. B.14, p.27.

A CNI, destacou-se nesse período pela reprodução da retórica neoliberal afastando-se de uma defesa a indústria nacional ou ao desenvolvimentismo, isso se evidencia nos documentos do período. Por exemplo, em 1996 afirmaram em “Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional” divergência quanto a proposições de proteção ao capital nacional ou estatal em seu posicionamento ao Projeto de Lei 1900/91 do Deputado Virmondês Cruvinel do PMDB de Goiás, que definia:

as iniciativas de interesse de segurança nacional, considerando como tais as indústrias de material bélico, os estaleiros para produção de belonaves, as fábricas de aviões militares e artefatos semelhantes, às indústrias de munição e armamentos, as siderúrgicas, as petroleiras e a produção em grande escala de qualquer forma de energia. **DIVERGENTE.** Disciplina a intervenção do Estado apenas no que diz respeito à defesa dos imperativos de segurança nacional e do interesse coletivo. **O objetivo do projeto vai de encontro à tendência atual de redução da atividade estatal na economia, ou seja, contra o processo de privatização** (CNI, 1996, p.9, grifos nossos).

De forma ainda mais dura, atrelando a um debate sobre composição do capital nacional criticaram a ideia de uma "indústria genuinamente nacional" e o suporte a elas pelo Estado. Isso apareceu na posição da CNI em relação ao Projeto de Lei 1168/95 do Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), do qual discordava:

[O projeto de Lei] Estabelece objetivos, princípios e diretriz da Política Nacional de Telecomunicações, cria a Comissão Nacional de Telecomunicações - CONAT, dispõe sobre a organização dos serviços públicos de telecomunicações e o regime jurídico [...], os processos licitatórios privilegiarão as empresas constituídas no Brasil, com controle de capital nacional, que utilizem equipamentos aqui produzidos ou empreguem tecnologia nacional [...]. **DIVERGENTE.** **O projeto discrimina brasileiros e estrangeiros**, prevendo privilégios aos primeiros nas licitações e estabelecendo a responsabilidade pela administração e orientação intelectual a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos e a parceria entre Estado e “indústria genuinamente nacional” (CNI, 1996, p.24, grifos nossos).

Esse tema já havia recheado as divergências internas na CNI e entre nacionalistas e adeptos da abertura durante os debates constituintes. Naquele momento, as teses de defesa da indústria nacional foram chamadas de xenofóbicas, pois utilizavam como argumento a diferenciação entre estrangeiros e brasileiros. Notórias as falas de Jarbas Passarinho, militar e ministro da ditadura nas pastas de ‘Trabalho e Previdência’ e ‘Educação’, ao vociferar contra a lei da informática, afirmando que: “Decretamos hoje a vitória da xenofobia, um absurdo. E vocês, jovens, é que vão pagar por isso, porque eu já estou velho. Por que não aprovamos logo o regime comunista de uma vez? É para onde estamos caminhando” (Dreifuss, 1989, p.229). A lei protegia os produtores nacionais da chegada de produtos de fora, porém, ignorava que a tecnologia de ponta não estava sendo fabricada em terras brasileiras. De toda forma, esse foi um artifício retórico apelativo e que nada tinha de materialidade com ações preconceituosas

xenofóbicas em si.

Fato é que a CNI era reconhecida nos meios empresariais como uma defensora ativa do capital internacional. Nas palavras de Luiz Otávio Athayde, articulador da Câmara Brasileira das Empresas de Capital Nacional, composta especialmente por pequenas e médias empresas, a CNI e FIESP eram “muito comprometidas com o capital estrangeiro” (Dreifuss, 1989, p.242).

É relevante destacar que, ao longo do século XX, a relação entre a burguesia industrial brasileira com o capital estrangeiro ocorreu de uma forma que boa parte dos analistas denomina como “associada”, ou seja, sem manifestações ruidosas de oposição e sob uma dinâmica de complementaridade. Embora tenham surgido críticas em situações que afetaram interesses específicos, em geral, o desenvolvimento industrial brasileiro contou significativamente com o capital estrangeiro. Esse apoio foi crucial devido às dificuldades enfrentadas pelo Estado e pelas classes dominantes para realizar investimentos de longo prazo (Bastos, 2004). Essa dinâmica também permitiu que os empresários se concentrassem em setores de baixo risco, enquanto ao Estado, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas, coube a responsabilidade de implantar indústrias de base, exemplificadas pela CSN⁷⁹ e Companhia Vale do Rio Doce. Como identificou Bastos, configurou-se um “desenvolvimentismo associado brasileiro, ou seja, de um projeto de industrialização voltado para o mercado interno, mas dependente de financiamento externo” (Bastos, 2004, p.316).

Nesse sentido, por vezes a abertura ao capital e a desestatização foram pautas manobradas conforme os interessados do setor e não como um princípio universal. Um aspecto a ser destacado foi o avanço da retórica da livre iniciativa no seio da Confederação Nacional da Indústria, discurso aprofundado em seus documentos oficiais e reforçado sob termos como anacronia do Estado brasileiro ou excesso de intervencionismo. O pragmatismo burguês tinha como pote de ouro o fundo público, portanto, a livre iniciativa esbarrava diretamente na disputa do Estado.

Embora a unificação discursiva do empresariado estivesse centrada na luta pela desestatização e em favor da 'livre iniciativa', na hora de se enfrentar nos diversos aspectos práticos desta postura, surgiam as imprecisões e as 'áreas terraças' de interesses. [...] Outro exemplo foi o conflito entre segmentos da indústria, divididos com relação a uma maior abertura de mercado para o capital multinacional. E ainda

⁷⁹ A implantação da CSN é fato notório da determinação dos fluxos de capitais estrangeiros, seu nascimento exigiu o investimento vindo do suporte dado pelo presidente norte-americano Roosevelt como forma de distanciar Vargas e o Brasil de um apoio aos alemães durante a Segunda Guerra. Bastos (2004, p.302) calculou “que apenas o valor dos empréstimos do EXIMBANK aplicados na construção da CSN foi de US\$ 45 milhões, ou seja, aproximadamente Cr\$ 880 milhões à taxa livre de Cr\$19,60/US\$ que governava as importações privadas ou, à taxa oficial de Cr\$16,60/US\$, um valor algo em torno de Cr\$ 750 milhões (muito do qual aplicado em importação de máquinas e equipamentos sem similar nacional e não disponíveis no mercado internacional sem a influência de considerações geopolíticas)”.

a resistência de diversos grupos empresariais à proposta de desestatização ampla, segura e rápida. Isto, segundo o presidente da CNI [Albano Franco em 1988], afetaria muitos setores empresariais que, na sua visão, ainda dependiam de incentivos do Estado. **Mais uma vez, aparecia por trás do discurso pomposo do "modernismo" a arraigada e costumeira postura cartorial do empresariado.** Só que, desta vez, expressa sem ambiguidades: as grandes questões nacionais eram consideradas pelo simples mérito de se levar ou não vantagem com a manutenção das práticas estabelecidas. No âmago da questão, estavam os fundos públicos 'a serviço' dos privados e a preservação das relações de poder constituídas (Dreifuss, 1989, p. 186).

Tendo surtido efeito positivo, o Plano Real foi descrito naquele momento como o responsável pela estabilização econômica. Como Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso recebeu os louros pelo processo, ficando Itamar Franco em um espaço opaco da memória coletiva dos brasileiros. Assim, o saldo da trajetória política de FHC o levou às eleições de 1994 com vitória com a maioria simples dos votos, vencendo o opositor Luis Inácio da Silva (PT) em primeiro turno. O feito foi repetido quatro anos depois, tornando-se o primeiro presidente reeleito de forma ininterrupta.

3.2 - LADO A LADO COM MARGARET THATCHER⁸⁰: O NEOLIBERALISMO BRASILEIRO

Durante os dois mandatos presidenciais de FHC, o neoliberalismo conformou seu programa de governo, embora as ideias não tenham surgido na década de 1990. Esse programa teve suas raízes imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial, com as contribuições do austríaco Friedrich Hayek (1899-1992). Em 1947, Hayek organizou um seminário com intelectuais que compartilhavam de sua perspectiva, realizado no Mont Pélerin, na Suíça. Entre os participantes estavam Milton Friedman, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Salvador de Madariaga, Michael Polanyi, Walter Lippmann, Walter Eucken e Lionel Robbins. Desse evento nasceu a Sociedade Mont Pélerin, que se reunia bianualmente para debates (Anderson, 1995). A teoria elaborada pelo grupo apontava que “o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (Harvey, 2008, p. 12).

Assim, essa forma de pensar e gerir o Estado ficou conhecida como neoliberalismo e

⁸⁰ Referência à foto em que aparecem Itamar Franco e Margaret Thatcher sentados lado a lado, publicada em março de 1994. O registro do Jornal do Brasil mostra o último evento da visita da ex-primeira-ministra britânica ao Brasil, que durou quatro dias. Além do encontro com o presidente, ela também participou de uma série de jantares com empresários nacionais e elogiou o plano de estabilização de FHC, comparando-o, em sua avaliação, ao aplicado no Reino Unido em 1979 durante sua gestão. In: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 19 de março de 1994, capa, Ed: 00343. Vide também: O Estado de S. Paulo. São Paulo. 17 de março de 1994. B.11, p.83.

se tornou hegemônica quando ocorreu o choque do petróleo em 1973, momento em que coincidiu a queda das taxas de lucro e o aumento inflacionário. Naquele contexto, as saídas keynesianas ou desenvolvimentistas pareciam não resolver ambos os problemas:

O remédio, então, era claro: manter o Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (Anderson, 1995, p.11).

O conceito de neoliberalismo descreve a adesão a uma política de Estado, porém não deve ser confundido como um novo sistema econômico, pois continua sendo expressão da fase imperialista do capitalismo, uma vez que as relações sociais de produção se mantiveram inalteradas (Fontes, Virgínia, 2010). Pode-se argumentar que o projeto neoliberal de redução da intervenção estatal em favor dos trabalhadores não é algo novo na história do capitalismo. De fato, tal afirmação é correta; os direitos sociais e trabalhistas não são condições naturais da sociedade da mercadoria, mas fruto da luta de classes de séculos. A particularidade do final do século XX reside na articulação da ideologia da liberdade de mercado sob a hegemonia do capital financeiro, não mais o capital produtivo, como o industrial (Boito Jr, 2007). Disso resultam consequências nefastas, como as altas taxas de desemprego e a mercantilização de quase todas as esferas da vida, o que pode ser interpretado como sinônimo de morte.

No entanto, a aplicação do receituário neoliberal variou de um país para outro. A primeira experiência ocorreu durante a ditadura militar de Pinochet no Chile, em 1973. Na perspectiva de Perry Anderson (1995), somente na Inglaterra, durante o governo de Margaret Thatcher (1979-1990), ocorreu uma aplicação integral do programa do Mont Pélerin. O modelo inglês baixou os impostos sobre os ricos, reduziu políticas sociais, liberalizou o fluxo financeiro, reprimiu greves e buscou destruir os sindicatos, elevou as taxas de juros, seguiu a emissão de moeda, criou um exército de desempregados e efetuou um programa gigantesco de privatizações, incluindo desde habitação pública até a indústria de aço, eletricidade, petróleo, gás e água (Anderson, 1995).

O neoliberalismo norte-americano de Ronald Reagan (1981-1989) reduziu os impostos dos ricos e elevou as taxas de juros, cortou os poucos programas de habitação, saúde e assistência social. Nesse processo, a mudança na forma de tributação empobrecia ainda mais a população ao passo que concentrou a renda: “na década de 1980, aproximadamente

US\$ 160 bilhões foram transferidos por ano para os 5% mais ricos do país. No mesmo período, apenas 1% das famílias estadunidenses controlavam 37% da riqueza dos Estados Unidos” (Rocha, 2022, p. 204). Mas o neoliberalismo de Reagan não encolheu as despesas do Estado; pelo contrário, inflou os gastos armamentistas. Seu principal programa era a “guerra às drogas”; para tanto, estabeleceu um modelo de vigilância e repressão sobre as comunidades periféricas a partir da Teoria das Janelas Quebradas, segundo a qual pequenas contravenções, como pichações e uso de entorpecentes, deveriam ser amplamente contidas para dar exemplo à sociedade. O resultado dela foi o encarceramento em massa, especialmente afetando afro-americanos e latinos (Pessoa et al., 2021).

No caso brasileiro, a década de 1980 encerrou dois ciclos políticos: por um lado, a ditadura militar, a partir da transição negociada com civis, que resultou na eleição indireta da chapa de Tancredo Neves e José Sarney, em 1984; e por outro lado, o fim de um projeto de nação que tinha como horizonte de expectativa o industrialismo via suporte estatal, conhecido como desenvolvimentismo. Como já mencionado no primeiro subcapítulo, a crise econômica herdada da ditadura, que culminou em aumento da inflação e queda das taxas de lucro, bem como o fracasso do plano cruzado, sepultou o plano desenvolvimentista. Atrelado a uma conjuntura internacional de colapso da União Soviética, que tinha como pilar econômico o papel preponderante do Estado através do planejamento, conformou-se um momento histórico propício para o enraizamento de um repertório neoliberal, estabelecendo um novo horizonte de expectativa pautado no livre mercado e na redução dos direitos sociais, projeto que foi encampado na década de 1990.

Nesse cenário, a CNI aderiu ao repertório neoliberal e passou a defender a modernização do Estado. Em geral, isso se traduziu em três principais adesões. A primeira delas foi o apoio à abertura da economia ao capital estrangeiro, reduzindo políticas protecionistas em prol da melhoria da tecnologia nas fábricas brasileiras. A segunda adesão envolveu a privatização das empresas estatais, especialmente aquelas centradas na indústria de base, bancos públicos e telecomunicações. O tema foi tratado da seguinte maneira em 1996:

Para a modernização e o crescimento da economia é preciso que o Estado deixe de intervir e produzir em setores nos quais a iniciativa privada pode oferecer bens e serviços. O papel estratégico do Estado Moderno não é a produção direta; a sua principal missão é a criação de um marco jurídico e regulatório que estabeleça condições competitivas e regras estáveis para o investimento e a produção por parte do setor privado. O Estado deve concentrar seus recursos nas áreas onde a iniciativa privada não pode atuar ou não tem incentivos fortes para o desenvolvimento de investimentos como são os casos da saúde, educação básica, pesquisa tecnológica, segurança, justiça e áreas de infraestrutura (CNI, 1996, p.9).

O terceiro elemento determinante para a reforma do Estado, defendido pelo coletivo de industriais, referiu-se às leis trabalhistas. Haveria no Brasil um excesso de direitos sociais no âmbito das relações de trabalho, o que se traduziria na oneração da folha de pagamento. Dessa forma, entrou em cena uma operação que buscou confrontar o argumento de que os trabalhadores no Brasil seriam mal remunerados ou representariam uma mão de obra de baixo custo. Medidas no sentido de impor relações mais flexíveis entre trabalhadores e patrões foram sendo apresentadas ao longo da década de 1990 e a tentativa de redução dos direitos sociais tornou-se constante nos documentos da CNI:

A excessiva intervenção do Estado nas relações trabalhistas tem se mostrado nefasta, aumentando os custos laborais sem o correspondente aumento da produção de riquezas. A lei só deve estabelecer o rol mínimo de direitos trabalhistas, deixando à livre negociação, coletiva ou individual, as questões que digam respeito à remuneração e aos adicionais. Exceção apenas para o salário mínimo. (CNI, 1996, p.13).

Além disso, mesmo com o custo elevado na arrecadação de impostos, os serviços públicos de educação, saúde e assistência não seriam suficientes para capacitar a força de trabalho, o que se traduziria em um “investimento em capital humano abaixo do requerido pelas empresas” (CNI, 1995, p.13).

Naquela década, FHC tentou integrar o país à economia global em sua nova fase capitalista. Para tanto, buscou facilitar a entrada do capital estrangeiro, reduzindo as barreiras alfandegárias protecionistas na economia brasileira. No entanto, o equilíbrio da balança comercial era um desafio para o malabarista de São Paulo. Enquanto se esperava uma modernização da indústria instalada no Brasil, também se aguardava que as exportações de mercadorias produzidas nacionalmente mantivessem um patamar que compensasse a evasão de divisas (Motta, Marly, 2018). Além dessas ações, como citado anteriormente, também efetivou a venda de empresas estatais, e movimentou-se para enxugar o tamanho do Estado, cortando concursos públicos e extinguindo diversas carreiras.

Assim, dentro desse programa, uma das formas de enxugamento do Estado, aos moldes neoliberais, foi a modificação das instâncias deliberativas no interior dos ministérios. Foram suprimidos diversos conselhos consultivos como CIP (Conselho Interministerial de Preços), o CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial), a CPA (Comissão de Política Aduaneira), a Cacex (Carteira de Comércio Exterior) e o Concex (Conselho de Comércio Exterior). Em seu lugar foram criadas as agências reguladoras setoriais a exemplo da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e Agência Nacional do Petróleo, Gás

Natural e Biocombustíveis⁸¹. Isso não significou o desenlace entre burguesia e Estado, mas um remanejamento do seu espaço de atuação.

3.3 OS TRABALHADORES NA DÉCADA DE 1990

A estabilização do país prometida pelo Plano Real era algo que também povoava as expectativas dos trabalhadores do período. Especialmente porque o fantasma da inflação era algo que os atormentava desde a década de 1980. Esse medo não vinha sozinho; a instabilidade com a manutenção das empresas levava muitos a sofrerem com a angústia do desemprego.

Solange Maria de Azevedo foi demitida, assim como outros 90 mil operários que perderam seus salários em 1995. Ela trabalhava no setor calçadista em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, e recebia cerca de R\$102 reais. Quando soube da notícia, Solange foi ao Ministério do Trabalho realizar seu acerto de contas, para seu espanto, as notícias não eram animadoras: “fiquei arrasada. Minha esperança era receber o FGTS dos dois anos que trabalhei lá. [...] Eles disseram que só pagariam 40% do valor total e em mercadoria. Quem quisesse receber o resto que procurasse a Justiça. Isso é uma pouca vergonha”⁸². Também buscando seus direitos, o maitre Sirlei Dias de Andrade roía as unhas angustiado com a situação que lhe tinha sido imposta: “Nessa área de restaurante as coisas estão muito complicadas. Nos últimos meses o movimento caiu muito e tá todo mundo demitindo. Acho que vou voltar e pra minha terra [Bahia]”⁸³.

Em 1997, aproximadamente 36% dos brasileiros ainda acreditavam na capacidade de recuperação econômica do Plano Real, os outros $\frac{3}{4}$ da população estavam frustrados com os altos índices de desemprego e os custos dos serviços públicos⁸⁴. O medo de ficar sem emprego atingia cerca 69% da população, ou seja, era um número considerável de trabalhadores que projetavam um futuro incerto, sem horizontes de expectativa porque o mais básico poderia ser comprometido, o acesso à alimentação, à moradia, à água e ao transporte. Nos três anos seguintes à instalação do Plano Real os serviços residenciais de água e luz tinham subido 67,36%, viver continuou tendo limites evidentes⁸⁵.

⁸¹ As agências são pontos de preocupação dos industriais, especialmente a partir de 2013 são mencionados em seus documentos oficiais desejos pelo fortalecimento desses órgãos como parte do processo de modernização do Estado. (CNI, 2013. p.47)

⁸² Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 25 de agosto de 1995. Ed:0142. p.7.

⁸³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 25 de agosto de 1995. Ed:0142. p.7.

⁸⁴ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 11 de outubro de 1997. Ed:064. p.14.

⁸⁵ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 11 de outubro de 1997. Ed:064. p.14.

Naquele contexto, os trabalhadores mobilizaram-se, cruzar os braços diante das máquinas continuou sendo uma tática de luta utilizada para pressionar empresários e Estado. Em 1994, a CUT colocou em xeque o otimismo em torno do Plano Real. No ABC paulista, os metalúrgicos puxaram uma greve com 144 mil pessoas, a pauta era o acordo de reposição salarial negociado com as montadoras. Os patrões encurralados aceitaram a proposta dos sindicatos em 11,87%, mas o Ministro do Trabalho, Ciro Gomes, não homologou o encaminhamento. Em sua análise, poderia ser a brecha para um aumento geral dos salários e risco de retomada da inflação. Os operários seguiram com a paralisação, de forma inédita, o ato uniu centrais sindicais rivais: a CUT, representando o ABC e o novo sindicalismo; e a Força Sindical, dirigindo o sindicato na cidade de São Paulo, central sindical que defendia a conciliação de classes e por vezes a submissão à burguesia⁸⁶.

Se na cidade a luta prosseguia paulatinamente, o campo foi o destaque das mobilizações sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra estava em uma crescente. O MST se tornou nacionalizado em 1985 após a realização de seu primeiro congresso, realizado na cidade de Cascavel, Paraná. O local foi escolhido devido aos conflitos ocorridos na região nas décadas anteriores, afinal onde tinha latifúndio estavam também sem-terras lutando para ter onde viver. Desse primeiro encontro organizado nasceu a palavra de ordem que moveu seus membros ao longo das décadas seguintes: “Ocupar é a única solução”. Anos depois, as bandeiras foram modificadas para “Ocupar, resistir e produzir”, “Reforma agrária: uma luta de todos” e “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio” nos anos 2000 (Aued, 2005, p.65).

A principal tática de luta utilizada pelo MST foi a ocupação de terras improdutivas envolvidas em crimes judiciais, especialmente aquelas griladas e que não cumpriam com sua função social, conforme estabelecido no art. 186 da Constituição Federal (Brasil, 1988). Desse processo, nasceu uma disputa de narrativa que se estende até o tempo presente, os lutadores afirmam que efetuam ocupações, enquanto a grande mídia e as classes dominantes chamam de invasões. A palavra ocupação é carregada de um significado político que dá peso à busca pela efetivação dos direitos sociais, já a invasão remete a crime, por isso, essa tensão percorreu toda a trajetória do movimento.

Ainda assim, o resultado da luta foi tão expressivo que obrigou Fernando Henrique Cardoso a fazer uma série de desapropriações de latifúndios. Em março de 1995, 148 fazendas foram destinadas aos sem-terras, a área correspondente era de um milhão de hectares, sendo as maiores propriedades localizadas no estado do Mato Grosso, Tapurah e

⁸⁶ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 18 de setembro de 1994. Ed:0163. p.12.

Itanhangá juntas tinham 115 mil hectares⁸⁷. Porém, a ameaça dos de baixo à propriedade capitalista não passaria incólume. O período também foi marcado por uma onda de assassinatos e criminalização.

Na manhã de quarta-feira, 9 de agosto de 1995, a cidade de Corumbiara em Rondônia amanheceu cheirando a sangue. Um grupo de 187 policiais e outros tantos jagunços cercaram o acampamento do MST para executar ordem de despejo deliberada pela justiça. Ao entrar no local iniciaram a queima dos barracos enquanto os ocupantes dormiam. Os acampados que acordaram e conseguiram escapar da ação livraram-se de uma série de espancamentos e da morte. Treze pessoas foram assassinadas, entre elas uma criança de sete anos alvejada nas costas. A polícia ainda espancou e amarrou outros tantos, entre eles 354 que foram presos. A herança da ditadura e do anticomunismo se fez presente na organização da repressão: as forças policiais estavam armadas com metralhadoras, revólveres calibre 38 e pistolas 9 mm. O chefe da operação, Wellington Luis Barros, “elogiou a ação policial: ‘Foi um ato de bravura e heroísmo’. Segundo o coronel, havia entre os posseiros pessoas infiltradas com treinamento de guerrilha, que teriam preparado uma emboscada para os policiais”⁸⁸. Os jornais, por sua vez, responsabilizaram igualmente as vítimas pelo resultado do caso.

Cena semelhante se repetiu menos de um ano depois. No dia 17 de abril de 1996, 1500 manifestantes do MST marcharam sobre a rodovia PA - 150 de Eldorado do Carajás rumo a Belém. O ato era uma forma de pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que realizasse o assentamento do Complexo Macaxeira, na região de Curionópolis. No final da tarde, a polícia militar foi chamada para dispersar o grupo, para isso, imediatamente usou bombas de gás lacrimogêneo, que não surtiram efeito, pois os sem-terras optaram por resistir. Em seguida, por ordem do coronel Pantoja iniciaram os disparos de arma de fogo⁸⁹. Renato, de seis anos, levou um tiro no rosto, o sem-terrinha sobreviveu⁹⁰. Porém, esse não foi o destino de outros 21 de seus companheiros assassinados pelo Estado e pelo latifúndio, entre eles uma criança de três anos. O laudo médico demonstrou que sete pessoas levaram tiros na nuca e na testa, ou seja, foram mortes encomendadas (MST, 2022a). Carajás mostrou mais uma vez que a Nova República pouco tinha de novidade, a democracia precária que era construída reproduzia em seu cerne a truculência aos que se levantam contra a ordem dominante.

⁸⁷ Jornal do Brasil. 27 de março de 1995. Ed: 0353. p.3.

⁸⁸ O Estado de São Paulo. São Paulo. 11 de agosto de 1995. p. A16.

⁸⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 18 de abril de 1996. Ed: 0010. p.5.

⁹⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 18 de abril de 1996. Ed: 0010. Capa.

Entretanto, nesse mesmo dia, por um breve período os sem-terras se alegraram, no sul do país foram vitoriosos ao ocuparem o maior latifúndio do estado do Paraná. Dez mil pessoas entraram na Fazenda Giacometti com sede em Rio Bonito do Iguaçu, sudoeste do estado. A área da fazenda fazia parte de cinco municípios com seus 83 hectares. Ela havia sido grilada por um grupo madeireiro do Rio Grande do Sul, a Giacometti-Marondini. Após caminharem por 20 quilômetros, as três mil famílias ocuparam a área que tornou-se seu lar, a luta resultou em assentamento consolidado mais tarde⁹¹.

Junto às ocupações de áreas improdutivas, o MST utilizou das caminhadas como forma de dar visibilidade à pauta da Reforma Agrária e denunciar a violência no campo. A mais emblemática delas foi a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. No dia 17 de abril de 1997, em memória dos assassinados em Carajás, cem mil pessoas protestaram em Brasília (MST, 2022b). De forma simbólica, mil e trezentos lutadores fizeram o trajeto de suas regiões à Brasília a pé.

Os Sem Terra partiram de três pontos diferentes do país e, por dois meses, atravessaram a pé diversos municípios do Brasil. Uma das colunas, com integrantes dos estados do sul e São Paulo, partiu da capital paulista com 600 pessoas. Outra, com o pessoal de Minas, Espírito Santo, Rio e Bahia, saiu de Governador Valadares (MG) com 400 integrantes. A terceira coluna, com militantes de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás e Distrito Federal, partiu de Rondonópolis (MG) com 300 pessoas. O percurso de cada coluna foi de cerca de 1.000 km (MST, 2022b).

Como a chacina de Eldorado dos Carajás repercutiu nacional e internacionalmente, Fernando Henrique Cardoso precisou dar uma resposta a altura do caso, para isso, criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário. O ministro nomeado foi um político de esquerda, Raul Jungmann, ex-militante do PCB, para que conseguisse dialogar com o movimento sem-terra (Motta, Marly, 2018). Nesse sentido, o Estado e o bloco hegemônico no poder fizeram uso do consenso e da coerção para manter sua hegemonia. Isso, significou também a necessidade de fazer concessões para manter a ordem vigente. Portanto, foi devido a intensidade das lutas que o MST conquistou 3.924 assentamentos para 393.842 famílias durante o governo FHC (Coelho, 2016, p.186)⁹².

3. 4 A PRIMEIRA SÍNTESE: A TRAJETÓRIA DA CNI NA DÉCADA DE 1990

A Confederação Nacional da Indústria aglutinou em seu interior interesses da classe

⁹¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 18 de abril de 1996. Ed: 0010. p.5.

⁹² Os dados são expressivos: Sarney assentou 125.376 famílias em 825 áreas; Collor, 28.119 famílias em 167 áreas; Itamar 34.320 famílias em 305 áreas; FHC destinou 3.924 assentamentos para 393.842 famílias; Lula 250.329 famílias em 2.558 áreas (Coelho, 2016, p.186).

que é representante política, a burguesia, isso não significa que exista uma homogeneidade intacta. Dentro das classes sociais há subgrupos que são formados a partir do espaço que ocupam na sociedade. A título de exemplificação, na sociedade patriarcal as mulheres são submetidas a relações distintas dos homens, isso significa que têm demandas diferentes no interior da classe trabalhadora em comparação aos homens. O mesmo pode ser dito das frações burguesas com as particularidades do agronegócio, da indústria, dos bancos e do comércio; embora ocorram articulações entre elas.

Desse modo, a CNI não tem um registro eleitoral, mas organiza-se como um partido político, aqui em sentido gramsciano, defendendo uma fração específica (Gramsci, 2007). Ela usou dos jornais, construiu eventos, divulgou campanhas como forma de tornar seus interesses hegemônicos na sociedade civil. Essa sociedade civil, que por sua vez, não está separada do Estado *stricto sensu* e sim a ele imbricada por ser a arena da luta de classes (Fontes, Virgínia, 2010).

Além de lutar nesse território, os industriais buscaram também ocupar o Estado mediante a indicações de nomes para as secretarias e ministérios, como foi o caso de Dílson Funaro como ministro de José Sarney ou de Mario Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda de Ernesto Geisel e do Planejamento de João Figueiredo⁹³. Outra estratégia utilizada foi a composição de partidos políticos e do Congresso Nacional, como os dois presidentes da confederação na década de 1990: Albano Franco, senador pelo PMDB entre 1983 a 1994⁹⁴ e governador pelo estado de Sergipe (1995-2003)⁹⁵; e Fernando Bezerra, senador entre 1995 a 2007.

Ao tentar emplacar no âmbito do Estado estrito o seu programa, a CNI também cumpriu um papel formativo e propagandista, como uma orientadora intelectual. Gramsci denominou esse tipo de ação de ‘moderno príncipe’ inspirado no livro de Maquiavel “O Príncipe”. Assim, “o moderno príncipe ocupa nas consciências o lugar da divindade, mesmo que reivindique o laicismo” [...] e seu “programa econômico é exatamente a forma como se apresenta toda reforma intelectual e moral” (Gramsci, 2007, p.19)⁹⁶. Portanto, ela se constituiu como um dos modernos príncipes na Nova República, um moderno príncipe industrial (Rodrigues, 1997)⁹⁷.

⁹³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 11 de fevereiro de 1997. Ed: 00309. p.10.

⁹⁴SENADO FEDERAL. Albano Franco: Dados Pessoais. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/89>>. Acesso em: 18 out. 2022.

⁹⁵ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 20 de novembro de 1994. Ed: 0226.

⁹⁶ No livro Cadernos do Cárcere em seu volume III, nota número 1 intitulada “Moderno Príncipe e Mito Príncipe”.

⁹⁷ Aqui se concorda com a caracterização de José Rodrigues (1997) quando a forma e o conteúdo da CNI.

Durante o governo Itamar, o empresariado industrial foi favorável ao Plano Real. Também apoiaram o governo FHC, inclusive quando foi proposta a alteração legislativa para permitir sua reeleição, afinal “facilitaria a atração de novos investimentos estrangeiros”⁹⁸. Porém, isso não significou que a posição deles fosse passiva. Pelo contrário, na data de lançamento da URV - Unidade Real de Valor, o então presidente da entidade, Albano Franco acompanhou a cerimônia e elogiou o processo, esperançoso com a estabilização que em suas perspectivas levaria a um aumento da produção anual em 4%. Mas, reclamou enfaticamente quanto à taxa de juros, considerada elevada, que para ele prejudicaria a fabricação de mercadorias⁹⁹.

Outras divergências também apareceram em relação ao estabelecimento do IOF - Imposto sobre Operação Financeira, a medida que tornava permanente o IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras necessário para a garantia do fundo público ainda muito impactado pelos tempos de crise¹⁰⁰. Além disso, as pressões sobre a política cambial também se fizeram presentes, o real desvalorizado em relação ao dólar levou a uma enxurrada de produtos estrangeiros no país, envergando a balança comercial para o lado das manufaturas vindas de fora¹⁰¹. De forma propositiva, pressionaram o Estado para que realizasse também a reforma previdenciária e tributária, entendendo o atraso que a Constituição Federal na prática e simbolicamente exercia, para isso uma campanha publicitária foi elaborada com as palavras de ordem “Reforma Já!”:

Somente no estado do Rio serão distribuídos e espalhados 200 outdoors, 100 mil panfletos, 10 mil adesivos, 200 faixas, 30 mil adesivos de lapela e 200 busdoors (anúncios em ônibus), trazendo logotipo e textos explicativos da campanha. A partir de hoje, serão veiculados em rádios e tevês jingles e filmes publicitários explicando as vantagens da aprovação das reformas para o Brasil. ‘Será uma campanha de convencimento da opinião pública e dos nossos políticos’, explicou Gouvêa Vieira¹⁰². O custo da campanha foi estimado em R\$900 mil.¹⁰³

O tema da abertura do Brasil ao capital estrangeiro talvez seja o mais contraditório. A CNI apoiou e reforçou esse discurso quando isso significou investimento de capital, ou seja, fusão entre burgueses brasileiros e estrangeiros ou migração de fábricas para o país. Contudo, quando ocorreu a redução das tarifas alfandegárias que permitiram a entrada de mercadorias estrangeiras mais baratas em comparação aos similares nacionais, isso promoveu um incômodo que levou à divergência dos industriais. As tensões apresentadas nos jornais

⁹⁸ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 12 de dezembro de 1996. Ed: 00248 p.2

⁹⁹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 10 de maio de 1994. Ed: 0032. p.3

¹⁰⁰ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1995. Ed: 0252. p.12.

¹⁰¹ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 23 de novembro de 1994. Ed: 0229. p.5

¹⁰² Presidente da FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, braço da CNI no estado do Rio de Janeiro.

¹⁰³ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 01 de julho de 1997. Ed: 0084. p.3.

registraram esse processo.

Em setembro de 1994, ainda durante o governo de Itamar, Fernando Henrique Cardoso saiu em campanha eleitoral e em seu lugar assumiu Ciro Gomes. Mostrando para o que veio, o novo Ministro da Fazenda baixou os impostos sobre os produtos importados, 445 itens com similares nacionais tiveram redução entre 4% e 14,3% para entrarem no país. Com isso, tinha como objetivo promover uma baixa dos preços dos produtos brasileiros no modelo de pressão externa, bem como, evitar um desabastecimento. Imediatamente, a CNI reagiu à ação mostrando seu descontentamento, foram para cima do ministro para que suas taxas de lucro não fossem afetadas. Em tempos democráticos, a ameaça dos industriais mobilizou o uso da justiça como forma de pressão, se o poder executivo não lhes deu resposta, outra esfera do Estado poderia dar¹⁰⁴.

Essa movimentação não representou uma oposição direta ao capital estrangeiro, mas ao Estado brasileiro que em termos dos industriais não o estava beneficiando. Em geral, uma postura de diálogo com empresários externos ao país foi adotada pela CNI, por vezes, sendo também sua recepcionista. Em novembro de 1995, a entidade recebeu em sua sede 70 burgueses alemães interessados em investir no Brasil. A conversa girou em torno das reformas necessárias para a instalação de suas empresas, entre elas estavam as mudanças na previdência e no sistema tributário. Após a conversa, os brasileiros incorporaram em sua agenda uma pauta alemã, o modelo de transporte marítimo por cabotagem. Esse sistema promoveria a troca de mercadorias ao longo da costa através dos portos¹⁰⁵. Depois disso, era a vez da CNI ir à luta. Essa sugestão foi incorporada nos documentos oficiais dela e foi defendida ao longo do século XXI.¹⁰⁶

Por meio desses eventos, três pontos são importantes de serem observados. O primeiro, de que o Estado tem como função garantir a dominação de classe e ser o mediador do conflito social, representando de forma hegemônica os interesses da classe economicamente dominante (Engels, 2019, p.211-213) . O segundo de que a configuração como Estado Nacional tende a beneficiar, e até proteger, a burguesia de sua nação, por ser expressão das relações políticas emanadas de seu nascimento como capitalista. Porém, isso não significa que não ocorram tensões, as burguesias de outras origens também disputam as políticas públicas, especialmente aquelas de países centrais que têm um poder econômico

¹⁰⁴ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 18 de setembro de 1994. Ed: 00163. p. 12.

¹⁰⁵ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 23 de novembro de 1995. Ed: 0229. p. 16.

¹⁰⁶ Presente nos documentos: CNI. Seminário Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional. Brasília: 1995;CNI. Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional. Brasília: 1996. cni. Mapa estratégico da indústria 2013-2022. 2. ed. Brasília: CNI, 2013. CNI. Mapa estratégico da indústria 2018-2022. Brasília: CNI, 2018.

superior, haja vista a fase imperialista. Por último, não é possível separar o capital em nacional e estrangeiro, há um completo entrelaçamento entre as classes dominantes realizado através da exportação de capitais e de mercadorias, a formação dos monopólios, ao histórico colonialismo, e a união entre capital bancário e industrial (Lênin, 2021). Se os trabalhadores não têm pátria (Marx, Engels, 2010, p.55), o mesmo pode ser dito das classes dominantes.

Para a historiadora Virgínia Fontes também não seria adequado falar em uma burguesia nacional em sentido político, esperando uma agência de classe reformadora, como ocorreu nas revoluções burguesas clássicas francesa e inglesa. A burguesia brasileira tem como marca a colonização e reproduz uma estrutura de repetição de larga data que se expressa pela subordinação/associação ao monopólio estrangeiro e a truculência ao opor-se aos trabalhadores. “Essa burguesia brasileira remói, resulta e promove contradições. No ruminar de antigas contradições, atualiza as heranças das formas de dominação pregressas, das quais se instaura como herdeira” (Fontes, Virgínia, 2010, p.312).

No contexto do final do século XX, cumprindo as expectativas das classes dominantes, o Plano Real deu respostas à estabilização financeira do país. E 1996 pode ser demarcado como o primeiro ano de saída da crise inflacionária, os jornais comemoraram o menor índice de inflação desde 1979, batendo média nacional de 22% no ano anterior¹⁰⁷.

Porém, isso não significou que a trajetória econômica foi apenas ascendente. Crises cambiais que resultaram nas moratórias do México e da Rússia em 1999 impuseram medo aos criadores do plano. Para evitar o mesmo destino ao Brasil, se construiu o tripé do Plano Real:

- 1 - Câmbio Flutuante: Esta política permitiu que o valor da moeda brasileira fosse determinado pelo mercado, com pouca intervenção do Banco Central. Isso significava que o preço do real em relação a outras moedas estrangeiras seria determinado pela oferta e demanda no mercado cambial.
- 2 - Lei de Responsabilidade Fiscal: Esta lei estabeleceu limites para o gasto com funcionários públicos e impôs restrições aos gastos da União, estados e municípios. Além disso, proibiu a criação de benefícios socioassistenciais sem uma fonte de arrecadação definida.
- 3 - Superávit Primário: Consistia na contenção dos gastos públicos para garantir um saldo positivo entre receitas e despesas, priorizando o pagamento da dívida pública. O governo se comprometia a economizar recursos para pagar os juros e amortizações da dívida, reduzindo a necessidade de novos empréstimos. Esse foi o principal legado do governo FHC, não sendo revogado no período posterior. O tripé também era fruto da pressão do FMI exigindo garantias para o pagamento da dívida externa e a manutenção do financiamento do Estado (Motta, Marly, 2018, p.250).

¹⁰⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 11 de janeiro de 1996. Ed: 00278. p. 14.

Por fim, a presidência do PSDB tinha como meta estabelecer um novo modelo de desenvolvimento no país que reconhecia a posição dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho, e, portanto, não via problema em abrir o país ao capital estrangeiro ou privatizar empresas estatais. O caminho escolhido foi a tentativa de pôr fim à utopia varguista do trabalhador com a carteira assinada por décadas na mesma empresa, à indústria criada com o suporte do Estado, e às grandes obras de infraestrutura feitas pelo poder público. O desejo de FHC, como ele mesmo referiu em seu discurso no Senado às vésperas de assumir como presidente da república, era acabar com o que restava do varguismo¹⁰⁸. No processo, a CNI ziguezagueou entre aderir e se acomodar ao projeto tucano, mostrando-se pragmática, uma postura marcante em sua trajetória política.

A ideia de zigue-zague foi tomada de empréstimo de Rodrigo Patto Sá Motta (2021), que a utilizou para descrever a política de distensão da ditadura militar promovida pelo grupo liderado pelo general Ernesto Geisel. O historiador identificou as diversas táticas empregadas para prolongar a permanência dos militares no poder, não se limitando apenas à repressão aos movimentos sociais, como ocorreu em 1980 durante a greve dos metalúrgicos no ABC Paulista, mas também incluindo a negociação com o Congresso Nacional. Petrônio Portella foi destacado como o articulador civil da Arena frente ao PMDB nesse contexto.

No início do século XXI, aproximando-se das eleições nacionais, uma nova composição de forças foi se organizando no Congresso Nacional. O ator que se destacou foi o Partido dos Trabalhadores. Nas eleições municipais de 2000, o partido cresceu em número de prefeituras, especialmente nas capitais, governando 187 cidades (Motta, Marly, 2018). Paulatinamente uma aproximação começou a ser construída entre o PT e a indústria. Expressão do que viria a se constituir a partir de 2002, Mario Amato, ex-presidente da FIESP e da CNI, declarou poucos dias antes do pleito voto útil na candidatura de Marta Suplicy do PT para a capital paulista. Ele que tinha protagonizado a oposição a Lula na eleição presidencial de 1989, onze anos depois se dizia mais maduro e afirmava: “Fui maldoso e não fui leal com o Lula”¹⁰⁹ [...] “hoje, o PT não me amedronta. Felizmente, a maturidade obtida com a idade me faz reconhecer que onde o PT atua os escândalos de corrupção são menores ou não existem”¹¹⁰ Também sua visão sobre os dirigentes petistas mudou com o tempo, “o Lula já não é mais aquele líder tacanho e o deputado José Genoíno é um político

¹⁰⁸ O Estado de S. Paulo. São Paulo. 15 de dezembro de 1994. B14, p.86.

¹⁰⁹ Folha de São Paulo. Mario Amato hoje gostaria que PT vencesse eleição. 05 de outubro de 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200026.htm>>. Acesso em: 22 out. 2022.

¹¹⁰ Folha de São Paulo. Mario Amato hoje gostaria que PT vencesse eleição. 05 de outubro de 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200026.htm>>. Acesso em: 22 out. 2022.

equilibrado”¹¹¹. O século XXI emergiu surpreendendo a história política, especialmente com seus horizontes de expectativa, mas esse tema fica para o próximo capítulo.

¹¹¹ Folha de São Paulo. Mario Amato hoje gostaria que PT vencesse eleição. 05 de outubro de 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200026.htm>>. Acesso em: 22 out. 2022.

4 - OS INDUSTRIAIS SE APROXIMAM DO PROJETO DEMOCRÁTICO-POPULAR

Em abril de 2002, sete meses antes do pleito eleitoral, as articulações em torno dos futuros candidatos já estavam em curso, os jornais especulavam os bastidores das negociações e alfinetavam aqueles que saíram pela tangente de suas origens políticas¹¹². Foi com o título “Amor, mas um estranho amor” que a jornalista Dora Kramer desconfiou das opções de políticos tradicionalmente conservadores quanto à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, naquele ano. Entre eles, Paulo Maluf, Antônio Carlos Magalhães e Fernando Bezerra¹¹³ (então presidente da CNI e ex-ministro da Integração Nacional de FHC 1999-2001). Ela descreveu a situação ironicamente da seguinte maneira: “Deve ser o ar do outono. Mas também pode não ser. Esse repentino e estranhíssimo amor que a direita resolveu externar pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva [...]”. A colunista também alertou o campo petista sobre uma possível aproximação dos conservadores: “Além de desfigurar o perfil de uma carreira construída desde o final dos anos 70, esse tipo de atitude ainda provoca desconfiança numa boa parcela do eleitorado que pode acabar concluindo que Lula se domesticou além do limite suportável por sua biografia”¹¹⁴.

Dora Kramer estava correta, uma aproximação entre empresários e a direção do Partido dos Trabalhadores foi se constituindo entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Uma relação que resultou em uma chapa meio a meio para presidência da república em 2002. De um lado, Lula, metalúrgico, sindicalista e imigrante nordestino, fundador do PT. De outro lado, José de Alencar, burguês, fundador do complexo têxtil COTEMINAS (Companhia de Tecidos Norte de Minas)¹¹⁵, ex-presidente da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais 1989-1995), e senador pelo Partido Liberal (PL).

Para o pleito eleitoral, a equipe de Lula e Alencar construiu uma campanha eleitoral comedida e intitulada “A Esperança vai vencer o Medo”. Assim, o sindicalista mostrou que sua retórica também se adaptava ao cálculo eleitoral, mesmo que para isso fosse necessário

¹¹² Segundo o calendário eleitoral daquele ano, o pleito ocorreu no dia 06 de outubro de 2002 em primeiro turno, e 27 de outubro em segundo turno, com início da propaganda eleitoral oficial em 06 de julho. Concorreram para alteração de representantes do executivo e legislativo federal (Brasil, 2002).

¹¹³ Em 2002, ocorreu eleição para direção da CNI ocorrendo uma transição de nomes, em chapa única, Armando Monteiro substituiu Fernando Bezerra, permanecendo no poder até 2010. Em outubro, quando assumiu a presidência, Monteiro foi empossado com a presença de FHC como representante do Estado. In: *O Estado de S. Paulo*. 13 de outubro de 2002, p. B2.

¹¹⁴ Dora Kramer. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 26 de abril de 2002. p.A6.

¹¹⁵ Após a década de 1980, iniciou uma franca expansão, em 1991 entrou para bolsa de valores; em 1998 comprou o complexo catarinense da Artex e Santista, em 2004 a Santanense, se tornando uma das grandes empresas têxteis da América Latina. A partir de 2006, parte de seu capital tornou-se internacional passando a ser controlada pela Springs Global Participações S.A. com sede nos Estados Unidos da América após fundir-se com a companhia Spring. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 10 de maio de 2011, p. B14.

alterar seu guarda roupa e forma de discursar, recebendo com isso o apelido de Lulinha Paz e Amor, trejeito que ele mesmo adotou.¹¹⁶

Na capital federal, em maio daquele ano, os quatro candidatos com maior intenção de votos (Lula, José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho) foram convidados pelos industriais para apresentação de seus planos para o futuro do país. Frente a 400 empresários, os políticos falaram por volta de trinta minutos¹¹⁷. Aquele não era o primeiro evento em que a burguesia publicamente dialogava com políticos, mas era o primeiro em que um candidato representante dos trabalhadores à presidência era convidado. Durante sua fala, Lula retomou sua trajetória política para sustentar que era o candidato mais experiente, ao passo em que ponderou sobre uma tentativa de conciliação entre patrões e trabalhadores ao demonstrar que seu projeto não era socialista ou comunista, afirmando que poderia abri-lo para as contribuições empresariais. Em suas palavras: “estamos conversando, mostrando o que pensamos e sabendo dos empresários o que querem”¹¹⁸.

Tal postura foi vista de forma otimista pelos industriais, um sinal de moderação e de garantia de suas condições de existência. Do mesmo modo, em sua interpretação, o Brasil teria consolidado uma estrutura institucional democrática, bastando em aspectos políticos, porém, com necessidades de modernização em termos econômicos:

O presidente da CNI [Armando Monteiro Neto] também disse que o empresariado não teme uma eventual vitória de Lula, porque o Brasil está vivendo uma ‘democracia real’ e não um ‘faz-de-conta’ em que só seria admissível a vitória de determinado candidato. ‘Se o jogo político fosse de cartas marcadas, nós estaríamos vivendo em uma republiqueta’¹¹⁹.

A respeito da democracia constituída na Nova República, em documentos precedentes, a CNI também usou da retórica de solidez das instituições, mesmo que por vezes fosse preciso aprimorá-las: “o ciclo da transição política iniciado em 1984 terminou. O Congresso é pleno em seus poderes e, o que é mais importante, também vem realizando sua própria reengenharia” (CNI, 1995, p.3). No entanto, as instituições republicanas continuavam sendo um problema quando isso significava intervenção estatal na economia. Anos mais tarde, quando os casos de corrupção vieram à tona com maior frequência por meio do jornalismo, o tema ocupou o espaço no projeto industrial como uma preocupação ao impedir o desenvolvimento saudável do capital (CNI, 2018), assim como a fragmentação partidária (CNI, 2005).

¹¹⁶ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 22 de outubro de 2002, p. A4.

¹¹⁷ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 10 de maio de 2002, p. A7.

¹¹⁸ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 10 de maio de 2002, p. A8.

¹¹⁹ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 10 de maio de 2002, p. A8.

Em 2002, essas questões não assombraram os industriais, na realidade, a adoção de um discurso democrata levava a burguesia a nuançar sua abordagem sobre Lula, antes visto como seu inimigo mortal¹²⁰, depois como um possível aliado, gerando como consequência o tensionamento com o concorrente José Serra (PSDB), ao perceber que sua base de sustentação estava em disputa. Para Serra, Lula estava alterando seu projeto de país, assumindo o programa psdbista de estabilização econômica de FHC, o que conformaria: “o maior estelionato eleitoral desde Collor”¹²¹. Seu coordenador de campanha, deputado Pimenta da Veiga, reafirmou a crítica: “O Lula é um tucano barbado, e isso não fica bem porque não é sincero nem espontâneo”¹²².

Em junho, tornaram-se evidentes as diferenças entre a burguesia industrial e o capital financeiro. Durante dois dias seguidos, caíram os índices da Bolsa de Valores. O periódico *O Estado de S. Paulo*, assim como outros jornais conservadores, acusou a candidatura de Lula de criar um clima de instabilidade e de tergiversar com o ‘humor do mercado’¹²³. Em resposta, a campanha petista lançou a *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual rebatia as críticas responsabilizando o governo de Fernando Henrique Cardoso por não pôr o país nos trilhos do crescimento, além de ter criado uma crise fiscal devido ao rombo nas contas públicas. Esse documento também funcionou como demonstração de confiança na democracia liberal, reiterando que as correntes majoritárias do PT não eram socialistas. Desse modo, comunicou a manutenção do Plano Real como orientador de sua política de governo, mantendo superávit primário e pagamento da dívida pública, porém, com política de substituição de importações e transferência de renda (Silva, Luiz Inácio, 2002). Assim, concluiu o chamamento mostrando um caminho diferente em seus termos:

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social (Silva, Luiz Inácio, 2002, posição 5).

Não satisfeitos com a carta, os redatores do Estadão mantiveram a posição do jornal, relativizando a responsabilidade da gestão FHC e apontando que o país vivia o ‘efeito Lula’, pejorativamente atribuindo ao candidato os problemas econômicos que se avizinhavam:

¹²⁰ Referência a fala de Mário Amato, presidente da FIESP, nas eleições de 1989, afirmando que Lula levaria a fuga de capitais caso fosse eleito. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 12 de outubro de 1989. edição: 00187. Caderno 1. p.17.

¹²¹ *O Estado de S. Paulo*. 22 de outubro de 2002, p. A4.

¹²² *O Estado de S. Paulo*. 11 de maio de 2002, p. A6.

¹²³ *O Estado de S. Paulo*. 26 de junho de 2002, p. A3.

“mesmo não sendo o único motivo a levar os mercados às portas do pânico, é o fato singular mais importante dessa síndrome que afeta profundamente o Brasil”.¹²⁴

A rivalidade com seu principal adversário, José Serra (PSDB), chegou a um grau elevado de atrito no segundo turno. De forma caricatural, a campanha de Serra utilizou do anticomunismo para tentar fragilizar os adversários, produzindo o jingle “onda verde-amarela, que não é vermelha”¹²⁵. Da mesma maneira, a atriz Regina Duarte, vinculada ao Grupo Globo, gravou um pequeno vídeo divulgado no horário eleitoral afirmando que sentia medo caso Lula vencesse o pleito. Segundo a atriz, sua intenção não era causar pânico¹²⁶, mesmo que seu discurso afirmasse o contrário. Interrompendo uma trajetória de derrotas, a campanha de Lula se tornou vitoriosa, afirmando o mote “a esperança venceu o medo”. Assim, em 01 de janeiro de 2003 foi empossado o primeiro presidente operário do Brasil.

A vitória de Lula resultou de uma conjuntura momentânea de frustração com os governos anteriores, o que permitiu que a ideia de mudança, mobilizada pela esperança, não se convertesse em um sentimento de medo, apesar das ações dos adversários. Duda Mendonça, o marqueteiro desta campanha, desempenhou um papel crucial. Além disso, a televisão, como principal meio de comunicação, adotou uma postura diferente em relação a esse pleito. Primeiro, deu uma visibilidade maior aos candidatos e promoveu inúmeros debates. Em segundo lugar, politicamente, as redes de imprensa e televisão estavam divididas, o que contribuiu para o sucesso da campanha petista, que se apresentava como adequada ao pacto democrático, representando o diálogo, a moderação e um futuro otimista. “Em 2002, o PT combinava uma estratégia idealista com uma ética política responsável e pragmática. E esta combinação de opostos funcionou” (Gomes, 2006, p.23). Por último, o ícone Lula, como a personificação da voz do povo e com seu carisma, foi fundamental para mobilizar aspectos de uma cultura política que valoriza o personalismo e que se expressa com frequência na sociedade brasileira (Gomes, 2006).

Meses antes da posse, a transição da equipe de FHC para a de Lula foi realizada, sendo que a distribuição dos ministérios precisou ser manejada com a base aliada dos partidos e outros setores que não necessariamente estavam organizados dessa maneira, como os movimentos sociais e a CNI. Durante a campanha, apenas cinco partidos integravam a coligação de Lula e José de Alencar, eram eles: PCdoB, PCB, PL, PMN e PT¹²⁷ (TSE, 2002).

¹²⁴ *O Estado de S. Paulo*. 26 de junho de 2002, p. A3.

¹²⁵ *O Estado de S. Paulo*. 22 de outubro de 2002, p. A4.

¹²⁶ *O Estado de S. Paulo*. 22 de outubro de 2002, p. A8.

¹²⁷ As siglas correspondem a Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Liberal (PL); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido dos Trabalhadores (PT).

Eram partidos pouco expressivos em termos de ocupação do Congresso Nacional, PCB e PMN, por exemplo, não tinham nenhum deputado ou senador. Após o primeiro ano de mandato, a base aliada foi sendo inchada contando com: “376 deputados, ou cerca de 73% da Casa. São eles: PT (90 deputados, já considerada a recente expulsão dos três radicais),¹²⁸PMDB (77), PTB (52), PP (49), PL (43) PPS (21), PSB (20), PCdoB (10 deputados), PSC (7), PV (6) e PSL (1)”¹²⁹.

Nesse cenário, em dezembro de 2002, os industriais receberam atenção e foram contemplados com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior, sob comando de Luiz Fernando Furlan. O indicado contava com uma carreira de respaldo internacional entre o empresariado. Furlan nasceu em 1946 no oeste de Santa Catarina, em uma pequena cidade de nome Concórdia na qual, dois anos antes, seu avô Atílio Fontana havia fundado a S.A. Indústria e Comércio Concórdia, conhecida como Sadia, empresa do qual Furlan tornou-se presidente (1993-2002), além de ser seu herdeiro (Calderazzo, 2003).

Luiz Fernando Furlan seguiu os passos trilhados por seu avô, entendendo que as condições de empresário e de político não eram antagonistas¹³⁰. Para tanto, acumulou participações em diversos organismos de articulação burguesa, entre eles foi vice-presidente da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Frango (ABEF). Sua presença no governo Lula garantiu a repercussão do setor agroindustrial também nas deliberações da política industrial.

Segundo Noeli Pertile (2008), o setor agroindustrial catarinense se especializou em disputar cargos na estrutura do Estado, não apenas membros da Sadia, como também outra gigante do campo como a Perdigão S.A. Ambas as empresas estiveram juntas na campanha eleitoral para governador de Esperidião Amin em 1982, pelo Partido Democrático Social (PDS), um apoiador civil da ditadura militar. A chapa de Amin contava com o candidato a vice-governador Victor Fontana, diretor da Sadia S.A e sobrinho de Atílio Fontana. Após a vitória, a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina foi assumida por Nelson Madalena, membro do grupo Perdigão (Pertile, 2008). As duas empresas aprofundaram as alianças

¹²⁸As siglas correspondem: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Progressista (PP); Partido Liberal (PL); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ; Partido Social Cristão (PSC); Partido Verde (PV); Partido Social Liberal (PSL).

¹²⁹ BASE DO GOVERNO LULA NA CÂMARA INFLA EM 2003. Folha de S. Paulo. Jornal Online. 30/12/2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56811.shtml>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

¹³⁰ Atílio Fontana era um político conservador, fundador do PSD - Partido Social Democrático, foi vereador por esse partido 1947 a 1950, também deputado federal 1955 a 1963, Secretário da Agricultura de Santa Catarina em 1961 e 1962 no governo de Celso Ramos, senador de 1963 a 1970, e vice-governador de Santa Catarina de 1971 a 1975 (Pertile, 2008).

políticas em uma fusão econômica efetivada entre 2009 e 2013, quando nasceu o grupo BRF - Brasil Foods, em seus termos, “uma das maiores empresas globais de alimentos, presente em 127 países” (BRFOODS, 2022).

Politicamente, Furlan tinha relevância na CNI. Durante a realização do Seminário Custo Brasil, em 25 de novembro de 1995, ele foi convidado como consultor e palestrou sobre o futuro do país. Naquele momento, mesmo o evento sendo organizado por industriais, seu discurso centrou-se nos fatores que levariam ao aumento dos preços dos produtos agrícolas brasileiros, em particular, exemplificando com o uso da soja e do milho. Os problemas do chamado Custo Brasil envolveriam três áreas: a estrutura dos transportes, em grande parte centrada no setor rodoviário em contraposição a ferrovias e hidrovias, bem como a elevada carga tributária e os demasiados encargos trabalhistas. Tais questões teriam impacto direto na redução das exportações (CNI, 1995).

Quanto aos direitos trabalhistas, era evidente o seu alinhamento com a perspectiva neoliberal, prevendo o aumento da lucratividade por meio do aumento da exploração do trabalho ao reduzir o tempo de descanso, como as férias, somada à crítica ao valor do salário mínimo. Furlan evidenciou o Chile como exemplo positivo, país no qual as reformas do Estado e das estruturas sociais foram impostas durante a ditadura militar, e o convite deste palestrante para o evento pela CNI não foi acidental, e sim programático:

O salário mínimo no Chile é de US\$ 140. Não é tão distante do salário mínimo brasileiro, que hoje está ao redor de US\$110. No entanto, os encargos sociais no Chile são 25%, em 12 salários anuais, não 13. No Chile as férias são de três semanas. Não 30 dias e mais 1/3 como no Brasil (Furlan *apud* CNI, 1995, p.33).

O modelo chileno merece a devida crítica por configurar-se como um sistema de desamparo social. Os encargos de fato são menores, no entanto, as consequências sociais são nefastas. O sistema de previdência e pensão foi reformado pelo ditador Augusto Pinochet em 1980, estabelecendo que cada trabalhador contribui em um fundo específico para sua aposentadoria, o dinheiro seria armazenado por instituições privadas que poderiam aplicar os valores no mercado financeiro, as chamadas *AFP - Administradoras de Fondos de Pensiones*. Disso resultam as seguintes perguntas: como lidar com o desemprego inerente ao capitalismo e os trabalhadores que não se adaptam a lógica do trabalho assalariado e, portanto, não pagam sua contribuição à AFP? Além disso, em caso de crise ou perda do dinheiro pelas AFP, como os idosos seriam tratados, tendo em vista o esvaziamento dos caixas estatais? A resposta a tais questões se materializam nas taxas elevadas de suicídios entre idosos: “em 2016, a taxa de mortalidade por suicídio para a população chilena foi de 10,2 por 100 mil habitantes; na faixa

etária de 60 a 64 anos, a taxa foi de 12,0, e na de 80 anos ou mais, de 16,2” (Oliveira, Machado, Hein, 2019, p.4).

Seria este o horizonte de expectativa formulado por Furlan aos trabalhadores brasileiros? Difícil responder. O que se torna evidente é a continuidade de suas projeções acerca da priorização da exportação dos produtos brasileiros. Em 2002, tendo em vista o comprometimento do chefe do executivo com as exportações, Furlan aceitou o convite do presidente Lula de assumir o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, estrutura que situava-se em um ponto de convergência programática de ambos os lados.¹³¹ Assim, em 2003, ele confirmava a política de investimento público em infraestrutura, a concessão de crédito via BNDES, juros baixos e as alterações tributárias para reduzir o preço dos produtos nacionais. Em sua visão, a fórmula para tirar o país da estagnação e corrigir a rota para o crescimento já estava dada:

O governo apresenta um sinal positivo para os empresários ao deixar explícito que realizará investimentos. Com a redução continuada nos juros, estamos preparando o orçamento do BNDES para um período de crescimento. Nossa proposta orçamentária vai sair de R\$34 bilhões, este ano, para R\$47 bilhões, no ano que vem, justamente para poder abrigar uma demanda maior por financiamentos para investimentos. O presidente Lula já anunciou o novo Plano Plurianual de Investimentos e o orçamento federal para o próximo ano já está no Congresso. O governo investirá principalmente em infraestrutura e conta com os esforços da iniciativa privada, por meio de parcerias, para impulsionar esses investimentos. Muitos deles já estão sendo tratados com a iniciativa privada. Por exemplo, o capital privado tem manifestado interesse em modernizar a infraestrutura do Porto de Santos, assumindo a obra que ligará as duas margens desse porto. Grupos privados já realizam obras na rodovia Cuiabá-Santarém e pretendem asfaltar a estrada, para facilitar o escoamento das safras agrícolas do Centro-Oeste para os Estados Unidos e Europa por meio de portos na região Norte do país (Furlan *apud* Calderazzo, 2003, p.31).

Em termos políticos, estava se reafirmando as estratégias desenvolvimentistas por meio de Parcerias Público Privadas (PPP), o que significava a atualização do sistema de suporte do Estado à burguesia brasileira. De um ponto de vista individual, o interesse de Furlan com a ampliação das exportações se ancora em sua origem social: não por acaso, ele era herdeiro de uma grande empresa alimentícia que tinha como objetivo expandir suas vendas no mercado internacional, especialmente com derivados de frango e porco.

A partir desse viés, logo no início da gestão petista, mesmo preocupado em garantir as metas inflacionárias e os gastos com as contas públicas, os incentivos ao setor privado foram realizados. Nesse cenário, a CNI ampliou seu espaço de disputa no âmbito do executivo federal. Em junho de 2003, os primeiros pacotes de fomento foram negociados em reunião

¹³¹ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 25 de dezembro de 2002, p. A6.

entre o presidente Lula e onze industriais. À frente da reunião estava Armando Monteiro Neto, deputado federal pelo PTB de Pernambuco e presidente da CNI¹³².

No encontro, o tema central girou em torno das obras de infraestrutura, objeto de preocupação e parte da agenda Custo Brasil. O governo destinou, em um primeiro momento, 800 milhões de reais para obras de saneamento e recuperação de rodovias. Também foi anunciado um segundo pacote de 1 bilhão de reais para a construção de hidrelétricas, rodovias e ferrovias. Simultaneamente, reduziram os juros em 0,5%, significando uma possibilidade de aumento de empréstimos pelo setor produtivo, ou seja, promovendo maior fabricação de mercadorias com redução de seus preços, elevação das taxas de empregos e redução dos custos de vida dos trabalhadores¹³³. Por sua vez, o empresariado presente na reunião recebeu bem a proposta, mas não demonstrou-se completamente satisfeito. Um público exigente como aquele, manteve Lula pressionado, como expresso nas palavras de Armando Monteiro Neto: “dissemos que as obras são grandes, de longa duração, e necessitamos de regras bem claras para a questão ambiental e regulatória porque corremos o risco de ver o trabalho paralisado no meio, por qualquer ação que venha a ser feita pelo Ministério Público”¹³⁴.

A relação entre os industriais e a gestão petista, tanto de Lula quanto posteriormente de Dilma Rousseff, oscilou entre acomodação e resistência ao projeto democrático-popular, variando conforme a correlação de forças da burguesia em buscar seus interesses. O programa democrático-popular foi apresentado pelo Partido dos Trabalhadores como uma alternativa proletária à dominação burguesa ainda na década de 1980 (PT, 1987, p.17). O termo aparece em seu repertório desde os primeiros documentos da fundação do partido. Por exemplo, em 1981, ainda durante a ditadura militar, na primeira conferência partidária, Lula discursou sobre as tarefas do nascente partido: “Cabe, pois, ao PT incentivar a nação a conquistar uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular” (Silva, Luiz Inácio, 1981, p.7). Nos anos seguintes, o conteúdo dessa palavra de ordem foi definido da seguinte maneira:

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, anti latifundiário e anti monopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave,

¹³² *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 22 de junho de 2003, p. A4.

¹³³ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 22 de junho de 2003, p. A4.

¹³⁴ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 22 de junho de 2003, p. A4.

criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular. (PT, 1987, p.17-18).

Como se vê, este programa estava diretamente vinculado a uma perspectiva socialista de transformação social, e considerando alianças com a burguesia como espúrias, prevendo apenas a unificação dos trabalhadores do campo e da cidade. Ao longo dos anos, especialmente após as vitórias presidenciais, esse programa se modificou, e aquilo que era entendido como princípio tornou-se tática para a realização das tarefas em atraso. Assim, o PT buscou negar as táticas assumidas pelo velho PCB e, ao longo do século XXI, acabou repetindo parte desse passado¹³⁵.

Nesta dissertação, as gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff serão referidos como governos democrático-populares. Entende-se que, apesar das alianças realizadas com o empresariado em prol da governabilidade, parte das propostas populares foi efetivada, como é o caso do aumento real do salário mínimo.

Diante dessas contradições, a CNI buscou tensionar as relações internas dentro do governo federal. E, para tanto, celebrou os anúncios de liberação de obras de infraestrutura em junho de 2003, como apontado anteriormente. Os elogios, entretanto, duraram pouco tempo, precisamente três dias. Em 25 de junho de 2003, surgiu o primeiro desentendimento entre eles, quando veio à tona a pauta da reforma tributária. Colocando-se no papel de vítimas do sistema tributário, a CNI pressionou para que fosse realizada reforma tributária com teto de contribuição de 35% do PIB - Produto Interno Bruto¹³⁶. Questão que poderia resultar inevitavelmente em redução do fundo público e prejudicar a execução de obras e outros investimentos.

Desde 1995, a CNI reclamava da elevada quantidade e intensidade dos impostos, o que se configurava como sua prioridade número um naquele momento (CNI, 1995). Em sua narrativa, o empresariado seria vítima da sobretaxação de seus produtos, fator que compunha o Custo Brasil, resultando em mercadorias com preços superiores aos estrangeiros. Para tanto, seria necessária uma correção de rotas baseada em alguns preceitos:

desoneração da produção, das exportações e investimentos; aumento da base de arrecadação, com melhor distribuição da carga tributária; simplificação do sistema, com eliminação e fusão de impostos, e com a diminuição da carga imposta ao contribuinte. O novo sistema tributário deve eliminar as principais distorções do sistema atual, quais sejam, a elevada participação de tributos cumulativos, que

¹³⁵ Desde seu nascimento, o PT buscou colocar-se em oposição ao PCB politicamente. Em seus documentos, a divergência foi apresentada de forma explícita, veja-se: “É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo”. (PT, 1987, p.17).

¹³⁶ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 25 de junho de 2003, p. A7

oneram exportações e investimentos, os altos custos acessórios decorrentes da complexidade da legislação, e os níveis elevados das alíquotas nominais dos diversos tributos. (CNI, 1996, p.28).

O atual sistema é ordenado pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, composto por taxas, contribuições sociais e impostos. Sua estrutura é hierárquica, sendo subdivida em obrigações federais, como o pagamento do Imposto de Renda; estaduais, a exemplo do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços; e municipais, como o ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. A unidade de todos os impostos forma o fundo público nacional. A carga tributária de fato é elevada, no entanto, os principais prejudicados não são os empresários.

O Brasil reforça um padrão de concentração de renda em que os ricos pagam menos impostos em comparação com os pobres e os trabalhadores médios, pois as cobranças estão centradas sobre o consumo, o que os torna indiretos. Em 2014, “os tributos sobre o consumo representam 51,02% da arrecadação total, enquanto os impostos sobre a renda, 18,02%, e os impostos sobre o patrimônio, apenas 4,17%” (Machado, Balthazar, 2017, p.244). Desse modo, o país se caracteriza como um sistema regressivo de contribuição, o que beneficia os super-ricos por meio da “isenção de tributos sobre os lucros e dividendos, concedida no ano 1995, durante o Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso” (Machado, Balthazar, 2017, P.244).

Em 2004, os industriais mantiveram suas reivindicações de redução de impostos. O poder executivo, impossibilitado de agraciá-los imediatamente, promoveu algumas manobras, tentando apaziguá-los. Entre elas, reduziu o prazo de devolução de dez para cinco anos de duas contribuições sociais, o PIS - Programa de Integração Social e a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, exclusivamente para a compra de máquinas e equipamentos (bens de capital). Simultaneamente, ambas as contribuições passaram a ser cobradas de produtos importados como solicitado pela CNI, ampliando a concorrência entre mercadorias nacionais e estrangeiras¹³⁷.

O PIS e o PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público foram instituídos por meio das Leis Complementares nº 7 e 8 de 1970, assinadas pelo general Emílio Garrastazu Médici. O primeiro era voltado para os trabalhadores do setor privado, enquanto o segundo correspondia aos funcionários públicos. Seu funcionamento consistia em uma contribuição percentual mensal depositada pelos patrões ou pelo Estado em uma conta nominal do trabalhador os quais teriam acesso a tais valores em determinadas situações, como

¹³⁷ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 25 de abril de 2004, p. B7.

em caso de doença ou aposentadoria. A partir de 1975, ambos foram unificados em um único fundo e, com a Constituição Federal de 1988, foram eliminadas as contas individuais e o montante arrecadado foi incluído no FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Assim, servindo para pagamento do Seguro Desemprego, Abono Salarial, Sistema S e Programas de Desenvolvimento do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Caixa Econômica Federal, 2023).

Da mesma forma que o PIS-PASEP, foi criado o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, formando um conjunto de mudanças trabalhistas, previdenciárias e bancárias promovidas pela ditadura militar. Foi durante o governo de Castelo Branco, por exemplo, que foi criado o Banco Central e o BNH - Banco Nacional de Habitação.

O FGTS trouxe impactos imediatos no funcionamento do mercado de trabalho. Até então havia uma condição de seguridade social que permitia aos assalariados do setor privado a estabilidade no emprego. Isso ocorria, pois, em caso de demissão, o trabalhador teria direito a receber um salário para cada ano de trabalho, sendo que acima de dez anos de emprego o valor dobrava. Assim, tornava-se mais interessante manter o quadro de funcionários com pouca rotatividade (Luna, Klein, 2014). A partir de 1966, ao ser instituído o FGTS, as empresas passaram a depositar em uma conta nominal dos trabalhadores 8% sobre seus salários mensais. Os trabalhadores poderiam receber 10% do valor total do fundo em caso de demissão sem justa causa, podendo fazer uso integral em alguns casos especiais, como ao sofrer de doença terminal ou para financiar um imóvel (Brasil, 1966). Isso ampliou a rotatividade de trabalhadores ao facilitar o descarte da força de trabalho.

Por outro lado, a COFINS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, foi criada pela Lei Complementar nº 70/1991 (Brasil, 1991). As alíquotas são repassadas pelos patrões, mas também significa uma contribuição indireta, pois é incluída nos custos de produção e repassada aos preços pagos efetivamente pelos consumidores (Salvador, 2012). Seu valor arrecadado é destinado ao financiamento da saúde, da assistência social e da previdência social. Juntamente com o desconto previdenciário em folha de pagamento, pago em parte pelo trabalhador, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), compõe o tripé que mantém a seguridade social. Como explica Fabiana Boaventura (2018, p.150), foi a partir do conceito de seguridade social que a ideia de cidadania foi ressignificada na Constituição de 1988. A partir dela, previdência, assistência e saúde deveriam ser universais, ampliando os usuários para além dos trabalhadores assalariados, diferente do que ocorria na legislação anterior.

Aqui se constitui uma contradição: mesmo que solicitassem, como ocorreu em 2004, a redução das contribuições sociais como PIS e COFINS, o empresariado organizado em entidades de representação não deixava de exigir que tais recursos arrecadados fossem utilizados para investimento em capital. Isso ocorre porque os recursos arrecadados pelo Estado não ficam parados em uma grande conta bancária, pois isso não condiz com o metabolismo do capital. Para manter-se em movimento, os valores que excedem os compromissos sociais do Estado são aplicados em obras públicas que não necessariamente estão vinculados com saúde, assistência e previdência, gerando contratos com a iniciativa privada.

Por exemplo, em julho de 2004 foi lançado um programa de crédito pelo BNDES para financiamento de máquinas e equipamentos que viessem a modernizar o parque industrial brasileiro. O programa foi batizado de *Modermaq* e tinha em caixa 2,5 bilhões para empréstimos com prazo de devolução de até cinco anos com taxa de juros de 14,95%¹³⁸. Parte do dinheiro utilizado pelo BNDES era resultado das contribuições à seguridade social dos trabalhadores, mas tomadas de empréstimo pelo capital. Na ocasião do anúncio da linha de crédito, ocorreu um desentendimento entre o então Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto. Monteiro afirmou que a taxa de juros dos empréstimos prejudicaria o empresário, já Furlan enfatizou que era adequada, ao fim e ao cabo o programa manteve sua forma inicial, ignorando a reclamação¹³⁹.

Evilásio Salvador (2012) explica que o fundo público sob posse do Estado é essencial à reprodução do capital e é destinado a quatro tipos de aplicações: 1 - para investimentos em meios de produção, mediante empréstimos ou desonerações tributárias com o fim de compra de equipamentos ou estruturas; 2 - na garantia de acesso à saúde, educação, moradia, seguridade social, entre outros, possibilitando a reprodução da força de trabalho e isentando os patrões; 3 - pela promoção de obras de infraestrutura viária e pesquisas para desenvolvimento de novas mercadorias por meio de bolsistas e professores-pesquisadores de universidades públicas; 4 - ao manter patamares elevados dos juros e o pagamento da dívida pública ao capital financeiro, fator que abarca boa parte do orçamento após o Plano Real (Salvador, 2012, p.126).

Tais elementos se evidenciam ao observar-se a quantidade de dinheiro posto em disputa no orçamento anual no Brasil. A título de exemplo, durante a votação da LOA - Lei

¹³⁸ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 2 de julho de 2004, p. B8.

¹³⁹ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 2 de julho de 2004, p. B8.

Orçamentária Anual no Congresso Nacional, foi estimado que o fundo público em 2023 era de mais de cinco trilhões trezentos bilhões de reais (Brasil, 2023). Destes, foram destinados 39,2% para uso do orçamento fiscal, 22,16% para seguridade social e 38,64% para financiamento da dívida pública. Ao comparar com levantamento anterior efetivado por Evilásio Salvador, evidencia-se um aumento da arrecadação em quase 3 trilhões de reais entre 2012 e 2023, lembrando que mais da metade tem como origem os impostos sobre o consumo. Portanto, isso evidencia que “o sistema tributário brasileiro tem sido um instrumento a favor da concentração de renda, agravando o ônus fiscal dos mais pobres e aliviando o das classes mais ricas” (Salvador, 2012, p.129).

Assim, a utopia empresarial de redução da intervenção estatal demonstra que ela não é integral: as projeções abstratas de livre mercado esbarram no anseio material por conquistar o Estado e transformar imposto em capital. Na interpretação de José Paulo Netto e Marcelo Braz,

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital** (Netto, Braz, 2006, p.159 grifos do autor).

4.1 - “JOGAR PARA VENCER”¹⁴⁰: O PROGRAMA INDUSTRIAL OTIMISTA

No início do século XXI, um otimismo crescente se formou entre os industriais. Seus horizontes de expectativa miravam o mercado internacional, ou seja, o deslocamento do papel periférico da burguesia brasileira para o centro do capital. Essas ideias não eram novas, tampouco restritas ao empresariado: desde a década de 1990 a tentativa de uma correção de rotas na economia brasileira vinha sendo proposta em termos de superação do chamado Custo Brasil. Porém, nesse momento, mais que exaltar as debilidades do capitalismo brasileiro, esperava-se um crescimento real fruto dos bons índices econômicos daquele momento. Em 2004, o PIB cresceu 5,7%, oscilando a 4% no seguinte, mas chegando a 6% em 2007 (Motta, Rodrigo, 2018, p.417). O empresariado se colocou como um ator político de peso, apostando em “jogar para vencer” (CNI, 2005, p.9), afirmando que “a indústria confia em sua capacidade e na do País para vencer os desafios propostos para 2015. É uma tarefa de toda a sociedade. Exige alianças, parcerias, foco e energia” (CNI, 2005, p.9).

¹⁴⁰ Expressão foi retirada do documento Mapa Estratégico da Indústria 2007 - 2015 apresentado em 2005 pela CNI. Foi uma expressão utilizada por seu presidente Armando Monteiro, integralmente ele afirmou “Jogar para vencer. A indústria confia em sua capacidade e na do País para vencer os desafios propostos para 2015. É uma tarefa de toda a sociedade. Exige alianças, parcerias, foco e energia” (CNI, 2005, p.9).

Nesse sentido, em seu programa político lançado em 2005, Custo Brasil não apareceu como uma categoria ordenadora. Peculiar também verificar que o primeiro tópico do texto fosse intitulado ‘compromisso com o futuro’ e seu tema orientador fosse ‘liderança empresarial’. Além disso, ao contrário dos documentos precedentes, não há no texto um capítulo único destinado a relações trabalhistas. O assunto foi tratado no título “Ambiente Institucional e Regulatório”, com apenas uma página de menção. Essa escolha estava norteada por priorizar outros aspectos do projeto industrial, ganhando foco os investimentos em obras de infraestrutura, financiamento, expansão da base industrial e inserção internacional, sem esquecer de saúde e educação, pautas sempre presentes vinculadas à formação da força de trabalho.

Essas mudanças retóricas têm ligação com o vislumbre de medidas de base democrático-popular, às quais de certo modo delineavam as iniciativas governamentais do governo eleito em 2002. A gestão petista entendia que o uso de dinheiro público em programas de reformas seria a chave para geração de emprego e renda. Assim, os industriais não deixaram passar tal oportunidade, processo que explica uma redução do tensionamento sobre as relações trabalhistas como forma de barganhar com o governo federal.

Desse modo, uma postura ativa de engajamento foi adotada pelos industriais, na perspectiva de ganhar espaço no mercado mundial. Se na década anterior o pessimismo quanto ao processo de estabilização econômica e política marcava os horizontes de expectativa dos controladores dos setores produtivos brasileiros, nos anos seguintes abria-se um outro cenário. As reformas neoliberais e o Plano Real foram tidos como o remédio amargo que solucionou as graves crises vividas nos anos 1980 e 1990. Porém, anos depois, pretendia-se ir além e promover a expansão do capital “brasileiro” para outros territórios. Assim, em 2005, ainda compreendiam que havia um “resquício de um viés anti-exportador da economia e políticas e estruturas institucionais inadequadas” que precisavam ser combatidas (CNI, 2005, p.63). Para tanto, isso se traduziu em esperanças para produção de mercadorias com maior valor de mercado, ou seja, processadas e industrializadas.

A geração de produtos e serviços de maior valor agregado e captura de novas etapas na cadeia mundial de valor são caminhos para que o Brasil se torne capaz de aumentar sua participação no comércio global, de acelerar o crescimento do produto industrial, de gerar empregos e renda e, conseqüentemente, de elevar a qualidade de vida da população (CNI, 2005, p.62).

Desse modo, há um ponto crítico a se destacar na formulação dos industriais brasileiros: a particularidade do Brasil não é o ‘viés anti-exportador’, como mencionado, pois mercadorias sempre foram exportadas pelo país, e sim o tipo de produto vendido, em geral

pouco processado, portanto, de menor valor. Considerando uma longa duração, tal afirmação entra em choque com a história colonial da América Latina. O território brasileiro, da colônia à república, esteve em posição de exportador de produtos primários.

No entanto, é válido notar o desejo dos industriais em colocar-se em uma posição não subordinada em relação a outras burguesias. Diferentemente daqueles que caracterizam o empresariado como débil ou apenas como suporte das burguesias estrangeiras, o fato de disputarem os projetos políticos demonstra uma auto-organização própria que se orienta para um aumento de suas taxas de lucro. Mesmo que isso não signifique um retorno a um discurso nacionalista de combate à abertura do mercado brasileiro, como evidenciado no segundo capítulo desta dissertação.

Ao longo do século XX, o Brasil exportou mais produtos do que importou. Somente em dois ciclos esses padrões se inverteram, o que os analistas chamam de déficits na balança comercial ocorridos entre 1971 e 1980 e entre 1995 e 2000 (Batista, 2006). Nos primeiros sessenta anos do século XX, o país exportou produtos primários: em 1964, por exemplo, 85% das mercadorias destinadas ao exterior não eram industrializadas. Ao longo daquele século houve ciclos de predomínio de determinados produtos em consequência de mudanças em padrões de consumo, transformações políticas, e evidentes conflitos, como as duas grandes guerras. Dessa maneira, os principais produtos de exportação até 1964 foram: café em grãos, borracha, algodão em rama, cacau em amêndoas, fumo, açúcar de cana, peles, couros e mate (Batista, 2006, p.432). Dentre esses produtos, o café foi hegemônico em quantidade e permanência ao longo dos séculos, perdendo espaço a partir da década de 1970.

Por outro lado, produtos manufaturados em sentido estrito tinham baixíssima contribuição para a exportação, como aqueles oriundos dos setores químico e farmacêutico; máquinas, veículos e suas partes; artigos manufaturados diversos ou bens finais. Pontualmente, durante a Segunda Guerra Mundial as exportações de industrializados cresceram, mas com o fim do conflito voltaram a cair, representando 9% do valor obtido no mercado internacional entre 1949 e 1951, sendo que produtos industriais em sentido estrito significaram apenas 1,5% (IBGE, 2006, p.433). O destino dos produtos variou ao longo do tempo, porém, os Estados Unidos foram o principal parceiro comercial do Brasil no século XX, mesmo quando a proporção do comércio com esse país reduziu-se a um quarto das exportações a partir da década de 1980. Outros sete países tiveram participação decisiva: Grã-Bretanha, Alemanha, França, Holanda, Argentina, Itália e Japão. A partir da década de 1980 há a ampliação do comércio entre países do hemisfério sul. Ainda assim, vale destacar que o Brasil se constituiu como um importante exportador de manufaturados para os países

latino-americanos (Batista, 2006, p.435).

Nesse contexto, enquanto o país se industrializava, as importações de produtos manufaturados eram oriundas de países do centro capitalista: até 1915, a Grã-Bretanha era o principal fornecedor do país. A partir da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ocupar essa posição. Vale destacar que as características dos produtos importados também variaram de acordo com o processo de implantação das fábricas brasileiras, como foi o caso da implantação da política de substituição de importações. Se até 1915 recebia-se bens de consumo não-duráveis, com o estímulo à produção local ocorreu a transição para a compra de bens de capital, ou seja, matérias primas necessárias para o sistema fabril.

Por meio dos dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Batista (2006, p.441) evidencia que ocorreram alguns saltos de importação de bens de capital nos períodos de 1943/1944, 1946/1952, 1957/1961 e no início dos anos de 1970, aspecto que poderia estar vinculado à instalação de novas empresas, por exemplo na década de 1940 com o nascimento da estatal CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

Esse foi o panorama do século XX em relação ao conteúdo do que a CNI poderia chamar de viés anti-exportador. Portanto, a partir dessas informações, as projeções dos industriais vicejam em uma base material constituída por um país de origem colonial que manteve ao longo da república um padrão de exportação de mercadorias de menor valor por serem semi-processadas ou *in natura*. No início do século XXI, isso se acentuou, processo que foi denominado de reprimarização da economia.

Marcelo Nonnenberg (2018), em relatório produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sistematizou os dados relacionados à exportação do país entre 1962 e 2016. Os produtos agropecuários e extrativistas, como o caso do minério de ferro, foram os principais produtos vendidos ao exterior pelo Brasil entre 1962 e 1993. Por volta da década de 1970, o fluxo anterior se alterou pontualmente, quando se iniciou a exportação de bens manufaturados como veículos, máquinas a combustão, caminhões, aviões, pneus, têxteis, calçados, peças metalúrgicas, entre outros. Os fatores históricos se relacionam com a implantação do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, projeto industrialista da Ditadura Militar que subsidiou e expandiu a infraestrutura do país. Esse processo foi atravessado pelo período de crise econômica entre 1983 e 1993 (Nonnenberg, 2018).

Mesmo tendo os produtos agrícolas como carro chefe da exportação mercantil, as máquinas e equipamentos atingiram 30% das exportações no ano 2000, depois disso decaíram para 20% em 2008, e desde então tiveram variação que não alcançou os patamares anteriores. “Simultaneamente, os minérios, que ficaram sempre abaixo de 10%, chegam a alcançar 27%

em 2011, voltando a 15% em 2016. Já os agrícolas, que chegaram abaixo de 10%, voltam a subir até 19% em 2015” (Nonnenberg, 2018, p.11). A este processo, o IPEA, bem como diversos analistas, chamam de reprimarização, ou seja, a interrupção da expansão no mercado internacional por meio de produtos manufaturados e de maior valor para um retorno ao foco na exportação agrícola e extrativista.

Na perspectiva de Leda Paulani (2012), esse processo é resultado da adoção do Plano Real como política econômica, que atrelou a abertura econômica ao tripé: câmbio flutuante, taxas de juros elevadas para atingir as metas de inflação e o superávit primário para pagamento da dívida externa. Esses fatores resultaram na redução da capacidade de intervenção do Estado junto ao capital industrial, inversamente com o que ocorreu com o capital financeiro. A expressão maior disso foi o aumento da lucratividade do setor financeiro em 71,7%, em contraposição aos 28% de crescimento do PIB entre 2003 e 2008 (Costa Pinto, 2010 *apud* Paulani, 2012, p.95). Nesse sentido, a década de 1990, para Paulani (2012), configurou a inserção do Brasil ao circuito da financeirização do capital, o que significou a redução do papel da indústria na economia brasileira.

“Portanto, um processo de reprimarização das exportações poderia significar uma volta ao passado, com a transferência de mão de obra de setores de alta para setores de baixa produtividade” (Nonnenberg, 2018, p.7). Nesse contexto de retorno do passado, a CNI projetava um futuro que desenhava uma indústria de classe mundial, novamente reivindicando reformas estruturais para conquistar esse sonho, pois “o País tem que elaborar um programa coerente voltado para a criação de um ambiente econômico e institucional de classe mundial” (CNI, 2005, p.11).

Para tanto, a correção de rotas exigiria adaptações, tais como, a formação de trabalhadores ajustados à indústria de classe mundial, a reforma do sistema tributário e as obras nos setores de infraestrutura, neste último caso, priorizando a intervenção das empresas privadas (CNI, 2005, p.14). Fruto dessas demandas em conter o passado-presente colonial, aparece a defesa de um projeto industrialista, contraditoriamente, em meio à impossibilidade de investimento de grande monta, tendo em vista a também afirmação do Plano Real.

4.2 - A INDÚSTRIA, O TRABALHADOR E A EDUCAÇÃO DE CLASSE MUNDIAL

A transição para o século XXI trouxe consigo, no Brasil, a adoção do neoliberalismo como política de Estado. De forma conjunta, a inserção da tecnologia da informação nas fábricas e o modelo de produção toyotista possibilitaram uma reestruturação produtiva que

afetou não apenas os patrões, mas especialmente os trabalhadores (Antunes, 2009). Ambos os processos, um de natureza política e outro econômica, de forma imbricada alteraram a produção de mercadorias. Isso reverberou na forma como as pessoas reproduzem sua existência, modificando comportamentos, vínculos comunitários e até na relação com o tempo. Dessa forma, a indústria viu na educação gerida pelo Estado a ferramenta de adaptação dos trabalhadores a um novo modelo de fábrica e de direitos trabalhistas.

A reestruturação produtiva de tipo toyotista ou flexível ancora-se em algumas características fundamentais: a produção vinculada à demanda, a divisão do operariado em equipes de trabalho, a atribuição de mais de uma função por empregado, a fábrica de tipo enxuta, o sistema kanban de controle do trabalho e *just in time* para o tempo, a fragmentação fabril e a terceirização dos processos (Antunes, 2009, p.56).

Apesar deste modelo ter nascido no âmbito das indústrias, sua implantação transcendeu esse espaço, chegando em amplos setores. Com o tempo, tornou-se alvo de duras críticas por motivar a precarização do trabalho. É exemplo dessa forma de gestão a rede de *fast food McDonald's* que antes operava no modelo de linha de montagem e atualmente incorporou o toyotismo, exigindo que seus funcionários realizem diversas tarefas simultaneamente (Arend, Reis, 2009).

Para Antunes, o toyotismo se consolidou a partir da década de 1970 no ocidente, pois consistiu na base material necessária ao projeto político e ideológico neoliberal de enxugamento do Estado (Antunes, 2009, p.60). Nesse contexto, os industriais brasileiros passaram a cobrar do operariado a modificação de seu comportamento e conhecimentos de maneira a adequarem-se às novidades fabris. Para isso, a educação básica, o ensino superior, a pós-graduação e a educação profissional deveriam ser responsáveis por ensinar dois tipos de conhecimentos: gerais, como matemática e língua portuguesa; e aqueles emocionais. No que diz respeito ao processo produtivo, por exemplo, um torneiro mecânico precisaria compreender o cálculo geométrico e noções básicas de química; e, por outro lado, ter habilidades subjetivas:

As competências dos trabalhadores geradas e mobilizadas nesse contexto tendem a se modificar constantemente. **São valorizadas competências que vão além dos conhecimentos científicos e tecnológicos e incluem habilidades básicas, específicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia e valores relacionados à ética e responsabilidade.** Este quadro gera impacto sobre as instituições que atuam no campo da educação profissional e tecnológica, especialmente em sua capacidade de contribuir para a competitividade da indústria brasileira e a empregabilidade dos trabalhadores (CNI, 2005, p.33, grifos nossos).

A partir desse repertório, os industriais passaram a desejar uma escola que preza pela

iniciativa, empreendedorismo, criatividade, autonomia, resiliência, adaptabilidade, competências e habilidades socioemocionais. O que significou um processo de docilização do discurso burguês brasileiro, buscando tornar-se hegemônico e palatável a toda a sociedade.

Por exemplo, em meados do século XX, os adjetivos utilizados para se referir ao trabalhador padrão eram disciplina, ordem, asseio, moral (Rodrigues, 2007). Essas características não foram dispensadas com o alvorecer do século XXI, mas somadas às noções de resiliência e adaptabilidade. Tal modificação na retórica da CNI começou a aparecer por volta da década de 1990 durante o Seminário Custo Brasil, quando os industriais argumentam que, devido à introdução de novas tecnologias e à reorganização da produção, o sistema educacional não atendia a estas exigências, imposições da produção:

Para os empresários industriais, as novas tecnologias de produção e de gerência e a organização industrial impõem novas exigências à formação de recursos humanos, com ênfase absoluta no fortalecimento do ensino básico, fundamental para a progressiva substituição dos trabalhos repetitivos por processos de produção mais interativos. O sistema educacional brasileiro não está atendendo a estas exigências (CNI, 1996, p.14).

Em geral, as formulações que vinculam a educação as categorias de desenvolvimento de habilidades e competências ao trabalhador começaram a ser incorporadas ainda na década de 1970, quando foi realizada a reforma dos chamados primeiros e segundo graus, tornando este último obrigatoriamente profissionalizante (Decker, Evangelista, 2019). Porém, a generalização desse repertório no âmbito jurídico escolar deu-se a partir da década de 1990, com a elaboração da Lei de Diretrizes de Bases Nacionais da Educação (LDB - Lei 9394/1996), das Diretrizes Curriculares da Educação Profissional (CNE/CEB. Parecer nº 15/1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino (CNE/CEB. Parecer nº 16/1999) (Silva, Márcio, 2018).

Nesse período, dois organismos foram fundamentais para a propagação do discurso burguês: o Banco Mundial (BM) e o Instituto Ayrton Senna (IAS), sendo o primeiro de âmbito internacional e o segundo com atuação no Brasil (Decker, Evangelista, 2019; Silva, 2018). Uma das explicações para a expansão da retórica das competências era o aumento da contratação de empréstimos com o BM realizada pelo Brasil durante a década de 1990. Somando-se a isso, aquele foi o momento de realização de grandes eventos internacionais para debater o tema educação, como a Conferência Mundial de Educação Para Todos, ocorrida em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia (Decker, Evangelista, 2019).

Segundo Aline Decker e Olinda Evangelista, os conceitos de habilidades e competências são oriundas da Teoria do Capital Humano produzida por Theodore Schultz e difundidas nos livros: O valor econômico da educação (1967) e O capital humano:

investimentos em educação e pesquisa (1973). A teoria basicamente fundamenta a ideia de que por meio da educação seria possível aumentar a produtividade do trabalho e gerar desenvolvimento econômico, em outros termos, aumentar a lucratividade. Do mesmo modo, também ventilou a ideia de que quanto maior a qualificação do trabalhador, maior seu salário. Ao tomar o exemplo dos professores da educação básica evidencia-se a pouca razoabilidade de tal teoria, tendo em vista que são trabalhadores com ensino superior e baixos salários em comparação a outras funções.

Portanto, a teoria do capital humano tem como característica o uso de uma retórica tecnicista, economicista e meritocrática para a educação (Decker, Evangelista, 2019). Ainda assim, para o século XXI, o Banco Mundial ansiava que os trabalhadores conseguissem “pensar analiticamente, realizar perguntas críticas, aprender novas habilidades e operar com alto nível de habilidades de comunicação e interpessoais, incluindo o conhecimento de língua estrangeira e a capacidade de trabalhar em equipe” (World Bank, 2010 *apud* Decker, Evangelista, 2019,p.10)

Das tradicionais competências, por volta da década de 2010, desdobraram-se as chamadas competências socioemocionais. Essa categoria foi empregada por diversos organismos e intelectuais orgânicos do capital, desde o Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passando por nomes como Paul Tough, Juan Casassus, Martin Seligman e Christopher Peterson (Silva, 2018). No Brasil, destacou-se na divulgação destas ideias o Instituto Ayrton Senna (IAS) que, nas palavras de sua fundadora, trabalhava com a noção de competências para educação pública desde 1997 (Silva, Márcio, 2018). Em documento produzido em 2011, o instituto referenda a importância de existir dois tipos de conhecimento nas salas de aula, os cognitivos e os não cognitivos (socioemocionais):

o êxito na aprendizagem não acontece apenas pelos investimentos feitos no campo exclusivo da cognição – onde se concentram a maior parte dos esforços públicos e privados em educação –, mas são altamente impactados pelo desenvolvimento de outros atributos pessoais, que praticamente não são objeto das políticas educacionais: persistência e disciplina, capacidade de atenção e concentração, capacidade de adiar recompensas, autoestima, sociabilidade, dentre outros, denominados de diversas formas, como competências comportamentais, relacionais, emocionais, atitudinais, socioafetivas, não cognitivas, etc. (IAS, 2011, s/n, *apud* Silva, Márcio, 2018, p. 48).

Para desenvolver essas capacidades de relacionamento e comportamento, a escola deveria voltar-se para os primeiros anos de vida da criança, tendo em vista que é o momento de socialização do ser humano. Dessa maneira, seguindo a perspectiva da psicologia

diferencial desenvolvida por Francis Galton¹⁴¹, um intelectual eugenista e racista, poderia-se formar personalidade classificadas em habilidades de relacionamento com ‘cinco pontos fortes’: extroversão, amabilidade, conscientização ou conscienciosidade, estabilidade emocional e abertura a novas experiências (Silva, Márcio, 2018). Com isso, seria determinado o grau de adaptação das pessoas às novas condições do trabalho flexível. O resultado desse processo foi o aumento do controle sobre os trabalhadores, Márcio Magalhães Silva argumenta como a dita estabilidade emocional é útil para a produção em dois pontos, por um lado, garante a manutenção da ordem, por outro, amplia a venda de fármacos apaziguadores:

O indivíduo pode sofrer, desde que sofra em silêncio e funcione bem, como Lincoln ou Churchill, ou desde que sofra com responsabilidade, sem incomodar ninguém e sem gerar gastos para os sistemas públicos de saúde ou de assistência social. Para o capital é até desejável que as pessoas se percebam emocionalmente enfermas, desde que possuam autocontrole e autonomia para lidar sozinhas com a própria enfermidade, pois isso gera mercado consumidor para os produtos da indústria farmacêutica, tais como antidepressivos e estabilizadores de humor, e ainda para planos de saúde privados e serviços terapêuticos (Silva, Márcio, 2018, p.140).

Exigir iniciativa e autonomia não aparenta aumentar a exploração da força de trabalho. Ledo engano: configura-se uma nova tentativa de captura da subjetividade dos trabalhadores pautada pelo individualismo neoliberal, o qual responsabiliza o trabalhador pela produção e também por sua miséria, bem como, pela reestruturação produtiva de tipo flexível. Portanto, explica o motivo desse repertório compor os documentos da Confederação Nacional da Indústria. Os mecanismos de controle do operariado se modificaram e a entidade está atenta a este processo.

Para compreender o que fundamenta a noção de captura da subjetividade, primeiro se faz necessário uma breve digressão. Durante a era fordista/taylorista preconizou-se o corpo, em uma perspectiva que celebrava a separação entre corpo e mente, e na supressão da imaginação do local de trabalho. O corpo seria educado para que o processo de trabalho se tornasse tão automático que dispensasse a racionalização, tal como nos movimentos repetitivos e ágeis na linha de montagem. Com o modelo toyotista ou flexível a organização do trabalho é outra. Nele busca-se uma recomposição da ideia de corpo-mente, incorporando a projeção à produção para a solução de problemas imediatos, o que se pode chamar de

¹⁴¹ Francis Galton (1822-1911) desenvolveu a psicologia diferencial ao classificar as capacidades humanas. Ele era primo de Charles Darwin e o fundador da teoria eugênica. Etimologicamente, "eugenia" significa 'boa geração', termo que ele cunhou. Em seu livro *Hereditary Genius*, Galton defendeu que a capacidade humana era resultado da linhagem genética, não uma construção social. Portanto, ele propôs o controle dos casamentos, a proibição da miscigenação e de relacionamentos com 'seres inferiores', como alcoólatras, epiléticos e pessoas com deficiências, visando alcançar uma evolução econômica e social. Suas ideias tiveram repercussões no Brasil no final do século XIX e início do XX (Schwarcz, 1993, p.60). É notável perceber a influência desse ideário no pensamento burguês do século XXI, representando uma ressignificação de algo aterrador.

inteligência.

A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, o que se busca capturar não é apenas o ‘fazer’ e o ‘saber’, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização (Alves, 2011, p.111).

Para tanto, um conjunto de símbolos são mobilizados pelas empresas para aumentar a produtividade dos trabalhadores, pondo sua subjetividade a serviço do capital: por exemplo, são estimulados a pensar nos possíveis problemas que sua prática pode gerar e, em seguida, também projetar as soluções (Alves, 2011). Se antes o corpo era responsável apenas por reproduzir, agora o indivíduo é responsabilizado individual e integralmente pelo processo produtivo: “o trabalho vivo é obrigado não apenas a ‘vestir a camisa da empresa’, mas a ‘dar a alma’ (corpo e mente) ao capital” (Alves, 2011, p.153).

Assim, uma ideia de polivalência aparece como desejável sobre os operários. Essa tentativa de amoldamento pode ser entendida como uma ‘captura’ da subjetividade, pois extrapola o processo produtivo e atua sobre o consciente e o inconsciente das pessoas. Dessa forma, ao moldar a classe trabalhadora para um tipo de atitude proativa, novos instrumentos de controle são elaborados numa relação de forças entre consenso e coerção. Entre eles, Giovanni Alves (2011) destaca: o trabalho em equipe, a manutenção da arquitetura panóptica, o engajamento estimulado, a participação nos lucros e a precarização do trabalho.

O trabalho em equipe transfere o controle dos sujeitos para os colegas de expediente. As empresas tendem a formar grupos de trabalho e estimular a competitividade entre eles em dois sentidos: quantidade de mercadorias produzidas e resolução de problemas. Dessa forma, introduzem em cada trabalhador o controle sobre sua jornada, bem como, fragmentam a classe e a consciência, ao passo que por meio da estrutura panóptica garantem que todos se vejam ao mesmo tempo. Quando se trata, por exemplo, de absenteísmo, os próprios colegas cobram uns aos outros sem necessitar que o superior externo cumpra a função de carrasco: “o operário ou empregado torna-se ‘patrão de si mesmo’ e dos outros” (Alves, 2011, p.115).

Nesse conjunto de elementos, os famosos bônus motivacionais também aprofundam a degradação dos laços de solidariedade de classe. Sob um discurso de engajamento contínuo, metas de vendas ou produção são estabelecidas e cada equipe é obrigada a cumpri-las. Ao atingi-las, benefícios são recebidos, como o PLR - Participação nos Lucros e Resultados (Alves, 2011).

No Brasil, desde 2000 existe uma lei que regulamenta o PLR, Lei N°10.101/2000. Desde então, setores do movimento sindical, referidos como mais combativos, posicionam-se contrários à proposta, evocando dois motivos. Consideram que a prática significa o

apassivamento dos trabalhadores e não se constitui em um real ganho salarial. Sobre tais valores, não são arrecadadas contribuições coletivas para a previdência social, o que significa que tais ganhos não contam nos cálculos para as aposentadorias, sendo ainda extremamente voláteis. Outro setor, fora do campo fabril, que utiliza desse tipo de mecanismo é o comércio, aplicando as chamadas ‘comissões’. A cada mercadoria vendida um trabalhador ou trabalhadora recebe uma porcentagem para complementar seu salário. Mas, em caso de adoecimento ou aposentadoria, o provento recebido é aquele contado sobre o salário fixo, em geral o mínimo. As comissões tendem a ser um fator de desavenças entre os próprios trabalhadores ou trabalhadoras, obrigando a uma disputa por clientes para bater metas de vendas.

O setor de serviços também é um dos espaços onde mais se reproduz a precarização do trabalho. Como destaca Giovanni Alves (2011), na sociedade do desemprego e da precarização o uso do medo como ferramenta de controle é largamente difundido. O medo antecipado do desemprego reduz o poder de barganha e, não raro, leva a aceitar a inexistência de direitos previdenciários ou trabalhistas. A partir de 2017, a oficialização do trabalho precário por meio da reforma trabalhista, Lei nº 13.467, aprofundou essa condição que sempre foi hegemônica no país. Mesmo com a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, a capilaridade do acesso aos direitos trabalhistas foi parcial, atingindo em grande parte o operariado urbano de grandes empresas, mas deixando de fora amplos setores, tais como, trabalhadores rurais, artesanais, domésticos e de serviços em geral.

Em síntese, a tentativa de captura da subjetividade busca formar não apenas um trabalhador apassivado e produtivo. Mas, um sujeito que não transgride a ordem do capital, portanto, um cidadão exemplar, parafraseando Bertolt Brecht, que dobra as costas sob a tempestade que de tão sutil não parece lhe violentar.¹⁴² Para os industriais isso se traduz, em seu programa, na utopia de um cidadão-operário que o país dos seus sonhos necessita e é realizável por meio de alguns preceitos:

A divulgação da cultura empreendedora e a valorização da atividade empresarial são essenciais para o crescimento do País. [...] Requer uma **atitude proativa e inovadora do cidadão para sua sustentação**, que deve ser difundida entre crianças, jovens e adultos como uma possibilidade de aplicação de conhecimentos e de **realização pessoal, de utilização da criatividade, habilidade, liderança e visão de futuro** (CNI, 2005, p.35).

A divulgação de uma cultura empreendedora reforça a ideia de patrão de si mesmo, o que na prática significa trabalho precário para aqueles que passam a trabalhar de forma

¹⁴² Bertolt Brecht em seu poema Sobre a Violência “A corrente impetuosa é chamada de violenta, mas o leito do rio que a contém ninguém chama de violento. A tempestade que faz dobrar as bétulas é tida como violenta. E a tempestade que faz dobrar os dorsos dos operários na rua?” (2012, p.140).

autônoma no modelo “PJ” (pessoa jurídica) e numa relação terceirizada em relação às fábricas¹⁴³. Aqueles que mantêm o vínculo empregatício celetista são estimulados a desenvolverem uma consciência de ‘inspetor interno’, por meio da qual a produtividade é autocontrolada por sua própria pressão. Nesse sentido, responsabiliza-se o indivíduo por sua miséria humana ou pelo fracasso das empresas, isentando as relações sociais de produção. Assim, a reestruturação de tipo flexível não afeta apenas as fábricas ou o Estado, mas resvala por todo um campo da moral, das relações comunitárias, da psique e do tempo:

O novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social do capital de novo tipo. Primeiro, pela “reordenação” espaço-temporal, tanto do trabalho quanto da vida social. A “extensão” da produção (e do discurso da produção) para a totalidade social e, por outro lado, a ‘redução’ da vida social à lógica da produção do capital são um modo de reordenação espaço-temporal do controle sócio-metabólico do capital que nasce na fábrica. Segundo, pela intervenção do “inspetor externo” em “inspetor interno” que manipula as instâncias da subjetividade (pré-consciência e inconsciente) por meio de valores-fetice. A administração by panopticum, instaurada pelo toyotismo, está menos no olhar perscrutador externo do capital - que não desaparece, é claro, apesar de estar “menos visível” e, inclusive, “pelo avesso” (como o olhar perscrutador dos companheiros de trabalho) - e mais no olhar perscrutador interno dos valores fetiches e consentimentos espúrios (Alves, 2011, p.118).

O produtivismo, enquanto uma prática e um discurso que adentram o cotidiano, afeta de distintas formas as diversas camadas da classe trabalhadora, especialmente devido a duas estruturas cruciais de reprodução do capital: o patriarcado¹⁴⁴, ancorado na família nuclear burguesa, e o racismo. As mulheres sofrem pressão para serem produtivas e efetivas não só no local de trabalho, mas nos lares e em suas redes de sociabilidade. A dupla jornada de trabalho inicia-se quando as tarefas de reprodução da vida são transferidas quase que exclusivamente a elas. Somado a isso, mulheres negras e não-brancas convivem com o fenômeno da solidão, sendo preteridas afetivamente em relação a mulheres brancas, arcando financeiramente e subjetivamente com os cuidados da família e da comunidade.

Sobre as mulheres recai o trabalho não pago na vida doméstica e na criação dos filhos.

¹⁴³ O termo pejeta se generalizou a partir da década de 2010, ele desdobra-se da sigla CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Com o empreendedorismo tornando-se um discurso hegemônico na sociedade brasileira, a ideia de constituir-se como patrão de si próprio ganhou força, assim, trabalhadores antes contratados pelo vínculo celetista (CLT) passaram a criar CNPJ's no modelo microempreendedor individual. Dessa maneira, trabalhando por peça, empreitada ou serviço; essas formas de trabalho não são novas, o que é o novo é o vínculo jurídico. Com isso, as empresas terceirizam processos de produção ou comercialização a trabalhadores pejetizados, isentando-se de pagar impostos, se desresponsabilizam pela previdência e direitos trabalhistas e aumentam sua lucratividade. Cabe a este trabalhador, ‘mais livre do que nunca’ arcar com todas a reprodução da sua vida.

¹⁴⁴ Compreende-se por patriarcado um sistema de opressão forjado sobre o conjunto de relações sociais hegemônicas que oprimem a mulher em função da reprodução do capital e da família nuclear. Isso se dá por meio de múltiplos mecanismos, que vão desde a desigualdade salarial até a violência física-psicológica e a não ocupação de espaços de poder. O patriarcado produz uma dada moral que leva à imposição também da heteronormatividade compulsória, ou seja, uma imposição social ao padrão binário de gênero e às relações afetivas heterossexuais.

Por exemplo, uma mulher pobre, periférica, com filhos, ‘logicamente’ é a culpada pelo ‘fracasso’ familiar e as violências que emergem disso. Todas essas camadas de opressão e exploração consomem de tal maneira as 24 horas diárias que a marca mais visível desses mecanismos de controle é a inexistência de tempo para a individualização e o ócio.

O resultado da intensificação do trabalho e do alargamento do espaço de controle é o adoecimento de corpo e mente. Doenças como Bursite e Lesão por Esforço Repetitivo (LER) se generalizaram, atingindo desde trabalhadoras cabeleireiras, operárias de frigoríficos, secretárias e atendentes. Não ficam para trás as doenças como ansiedade, depressão e síndrome do pânico. “O toyotismo é a administração by stress” (Alves, 2011, p.114), a sociedade urbano-industrial de tipo flexível ampliou no cotidiano os agentes estressores que mantêm o corpo sob alerta à espera de respostas rápidas. Para tanto, a Psicologia, nascida com a modernidade como uma ferramenta para o ‘tratamento de desordens’ que atrapalham um padrão de sociabilidade e de produtividade, assume ainda mais importância. Porém, não consegue resolver por completo o sofrimento, pois o sujeito está inserido em uma estrutura de exploração, opressão e violência que marca a psique e é atemporal, ou seja, não se ordena por uma noção de passado-presente-futuro¹⁴⁵.

A profundidade que a captura da subjetividade trabalhadora assume está aquém das descrições aqui apresentadas. No entanto, sua relevância é inegável, afinal, está em questão o aumento da produtividade do trabalho. Em um mundo organizado em torno da mercadoria, ela determina todas as relações sociais. E não é por acaso que os industriais reconhecem que os trabalhadores são os responsáveis pela produção de toda a riqueza social, por isso também de seu empenho em intervir sobre a educação básica. De forma conjunta, ao defenderem o aumento da produtividade, argumentam que se realizará o desenvolvimento do país.

Para tanto, a educação é utilizada como instrumento discursivo que trata da lucratividade de forma metafórica, pois responsabiliza a força de trabalho pelo desenvolvimento econômico, ao passo que é tomada como terreno neutro, afinal, quem poderia ser contra a melhoria da qualidade da educação brasileira? Por isso, aposta-se que “a educação é uma fonte de crescimento e uma das bases da elevação da produtividade” (CNI, 2005, p.31). Portanto, para a CNI, a educação tem um fim utilitário e economicista. Reflexões como conhecimento para o gozo individual ou crítica às relações de exploração e opressão não são conteúdos que compõem seu programa.

¹⁴⁵ Cita-se como exemplo um trabalhador ou trabalhadora que viveu a fome durante a infância, por vezes essa marca organiza de tal maneira sua psique que durante a vida adulta seu padrão de comportamento tenta evitar tal condição que impõe sofrimento. Assim, como se a infância nunca estivesse desaparecido, mesmo com trinta anos a criança se faz presente, um passado que não passa.

Somando-se a isso, os industriais apresentam uma atenção especial à educação profissional, pois por meio dela há a possibilidade de utilizar da escola como uma forma de treinamento fabril, aspecto que a formação generalista passa ao largo. Em uma longa duração, isso se relaciona com a fundação de um dos braços da CNI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Local que formou dezenas de operários, incluindo alguns notórios, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, torneiro mecânico e ferramenteiro. No século XXI, a competição entre ensino profissional público e Sistema S se intensificou a partir da criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da Lei 11982/2008, durante os governos democrático-populares (Cichaczewski, 2023)¹⁴⁶.

Entre os industriais, sua visão sobre a adaptação do trabalhador à reestruturação de tipo flexível tinha uma dimensão global. Em 2005, o futuro projetado pela CNI (futuro passado) apontava a urgência de transformar a burguesia industrial brasileira por meio do contato com um mercado internacional competitivo. Para tanto, isso significava a análise do contexto imperialista contemporâneo que via um “ambiente econômico e institucional de classe mundial”, restando à burguesia brasileira, como “única opção possível”, construir “uma indústria de classe mundial” (CNI, 2005, p.11).

Tal utopia burguesa correspondia ao contexto histórico vivido, o otimismo resultava da aproximação com o projeto democrático-popular que também apostava no desenvolvimentismo como saída para a dependência brasileira. De forma mais assertiva, tanto para a burguesia industrial quanto para o governo Lula, a expansão do capital industrial era sinônimo da possibilidade de saída da periferia do capital e o deslocamento para o centro. Essa aproximação, porém, tinha um corte inegociável, para os petistas, o ‘bolo deveria crescer e ser repartido’, mesmo que em pequenas fatias, com os mais pobres; este desejo não fazia parte dos sonhos burgueses.

A geração de produtos e serviços de maior valor agregado e captura de novas etapas na cadeia mundial de valor são caminhos para que o Brasil se torne capaz de aumentar sua participação no comércio global, de acelerar o crescimento do produto industrial, de gerar empregos e renda e, conseqüentemente, de elevar a qualidade de

¹⁴⁶ As escolas públicas profissionais existiam desde o início da república, como as Escolas de Aprendizes e Artífices e as Escolas Agrícolas, criadas em 1909 por promulgação de Nilo Peçanha. Em 1978, o ditador Ernesto Geisel regulamentou a possibilidade de transformá-las em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Contudo, a grande ampliação e modificação de sua estrutura se deu quando foram convertidas em Institutos Federais a partir de 2008. João Cichaczewski (2023) explica que a primeira vez que os documentos estatais usam a categoria instituto federal ocorreu com a publicação da Lei 11982/2008. No entanto, a expansão dos campi se deu desde o primeiro mandato de Lula: no período de 2003 a 2016, houve um aumento de 500% do número desse tipo de escolas no país em comparação com a soma de todos os mandatos anteriores (Cichaczewski, 2023). A criação dessa política pública propiciou que o SENAI perdesse mercado e exigiu a mobilização da CNI em sua defesa.

vida da população. Esse objetivo também permitirá a expansão da participação brasileira na produção mundial de bens e serviços (CNI, 2005, p.62).

O trecho acima evidencia o descompasso entre o projeto democrático popular e a utopia industrial. No documento da CNI o trabalho aparece apenas como um meio de vida, produtor de mercadorias e, portanto, a qualidade de vida da população passaria apenas pelos aumentos dos índices de emprego. Desse modo, não estava colocada em questão a apropriação privada do trabalho socialmente realizado, contradição primeira do capitalismo (Marx, 2013; Netto, Braz, 2006). A partir de uma lógica formal, caso a indústria brasileira adentrasse nos círculos centrais do capital, isto seria suficiente para melhorar as condições de vida da população. Porém, na prática, o progresso capitalista leva à expropriação de outras formas de produção da vida, como as das populações originárias ou camponesas¹⁴⁷. A burguesia industrial não quer dividir o bolo, ela quer vê-lo crescer e comê-lo sozinha. A metáfora do bolo é inspirada no pensamento de Francisco de Oliveira, ao criticar a tese desenvolvimentista em seu livro ‘Crítica à Razão Dualista: O ornitorrinco’ (Oliveira, Francisco, 2011).

Para atingir o objetivo de ser uma classe mundial, a educação se enquadrou nessa tentativa de alavancar a indústria para novas posições no capitalismo central. Por meio de novos processos de condicionamento social a força de trabalho seria afetada em larga escala. Desse modo, ‘classe mundial’ veio a ser um código comum à linguagem burguesa. Outro organismo burguês que a utilizou foi o Banco Mundial, nesse caso ao referir-se a um sistema educacional padronizado para o mundo e operacionalizado pelo programa System Assessment and Benchmarking for Education Results - SABER (World Bank, 2010 *apud* Decker, Evangelista, 2019).

Outra singularidade em relação ao programa industrial do início do século XXI é o uso do conceito de sociedade do conhecimento para explicar o estágio do capitalismo e justificar seu projeto. Apenas em 2005 esse termo aparece em seu programa, não se repetindo posteriormente. A volatilidade de conceitos empregados pela burguesia industrial funciona como uma forma de mascarar as contradições sociais que emergem das relações de exploração e opressão.

O termo sociedade do conhecimento se tornou comum após a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) iniciar sua divulgação. Em

¹⁴⁷ A crítica a ideia de progresso foi aprofundada por diversos autores de referenciais distintos, não será foco neste trabalho, porém, considera-se importante mencionar as contribuições do historiador Walter Benjamin em suas teses sobre a história, que já pontuava, no primeiro metade do século XX, que o progresso e face da barbárie e da violência.

dezembro de 2001, durante a Assembleia Geral da ONU, foi aprovada a deliberação de construir uma Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI). A partir disso foram organizados dois eventos, o primeiro em 2003 em Genebra, na Suíça, e o segundo em Tunes, na Tunísia, em 2005 (CMSI, 2005). O centro do debate naquele momento girou em torno das transformações tecnológicas que propiciaram uma nova integração mundial centrada em grande parte na existência da internet e na circulação da informação.

Os principais referenciais teóricos da UNESCO eram Manuel Castells, como a grande celebridade do assunto, Cees Hamelink, Monroe Price, David Garson, entre outros. Todos pensadores oriundos do centro do capital, que desde meados da década de 1980 se debruçaram sobre as transformações da informação a partir da internet, por isso criaram categorias como sociedade da informação, do conhecimento ou em rede. Dentre esse conjunto de pensadores, além da própria UNESCO, há uma atenção ao que se considera a desmaterialização da vida efetuada pelas tecnologias da informação, em outros termos, a submissão do trabalho material ao imaterial (UNESCO, 2005). A maior expressão desse processo seria que a face dos operários no século XXI seriam os programadores e não mais os metalúrgicos.

A economia do conhecimento descreve uma fase particular do desenvolvimento do sistema capitalista, baseada no conhecimento, que se segue a uma fase de acumulação de capital físico. Tal como Marx previu em meados do século XIX, parece que o conhecimento está substituindo a força de trabalho e que a riqueza criada é cada vez menos medida pelo trabalho na sua forma imediata, mensurável e quantificável, e é cada vez mais depende do nível geral da ciência e do progresso da ciência e da tecnologia (UNESCO, 2005, p.48)¹⁴⁸.

Em 2005, mesmo ano de publicação do documento da CNI, a UNESCO defendeu no texto citado acima, que as sociedades da informação, pura simplesmente caracterizadas pela pulverização das fontes de informação propiciada pelos meios digitais, deveriam se transformar em sociedades do conhecimento (UNESCO, 2005, p.29). Isso ocorreria caso a informação fosse tratada como um conhecimento para o desenvolvimento humano, assim constituindo a humanização da mundialização, com autonomia, solidariedade, liberdade de expressão, participação e pluralidade. Dessa maneira, a solução para a fome, a violência, a exploração e as opressões em geral residiria na forma como os países tratam a informação (UNESCO, 2005). Se, por um lado, todas as pessoas tivessem acesso ao conhecimento,

¹⁴⁸ Tradução realizada do espanhol, o qual o texto original era: “La economía del conocimiento describe una etapa particular del desarrollo del sistema capitalista, basada en el conocimiento, que sucede a una fase de acumulación del capital físico. Tal como Marx había predicho a mediados del siglo XIX, parece ser que el conocimiento está sustituyendo a la fuerza de trabajo y que la riqueza creada se mide cada vez menos por el trabajo en su forma inmediata, mensurable y cuantificable, y depende cada vez más del nivel general de la ciencia y del progreso de la tecnología” (UNESCO, 2005, p.48).

seriam ‘esclarecidas’ e, portanto, mais solidárias entre si. Porém, há limites em tais apreciações no que diz respeito às conclusões que se extraem das premissas apresentadas.

O pesquisador Newton Duarte (2008) explica que o conceito de sociedade do conhecimento cumpre a função ideológica de enfraquecimento das lutas pela superação do capitalismo. Por meio desse discurso conformam-se o que seriam cinco mecanismos que acomodam na esfera privada a violência e a pobreza, são elas: 1 - bastaria o esforço individual para adquirir a formação adequada e ascender socialmente. 2 - a valorização da prática, de habilidades e competências em detrimento de conhecimentos ou abordagens teóricas capazes de interpretar realidades sociais complexas; 3 – a desvalorização da análise factual em prol da relativização de versões; 4 - todas as interpretações têm o mesmo valor e validade, sem hierarquia, independentemente de sua capacidade para construir teorias críticas do social; 5 - os problemas sociais serão superados por ações individuais e mudanças de consciência, por exemplo, as guerras são resultado da ignorância das pessoas, portanto, não existem determinações estruturais como a face imperialista do capital (Duarte, 2008, p.14).

Além disso, nem tudo é novidade no pensamento pedagógico da burguesia industrial. “A história não é apenas singular, ela também se repete. Não em sua sequência de eventos - nesse aspecto, ela sempre permanece singular em sua complexidade e sua aleatoriedade -, mas nas estruturas que viabilizam os eventos” (Koselleck, 2014, p.215). Observou-se que o princípio basilar da educação como força motriz da industrialização e da urbanização continua sendo reproduzido nos textos elaborados pelas associações empresariais como um passado presente.

Desde 1938, quando foi inaugurada, a CNI criou formulações que revelam seus horizontes de expectativa sobre o país. No âmbito escolar, Euvaldo Lodi¹⁴⁹, primeiro presidente da instituição e figura reivindicada como herói, elaborou a concepção que rege a entidade até o presente: a ideia de que a educação gera aumento da produtividade e, por sua vez, desenvolvimento econômico e superação da pobreza. Para tanto, entre 1938 e 1954, a CNI propagandeou a necessidade de “alargar a capacidade do homem, já no vigor físico, já

¹⁴⁹ Mineiro e engenheiro de formação, Lodi tornou-se industrial do ramo siderúrgico, deputado constituinte em 1934; parlamentar pelo PSD - Partido Social Democrático, representando Minas Gerais, de forma intermitente entre 1934 e 1956; principal dirigente e intelectual orgânico da burguesia industrial brasileira até 1956, ano de seu falecimento. Politicamente apoiou o movimento de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, adotou como perspectiva de análise o desenvolvimentismo e o nacionalismo, sendo por vezes criticado por Carlos Lacerda (político da União Democrática Nacional - UDN). Foi presidente da CNI entre 1938 e 1954. “Lodi fora fundador e proprietário da usina siderúrgica Gorceix, em Caeté (MG), e presidente das seguintes empresas: Cia. Ferro Brasileiro, Cia. Industrial de Ferro S.A., Cia. Carbonífera Metropolitana (em Santa Catarina), Eletrometal S.A., S.A. Fábrica de Tecidos de Seda Santa Helena (em Petrópolis, RJ) e Fábrica Rehem Metalúrgica S.A. Foi ainda vice-presidente da firma Elevadores Swiss do Brasil S.A. e diretor da Sociedade Siderúrgica Limitada (no Rio de Janeiro)” (CPDOC, 2023, sem página).

nas condições morais e no preparo técnico, para produzir mais e ganhar maiores salários” (Lodi, 1954, p.27 *apud* Rodrigues, 2007, p.172) . Desse modo, produzir homens saudáveis, e aqui o substantivo homens não é por acaso, com uma moralidade adequada à indústria e qualificados profissionalmente, seria suficiente para aumentar seus salários¹⁵⁰.

Assim, o conhecimento com uma perspectiva reflexiva e plena constituir-se-ia como algo supérfluo, e a generalização da escola para toda a população em um problema traduzido como uma utopia nefasta: “nas condições atuais da economia brasileira, é uma utopia, e utopia nefasta, imaginar que todos possam ter a educação básica necessária” (Lodi, 1952, p.36, *apud* Rodrigues, 2007, p.177). Lodi defendia a necessidade de ofertar o saber escolar apenas para a parcela da classe trabalhadora que poderia tornar-se operária, de modo que os trabalhadores rurais e os do setor de serviços não deveriam acessá-lo, impedidos sequer de alfabetizar-se.

A escola desejada seria organizada da seguinte estrutura: jornada de estudo de seis a oito horas, incorporando conteúdos disciplinares, isto é, “conhecimentos gerais, imprescindíveis à compreensão dos processos técnicos e aos cálculos, ainda que elementares, dos aparelhos, dos instrumentos ou dos sistemas de trabalho” (Lodi, 1954, p.30 *apud* Rodrigues, 2007, p.179). Por meio da escola assim configurada seria formado um trabalhador qualificado, afastando a improvisação marcada pelo trabalho artesanal. Além disso, priorizou-se educar a subjetividade a partir de estímulos voltados para o desenvolvimento “de cooperação, de disciplina, de pertinácia, de ordem, de asseio, de compreensão” (Lodi, 1954, p.29 *apud* Rodrigues, 2007, p.179).

Pode-se apontar que as formulações de Euvaldo Lodi inauguraram uma utopia industrial segundo a qual a educação por si só gera riqueza e deve ser utilitária e com fim econômico. Os conteúdos disciplinares e comportamentais serviriam à produção, inclusive reestruturando-se simultaneamente aos ciclos produtivos. Da mesma maneira, outra repetição do pensamento industrial é o de que a escola, tal como existente, seria inadequada às necessidades das fábricas que emergiram nos centros urbanos e, portanto, deveriam ser reformadas, garantindo o conhecimento técnico, moral e comportamental do modelo

¹⁵⁰ Porém, sabe-se que as leis da economia não são regidas pela capacidade de trabalho de uma pessoa: um/a operário/a pode produzir mais mercadorias em menos tempo, resultando em uma redução do custo final de produção, o que importa em aumento da lucratividade, sem que isso reverta em aumento de salário. O que define o quanto um/a trabalhador/a ganha é o tempo socialmente necessário para a reprodução da mercadoria força de trabalho, sendo que, por sua vez, esse tempo é convertido em dinheiro (Marx, 2013). Isso significa que o salário é definido pela média do que é necessário para sobreviver, nesse cálculo incluindo alimentação, moradia, transporte, e em algumas profissões os gastos com educação, exigência que não ocorre com todas as funções. O conjunto de elementos necessários para reprodução de cérebro, nervos e músculos também é determinado culturalmente considerando aspectos próprios de cada região e história. “Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral” (Marx, 2013, p.317).

fordista/taylorista. Essa percepção também se estendia para o ensino superior, considerado pouco útil ao setor industrial (Rodrigues, 2007).

Portanto, a divisão do conteúdo escolar entre aqueles considerados gerais e os comportamentais é anterior à teoria do capital humano. As noções de competências e habilidades, sim, são oriundas desta teoria. O que demonstra que ela encontra terreno fértil em uma estrutura de longa duração do pensamento social conservador no Brasil, que se diferencia conforme o tipo de produção, o que resulta na exigência de qualidades singulares, mas que segue formando as crianças a partir desses dois focos.

4.3 - AS INTERPRETAÇÕES INDUSTRIAIS SOBRE O ESTADO: CAMADAS DE TEMPO

Ao longo deste trabalho, tem se tornado perceptível a obrigatoriedade do suporte estatal para garantir a reprodução e expansão do capital, seja pela formação de uma classe operária adequada ou pelo financiamento de uma parte da burguesia. Desse modo, a relação entre industriais e o Estado brasileiro variou ao longo do tempo a partir de múltiplas determinações. Entre elas, as características do modo de produção capitalista, as correlações de forças do bloco hegemônico burguês, fatores externos (como a Segunda Guerra Mundial) e os horizontes de expectativa de burguesia e governantes no poder. Havia outros elementos estruturais, como o racismo e o patriarcado, mas estes mantiveram o grupo dominante estável em composição e programa político. Isso quer dizer, em nenhum momento essa foi uma discussão pertinente à burguesia industrial, bem como, não ocorreu uma revolução social que pudesse tirar os homens brancos industriais da posição de dominação política, econômica e ideológica¹⁵¹.

A partir do momento em que a CNI se constituiu como entidade de aglutinação dos desejos de classe e passou a disputar o Estado e a sociedade civil, em termos gramscianos, ela transformou-se em um moderno príncipe e movimentou-se como o partido político dos

¹⁵¹ É pertinente observar que o racismo compôs o pensamento conservador brasileiro, especialmente estimulado pelas classes dominantes. Enquanto uma estrutura de exploração nascida no seio colonial, suas raízes não foram rompidas durante o período republicano. Como evidenciou Lilia Schwarcz (1993), o elemento racial foi utilizado como explicação para o atraso econômico. Ao final do século XIX, uma série de teorias raciais foram criadas em torno da miscigenação como a origem do que seriam as difíceis condições para a formação de uma identidade nacional e para a concretização das expectativas de desenvolvimento do país. Da mesma forma, no âmbito das relações assalariadas, a reprodução do racismo teria garantido o aumento na extração de mais-valia de trabalhadores negros em comparação com brancos, estrutura necessária para as classes dominantes brasileiras ao longo do tempo. Este fator explica, por exemplo, que intelectuais racialistas, como Azevedo do Amaral e Oliveira Vianna, tenham sido influentes pensadores durante o Estado Novo, momento determinante da consolidação das relações capitalistas de produção (Góes, 2018).

industriais, mesmo não tendo uma legenda eleitoral e o formato clássico republicano. De modo que foi o contexto de seu nascimento que determinou a sua atuação política.

A CNI nasceu em 1938, nesta década transformações profundas marcaram a sociedade brasileira: em primeiro lugar, a ascensão de Vargas ao poder, se não configurou uma revolução burguesa clássica, por outro lado, possibilitou a circulação dos sonhos industrialistas que nele apostaram para a consolidação do capitalismo no Brasil. O país não reproduziu modelos de transição política e econômica como o inglês ou francês, pois não houve um conflito pelo Estado entre as classes dominantes escravistas e as capitalistas. Na realidade, viu-se o nascimento desta última no interior da aristocracia escravista, portanto, os industriais são fruto deste processo. Como resultado, a ascensão das relações de trabalho assalariadas impactaram culturalmente as relações familiares e comunitárias a partir da expansão dos centros urbanos e dos ideais de modernidade.

Essa primeira reestruturação produtiva do capital exigiu a formação de uma classe operária adequada à produção fordista: numerosa, disciplinada, ordeira e, especialmente, masculina. Para tanto, silenciar o movimento sindical operário comunista e anarquista era necessário para os interesses dominantes, afinal agitações eram um problema para a garantia da reprodução capitalista. Assim, os ventos italianos também sopraram por aqui e o varguismo se inspirou de parte do colaboracionismo de classes de origem fascista (Fortes, 2007, p.68). Isso significou, por um lado, a repressão ao movimento operário radical e controle mediante a criação de uma estrutura sindical atrelada ao ministério do trabalho, vínculo institucional que se mantém até o tempo presente. Por outro lado, repercutiu na aproximação das negociações entre as classes dominantes, os grupos burgueses e latifundistas organizados em sindicatos patronais e confederações se utilizaram desse mecanismo para dialogar diretamente com o Estado.

Vale destacar que as formas de organização da classe trabalhadora foram diversas e distintas da burguesia. Ainda no período de transição para a República, eram comuns as sociedades de ajuda mútua, corporações de ofício, as irmandades leigas e os sindicatos. Estes últimos surgiram no século XX, durante o período republicano, uma vez que sob a égide da coroa portuguesa e do império eram proibidos. Cláudio Batalha (2010) argumenta que não houve uma história linear entre sociedades de ajuda mútua e sindicatos. Isso significa que alguns sindicatos surgiram a partir de irmandades, enquanto outros não, sendo necessário observar a história local sem uma regra ou determinante padrão.

Por outro lado, durante as décadas de 1930 e 1940, ocorreu a disseminação de organizações políticas fascistas sob diversas formas, em ascensão no continente europeu

naquela época. Esse contexto influenciou intelectuais conservadores brasileiros, como Oliveira Vianna, um dos formuladores do Estado Novo. Dessa forma, a estrutura do movimento sindical foi elaborada com foco na contenção do conflito entre trabalhadores e patrões, por meio da colaboração de classes, conforme evidenciado pela publicação da CLT em 1943. Contudo, é importante destacar que o modelo brasileiro não é uma cópia do italiano, mas algo novo, baseado na circulação de ideias comuns.

No caso de Oliveira Vianna ocorreu a apropriação de parcela do pensamento de Alfredo Rocco e Mihail Manoilescu. Conforme destaca Fábio Gentile (2019), a peculiaridade do corporativismo brasileiro se manifesta em quatro dimensões: o patrocínio ao nacional desenvolvimentismo como forma de viabilizar uma economia autossustentada; o corporativismo como formador da classe trabalhadora, compreendida como uma massa amorfa que precisava ser educada; situar-se politicamente como terceira via entre liberalismo e comunismo, mas especialmente como principal meio de contenção de uma possível revolução social; e, por último, a defesa de um Estado planejador e administrador, com uma face intermediária que poderia tornar-se democrática, sendo necessário o controle para garantir a modernização.

Fora do Brasil, por consequência da Segunda Guerra Mundial, os Estados Nacionais agiram de maneira a expandir as relações capitalistas mediante uma nova fase, o imperialismo (Lênin, 2021). Karl Marx já havia apontado em *O Capital*, livro III, que no momento de superprodução de mercadorias, os Estados poderiam agir para aumentar as taxas de lucro e queimar mercadorias e força de trabalho. Esse foi o caso da Segunda Grande Guerra, ao passo que milhões morreram, as indústrias bélica, petroquímica e metalúrgica se expandiram e conseguiram conquistar mercados. Com o fim do conflito, a reconstrução das áreas atingidas mobilizou o setor da construção civil e também o financeiro, com vultuosos empréstimos. A hegemonia estadunidense se estabeleceu a partir dos Planos Marshall e o keynesianismo foi a forma de gestão do Estado adequada naquele momento.

Com base na teoria econômica desenvolvida pelo político britânico John Maynard Keynes, o Keynesianismo surgiu como uma maneira de equilibrar a economia capitalista em suas crises periódicas e mitigar os conflitos entre trabalhadores e patrões. As medidas preconizadas funcionaram como alavancas para a expansão do capital por meio de investimentos robustos na industrialização. Segundo David Harvey (2008), no período imediatamente pós-guerra, surgiram diversas formas de Estado, rotuladas de maneiras distintas, como social-democratas, democrata-cristãs e outras. No entanto, essencialmente, tais experiências configuraram-se como modelos 'keynesianos'.

Nos países do centro do capital, esse modelo ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social, uma característica que não pôde ser aplicada à América Latina devido à manutenção da superexploração da classe trabalhadora. Harvey destaca que “todas essas várias formas de Estado tinham em comum a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos” (Harvey, 2008, p.20). Para garantir o pacto entre trabalhadores e patrões, o keynesianismo prezou pela participação do Estado na economia e na garantia dos chamados direitos sociais, como forma de manter a tranquilidade interna. Por isso, as empresas estatais eram tão robustas nesse período, como no caso inglês e mesmo brasileiro, em que o Estado controlava o serviço de saúde, educação, assistência e as principais empresas de produção energética, mineral e de base.

Assim, o liberalismo não encontrou ressonância política nesse contexto, visto que, para reconstruir a infraestrutura dos países que viveram o conflito, era necessário um Estado interventor que promovesse grandes obras e possibilitasse a expansão dos fluxos de capital.

Essa conjuntura, tanto em seus marcos internacionais quanto nacionais, explica o posicionamento da CNI durante as décadas de 1940 e 1950, muito distinto do discurso empregado a partir da década de 1990. Naquele período, devido à perspectiva desenvolvimentista, o Estado era visto como necessariamente interventor na economia. Ele deveria ser estruturante para propiciar a expansão industrial, por exemplo, efetuando um robusto planejamento em grandes obras de infraestrutura. Assim, o liberalismo foi combatido abertamente pelo presidente da confederação entre 1938 e 1954, Euvaldo Lodi, como sinônimo de fracasso, em seus termos, as lições do planejamento eram bem evidentes:

A história econômica recente parece ter demonstrado à farta que a orientação providencial da “mão invisível” não promoveu os reajustamentos automáticos que teriam evitado aos sistemas econômicos o longo e penoso paradeiro dos anos 30. Mais do que nos problemas das flutuações a curto prazo, cumpre uma ação intencional para acelerar o ritmo de crescimento das economias subdesenvolvidas. Na solução desses problemas, temos de abandonar o mecanismo inconsciente do “laissez faire” pela técnica racional e consciente do planejamento. (Lodi, 1954, p.136 apud Rodrigues, 2007, p.170)

Considerando que a estrutura da CNI preza pela hierarquia, a posição do presidente da entidade, como já comentado na introdução deste texto, expressa o conjunto das formulações do coletivo de industriais. Dialeticamente, também é resultado de posições individuais, pois espera-se um manejo na condução política, tendo em vista a exigência de conformar consensos, papel executado como intelectual orgânico da classe burguesa. No caso de Lodi, não à toa, ele até o presente é tido como pai fundador da entidade. Ele tornou-se o presidente mais longo da confederação e o mais influente sobre a sociedade civil e o Estado enquanto

viveu. Nenhum outro presidente conquistou tamanha capilarização quanto ele.

Por sua vez, na crítica ao liberalismo, Lodi mobilizou argumentos que evocavam imagens comuns no pensamento social conservador brasileiro, de modo a defender o protecionismo da indústria nacional. Em discurso proferido em 1954 ele disse: “ingênuos liberais indígenas e porta-vozes conscientes ou inconscientes de grupos de interesses centralizados no estrangeiro empreenderam ruidosa campanha no Brasil para inocular na opinião pública a ideia de que nossas tarifas devem ser reduzidas” (Lodi, 1954, p.38, *apud*, Rodrigues, 2007, p.171). O uso dos adjetivos ingênuo e indígena pode indicar uma equiparação dos liberais nacionais à imagem racista construída sobre populações indígenas, como se fossem incapazes de pensar por conta própria. Esta forma de construir seus argumentos evoca indícios de uma cultura política que se reproduz e se manifesta por meio de leituras difundidas entre elites e população em geral sobre o passado colonialista e escravocrata, de maneira que se reproduz no tempo presente com rompantes diversos.

Portanto, quando Lodi usa ‘ingênuos liberais indígenas’, está afirmando que os intelectuais liberais brasileiros eram incapazes de produzir intelectualmente e que, por isso, eram tutelados por pensadores estrangeiros. O nacionalismo aparece aqui como elemento consensual e definidor de horizontes de expectativas acerca do desenvolvimento nacional que circulavam com influência entre intelectuais. Salutar lembrar que o principal expoente do liberalismo era Eugênio Gudín, com quem os industriais representados por Lodi e Roberto Simonsen travaram diversos embates¹⁵².

Nesse sentido, observando os documentos produzidos pelos industriais a partir da década de 1990, em comparação com os discursos emitidos na década de 1950, vê-se um processo de superação da aversão ao programa neoliberal para a adesão a este, mesmo que de forma contraditória. Por exemplo, em 1996 a CNI afirmou: “Para a modernização e o crescimento da economia é preciso que o Estado deixe de intervir e produzir em setores nos quais a iniciativa privada pode oferecer bens e serviços” (CNI, 1996, p.9). O elemento crise do capital da década de 1970 e a reestruturação produtiva de tipo flexível/toyotista responde parcialmente a essa transformação discursiva. Internamente, há outro aspecto que determina a mudança de posição dos industriais brasileiros de nacional-desenvolvimentistas à neoliberais. Para tanto, o último percurso da ditadura militar é o cerne da explicação.

Adriano Codato (1995) auxilia a responder a essas perguntas a partir de seu estudo a respeito das relações entre as classes dominantes e o Estado durante a ditadura militar. Após o

¹⁵² Roberto Simonsen foi presidente da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo entre 1938 e 1946.

golpe de 1964, a parcela da burguesia que determinou a ação dos militares, se vinculou a eles em um processo de retroalimentação, ao passo que forneciam apoio político esperavam compensações financeiras. Esse movimento não se deu sem contradições, e o trabalho clássico de René Armand Dreifuss, '1964 A Conquista do Estado', descreve a composição do bloco no poder naquele momento, bem como sua forma de ação.

A partir de finais da década de 1970, a parcela mais influente e dinâmica da burguesia aderiu às palavras de ordem de redemocratização, opondo-se frontalmente aos militares. Isso ocorreu após 1974 com a reforma administrativa realizada pelo general Ernesto Geisel (Codato, 1995). Até então o ditador era visto de uma maneira positiva pela alta burguesia e pelos jornais liberais, caso do periódico *O Estado de S. Paulo*, que lhe foi simpático e por vezes otimista em relação a sua ascensão (Motta, Rodrigo, 2017).

A referida reforma administrativa ocorreu quando Geisel, que era do grupo castelista entre os militares, ao assumir o Estado alterou métodos para tomadas de decisões, instituindo o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) por meio da Lei 6036/1974. O CDE era composto pelo Presidente da República, Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento e pelos Ministros da Fazenda, Agricultura, Interior e Indústria e Comércio. Sua fundação substituiu o órgão decisório anterior, o Conselho Monetário Nacional, existente entre 1967-1974 (Codato, 1995). Este conselho resultou em três consequências: 1 - o isolamento das instâncias decisórias, rompendo com o corporativismo e/ou beneficiando determinadas frações da burguesia; 2 - a centralização das tomadas de decisão em um órgão diretamente controlado pelo Presidente da República, o que reduzia a manifestação de conflitos no interior do Estado; 3 - a 'despersonalização do poder', mesmo estando sob uma ditadura militar, as ações de Estado seriam definidas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento e aplicados pelo conselho (Codato, 1995).

Outras mudanças impactaram a relação com o empresariado, como a extinção da Comissão Consultiva do Conselho Interministerial de Preços do Ministério da Fazenda, que era composta pelas Confederações Nacionais da Indústria, Comércio e Agricultura e pelas confederações nacionais de trabalhadores dos três setores. Além disso, as secretarias ministeriais foram escolhidas pela alta cúpula do regime, ou seja, não passaram pelos ministros, o que impediu a ingerência dos grupos políticos externos ao Estado (Codato, 1995).

O resultado da concentração do poder e o descolamento das frações da burguesia desse local abriu uma fissura que possibilitou a entrada de novos discursos. Por exemplo, a partir desse momento, "a noção de democracia substituiu a palavra de ordem excessivamente genérica da 'participação' ou do 'diálogo'" (Codato, 1995, p.80). O aprofundamento desse

repertório, se deu com a aderência à bandeira da redemocratização conscientemente confundida com uma ideia de livre mercado (Cotado, 1995). Aqui há o deslocamento do desenvolvimentismo, seja nacionalista ou associado, para um programa pró neoliberal pelo empresariado.

Conforme destaca Fiori (1994), a industrialização brasileira ocorreu em ciclos curtos, impulsionados pelo financiamento estatal vinculado a empréstimos no exterior. Quando Reagan encerrou a via de financiamento para os Estados nacionais dependentes, por volta da década de 1980, ocorreu um estrangulamento de diferentes países. Paralelamente, a burguesia nacional manteve uma postura constante de crítica ao aumento de impostos. Diante desse contexto, como resolver o problema de um Estado falido sem recorrer a capital externo ou a medidas tributárias? A convergência desses elementos, junto à pressão do movimento operário e sindical, além do repertório da redemocratização em circulação, levou à crise do projeto desenvolvimentista, seguida por uma reestruturação produtiva, o que não só coincidiu como foi um dos elementos fundamentais da crise da ditadura militar. O empresariado, se não foi o primeiro a abandonar o barco do regime autoritário, desempenhou um papel determinante para encerrar o período militar e o pacto desenvolvimentista associado, como afirma José Luís Fiori: “se o Estado e o capital estrangeiro ‘desertaram’ por razões econômicas a partir de 1982, há que reconhecer que quem primeiro abandonou o pacto foi o empresariado nacional, e por razões eminentemente ideológicas” (1994, p.142).

A associação entre burguesia e Estado apresenta outras particularidades, como o relacionamento entre empresariado local e estrangeiro. Desde a década de 1930, com a ascensão de Vargas, o desenvolvimentismo que se estabeleceu associou o Estado à burguesia brasileira e aos países do centro do capital, mais precisamente aos Estados Unidos da América. Isso ocorreu devido à impossibilidade, tanto do Estado nacional quanto da burguesia nativa, em dar conta dos desafios impostos pelo projeto de uma veloz industrialização de base. Assim, restou a alternativa de recorrer a credores internacionais para o financiamento de grandes projetos industriais: exemplo significativo foi a instalação das fábricas da CSN com dinheiro advindo do plano Roosevelt (Bastos, 2004). No caso da ditadura militar, esse padrão se manteve inalterado, mesmo com nuances.

O pacto desenvolvimentista associado buscou promover a industrialização do país por meio de dois mecanismos principais: a política inflacionária e o endividamento externo, dada a fragilidade do sistema bancário nacional. Fiori (1994) destaca a ausência de um autêntico capital financeiro, uma união entre capital bancário e industrial no Brasil. Tal condição resultou na formação de um parque industrial de base altamente diferenciado, porém

dependente de financiamento externo para manter sua atualização tecnológica. Isso impediu a constituição de oligopólios, como em países centrais, nos quais o domínio do mercado dá-se por fatores como a distinção dos produtos e fortes investimento em imagem.

Simultaneamente, esse modelo de capitalismo associado baseou-se em dois aspectos-chave: a reserva de mercado para capitais nacionais de tipo agromercantil e, por outro lado, a abertura ao capital estrangeiro nas áreas industriais, desde que houvesse a partilha dos lucros com o capital nacional, mesmo que em proporções inferiores. Dessa maneira, o Estado, atuando como figura central e promotor do endividamento, bem como financiador da expansão do capital, buscou beneficiar os interesses de cada grupo de empresas. No entanto, em meio a forças contraditórias, o Estado não conseguiu estabelecer um projeto nacional unificado de desenvolvimento (Fiori, 1994).

Adriano Codato (1995) enfatiza que este viés de democratização do país nascido na década de 1970 tinha um fundo econômico importante, que não significa uma perspectiva ideológica liberal em essência, mas a possibilidade de controle sobre os investimentos, o crédito e as empresas públicas estatais. Isso quer dizer, o apoio à abertura política tinha um objetivo puramente utilitário que vinculava à ditadura ao intervencionismo e à democracia ao liberalismo. Tampouco essa democracia que passou a ser defendida significava cidadania, direitos sociais e acesso da classe trabalhadora ao poder. Pelo contrário, considerava-se o retorno aos padrões de ingerência das classes economicamente dominantes sobre o Estado. Não por acaso, o sucessor de Geisel, João Figueiredo, para evitar o choque com os empresários, retomou o diálogo ao reformular a estrutura institucional (Codato, 1995).

Este processo explica o porquê de uma adesão empresarial irrestrita à ditadura entre 1964 a 1977, por exemplo. Somente quando há uma impossibilidade de conquista do Estado feita pelos militares é que de fato a burguesia coloca-se do outro lado da luta política. Essa defesa do liberalismo ao mesmo tempo em que postula benesses desenvolvimentista pode explicar as contradições do programa industrial em finais do século XX e início do XXI, que apesar de reivindicar redução da intervenção do Estado no controle do banco central, ao mesmo tempo, exige a realização de grandes obras de infraestrutura.

Assim, para os industriais, no início do século XXI, um passado insistia em se fazer presente, o Brasil continuava com sua sina de um país de reformas não consolidadas, um sistema político instável, constantemente em crise, e que por sua vez prejudicava os negócios. Para tanto, era necessário tentar “escapar do círculo vicioso gerado por reformas institucionais parciais e inconclusas” (CNI, 2005, p.13).

Ao contrário das expectativas da mídia impressa em 2005 quando do surgimento do

caso mensalão¹⁵³, o futuro surpreendeu suas expectativas, com o aumento da popularidade do presidente operário. As eleições de 2006 terminaram com uma votação que atingiu a proporção de 60,83% para a chapa Lula e José de Alencar em segundo turno. O candidato derrotado, Geraldo Alckmin, atingiu 39,17% dos votos (AGÊNCIA SENADO, 2006). Às vésperas do segundo turno, com a reeleição de Lula já definida, o empresariado não demonstrou descontentamento e os analistas que tendem a usar da personificação ao se referir ao mercado financeiro, destacaram a indiferença deste em relação ao resultado do pleito¹⁵⁴. A burguesia industrial, por sua vez, não mostrou resistência, apenas manteve-se próxima ao governo petista buscando beneficiar-se, ao passo que as demonstrações de preocupação com a indústria eram declaradas. Por exemplo, no ano seguinte ao pleito eleitoral, nasceu o principal o PAC 1 - Programa de Aceleração do Crescimento, projeto visto positivamente pelos industriais e que será tema da próxima sessão do capítulo.

Ainda neste tópico, os acenos de apoio estatal realizados nos anos seguintes, não alteraram a perspectiva neoliberal dos industriais brasileiros em relação ao Estado. De forma comparativa, em 2005, os industriais defendiam um Estado regulador que pudesse combater as “condutas ilegais dos agentes econômicos” (CNI, 2005, p.23). E ao mesmo tempo, seria necessária a interrupção do passado presente que era o Estado inchado, hipertrofiado, que “regula em excesso e promove intervenções além do necessário na atividade dos agentes econômicos (CNI, 2005, p.23). A solução era reduzir o seu tamanho, da seguinte maneira:

promover a defesa da concorrência e da propriedade intelectual; promover a redução do tamanho do Estado e a desburocratização, garantindo a sua transparência e eficiência na utilização de recursos públicos; garantir a segurança jurídica e a eficiência do judiciário; fomentar o permanente aperfeiçoamento do sistema político; garantir a segurança pública; reduzir a carga, simplificando e aperfeiçoando o sistema tributário; adequar a legislação trabalhista às exigências da competitividade; garantir marcos regulatórios estáveis e sistemas regulatórios bem definidos; adequar à legislação e competências das instituições de regulação do meio ambiente. (CNI, 2005, p.78).

O programa de 2005 também incluía o estabelecimento de um teto de gastos: “atuação

¹⁵³O caso do mensalão é uma analogia à mensalidade, gíria para explicar o dinheiro utilizado para fazer a compra de votos dos parlamentares que não tinham afinidade ideológica com o governo petista. A crise se formou após entrevistas do deputado Roberto Jefferson (PTB). O jornal Folha de S. Paulo divulgou um vídeo em que um funcionário dos Correios recebia propina. Esse funcionário era aliado de Roberto Jefferson, que imediatamente pediu apoio ao governo para estancar a investigação. Percebendo que sua demanda não seria atendida, ele denunciou um esquema mais amplo de corrupção. Nesse contexto, expôs o PT mediante a incriminação de seu principal dirigente, José Dirceu, Ministro da Casa Civil e articulador da fração majoritária dentro do partido (Nobre, 2013). Em 2005, a retórica da corrupção não estava presente nos documentos industriais, isso mudou a partir de 2013. O fato da CNI não abordar o tema em seus documentos tem por resposta um aspecto cronológico: denúncias começaram a aparecer em setembro de 2004, porém, o ápice de debate público se deu por volta de junho de 2005, quando veio a tona o caso ‘mensalão’, momento que o programa político dos industriais para as eleições já havia sido lançado.

¹⁵⁴ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 28 de outubro de 2006, p.59 - B22.

[do Estado] para a Redução do Déficit Público e para a definição de mecanismos de limitação aos gastos públicos” (CNI, 2005, p.79). Condição que esbarrava diretamente no programa petista, logo não foi levada a cabo, pois impediria a execução das reformas cabíveis à parte popular contida no projeto democrático e popular do PT. Essa proposta somente foi realizada, com a interrupção do governo de Dilma Rousseff e a aprovação por Michel Temer (PMDB) de tal demanda burguesa em 2016 (Emenda Constitucional n° 95/2016).

Quanto ao conteúdo sobre o Estado, a retórica dos documentos produzidos entre 1995 e 2018, manteve-se inalterada. Em 2013, por exemplo, foi enfatizado o planejamento do orçamento federal como demanda concreta para a redução do Estado. Assim, o futuro do passado projetava uma expectativa que articulou planejamento orçamentário e manutenção dos gastos públicos com investimentos, os desejos foram sintetizados da seguinte maneira:

Até 2022, o estado brasileiro ampliará significativamente a eficiência na gestão. Haverá um aprimoramento contínuo do processo de elaboração e execução do orçamento federal. A capacidade e agilidade de implementação dos investimentos se ampliaram expressivamente. Os efeitos serão visíveis na melhoria da qualidade da infraestrutura e dos serviços, com manutenção do equilíbrio fiscal (CNI, 2013, p.41).

Novamente, o neoliberalismo à brasileira desdobrava-se em um programa que deseja o investimento público no capital privado, porém, mantém uma preocupação constante com as metas da inflação, fantasma que ainda pairava sobre as cabeças dos industriais e que tem origem nas crises econômicas pós-ditadura. Essa retórica segue orientando o pensamento burguês e dos formadores de opinião, como a imprensa. A exemplo disso, não por acaso, em 2018, o programa da CNI tinha como cerne a “manutenção do controle da dívida pública, manutenção da inflação na meta, redução da taxa de juros para padrões internacionais, manutenção do limite para o crescimento do gasto público, aprovação da reforma previdenciária.” (CNI, 2018, p.55).

4.4 - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 1 E 2

Durante a Nova República (1985-2018), a burguesia industrial aspirava um maior suporte do Estado, buscando retomar padrões de diálogo e financiamento semelhantes aos do período anterior. Esses anseios se manifestaram por meio da defesa de investimentos em infraestrutura de transporte e energia, redução das taxas de juros, reforma tributária, crédito subsidiado e reforma trabalhista. No entanto, como evidenciado pelo discurso de 1995, reconhecia-se que esse processo ocorreria em outros patamares inevitáveis: “Nós, Empresários, temos consciência de que a fase de substituição de importação não tem retorno.

Sabemos que o mundo em que viveremos será de tarifa baixa e de proteção regulamentada por acordos internacionais” (CNI, 1995, p.4).

Assim, incapazes de articularem em um ambiente formalmente democrático um projeto próprio, a solução para seus desejos veio a partir de sua acomodação ao projeto democrático-popular. Arriscamos dizer que as iniciativas daí advindas foram as mais efetivas em termos de industrialização desde a transição. O termômetro das eleições presidenciais de 2006 mostrou que o carisma de Lula e seu projeto de país eram referendados pela população em geral, e por sua vez, pelo empresariado. A vitória sobre Geraldo Alckmin demonstrou sua força política. Assim, logo após a posse ocorrida em 01 de janeiro de 2007, aproveitando a maré alta da produção mundial, especialmente os preços das chamadas *commodities*, era momento propício para fazer avançar um programa de governo que buscava superar as tarefas em atraso do capitalismo brasileiro, nesse contexto foi anunciado o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, tendo como um dos seus objetivos, retomar a produção industrial, novamente tendo a agroindústria como suporte a indústria de transformação.

O PAC ao ser lançado fez a comunhão de dois objetivos do projeto democrático-popular: por um lado, combater a fome ao reduzir a distância entre ricos e pobres. Por outro lado, desenvolver a infraestrutura do país e alçá-lo a um patamar de desenvolvimento mais próximo aos países do centro do capital. Não por acaso, o adjetivo emergente foi empregado com veemência, neste período. Dessa forma, pretendia-se “acelerar o ritmo de crescimento da economia, aumentar o emprego e a renda e diminuir as desigualdades sociais e regionais, manter os fundamentos macroeconômicos (inflação, consistência fiscal e solidez nas contas externas)” (CGPAC, 2007a, p.6).

Para sua execução foi constituído o CGPAC - Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento composto pelos titulares Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O primeiro órgão foi o responsável por sua coordenação. O comitê ficou responsável pela implementação dele, bem como, a apresentação pública das ações tomadas. Como uma tentativa de transparência sobre as ações, relatórios quadrimestrais foram publicados (BRASIL, 2007).

A CGPAC previu o uso de seis instrumentos para a realização do projeto: “elevação do investimento privado e público; aumento do crédito e redução de juros; melhora do ambiente de investimento; investimentos em infraestrutura; aperfeiçoamento do sistema tributário; Medidas fiscais de longo prazo” (CGPAC, 2007a, p.6). Dentre essas ações, marcou profundamente o uso do fundo público para grandes construções de infraestrutura. Em 2007, o CGPAC estimou um investimento em quatro anos de 503,9 bilhões de reais em obras nas

áreas de logística, energética, social e urbana (CGPAC, 2007a, p.2). Com isso, as obras atingiam três setores sociais: a burguesia industrial e do agronegócio, que verificaria um aumento do seu potencial produtivo ao ter a redução dos seus custos; a burguesia da construção civil, por envolver-se diretamente e receber a garantia de pagamento por seus serviços advindos do Estado; e os trabalhadores que teriam acesso ao emprego.

Porém, no segundo semestre de 2008, estourou a crise financeira mundial de origem imobiliária nos Estados Unidos da América. O estrago foi tão grande que em outubro de 2008, as ações de grandes empresas do ramo automobilístico despencaram para valores alarmantes. O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou:

Nos Estados Unidos, maior mercado automobilístico do mundo, as gigantes GM e Ford, já fragilizadas por uma longa e grave crise financeira, sofreram ontem grandes perdas na Bolsa de Nova York. As ações da GM chegaram a US\$7,56, a menor cotação desde a década de 1950 - o valor de mercado da empresa na bolsa chegou a US\$4,28 bilhões. Já os papéis da Ford chegaram a US\$2,92, o menor valor em mais de duas décadas.¹⁵⁵

Entre as muitas ações anticíclicas, como demissão de trabalhadores ou paralisação de fábricas, o Estado norte-americano como fiel da balança entrou em ação para sustentar o capital que parecia ruir. Para isso, 700 bilhões de dólares foram utilizados para resgatar o mercado financeiro, mediante a compra dos chamados ‘papéis podre’¹⁵⁶. Algumas empresas poderiam ter sido estatizadas, não fossem os termos do acordo, US\$13,4 bilhões foram emprestados à GM após seu anúncio de concordata, o que não a impediu de planejar a demissão de 31,5 mil operários/as entre 2009 e 2012¹⁵⁷.

Mesmo com o fantasma da inflação sendo um elemento determinante na retórica política brasileira no tempo presente, isso também não assustou o governo Lula, que ao invés das expectativas liberais de contenção dos gastos públicos para evitar uma crise de superprodução/superacumulação, apostou na manutenção do PAC e outros investimentos.

No entanto, as críticas a essa escolha vieram rapidamente, inclusive pelo setor produtivo da burguesia. Em julho de 2008, o presidente do Banco Central (BC), em acordo com o governo federal, aumentou a taxa de juros em 0,75% como uma medida para conter a previsão de aumento da inflação. No dia seguinte, um pequeno protesto foi organizado em frente ao BC criticando a ação, a notícia de *O Estado de S. Paulo*, estampava a foto de bandeiras de centrais sindicais dos trabalhadores, ligados ao campo patronal, como CGTB - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, UGT - União Geral dos Trabalhadores, e Força

¹⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 08 de outubro de 2008. p.B3-36

¹⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 29 de setembro de 2008. p.B3

¹⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 12 de setembro de 2008. p.B1 - 12.

Sindical, CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil¹⁵⁸ representados com a faixa “Menos Juros, mais desenvolvimento”. Contraditoriamente, o texto não se tratava do ato, mas da posição do empresariado em relação às políticas anticíclicas do governo petista.

Entre as principais falas dos representantes da burguesia, estava a crítica ao aumento dos juros, e também os gastos públicos. Aqui, é salutar exemplificar a posição da burguesia industrial paulista sobre a questão. Paulo Skaf, presidente da FIESP - Federação das Industrias do Estado de São Paulo, liberal e anticomunista, comparou a inflação a um vírus e afirmou que para solucioná-la o corte de gastos era um medicamento essencial, afinal “de que adianta subir os juros se o governo não controla os gastos públicos? [...] Há outros antídotos que não apenas a alta de juros, que impede o crescimento, gera desemprego e prejudica a sociedade”¹⁵⁹.

Na contramão dessa análise, o governo Lula superou e muito as expectativas de 2007 em relação a inserção do fundo público, em 2010 já tinha ultrapassado a previsão estabelecida três anos antes, “até 31 de outubro deste ano [2010], o montante investido atingiu R\$ 559,6 bilhões” (CGPAC, 2010, p.3). E não parou por aí, o total de aplicações entre 2007 e 2010 promovidos no PAC 1 foi de 657,4 bilhões (CGPAC, 2010, p.3). Dentro do PAC 1, nasceu outra marca do governo petista, o ‘Minha Casa, Minha Vida’, programa de criação de moradias populares financiadas pelo Estado e vendidas com subsídios aos trabalhadores. O saldo do primeiro PAC foi assim descrito pela gestão:

O desenvolvimento chegou a todo o território brasileiro. Essa é a mudança substancial que acontece neste momento no País. Duas das maiores hidrelétricas do mundo estão sendo construídas hoje no Brasil: Santo Antônio e Jirau, e Belo Monte será iniciada em breve. No dia 30 de novembro, o Governo Federal inaugurou as Eclusas do Tucuruí, no Pará. Um empreendimento que estava em ritmo lento havia 30 anos e que foi retomado pelo PAC. Um marco histórico para a região Norte do País. Até dezembro, o PAC concluirá 6.377 quilômetros de rodovias e outros 909 quilômetros de ferrovias. No setor de Petróleo e Gás são 12 novos campos e 12 plataformas em operação, além de 3.776 quilômetros de gasodutos construídos. Nas áreas de Habitação e Saneamento, 1.323 obras foram concluídas e 4.016 estão sendo executadas em todo o País, em parceria com governos estaduais e municipais (CGPAC, 2010, p.3).

Com esse carro chefe de propaganda, Dilma Rousseff, naquele momento Ministra da Casa Civil, parte integrante do CGPAC, ganhou visibilidade o que contribuiu para sua vitória eleitoral em 2010, a constituindo, em contraposição à estrutura patriarcal, como a primeira presidenta do Brasil. E seguindo o modelo ‘em time que está ganhando não se mexe’, após a finalização do primeiro PAC, Dilma renovou o programa por mais quatro anos (2010-2014), tornando-se popularmente conhecida como a ‘mãe do PAC’.

¹⁵⁸ Vale destacar que a CTB é vinculada ao PCdoB - Partido Comunista do Brasil.

¹⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 24 de Julho de 2008. p.B7 - 24.

O PAC 2 foi ainda maior em gastos com investimentos do que o seu primogênito. Com os mesmos objetivos de propulsão de um novo tipo desenvolvimento, ao final de quatro anos, mais de oitocentos bilhões de reais foram aplicados em infraestrutura, sendo pouco mais da metade utilizados pelo programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, construindo 1,87 milhão de moradias (CGPAC, 2014, p.5). No ramo energético, salta aos olhos os investimentos em petroquímica e hidrelétrica. No norte do país, as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em Rondônia entraram em funcionamento, a gigantesca obra de Belo Monte - PA teve seu início. Na Bacia de Santos, nove plataformas de petróleo foram abertas, acrescidas de mais oito em outras regiões, com destaque para abertura também da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco (CGPAC, 2014, p.4).

Inicialmente, após o lançamento do PAC, a CNI se mostrou satisfeita com a política de governo que voltou a priorizar a expansão industrial. Logo após o anúncio do novo programa, o presidente da confederação, Armando Monteiro Neto, declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que “O PAC organiza o governo em torno de uma agenda pró-crescimento e, portanto, trata-se de uma coisa realmente positiva”¹⁶⁰. Pouco tempo depois, contudo, as críticas apareceram. Em julho de 2007, os industriais reclamaram que as ações eram mal coordenadas e faltava planejamento para execução das obras, para eles era urgente a intervenção do Estado. Na visão de José de Freitas Mascarenhas, conselheiro da CNI, “estamos perdendo tempo por causa da falta planejamento e áreas de inteligência do governo”¹⁶¹.

Em 2009, novamente a CNI foi a público reclamar da demora na execução do programa: um conjunto de elementos, como licenciamento ambiental e falta de planejamento, seriam os responsáveis pelos recursos não chegarem à ponta, as empreiteiras¹⁶². No entanto, o zigue-zague tático da entidade permitiu o uso de palavras de positivas em meio às críticas, quando seus desejos eram cumpridos. Quando do anúncio do PAC Equipamentos, no ano de 2012, projeto destinado a compra de veículos, máquinas e equipamentos de forma subsidiada pelo Estado, a comemoração por Robson de Andrade, naquele momento presidente da CNI, foi notória e elogios ao governo petista não foram evitados¹⁶³.

¹⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 09 de abril de 2007. p.05 - A5.

¹⁶¹ *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 24 de junho de 2007. p.41-B10.

¹⁶² *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 20 de abril de 2009. p.14-B1.

¹⁶³ CNI. CNI defende mais medidas semelhantes ao PAC Equipamentos. Agência de Notícias. 27/06/2012.

Disponível em:

<<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/cni-defende-mais-medidas-semelhantes-ao-pac-equipamentos/>>. Acesso em 24 jul. 2023.

Por outro lado, a confederação não se furtou apenas a expor sua posição publicamente e fez indicações diretas ao governo federal. Exemplo disso ocorreu em abril de 2013, quando em reunião entre a entidade e representantes do executivo foram sugeridas a inclusão de 207 projetos de infraestrutura com aplicação de 54,7 bilhões de reais¹⁶⁴.

No geral a retórica mobilizada pela Confederação Nacional da Indústria, ora para elogiar ora para criticar o PAC, tinha como fundo a ideia de atraso, especialmente, quando as reclamações vêm a público. O incômodo foi caracterizado como falta de planejamento, razão que pareceria não conseguir corrigir o contingente passado que não passava. Assim como no samba de Aluísio Machado, a preocupação era de que ‘o relógio que atrasa não adianta’¹⁶⁵. Tal expectativa para o Brasil, como apresentando ao longo das páginas pretéritas, é uma permanência nos programas políticos para o país.

Mesmo com as particularidades nacionais, essa forma de viver o tempo tem como fundação a estrutura temporal inaugurada com a modernidade do capitalismo. A partir do momento que os desejos burgueses tomaram corpo por meio de revoluções, o futuro se tornou orientador da vida humana. Como descrito por Koselleck (2006), de maneira que o progresso se constitui como palavra ordenadora da história nacional, bem como dos sujeitos. Isso adquiriu uma forma própria:

O futuro desse progresso é caracterizado por dois momentos: por um lado, pela aceleração com que se põe à nossa frente; por outro lado, pelo seu caráter desconhecido. Pois o tempo que se acelera em si mesmo, isto é, a nossa própria história, abrevia os campos da experiência, rouba-lhes sua continuidade, pondo repetidamente em cena mais material desconhecido, de modo que mesmo o presente, frente à complexidade desse conteúdo desconhecido, escapa em direção ao não-experimentável (Koselleck, 2006, p.36)

Buscando responder a esse futuro desconhecido, a ferramenta que entrou em cena foram os prognósticos e com eles os planejamentos. A todo momento, tendências são estabelecidas, relatórios elaborados e Mapas Estratégicos escritos, seja pelo Estado ou pelos modernos príncipes, os partidos: “o prognóstico implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro. Por essa qualidade futura continuamente garantida ao passado é possível tanto assegurar quanto limitar o espaço de manobra do Estado” (Koselleck, 2006, p.36). Por isso, para os industriais o planejamento e o desejo de serem ouvidos apresentam-se como tão importantes. Através de seus mapas estratégicos, os industriais veem o passado no futuro e

¹⁶⁴ CNI. CNI propõe a inclusão de 207 projetos de infraestrutura no PAC. Agência de Notícias. 15/04/2013.

Disponível em:

<<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/infraestrutura/cni-propoe-a-inclusao-de-207-projetos-de-estrutura-no-pac/#>>. Acesso em 24 jul. 2023.

¹⁶⁵ Referência ao samba “Minha Filosofia” de Aluísio Machado.

tentam corrigir essa rota, buscando escapar daquilo que parece inevitável, o capitalismo dependente.

No entanto, o desenvolvimentismo executado por meio do PAC não passou incólume à classe trabalhadora, especialmente aos povos indígenas e às populações tradicionais. Parafraseando a tese VII sobre a história de Walter Benjamin (1987), o cortejo triunfal do dito progresso espezinhou tantos corpos quanto qualquer outro projeto de expansão do capital.

Um dos movimentos sociais que sobressaiu durante a execução dos projetos do PAC foi o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. Esse coletivo nasceu na década de 1980, fruto da contraposição ao projeto energético dos militares, especialmente mobilizados em torno da criação da gigante Usina Hidrelétrica de Itaipú, na foz do Rio Iguaçu, no Estado do Paraná (MAB, 2023). O MAB surgiu sob forte contribuição do campo democrático-popular, especialmente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ideologicamente de orientação petista. No entanto, com a criação do PAC, isso não significou que tivessem um acesso amplo ao Comitê de Gestão.

Assim, contraditoriamente, de um lado frações do PT contribuíram com a construção do MAB, como a corrente Consulta Popular, CPT e outros; de outro lado, a Casa Civil, Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento ampliaram a desapropriação de terras para a construção de barragens. Por exemplo, até 2010 havia em operação 2 mil barragens de geração de energia. O PAC 2 previu a ampliação de 494 grandes hidrelétricas, além de outras 942 centrais hidrelétricas de tamanho menor. No entanto, os laudos sociais produzidos para efetuar as obras eram realizados pelas próprias empresas de engenharia, o que significava um conflito entre o aumento das taxas de lucro e a real identificação dos atingidos. Nesse cenário, estimou-se que aproximadamente 100 mil pessoas seriam afetadas pelas obras do PAC (Câmara, Terra, Soares, 2021). Aspecto que levava em consideração apenas os elementos materiais, como perda de moradia, mas não o impacto cultural e simbólico.

O homem chega e já desfaz a natureza, Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar; O São Francisco, lá pra cima da Bahia; Diz que dia menos dia vai subir bem devagar; E passo a passo vai cumprindo a profecia; Do beato que dizia que o sertão ia alagar (Sá; Guarabyra, 1977).

O trecho acima é parte da canção “Sobradinho”, composta por Sá e Guarabyra e lançada em 1977, no disco Pirão de Peixe com Pimenta, gravadora Som Livre. O tema dela é a construção da barragem de mesmo nome, localizada na Bahia, inaugurada em 1979, que alagou a região onde ocorreu a Guerra de Canudos (1896-1897), entrecruzando projetos de futuro de passados diferentes. Pelo apelo simbólico que carrega, essa música tornou-se um hino informal do MAB, repetido durante a abertura dos eventos do movimento, como

encontros e congressos nacionais, como parte da ‘mística’. As místicas são práticas sociais originárias das formas de atuação da Comissão Pastoral da Terra, ligada à igreja católica, ao mesmo tempo que apresenta influências indígena e negra. A mística se constitui como momento de rememoração das lutas e dos princípios que dão sentido ao movimento social como um ritual elaborado de forma nova a cada encontro que presentifica o passado.

Essa canção foi cantada diversas vezes durante o 7º Encontro Nacional do MAB, realizado em Cotia, grande São Paulo, no ano de 2013. Dois mil e quinhentos atingidos se reuniram para deliberar formas de articulação interna do movimento, e também para pressionar o governo federal. Naquele momento, foi definida como prioridade de luta na região amazônica, alvo das grandes hidrelétricas, e em defesa de um Projeto Energético Popular, representado pelos lemas “água e energia não são mercadorias” e “águas para vida e não para morte”. Mais uma vez o campo popular colocava-se na resistência ao ‘desenvolvimentismo’ em curso. A definição de foco de intervenção na Amazônia se mostrou também pelo número de militantes desta região presentes no encontro¹⁶⁶.

Falar em PAC também exige abordar obras polêmicas, talvez a principal delas a Usina de Belo Monte. Localizada próxima a cidade de Altamira - Pará, no leito do Rio Xingu. A maior hidrelétrica totalmente nacional foi leiloadada em 2010, seus projetos e licenciamento socioambiental conduzidos no ano seguinte. A obra inaugurada parcialmente em 2016 contava com uma estrutura dividida em três sítios: Belo Monte, Canais e Pimental. Belo Monte tem 11.233,1 MW de potência instalada e 4.571 MW de energia assegurada (Milhomens, Gohn, 2017, p.68). A gigante foi construída em grande parte com financiamento público com participação secundária da iniciativa privada:

Financiado 85% pelo fundo público brasileiro, as fontes de subsídios advêm do BNDES, das linhas de créditos via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e das estatais, Centrais Elétricas Brasileiras S.A (ELETROBRAS), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). De acordo com o relatório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), referente aos anos de 2011 a 2014, a SPE apresenta as seguintes participações: “ELETRONORTE 19,98%; ELETROBRAS 15%; CHESF 15%; Petros 10%; Funcef 5%; Amazônia (Cemig e Light) 9,77%; Neoenergia 10%; Vale 9%; Sinobras 1%; Caixa FIP Cevix 5%; J. Malucelli Energia 0,25%” (BRASIL, [201-], p. 106). Destaca-se que a margem de financiamento público a um empreendimento privado não deve ultrapassar 80% (Melo, 2020, p.190).

A construção de Belo Monte mobilizou a opinião pública em 2011. De um lado, economistas, empresários e governo federal defendendo sua criação pró-desenvolvimento do

¹⁶⁶ Naquele ano, com 17 anos, participei como militante neste encontro. Ainda que com pouca experiência política, ficou clara a urgência que aquelas pessoas tinham em garantir o mais básico, a reprodução da vida. De forma preponderante, o movimento era composto por pessoas negras e afro-indígenas, sendo expressiva a participação da região amazônica.

país, ou em outros termos, expansão do capital. Por outro lado, movimentos sociais do campo, ribeirinhos, e indígenas ao denunciar as violências sobre seu modo de vida, tanto em aspectos históricos e culturais, como de ordem concreta e material. Entre os povos indígenas, as principais etnias afetadas por Belo Monte foram os Kayapós, Araras, Arareutes, Apidereulas, Jurunas e Maracanãs (Milhomens, Gohn, 2017).

Para a construção da obra eram necessários, além dos estudos de impacto ambiental com aprovação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o aceite do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), após oitiva das comunidades afetadas, e preferencialmente com sua aprovação¹⁶⁷. Na tese de doutorado de Estella Libardi De Souza (2021), a pesquisadora entrevistou ativistas indígenas e membros da comissão responsável pela elaboração do PBA-CI. A pressão realizada pelo governo federal forçou para que o processo fosse realizado em curto período de tempo.

Dessa maneira, o processo de escuta dos povos indígenas ocorreu pró-forma, sem de fato a construção de um espaço democrático de possibilidade de contraponto. Ana Maria, antropóloga da FUNAI, que participou da elaboração do PBA - CI, afirmou que foi realizado um ‘arremedo de participação’: em algumas comunidades foi realizada apenas uma reunião de 45 minutos para apresentação do projeto da Usina, sem possibilidade de direção coletiva pelos povos afetados (Souza, 2021, p.198). Assim como não foram realizadas reuniões com as famílias indígenas que residiam na cidade de Altamira e na Volta Grande do Xingu. Outra antropóloga entrevistada explicou que o laudo que autorizou a construção não era consenso pela equipe técnica, sendo que a frase “consideramos a hidrelétrica de Belo Monte viável desde que seja respeitado...” foi determinado por gestores superiores hierarquicamente, o que explica que a determinação final destoa do tom geral do documento (Souza, 2021, p.195).

Nesse contexto, os povos indígenas do Xingu utilizaram de táticas de luta radicalmente opostas ao movimento do capital. Se a Norte Energia S.A criou o canteiro de obras, os Xikrin, Juruna, Arara, Parakanã, Kararaô, Xipayá e Kuruaya paralisaram os trabalhos. Em 01 de julho de 2012, o sítio de Pimental da Usina de Belo Monte foi ocupado:

Nós povos indígenas do Médio Xingu: Xikrin, Juruna, Arara, Parakanã, Kararaô, Xipayá e Kuruaya, estamos ocupando o canteiro de obras de Belo Monte, porque nossos direitos não estão sendo cumpridos no processo de licenciamento da UHE de Belo Monte. As condicionantes não foram cumpridas, o PBA não teve início e a obra está acontecendo muito rápido. Por isso, convocamos a presidente da Fundação Nacional do Índio, senhora Marta Azevedo, a comparecer aqui no canteiro de obras do Sítio Pimental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no dia 09 de julho de 2012

¹⁶⁷ Estella Libardi De Souza (2021) evidencia o racismo presente na nomenclatura do documento ao incorporar os povos originários como elemento da natureza.

onde ocorrerá a reunião com o presidente da Norte Energia S.A. para poder garantir o cumprimento dos direitos dos povos indígenas afetados por essa obra. Além disso, os povos indígenas que aqui estão exigem que a FUNAI não emita mais anuência alguma para este empreendimento, já que o mesmo está descumprindo os nossos direitos. Nós temos que ser ouvidos sobre o cumprimento das condicionantes e essa obra deve parar até que todas elas sejam cumpridas! A FUNAI só pode dar parecer para a usina continuar se os povos indígenas autorizarem (Convocação..., 01 Jul. 2012 *apud* Souza, Estella, 2021, p. 214).

A contundência da ação tinha vestígios de um passado presente. O resultado da ocupação foi a realização de reuniões com a Norte Energia S.A., a conquista da revogação dos prazos estabelecidos para o licenciamento ambiental, bem como o comprometimento de suporte infraestrutural da empresa para as comunidades. Algum tempo após tais concessões, as lideranças indígenas entenderam que a distribuição de ferramentas e equipamentos às comunidades, apesar de inicialmente interessantes, também significaram uma tática de cooptação do movimento indígena pela Norte Energia S.A. (Souza, Estella, 2021).

A liderança indígena de codinome Masilo Jurana relatou a Estella Libardi de Souza que inicialmente todas as comunidades estavam unidas para barrar a hidrelétrica, “todo mundo falando por uma língua só” (Juruna *apud* Souza, Estella, 2021, p.241). Porém, a empreiteira passou a usar a velha tática de dividir para conquistar, organizou reuniões separadas com algumas lideranças buscando convencê-las dos benefícios que a obra provocaria, e mitigando discursivamente os impactos já identificados. Conjuntamente, tentou-se por meio de um plano emergencial conter o movimento social por meio da entrega de ferramentas, produtos industrializados alimentícios e de vestuários, que provocou alterações danosas em algumas comunidades, como a enxurrada de produtos transgênicos e envenenados com agrotóxico, bem como, lixo não biodegradável (Souza, Estella, 2021).

A contenção das águas do Xingu, além de mudar o curso do rio, provocaria a redução da vazão da área da Vargem Grande do Xingu, afetando o transporte fluvial e a reprodução de peixes e quelônios, fundamentais para alimentação e cultura da população local. Além disso, havia a previsão de aumento do número de doenças e do impacto sobre a qualidade da água. Por fim, toda grande obra carrega consigo um contingente gigantesco de pessoas envolvidas direta e indiretamente com ela, desde pedreiros, carpinteiros, a profissionais do sexo. Nesse sentido, evidentemente a infraestrutura dos serviços públicos das cidades deveria ser planejada para dar conta desses trabalhadores, e com manejo ambiental apropriado, somente o aspecto de saneamento e tratamento de dejetos humanos já significava um impacto sobre a região (Souza, Estella, 2021).

No entanto, Belo Monte não tinha nada de novo, e os originários, fizeram questão de lembrar como lidavam com os projetos de destruição de sua existência. Uma proposta

semelhante a esta, havia sido feita durante a ditadura mediante a elaboração dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, produzidos entre 1975 e 1979, pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. (CNEC), braço da empreiteira Camargo Corrêa. Em relatório indicava-se a construção de cinco barragens no rio Xingu, sendo elas: Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Bababaquara e Kararaô (Souza, Estella, 2021). Naquele momento, a articulação do movimento indígena da região foi vitoriosa e conquistou o engavetamento do projeto em 1989.

A luta contra a instalação da Usina Hidrelétrica de Kararaô, transcorreu no fim da ditadura e adentrou o primeiro governo civil, nele foi protagonizado um dos principais eventos da memória dos brasileiros em torno da luta indígena. Em 1989, foi articulado o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira - Pará, o evento chamado inicialmente pelos Kayapós teve uma adesão de 600 indígenas de 24 povos, 300 jornalistas, um representante do Presidente José Sarney, e um diretor da Eletronorte (José Antonio Muniz Lopes), empresa brasileira que estava conduzido a implantação (Souza, Estella, 2021).

Em meio a intensos debates, especialmente com a presença das principais lideranças indígenas do país, ocorreu um fato que se tornou o evento que determinou o arquivamento do projeto. Tuíra Kayapó, parente de Paulinho Paiakan, levantou-se durante a fala do diretor da Eletronorte e com a lâmina de seu facão encostou e o empurrou em ambos os lados do rosto do homem que explicava a instalação da usina. A ação não gerou nenhuma lesão em José Antonio Muniz, mas foi o suficiente para mostrar a indignação daquela mulher e ser o símbolo da luta indígena ontem e hoje. Sob o facão de Tuíra o projeto foi interrompido, sendo materializado a partir de 2011 com o nome de Belo Monte (Souza, Estella, 2021).

A construção dessa usina é expressão de diversas camadas de um passado que se presentifica e da insistência do desenvolvimentismo como horizonte de expectativas para o Brasil. A primeira camada evidente é a da negação e resistência dos povos do Xingu em ter sua vida afetada pelo mundo da mercadoria. Em outra camada tangente, a contínua tentativa do capital industrial em expandir-se para todos os lados carregando os estandartes da contraditória palavra desenvolvimento. Em grande parte dos exemplos expostos pelas lideranças entrevistadas por Estella Libardi de Souza (2021) as lutas da década de 1980 foram citadas como exemplares para combater a principal obra do PAC.

O projeto da Usina de Belo Monte também enfrentou a fúria dos homens e mulheres que sujaram as mãos para construí-la. A obra iniciou em 2011, logo nos primeiros meses, ocorreu a Revolta dos Maranhenses. Em novembro daquele ano, momento de negociação salarial (data-base), o sindicato que representava a categoria, por sua vez era de orientação

patronal, aceitou facilmente a proposta da construtora. No entanto, a base estava descontente com os valores do salário, do vale alimentação, o não pagamento de horas-extras aos sábados e o cumprimento da ‘baixada’, que consiste no direito de visitar a família por tempo determinado e com as despesas custeadas pelas empresas. Esse último direito tem a ver com a condição de trabalho em campos como estes, quando o peão de trecho, como são popularmente conhecidos, ficam confinados em galpões, por vezes insalubres, durante meses. Assim, em vistas a essas reivindicações a base sobrepôs a diretoria do sindicato e cruzou os braços, paralisou as obras, em seguida ameaçou incendiar as máquinas (Campos, 2016).

Imediatamente, 141 trabalhadores foram demitidos sendo expulsos do local pelo braço armado do estado, a ROTAM (Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas). Resistindo às retaliações, os trabalhadores que ficaram fecharam a Rodovia Transamazônica no Km 55. O resultado foi a manutenção da truculência, outras 80 pessoas foram demitidas. A maioria dos trabalhadores era de origem maranhense, por isso, os atos foram batizados de Revolta Maranhense (Campos, 2016).

Em abril de 2012, após a morte de um operário em serviço, novo fechamento da Rodovia Transamazônica foi realizado. Desta vez, os manifestantes foram retirados pela Polícia Militar, Tropa de Choque e a Força de Segurança Nacional. Além disso, a obra ficou sob vigilância da polícia militar. Ação semelhante se repetiu em novembro daquele ano, em nova data-base, mais uma vez descontentes com a diretoria do sindicato, os operários entraram em greve e utilizaram como tática de luta o incêndio de equipamentos (Campos, 2016).

Após estes acontecimentos, cinco trabalhadores foram presos sob a acusação de incêndio, formação de quadrilha e dano a patrimônio particular. Ficaram presos por 66 dias e estão respondendo a processo. A partir dessa greve, o governo federal ordenou que 40 homens da Força Nacional de Segurança ficassem instalados em Altamira para acompanhar a obra, e o governo estadual designou 25 homens da Tropa de Choque da PM (Campos, 2016, p.149).

Em 2013, o enredo se repetiu, trabalhadores resistindo de um lado, capital perdendo dinheiro de outro lado e reprimindo os grevistas. Ao se negarem a morar nos alojamentos da obra, mesmo aqueles que residiam em Altamira, e por aumentos salariais, nova paralisação foi organizada em novembro daquele ano e encerrada com a demissão de 700 pessoas. A dissertação de Cauê Vieira Campos (2016) dedica-se ao estudo dos conflitos trabalhistas nas obras das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, todas da mesma região. Segundo ele, os padrões vistos em Belo Monte se repetiram, mesmo com singularidades pontuais nas outras duas. Dessa forma, fica evidente que enquanto o capital se expande, leva

consigo a luta de classes, aspecto próprio da contradição sociometabólica do sistema, onde uns lucram às custas do trabalho alheio.

Nesse bojo, contribuindo para a reflexão, Ailton Krenak chama a atenção para o processo de destruição subjetiva e objetiva da terra e dos seres humanos. Enquanto o mundo da mercadoria cria ambientes artificiais que consomem rios, montanhas e florestas, para garantir os lucros de grandes corporações. Por outro lado, as pessoas deixam experimentar a vida, mantendo-se apenas como reprodutoras de uma existência que torna tudo utilidade, e que portanto, é adoecedora. Aqui há uma mudança significativa do sentido dado à natureza: “o rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas” (Krenak, 2019, p.21). Para Krenak, não está mais em jogo apenas a extinção dos povos originários, mas a destruição completa do planeta, o fim do mundo.

o tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim (Krenak, 2019, p.13)

A reflexão para adiar o fim do mundo, poderíamos interpretá-la como o retorno do sonho ou, em outros termos, dos horizontes de expectativa dos sujeitos explorados: trabalhadores, povos originários, quilombolas, ribeirinhos, migrantes em geral. Daqueles que não vivem do trabalho alheio, não gozam do lucro apropriado da produção social e da destruição do mundo. No entanto, esse trabalho continua sendo sobre as expectativas daqueles que já realizaram suas projeções, e que aparentemente, criaram a utopia de uma indústria de classe mundial em que as relações de exploração sejam eternas. Dessa forma, o próximo capítulo terá como mote o estudo das ideias dos industriais brasileiros ao longo do tempo, buscando identificar as camadas e entrecruzamentos entre o novo e o velho.

5 - CONSTRUINDO UMA UTOPIA: O CUSTO BRASIL E O INDUSTRIALISMO DEPENDENTE

O Mapa sintetiza uma visão de futuro compartilhada e um caminho estratégico de consenso. Seus benefícios têm impacto sobre toda a sociedade. Sua implementação não ocorrerá por ações isoladas da indústria, mas por um movimento amplo, fundado em alianças fortes e duradouras com os representantes dos mais diversos setores da sociedade brasileira (CNI, 2013. p. 91).

Neste capítulo será elaborada a síntese analítica das agendas industriais. O trecho terá como foco evidenciar as mudanças e permanências dos programas elaborados pela Confederação Nacional da Indústria. De forma conceitual pretende-se discutir se a CNI mobiliza seus horizontes de expectativa construindo uma utopia própria para o século XXI. Para chegar a essa conclusão observou-se as formas de ação política da entidade com fins de efetivar seu programa para o Brasil no período posterior à redemocratização. Em termos de fontes, utilizou-se de seus documentos programáticos e reportagens de jornais de grande circulação, especialmente O Estado de S. Paulo, que apresenta os vestígios da práxis industrial.

Antes disso, buscou-se retomar um debate clássico a respeito da burguesia brasileira, considerando a sua caracterização por Florestan Fernandes. Discute-se a análise conceitual do autor e sua validade para pensar os industriais na Nova República na perspectiva de questionar se há um passado que se presentifica no século XXI.

Em *Revolução Burguesa no Brasil*, publicado em 1974, Florestan Fernandes busca traçar a história do capitalismo no país com vistas a identificar suas particularidades. Em sua perspectiva, não se trata de ignorar os elementos universais advindos do centro do capital, mas sim de não realizar uma avaliação ‘europocêntrica’ (Fernandes, 2006, p.287).

Nesse sentido, para verificar como se deu a transformação capitalista, ele usa como fio condutor a revolução burguesa, não como um evento, como a Revolução Gloriosa (1689) ou a Revolução Francesa (1789), mas como um movimento ou crise de poder que resulta em um tipo de dominação de classe. Cronologicamente, o início da República, em 1889, constituiria o germe de um típico poder burguês que finda o período imperial e, no entanto, em nada se assemelha ao liberalismo francês ou inglês. Isso, pois, trata-se de um país com um drama crônico, o capitalismo dependente de origem colonial:

As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena história e cobra o

seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da ‘conciliação’ (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da ‘reforma’) (Fernandes, 2006, p.205).

Portanto, esse passado que se faz presente em uma estrutura de dependência e subdesenvolvimento oriunda do colonialismo se expressa sobre algumas formas: 1 - a manutenção da associação dependente em relação às potências imperialistas com a drenagem dos lucros para fora; 2 - a coexistência de relações chamadas de pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3 - a concentração da riqueza e compressão dos salários; 4 - reprodução do subdesenvolvimento a partir de uma não industrialização autônoma. Nesse sentido, se trataria de um projeto de nação que convergiu interesses externos e internos, não apenas significando a submissão à violência colonial, mas a adesão das classes dominantes brasileiras à dependência com objetivos egoístas (Fernandes, 2006, p.226).

Celso Furtado, ainda na década de 1960, vinha se debruçando sobre o mesmo tema. Para o autor, a relação entre dependência e subdesenvolvimento era notória. Para ele, a superexploração do trabalho e a concentração da riqueza, marcas da dependência, estavam condicionadas também à divisão internacional do trabalho e à manutenção de uma matriz de produção de segunda ordem, com mercadorias mais ‘simples’ e de menor valor em comparação ao que se reproduzia em países centrais desenvolvidos. Dessa forma, considerando o aspecto global, “quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração” (Furtado, 1974, p.94)

O capitalismo brasileiro levou um tempo para consolidar-se, apresentando três momentos chaves: a fase da eclosão do mercado capitalista moderno convergindo com o neocolonialismo e a crise estrutural do escravismo, período que contempla de 1808, com a Abertura dos Portos, até 1860. Em seguida, o momento de formação e expansão do capitalismo competitivo, marcada pela transição industrial, a ampliação das cidades, e estruturação do mercado interno; definida por volta de 1860 até 1950. E por último, o nascimento do capitalismo monopolista com a reorganização do mercado e do sistema de produção, de comercialização, do sistema financeiro, com o estabelecimento das grandes corporações, especialmente estrangeiras, mas também de um tipo misto ou estatal. Esse período se deu a partir de 1950 e teria se aprofundado durante a ditadura militar de 1964 (Fernandes, 2006, p.227).

Essa cronologia da história do capital no Brasil revela, nas palavras de Florestan Fernandes, um tipo de capitalismo na periferia que é ‘perverso e envenenado’, pois pressiona os salários dos trabalhadores para baixo, aumentando a exploração. Ao passo que, já na fase

monopolista e financeira, transfere renda para os setores que conseguem ‘fazer poupança’ ampliando a concentração da riqueza em um grupo exclusivo de ‘ricos, poderosos e modernos’ (Fernandes, 2006, p. 272).

Para possibilitar essa reprodução da exploração do trabalho, o Estado e as relações políticas adquirem uma função importante de manutenção da classe trabalhadora, bem como da parcela da população despossuída em geral, de forma tutelada e submissa. Nesse sentido, desenvolve-se um tipo de processo histórico em que a revolução burguesa tem uma forma essencialmente política. Isso quer dizer, diferente dos modelos clássicos onde a determinação final das revoluções burguesas eram as crises de classe, ou seja, a oposição entre aristocracia e burguesia. No Brasil, as classes dominantes coloniais tornam-se burguesas, não exigindo uma ruptura.

O que sugere que a revolução burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. [...] E, ainda, que a revolução burguesa ‘atrasada’, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (Fernandes, 2006, p. 292)

Otávio Guilherme Velho (2009) também valoriza esse elemento político na constituição do capitalismo brasileiro. Aproximando-se do pensamento de Florestan Fernandes, porém de forma distinta, ele defende a constituição de uma nova categoria de análise para pensar a sociedade brasileira: o capitalismo autoritário. Nessa forma de dominação, as relações políticas são fundamentais e o Estado ocupa um papel central na consolidação das relações capitalistas. Diferente do modelo europeu clássico no qual o econômico se sobrepõe ao político. Dessa maneira, ao identificar que a burguesia originária inicialmente não seria hegemônica e que o Estado, sendo a conexão com o global, sofre pressões externas, este último acabou assumindo a responsabilidade por impor doses de capitalismo a toda a sociedade. Isso ocorreu devido ao processo de transição de um modo de produção a outro em um país onde a estrutura agrária e a exploração da classe trabalhadora têm um papel preponderante.

O elemento essencialmente político e autocrático é visível quando se comparam dois tipos diferentes de modelos de capitalismo, o democrático-burguês e o autocrático-burguês.

O modelo democrático burguês configura-se como uma forma de dominação em que as pressões das classes baixas são combatidas de modo não reacionário, e por vezes chegam a ser incorporadas à pauta liberal, mesmo aquelas que possam ser ‘contra a ordem’ vigente. Isso

se opera devido à elasticidade, flexibilidade, integração, segurança e confiança que as classes possuidoras têm em manter suas posições na luta de classes. Parte deste repertório teria origem no caráter revolucionário destas classes antes de tornarem-se hegemônicas. O que Florestan designa como um consenso burguês que se abre às pressões de baixo “como parte de uma rotina que conferia à cidadania”, permitindo a participação política das massas populares (Fernandes, 2006, p.323-324).

A realidade descrita não constitui o contexto brasileiro. A condição de classe da burguesia brasileira em uma sociedade dependente e subdesenvolvida demonstrava-se pelo temor ao lidar com as pressões vindas de baixo, como o medo de distribuir a riqueza socialmente produzida. Nesse sentido, se constituiu uma “mentalidade política burguesa especial, inflexível e intolerante mesmo às manifestações simbólicas e compensatórias do radicalismo burguês, e disposta a impedir ou bloquear o seu avanço” (Fernandes, 2006, p.325).

Assim, esse medo incipiente levou a lidar com as pressões dos de baixo, mesmo quando se tratavam de contestações “dentro da ordem”, como ataques “contra a ordem”, observe-se o caso dos mínimos direitos trabalhistas. Nesse sentido, o uso de instrumentos repressivos para contenção das massas populares foi constante. Esse caráter violento de sistema e poder político, Florestan Fernandes denomina de modelo autocrático burguês (2006, p.326):

Desse ângulo, aquelas pressões punham as classes e os estratos de classe burgueses não diante do problema da democracia (mesmo entendida como uma “democracia burguesa”); mas, isto sim, diante do problema da ordem (entenda-se: de uma “ordem burguesa”, que “devia ser salva”, posta em bases estáveis e consolidada). (Fernandes, 2006, p.327)

Análise semelhante foi realizada sobre o contexto italiano por Antonio Gramsci nas primeiras décadas do século XX. O autor aponta como a constituição dos exércitos nacionais está relacionada com a composição de classe da burguesia e sua capacidade de exercer o poder ou, em seus termos, a hegemonia. Em Gramsci o conceito de hegemonia refere-se à capacidade de um determinado grupo ou fração de classe fazer seu programa político ganhar dominância sobre grande parte da sociedade pela combinação de consenso e coerção (Gramsci, 2007).

Para tanto, táticas de luta são desenvolvidas para buscar consolidar essa hegemonia, que por sua vez, representa centralmente na conquista do Estado. A primeira ferramenta estratégica constitui-se na articulação de um partido, o organizador das vontades e educador, que não deve ser confundido no caso brasileiro como a simples constituição de uma legenda

eleitoral (Gramsci, 2007). Portanto, todo Estado é de uma classe ou até de uma fração de classe. A partir disso, Gramsci explica que:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (Gramsci, 2007, p. 96).

No entanto, tal processo se dá de forma complexa, e a fração de classe pode ter dificuldade de exercer a hegemonia e de tornar seus desejos populares, seja por problemas de integração interna ou de divulgação de seu programa. Nesse caso, pode utilizar da força, de Estado ou não, para impor seus interesses. Quanto mais amedrontada a burguesia, maior o uso da repressão ao nível nacional, quanto mais imperialista, mais preocupada com a expansão bélica e econômica externa.

A respeito desse tema, Gramsci descreve como 'tranquilidade interna' que é definida pelo grau e intensidade do grupo dirigente de exercer a hegemonia: "seria possível dizer que, quanto mais forte é o aparelho policial, tanto mais fraco é o exército e que, quanto mais fraca (isto é, relativamente inútil) é a polícia, tanto mais forte é o exército (diante da perspectiva de uma luta internacional)" (Gramsci, 2007, p.34).

O encontro possível entre Florestan Fernandes e Antonio Gramsci se dá na identificação do uso da repressão pelos grupos dirigentes com intuito de consolidar seus interesses particulares em uma causa nacional. No autor brasileiro, revela o caráter autocrático da burguesia e do Estado Nacional. Será possível articular tais formulações com questões do tempo presente? Em particular: uma história do tempo presente pode ter em conta que, entre os chamados horizontes de expectativa, na acepção de Koselleck, encontram-se modelos sociais que mantêm relação com a reprodução capitalista em um país como o Brasil?

De forma dramática, o caso brasileiro se faria representar como uma expectativa de democracia que se revela constantemente limitada por uma experiência autocrática. Vale lembrar que Fernandes terminou sua tese ainda durante a Ditadura Militar em 1974. No entanto, mesmo no período de transição política, sua concepção de autocracia não se desfez, vide seu livro *Nova República?* publicado em 1986.

Mesmo no auge da transição política, Florestan Fernandes evidenciou a problemática do pacto efetuado entre militares, classes dominantes e políticos. Para o autor, a novidade do período era a efusão e organização das classes trabalhadoras ao entrarem em conflito com uma burguesia que tentava manter seus privilégios e interesses particulares sobre o Estado, face um governo civil que buscou conciliar capital estrangeiro e nacional em crise. Via-se que

“a ‘nova república’ era imposta como uma alternativa conservadora e, portanto, como uma ‘república velha’. Mas é maquilada para parecer outra coisa e servir ao propósito real de mudar deixando as coisas como estão” (Fernandes, 1986, p.93). Sendo assim, reafirmando aquilo já apontado em obra pretérita, se tratava de uma burguesia que se via às voltas com a manutenção da ordem e não com a democracia ou cidadania. Demonstrava-se mais uma vez um regime autocrático que se veste pela ideia de democracia restrita (Fernandes, 2006, p.327).

Por último, para Florestan Fernandes o governo de João Goulart teria sido o último que tentou executar as tarefas burguesas clássicas e constituir um modelo democrático, tal como a reforma agrária e ao abrir o espaço público também aos de baixo. Para ele, o golpe militar de 1964 significou o “colapso do radicalismo burguês e da ordem pseudamente democrático-burguesa” (Fernandes, 2006, p.334). A partir dessas reflexões, questiona-se neste capítulo: os tempos da chamada Nova República atualizaram a experiência autocrática da burguesia brasileira? E mais, a burguesia industrial representada pela CNI seria uma burguesia autocrática?

5.1 - UMA BURGUESIA AUTOCRÁTICA NA NOVA REPÚBLICA?

Nos capítulos anteriores realizou-se a análise de alguns documentos da CNI, apontou-se, por exemplo, que ela elabora políticas públicas sobre diversos temas, de educação à questão tributária. A partir disso, evidenciou-se que é uma burguesia que constrói sonhos. Conjuntamente, foram destacados os elementos relacionados à sua ação política, como a CNI desde a transição buscou aproximar-se de diversos grupos que ocuparam o Estado, desde os governos de José Sarney a Dilma Rousseff. Inversamente, afastando-se quando conveniente.

Para reavaliar sua forma de atuação na Nova República, e como proposto na introdução deste trabalho, analisar seus horizontes de expectativa para o país, buscar-se-á nos próximos parágrafos examinar as cartas de apresentação dos programas políticos da entidade elaboradas por seus presidentes entre 1995 e 2016. Justifica-se essa escolha, pois nestes pequenos textos, em média uma página e meia, é o local onde seus presidentes apelam a sociedade ou aos governantes sobre a necessidade de aplicação do programa da CNI.

Inicialmente, observando o conjunto de seis documentos da CNI, ela apresenta um horizonte de expectativa alargado, espera-se que o país percorra uma trajetória de sucesso desde que efetue algumas reformas estruturais. Assim, ao tomar como referência o trabalho de Carlos Fico (1997) a respeito da propaganda oficial durante a ditadura militar, propõe-se realizar a mesma abordagem para o programa da CNI classificando-o em otimista ou

pessimista.

Dessa maneira, identifica-se que na década de 1990 o tom do documento era pessimista evidenciando a finalização do ciclo da economia fechada, para adentrar a fase da modernização, especialmente isso demonstra-se pela invenção da categoria Custo Brasil. Ainda assim, apontava-se que as instituições democráticas estavam consolidadas, e que o ciclo da transição ditatorial estava concluído, bastando realizar reformas constitucionais e alterar o papel do Estado no sentido do crescimento. Tais correções seriam inevitáveis, não havendo razões para adiá-las. Observe-se o tom agressivo de Mário Amato, presidente da instituição naquele momento:

Nosso principal problema, em torno das nossas empresas, tem "jogado contra" e com extraordinária competência. As estradas que eram asfaltadas perderam o asfalto; hidrelétricas que deveriam ofertar energia estão paralisadas; empresas que deveriam treinar habilidades específicas dos seus funcionários investem em educação básica. Em lugar de exportarmos produtos, exportamos impostos. Em lugar de gastarmos tempo inovando, perdemos tempo e recursos entendendo as regulamentações excessivas. Tudo isso tem um custo e ele se chama emprego e investimento (CNI, 1995, p.4).

Como evidenciou-se ao longo do primeiro capítulo desta dissertação, Mário Amato tinha uma postura incisiva e dura para defender os interesses de uma burguesia paulistana que desde finais da década de 1980 adotava o neoliberalismo como bandeira de luta. Tal conteúdo foi traduzido como o esforço por uma “sociedade mais eficiente, moderna e justa” em 1995 (CNI, 1995, p.5).

Outro detalhe importante, tanto no documento “Seminário Custo-Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional”, publicado em 1995, assinado por Mario Amato, quanto “Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional”, de 1996, referendado pelo presidente Fernando Bezerra, há a defesa de que o Congresso Nacional seria o responsável para modernizar o país devido à confiança que inspirava.

Vale destacar a face republicana e democrática que a CNI buscou demonstrar por meio de seus documentos e da construção de grandes eventos como uma forma de articulação política com as frações que compunham legislativo e executivo. Para demonstrar, elogios não foram poupados:

O Congresso Nacional, em que pesem as críticas que lhe são dirigidas quase diariamente, vai cumprindo sua tarefa de modernização da legislação brasileira. Nós, empresários industriais, devemos ter plena consciência do resultado dos trabalhos parlamentares (CNI, 1995, p.6).

O trecho acima revela a manutenção do pacto da Nova República costurado em 1985 e que segue sendo remendado pelos industriais. Por outro lado, no início do século XXI, após a

passagem do receio quanto ao projeto democrático-popular representado pela posse de Luiz Inácio Lula da Silva, viu-se uma mudança no discurso dos industriais, convertendo-o em otimista. Em 2005 o presidente que assinou o documento “Mapa Estratégico da Indústria” era Armando Monteiro Neto, em sua mensagem à nação, ele empregou as palavras como “crescer, ambição, futuro, capacidade, referência” repetidas vezes.

Para ele, o país deveria apostar na educação centralmente para se inserir na chamada era da sociedade do conhecimento e ascender no mercado mundial. Para tanto, seria momento de “Jogar para vencer. A indústria confia em sua capacidade e na do País para vencer os desafios propostos para 2015. É uma tarefa de toda a sociedade. Exige alianças, parcerias, foco e energia” (CNI, 2005, p.9). Custo Brasil, por exemplo, é uma categoria que não aparece neste documento. Isso tem uma explicação, a aproximação da CNI ao governo petista. Naquele contexto de crescimento econômico e incentivo ao crescimento da indústria representado pelos incentivos fiscais e, posteriormente, pelo PAC, não faria sentido apontar duras críticas a quem lhes estendia a mão. Portanto, apostar em um tom de otimismo e de unidade seria estratégico. O que seriam apelos ao Congresso Nacional foram estendidos a toda a sociedade, enfatizando as parcerias em prol do crescimento. Neste momento, os industriais não descartaram as relações com o legislativo, porém buscaram outras saídas para aplicar seu programa, e estar em oposição ao executivo não era vantajoso.

Armando Monteiro Neto não negou as propostas de Estado Mínimo dos documentos da CNI, porém, utilizou-se de uma postura mais mediadora face ao projeto democrático popular e a este novo tipo de desenvolvimentismo. Tomando como caso um de seus textos publicados na grande mídia a respeito das relações multilaterais com outros países, ele defendeu a abertura comercial de forma moderada. A propósito, o título do texto era “Liberdade Comercial, Com Moderação”¹⁶⁸, no qual o presidente da CNI e senador pelo PMDB argumentou que a abertura comercial era correta. Porém, as possíveis perdas sobre os produtos industriais ou de serviços deveriam ser compensados por ganhos na agricultura. Do mesmo modo, demandava-se a proteção interna para evitar o chamado ‘*dumping*’, movimento em que produtos estrangeiros invadem o mercado nacional com preços muito abaixo do esperado. Ou seja, não se trataria de um liberalismo a qualquer custo.

Armando Monteiro Neto foi presidente da CNI entre 2002 a 2010, sendo sucedido pelo industrial mineiro da área metalúrgica, Robson Braga de Andrade. O documento de 2013, representa um momento de transição de uma posição de otimismo ao pessimismo iminente pós-crise do pacto da Nova República, ensaiada naquele ano, porém concretizada em

¹⁶⁸ NETO MONTEIRO, Armando. Liberdade Comercial, com moderação. O Globo, 19/05/2005, Opinião, p. 7

2016.

Robson de Andrade esperava reverter o ‘árduo’ processo de industrialização no país. Desse modo, ele afirmou que “a agenda [Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022] tem como base a percepção de que a indústria tem futuro no Brasil. Esse futuro é, no entanto, contingente” (CNI, 2013, p.9). Contingente no dicionário significa: “adjetivo masculino que pode, ou não, suceder ou existir; duvidoso, eventual, incerto” (Michaelis Online, 2024). Assim, a insegurança daquele contexto afetou a confiança num futuro de um Brasil industrial, afinal trabalhou-se repetidamente com a ideia de que o país não estava pronto, exigindo reformas inevitáveis.

Os dois documentos elaborados sobre a gestão Robson Andrade, Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 e Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, apresentavam o ano de 2022 como prazo para atingir o desenvolvimento do país. Essa escolha não nos parece ingênua, pois se tratava de um marco temporal, o bicentenário da independência. Seria essa uma tentativa de findar um passado presente de uma posição colonial não resolvida em 1822? Observem-se as afirmativas do próprio Robson de Andrade:

A nossa referência é 2022, o ano em que o Brasil comemora 200 anos de independência. É uma inspiração para aumentarmos a nossa ambição e para formularmos uma estratégia sobre o que queremos ser e o que precisamos fazer. [...] O ano de 2022 está próximo. Não podemos perder a oportunidade de utilizá-lo como um catalisador do desejo visionário do setor industrial para o Brasil (CNI, 2013, p.9).

E

Esta nova versão do Mapa Estratégico da Indústria identifica os maiores desafios a serem superados até 2022, considerando as mudanças no ambiente econômico mundial e nacional que ocorreram nos últimos cinco anos. 2022 é um marco para ambições. É o último ano do próximo mandato presidencial e o ano de comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil. É imperativo fazermos mais e melhor nos próximos quatro anos (CNI, 2018, p.15).

Tais excertos não permitem responder ao último questionamento, ou seja, se os novos líderes sociais e políticos da burguesia estariam dispostos a um desenvolvimento autossustentado ao romper com o passado colonial. Em todos os documentos até aqui analisados, quando os temas são carga tributária ou comércio exterior, são perceptíveis as manifestações de um desejo em inserir-se internacionalmente em uma posição central do mesmo modo que outras potências. Justamente por isso a utilização da categoria Custo Brasil como a necessidade de resolvê-lo para encerrar o passado e construir um novo futuro. Contudo, há limites evidentes.

A autonomia em um âmbito de correlação de forças internacionais não é um elemento

do repertório da CNI. Como apontado no documento de 1996, em que há o apoio à privatização de empresas estatais e a defesa de que pudessem passar ao controle de empresas com 100% de capital estrangeiro (CNI, 1996, p.8). É possível entender que tal posição expressa uma vontade de associação com capital exterior e não de qualquer ruptura.

Essa concepção não se modificou em 2018, quando a CNI continuou a reivindicar apoio externo para viabilizar o crescimento industrial, mesmo que apresentasse seu desejo por exportar capitais e não só mercadorias como no passado, ação que abriria concorrência com a burguesia estrangeira: “é preciso estimular os investimentos brasileiros no exterior e investimentos estrangeiros no Brasil. O aumento do investimento promoverá o crescimento da indústria e maior absorção de novos conhecimentos, essenciais para a inovação” (CNI, 2018, p.146). Portanto, essa burguesia continuou reproduzindo estruturalmente um perfil dependente e associado, na perspectiva de um liberalismo limitado por seus próprios interesses imediatos e sua experiência histórica.

O tom da carta do presidente da CNI de 2018, Robson Braga de Andrade, em seu terceiro mandato, revela uma visão pessimista em relação à crise política aberta com o impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. O contexto pode ser considerado um momento significativo no desgaste das relações políticas pactuadas em torno da Nova República, as quais chegaram ao dilaceramento com as eleições presidenciais de 2018, quando chegou ao executivo federal um militar anti-republicano, Jair Bolsonaro. Naquele momento, a instabilidade política que afetou o pacto que se reproduziu por anos no chamado ‘emedebismo’¹⁶⁹ refletiu no caráter severo do documento:

O Brasil tem feito menos do que pode e precisa. A crise econômica e institucional recente ampliou o fosso entre o Brasil e competidores e comprometeu o desenvolvimento econômico e social do país. **A correção da rota precisa ser aprofundada. Na economia e na qualidade das instituições.** É necessário reforçar a estratégia para reverter a trajetória de perda de competitividade e de potencial de crescimento. O país não pode correr o risco de gerar menos renda e emprego do que pode aos seus cidadãos e ampliar sua defasagem em relação aos parceiros internacionais. **Fazer mais do mesmo não reverterá, com a intensidade necessária, a trajetória percorrida nos últimos anos.** Com um trabalho contínuo e persistente de reformas econômicas e institucionais, temos convicção de que é possível recuperar e alcançar patamares mais elevados de produtividade e competitividade (CNI, 2018, p.15, grifos nossos).

5.2 - A CRISE DO PACTO DA NOVA REPÚBLICA E A POSIÇÃO DOS INDUSTRIAIS.

¹⁶⁹Referência ao conceito elaborado por Marcos Nobre (2013), em que os partidos organizados no chamado ‘Centrão’ movimentam-se em bloco, o que exige que o Executivo negocie diretamente com eles para evitar vetos aos seus projetos. Por vezes, essas negociações envolvem ceder a interesses privados dos parlamentares. Por isso, o autor destaca que o ‘medebismo’ se caracteriza pelo imobilismo em movimento.

A crise a que Robson Braga de Andrade se refere germinou a partir de 2013 por meio de uma série de manifestações de rua. Era começo de junho e a prefeitura de São Paulo anunciou o aumento da tarifa do transporte público, trem e ônibus, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 (SÃO PAULO, 2024). Em comparação, naquele momento, o salário-mínimo era de R\$ 678 (BRASIL, 2012), o que corresponderia na vida de um trabalhador a um gasto médio mensal de cerca de 28,3% do salário total. Ainda não expressava o arrocho que viria aos trabalhadores nos anos seguintes, mas já se sentiam os efeitos do encarecimento dos produtos e serviços.

Como contraponto à ação da prefeitura, um pequeno coletivo convocou uma manifestação para contrapor-se ao aumento e reivindicar a estatização do transporte coletivo com gratuidade do serviço. O Movimento Passe Livre (MPL) reuniu cerca de 150 pessoas em 06 de junho de 2013, nada expressivo de fato. Era um movimento de perfil jovem e universitário, branco, de classe média, em geral, formado por anarquistas com poucos partidos políticos circundando, entre eles PSOL, PT, PCB e PCdoB. O MPL contava com o apelo aos trabalhadores através da tática de luta de liberação das catracas do metrô, ação que possibilitava que muitos passassem sem pagar a passagem, porém, que durava poucos minutos devido a rápida ação da segurança privada dos terminais, Polícia Militar e Guarda Municipal.

O Movimento Passe Livre nasceu em 2005 da Plenária Nacional do Passe Livre ocorrida durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Ele foi fruto da luta organizada em Florianópolis, Santa Catarina, em julho do ano anterior com a Primeira Revolta da Catraca, que resultou na conquista do Passe Livre Estudantil como condição para a garantia do direito à educação. A Primeira Revolta da Catraca foi construída entre os anos de 2004 e 2005 pela JRI — Juventude Revolução Independente —, um coletivo nascido da Juventude Revolução, braço juvenil da corrente O Trabalho (PT). Este coletivo, ao longo de um ano organizou dezenas de rodas de conversa com a exibição do filme “A Revolta do Buzu”, referência às manifestações que paralisaram Salvador, na Bahia, em 2003 contra o aumento do “busão” (Santos, Vitor, 2019, p.91-103).

Em 2005, quando a prefeitura de Florianópolis anunciou o aumento da tarifa, o trabalho de base já estava feito e um público formado majoritariamente por estudantes secundaristas ocupou as ruas, incluindo as duas pontes de acesso à cidade. Mesmo com repressão policial, o resultado foi o congelamento da tarifa. Meses depois, entre outubro e novembro de 2004, um conjunto de manifestações, com ocupação da Câmara de Vereadores e a entrega de abaixo assinado com mais de 200 mil assinaturas, exigiram a aprovação do

Projeto de Lei 1137/2004 que estabelecia o passe livre estudantil. O texto havia sido elaborado por um coletivo de advogados populares junto ao vereador do PT, Márcio de Souza. A ação foi vitoriosa e determinante para a redução do custo de vida dos trabalhadores de Florianópolis (Santos, Victor, 2019, p.91-103). Com essa bagagem política, o MPL manejava ano a ano a pauta do chamado “direito à cidade” e a municipalização ou estatização do transporte.

Assim chegou-se a 2013. Como tradicionalmente ocorria, a cada ação do MPL para a liberação de catracas, o uso da violência policial era contundente. No entanto, naquele ano, algo não saiu como planejado, e a tática serviu como ‘água no moinho do inimigo’. No dia 13 de junho de 2013, após forte repressão policial, as manifestações foram amplamente televisionadas e passaram a juntar ainda mais pessoas, a partir de uma ideia de justiça da pauta. E o protesto convocado como resposta à ação truculenta da polícia ocorreu uma semana depois e reuniu 200 mil pessoas nas ruas de São Paulo.¹⁷⁰

Nesse período, uma parte do MPL e pessoas não organizadas passaram a utilizar como tática de resistência à polícia o confronto corpo a corpo, a movimentação em bloco, a depredação de lojas e espaços privados. Essa forma de agir ficou conhecida como ‘black bloc’, em referência à roupa e às balaclavas pretas utilizadas por esses jovens, os quais tinham inspiração em movimentos anarquistas transnacionais. No entanto, conforme o movimento foi ganhando corpo e crescendo, o slogan “não é só por 20 centavos” se modificou, ganhando outra repercussão.

A partir de então, o Brasil todo assistiria manifestações em prol da redução das tarifas do transporte público. Como saída da crise, o então prefeito Fernando Haddad (PT) deu um passo atrás e reviu o reajuste, em 24 de junho de 2013: o transporte voltava a custar R\$3,00. Outras cidades tomaram a mesma iniciativa, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Natal, Porto Alegre, Sorocaba e Santos.¹⁷¹

Os protestos sociais pouco a pouco perderam o foco das palavras de ordem de direito à cidade e do próprio MPL, pulverizando-se em várias pautas diferentes. Uns passaram a gritar contra a corrupção, contra as instituições republicanas e especialmente a forma partidária de organização da política. Também apareceram críticas aos gastos com as obras para a Copa do Mundo de 2014. Além disso, apareceram pedidos pela melhoria da educação e saúde, porém de forma minoritária.

O evento mais expressivo dessa série de manifestações pelo país ocorreu em 17 de

¹⁷⁰ O Estado de S. Paulo. 30 de junho de 2013. p.9

¹⁷¹ O Estado de S. Paulo. 30 de junho de 2013. p.9

junho de 2013 com a ocupação do telhado e área externa do Congresso Nacional por 7 mil pessoas, aos gritos de ‘Fora Renan’ e ‘Fora Feliciano’, respectivamente presidente do Senado e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados¹⁷². Nessa noite, também o hino nacional foi cantado a plenos pulmões e a bandeira do Brasil tornou-se seu principal símbolo.

Esse período também foi o momento de aparição pública de diversos grupos fascistas. Em geral, mostravam-se homens com suas cabeças raspadas, roupas uniformizadas e estampadas com a Cruz de Ferro, organizados em fileiras. Em São Paulo e Recife uniram-se para agredir partidos de esquerda como PCB, PSOL, PSTU, PT, PCO¹⁷³, os reconhecidos vermelhos¹⁷⁴.

Por outro lado, entidades que no passado foram centrais para aglutinação dos trabalhadores mostraram que não tinham mais capilaridade e perderam influência, caso da UNE — União Nacional dos Estudantes — e da UBES — União Brasileira de Estudantes Secundaristas —, ambas dirigidas pela UJS — União da Juventude Socialista —, braço juvenil do PCdoB, que desde a década de 1990 hegemonizou essas entidades e adotavam uma postura de colaboração com o governo federal sob a gestão do PT.

Nesse bojo, a Presidência da República não passou incólume e não tardou que os gritos passassem a atingir o governo federal. A massa de pessoas que foram às ruas em junho de 2013, expressando em geral uma consciência conservadora e caótica, passou a responsabilizar Dilma Rousseff pelos problemas sociais, especialmente, a corrupção. Além disso, um ano antes, havia ocorrido o julgamento do caso Mensalão, vinculado ao desvio de dinheiro público pelo Partido dos Trabalhadores, Partido Liberal, Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O tema ainda pairava no ar e foi mobilizado pelos grupos conservadores. Desse modo, não deixou de ser significativo que a presidenta tenha sido vaiada durante a abertura da Copa das Confederações em 16 de junho de 2013.

A presidenta tentou manejar a situação, ofereceu diálogo e apresentou um programa mínimo que envolveria reformas constitucionais, especialmente a reforma política. Assim, pronunciou-se publicamente afirmando como as manifestações representam o fortalecimento

¹⁷² O Estado de S. Paulo. 18 de junho de 2023. p.A11-A22. Vale ressaltar a contradição dos manifestantes, em meio a pautas conservadoras de seus gritos, ainda assim eles se bradaram contra Marco Feliciano, pastor evangélico, naquele momento do PSC - Partido Social Cristão. O deputado era defensor da chamada cura gay, tortura praticada contra pessoas homossexuais sob a desculpa de convertê-las em heterossexuais. Além disso, ganhou repercussão nacional em março daquele ano após falas racistas relacionadas ao continente africano.

¹⁷³ As siglas correspondem a Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido da Causa Operária (PCO).

¹⁷⁴ O Estado de S. Paulo. 23 de junho de 2013. p.A16.

da democracia no país, ela que foi conquistada, em suas palavras, por um árduo caminho. Demonstrando que estaria disposta a negociar e não reprimir aqueles protestos, Dilma afirmou: “as vozes das ruas querem mais cidadania, mais saúde, mais educação, mais transporte, mais oportunidades. Eu quero aqui garantir a vocês que o meu governo também quer mais e nós vamos conseguir mais para o nosso país e nosso povo”¹⁷⁵. Com o passar das semanas os protestos cessaram, porém, tal evento continuaria ressoando anos depois.

Foi buscando um tom conciliatório que surgiu o anúncio de que o governo se comprometeria com a promoção de uma reforma política. A base popular do PT representada pelos movimentos sociais encampou a proposta, porém a proposição não teve adesão popular. A presidenta também demonstrou pulso firme em relação à corrupção e chegou a defender que fosse enquadrada como crime hediondo. Ambas as propostas não foram adiante por falta de pressão massiva e por resistência do chamado “centrão”, grupo parlamentar que reúne as forças conservadoras do Congresso Nacional. Desse modo, qualquer possibilidade de mudança do pacto político hegemônico foi limitada (AGÊNCIA SENADO, 2013).

Dilma Rousseff, militante de esquerda, combateu a ditadura em sua juventude. Ela iniciou sua vida política pela POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), que após rearranjos tornou-se o grupo guerrilheiro Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares, de inspiração cubana. Em 1970 foi presa, ocasião em que foi submetida a torturas na 36ª Delegacia de Polícia, sede da Operação Bandeirante, e no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo. Em um segundo momento, foi transferida para o presídio Tiradentes em São Paulo, sendo liberada apenas em 1972. Em seguida, mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde se formou em economia e filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola, grande influência política naquele estado.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a economista ocupou diversos cargos políticos de Estado, fosse no município de Porto Alegre ou ao nível estadual. Porém, em 2001, após divergências entre PDT e PT durante o governo do petista Olívio Dutra, Dilma optou por se filiar ao Partido dos Trabalhadores, iniciando uma trajetória que permanece até o presente (CPDOC, 2024a). Nesse percurso, em um misto de euforia e preocupação com o combate aos efeitos da crise econômica nascida em 2009, foi eleita como a primeira mulher presidenta da nação em 2010.

O primeiro mandato de Dilma Rousseff foi construído à sombra da imagem de Lula, especialmente devido aos bons resultados que a economia demonstrava. Nesse sentido, o

¹⁷⁵ O Estado de S. Paulo. 19 de junho de 2013. p.A14

desafio que a presidenta enfrentou em 2013 era incompatível com as expectativas de futuro traçadas em 2010. Durante a crise de 2013, a CNI preferiu adotar uma postura comedida e cautelosa, não se pronunciando sobre os fatos. Apenas um mês após o fim dos protestos, seu presidente comentou o caso. Robson Braga de Andrade publicou um artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual enfatizou que as manifestações eram símbolo do reforço da cidadania do país, resultado de um desejo por moralizar a política e melhorar a qualidade do serviço público¹⁷⁶.

No mesmo texto, ele criticou o que chamou de falsas soluções, que seriam os projetos de lei que previam aumento da carga tributária para efetuar a construção de hospitais e escolas. Para ele, “as ruas não estão pedindo mais impostos. Exigem, sim, responsabilidade no trato da coisa pública, o que implica administrar bem os recursos existentes, com honestidade e eficiência”¹⁷⁷. Nada além disso foi tratado pela Confederação.

Os meses seguintes às jornadas de junho de 2013 foram menos agitados, porém, não se pode afirmar que foram de calma. No ano seguinte ocorreu a Copa do Mundo sediada no país e as eleições para executivo federal e estadual. O ano de 2014 tinha muito a guardar para Dilma Rousseff.

Durante a campanha eleitoral, a CNI jogou pesado sobre os candidatos e apresentou seu Mapa Estratégico da Indústria (2013-2022) como um plano de governo alternativo. Desse modo, organizou em parceria com o jornal *O Estado de S. Paulo* uma sabatina com os principais candidatos Dilma Rousseff (PT), Eduardo Campos (PSB) e Aécio Neves (PSDB). O evento reuniu empresários do setor industrial para questionar os candidatos acerca dos pontos que tangenciam a produção do setor. Assim, foi tratado de relações trabalhistas, meio ambiente, tributação, investimentos, relações internacionais e outros temas.

Tendo em vista o caráter do evento e a cobertura realizada pelo *Estadão*, que buscava mostrar-se imparcial, torna-se evidente a tentativa de todos os candidatos em agradar os industriais e minimizar o desgaste político. O único ponto de divergência foi a questão da reforma trabalhista, na qual Dilma e Campos afirmaram que não retirariam direitos dos trabalhadores, embora suas respostas tenham sido evasivas ao concordarem com a CNI de que a CLT estaria ultrapassada.¹⁷⁸

A campanha pró-industrial continuou nos meses seguintes, sob influência da CNI houve um retorno ao tema do Custo Brasil. A entidade até financiou uma campanha de fóruns

¹⁷⁶ O Estado de S. Paulo. 26 de julho de 2013. B2, p.27.

¹⁷⁷ O Estado de S. Paulo. 26 de julho de 2013. B2, p.27.

¹⁷⁸ O Estado de S. Paulo. 31 de julho de 2014. A4.

associados ao jornal *Estadão* intitulada “Brasil Competitivo - Os Caminhos para o Brasil 2022”. Em reportagens de duas a quatro páginas, economistas e ex-ministros de diferentes governos foram convidados para comentar sobre as deficiências e as principais formas de solucionar os problemas relacionados à estagnação do crescimento, tema que estava sendo enfatizado pelo jornal e pela CNI naquele momento ¹⁷⁹.

Em geral, o discurso apresentava como solução a implementação de reformas que resultariam em um Estado mínimo. Desse modo, em uma das páginas do jornal, enfatizou-se que o Custo Brasil puxava o crescimento para baixo devido aos problemas como alta carga tributária, legislação trabalhista restritiva, excesso de burocracia e infraestrutura precária. O PAC era criticado devido aos atrasos das obras¹⁸⁰. Essa forma de intervenção no espaço público pelo jornal *O Estado de S. Paulo* não era nova. Em 1975 foi publicada uma série de onze reportagens denominada ‘Os caminhos da estatização’. Em perspectiva liberal, criticavam o que consideravam a excessiva intervenção estatal promovida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, do general Geisel. O assunto será aprofundado ao final deste trabalho.

Em um dos maiores cadernos sobre a questão, com dez páginas, foram questionadas as equipes econômicas dos três principais candidatos a respeito de como eliminariam o Custo Brasil. Assim, o leitor poderia comparar os discursos. As respostas foram as seguintes: Márcio Holland, da equipe de Dilma Rousseff, afirmou “dar continuidade ao que iniciamos, que é consolidar e ampliar as concessões ao setor privado, ampliar investimentos em educação e qualificação profissional e avançar na reforma tributária”¹⁸¹. Alexandre Rands, por Eduardo Campos e Marina Silva, comentou: “primeiro, reforma tributária. Segundo, buscar a expansão da infraestrutura, com maior ênfase em PPPs [Parcerias Público Privadas]. A terceira seria a mudança da lógica do funcionamento do Estado. Ele vai parar de funcionar como se fosse o criador da sociedade e que esta funcione para satisfazê-lo”¹⁸². E para Ermínio Fraga, representante de Aécio Neves, a prioridade seria “a reforma tributária, já no início do governo. Adoção de marcos regulatórios, fortalecendo as agências reguladoras. Recuperação do tripé macro, com metas de recuperação do superávit primário”¹⁸³. Como se pode perceber, as três equipes tinham em comum a defesa do tripé neoliberal de FHC, salvo o representante de Dilma, que manteve a defesa do modelo comum, porém afirmou incentivo à educação.

¹⁷⁹ O Estado de S. Paulo. 26 de setembro de 2014. H3, p.52.

¹⁸⁰ O Estado de S. Paulo. 26 de setembro de 2014. H3, p.52.

¹⁸¹ O Estado de S. Paulo. 08 de setembro de 2014. H2, p.56.

¹⁸² O Estado de S. Paulo. 08 de setembro de 2014. H2, p.56.

¹⁸³ O Estado de S. Paulo. 08 de setembro de 2014. H2, p.56.

No entanto, a CNI e o Estadão já haviam tomado sua posição. Nas páginas seguintes dessa mesma reportagem, eles criticaram o problema do gasto público e a política econômica do governo de Dilma Rousseff, que consideravam excessivamente intervencionista:

Economistas ouvidos pelo Estado também defendem a necessidade de o governo abrir mais a economia e permitir maior concorrência interna - bandeira que foi abraçada, por exemplo, pelas confederações da agricultura e da indústria. Esses críticos do excesso de Estado mencionam também a conveniência de se reduzir as políticas de conteúdo nacional. Segundo eles, apesar de apoio popular elas tendem a dificultar a queda de preços e a reduzir os incentivos à inovação¹⁸⁴.

Portanto, evidencia-se que a CNI não apoiou nenhuma candidatura claramente. Mas, politicamente, aproximou-se a nível ideológico do grupo representado por Aécio Neves (PSDB). Ainda assim, a presidência da entidade não efetuou nenhuma declaração pública, afinal poderia causar problemas de negociação no período futuro.

Mesmo que *O Estado de S. Paulo* fizesse duras críticas ao governo/campanha de Dilma, isso não significa que a candidata não tenha obtido apoio da classe burguesa. Dilma Rousseff recebeu R\$ 350.493.401,70 em doações de campanha, sendo que 83,98% desses valores foram oriundos de pessoas jurídicas. Entre essas, os principais doadores foram empresas da indústria de transformação, representando 33,61% das contribuições. Notavelmente, empresas como JBS S.A., Cervejaria Petrópolis, Companhia Brasileira de Alumínio, Hipermercados, Gerdau e Braskem estavam entre os principais financiadores. Em segundo lugar, a indústria da Construção Civil também apoiou a candidatura, como a Construtora Andrade Gutierrez S.A, Construtora OAS S.A, Construtora Queiroz Galvão S.A, Construtora Norberto Odebrecht S.A e outras. É importante observar que três delas estiveram envolvidas em escândalos de corrupção: Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS (BRASIL, 2016a, p.245).

O capital financeiro também teve sua participação, embora em uma porcentagem inferior aos setores mencionados anteriormente. O grupo BTG Pactual, Bradesco e Itaú-Unibanco também contribuíram, representando apenas 10,75% do montante total. As principais empresas doadoras foram: JBS S.A., com 54 milhões; Construtora Andrade Gutierrez S.A e grupo OAS com 20 milhões cada, e Cervejaria Petrópolis com 17 milhões. Curiosamente, além dessas contribuições das empresas, o principal doador pessoa física foi Erai Maggi Scheffer, conhecido como o "Rei da Soja" naquele momento, representante do agronegócio, que transferiu 500 mil reais para a campanha.

Essas empresas não escolheram apoiar o programa de Dilma Rousseff por convicção ideológica ou política, mas sim porque identificaram que, ao apostar no projeto

¹⁸⁴ O Estado de S. Paulo. 08 de setembro de 2014. H6, p.59.

democrático-popular, poderiam obter algum tipo de benefício por meio de barganha. Assim, uma parcela expressiva das empresas investiu em diversos candidatos. Este foi o caso da candidatura rival, de Aécio Neves (PSDB), que teve entre seus principais doadores de campanha JBS S.A., Construtora Andrade Gutierrez S.A e grupo OAS, além de Itaú-Unibanco, Odebrecht e Bradesco, os mesmos financiadores de Dilma Rousseff.¹⁸⁵

Proporcionalmente, em 2014 Dilma Rousseff recebeu mais doações do que na campanha anterior. Em 2010, para efeito de comparação, Dilma Rousseff utilizou R\$ 135 milhões para divulgar seu programa, o que representa 62% a menos do que em 2014. Destes, apenas R\$ 10 milhões vieram de empresas, sendo os principais contribuintes também do setor industrial e financeiro, como a Gerdau Comercial de Aços S/A; Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Construtora Etam Ltda; ARG Construtora Ltda; Itaú-Unibanco S/A; e Banco Industrial e Comercial S/A (BRASIL, 2011, p.639).

Parte dessas empresas está vinculada à CNI e mantém uma parceria de longa data. Um exemplo é a Gerdau, que participou da elaboração do Mapa Estratégico de 2005. Outras empresas, como JBS, Construtora OAS, Construtora Odebrecht e Andrade Gutierrez, são mencionadas pela CNI em parcerias geralmente relacionadas à formação de trabalhadores, conforme citado em matérias disponíveis no site da entidade (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA, CNI, 2013). Isso significa que o apoio financeiro aos candidatos à presidência não é uma atitude espontânea da CNI, mas um reflexo do fortalecimento do setor industrial que se expressa em redes políticas.

Mais expressivo que o financiamento industrial de campanha foi a entrevista publicada em *O Estado de S. Paulo* do presidente da CNI em 2014, Robson de Andrade, analisando o resultado eleitoral daquele ano. O conteúdo de uma página estampou o industrial com um sorriso discreto: o conteúdo era positivo e, na interpretação do jornalista Lu Aiko Otta, o tom era otimista: “para presidente da Confederação Nacional da Indústria, resultado das eleições ajuda a melhorar o ambiente da economia”¹⁸⁶. Durante a entrevista, Robson pregou a unidade do país em torno do crescimento e o trabalho de maneira séria para o futuro. Quando questionado a respeito de reuniões agendadas com o Planalto, Robson respondeu: “na verdade, a gente já estava com muitas conversas realizadas. Desde o início do primeiro

¹⁸⁵ A campanha do candidato do PSDB em 2014 contou com doações no total de R\$226 milhões, destes, declarados pelo partido R\$18 milhões em doações de empresas (BRASIL, 2016b, p.243). Porém, imediatamente após a prestação de contas ao TSE, o Partido dos Trabalhadores entrou com uma ação exigindo a impugnação da chapa ao observar que os valores arrecadados não estão compatíveis com os gastos. Após um processo que se arrastou até 2019, o Ministério Público orientou a impugnação devido às irregularidades na ordem de 11 milhões. Porém, o Tribunal Superior Eleitoral aprovou com ressalvas as declarações por entender que os problemas comporiam um valor muito inferior ao total da campanha (BRASIL, 2019, p.126).

¹⁸⁶ O Estado de S. Paulo. 28 de outubro de 2014. B7, p.25.

semestre que a presidente vem demonstrando capacidade e vontade de dialogar. Acho que elas tendem a continuar e se intensificar”. Desse modo, demonstrou-se não a oposição ao governo federal, mas a tentativa de negociação. Mais uma vez ocorreu a acomodação da indústria junto ao projeto democrático-popular.

Tal acomodação também se expressa no otimismo da CNI representado na fala de Robson Braga de Andrade a respeito das medidas anticíclicas para a crise:

A indústria está tão ruim que precisa de muitas coisas. Acho que a presidente tem o diagnóstico bem feito do que é necessário, e que vamos ter oportunidade de fazer essas medidas. Ela deixou claro que o segundo mandato será muito mais propositivo. E falou de reformas. Isso deixa a gente bastante animado.¹⁸⁷

Os pontos críticos da entrevista estavam relacionados aos direitos trabalhistas. O presidente da CNI não hesitou em destacar a necessidade de uma reforma trabalhista, que em sua análise, era difícil de colocar na agenda governamental, mas considerava-a obrigatória, especialmente para lidar com a questão da terceirização do trabalho. Além disso, ele reiterou o desejo de isenção da cobrança do PIS-Cofins, como mencionado em capítulos anteriores, esse dinheiro é arrecadado com fins previdenciários e sociais ¹⁸⁸.

Para consolidar o apoio da indústria ao governo democrático-popular, mesmo cedendo mais do que recebendo, Dilma Rousseff nomeou Armando Monteiro Neto como Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Monteiro Neto era um pernambucano com uma sólida experiência política, tendo ocupado o cargo de presidente da CNI de 2002 a 2010 e sido eleito senador da república no período de 2011 a 2018. Além disso, ele tinha uma trajetória profissional como presidente de duas indústrias entre 1982 e 1998: Fives Lille Industrial do Nordeste S.A. e Noraço S.A. Indústria e Comércio de Laminados.

Armando Monteiro também tinha uma origem familiar profundamente ligada à política. Por parte de sua mãe, ele era neto de Agamenon Magalhães, um político nacionalista de Pernambuco que ocupou diversos cargos importantes, incluindo o de ministro do trabalho durante o governo de Vargas entre 1934 e 1937, e interventor no governo de Pernambuco entre 1937 e 1945. Por parte de seu pai, ele era filho de Armando de Queiroz Monteiro Filho, um latifundiário da cana-de-açúcar em Pernambuco, que também teve uma carreira política proeminente, sendo deputado federal e ministro da agricultura durante o regime parlamentarista entre 1961 e 1962. Durante a ditadura militar, ele se posicionou no grupo moderado do PMDB na oposição. Com essa herança política e familiar, não era surpreendente o caminho trilhado por Armando Monteiro Neto. Sua indicação para o ministério consolidou a

¹⁸⁷ ANDRADE, Robson Braga. In: O Estado de S. Paulo. 28 de outubro de 2014. B7, p.25.

¹⁸⁸ O Estado de S. Paulo. 28 de outubro de 2014. B7, p.25.

aliança entre os setores industriais e o governo.

A mesma estratégia foi traçada em relação à agricultura. Dilma Rousseff convocou Kátia Abreu, expressiva representante do agronegócio e dos pecuaristas do centro-oeste, para assumir o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A senadora pelo PMDB e presidenta da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) aproximou-se do governo após essa indicação. No entanto, seu nome gerou diversas críticas, primeiro dos movimentos sociais do campo, como MST, MAB e indígenas, devido a sua posição contrária à reforma agrária e a demarcação de terras indígenas¹⁸⁹. Do setor agroindustrial também vieram críticas. Kátia iniciou sua gestão substituindo servidores de cargos de alto escalão por assessores da CNA, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, que eram pessoas ligadas à JBS e ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB)¹⁹⁰. O resultado imediato desta ação foi a posse da ministra da agricultura contando com apenas três representantes de seu partido¹⁹¹.

A estratégia do PT estava selada, seguir negociando com os partidos do centrão e buscar apoio junto ao empresariado. Por isso, contava com o suporte das entidades consolidadas, caso da CNI e CNA, respectivamente Armando Monteiro Neto e Kátia Abreu. Neste bojo, objetivava-se facilitar a governabilidade e dar maior autonomia para a execução de seus projetos: utilizou-se de uma velha tática, dividir para conquistar.

Assim, logo no primeiro mês de mandato, Dilma tentou fragmentar a hegemonia do PMDB sobre o centrão. Para isso, a bancada petista lançou Arlindo Chinaglia (PT-SP) como candidato para a presidência da Câmara dos Deputados, em oposição ao nome indicado pelo PMDB, Eduardo Cunha (RJ).¹⁹² Naquela semana de intensas articulações, outro aspecto jogava contra, o pmdbista havia sido acusado pelo doleiro Alberto Youssef de ter recebido propina em prol de empreiteiras que disputavam editais da Petrobras, denúncia investigada pela Operação Lava Jato¹⁹³. Para tanto, ministros petistas mais influentes passaram a procurar votos dentro de outros partidos para conquistar uma vitória¹⁹⁴.

Essa ação não repercutiu bem, e o PMDB, sentindo-se ameaçado, contra-atacou de forma certa. Em primeiro lugar, o Vice-Presidente da República Michel Temer convocou uma reunião com Eduardo Cunha e outros políticos experientes e astutos, como Renan Calheiros, José Sarney, Henrique Eduardo Alves e Eduardo Braga. O objetivo do encontro era mostrar o apoio do partido a Cunha e sua capacidade de articulação política. No mesmo

¹⁸⁹ O Estado de S. Paulo. 02 de janeiro de 2015. H2, p.27.

¹⁹⁰ O Estado de S. Paulo. 07 de janeiro de 2015. A5, p.05.

¹⁹¹ O Estado de S. Paulo. 06 de janeiro de 2015. A4, p.04.

¹⁹² O Estado de S. Paulo. 11 de janeiro de 2015. A4, p.04.

¹⁹³ O Estado de S. Paulo. 14 de janeiro de 2015. A4, p.04.

¹⁹⁴ O Estado de S. Paulo. 11 de janeiro de 2015. A4, p.04.

período, Temer também se reuniu com ministros petistas para criticar a estratégia de isolamento adotada¹⁹⁵.

O fim dessa primeira disputa foi negativa para o governo. Mais uma vez, o principal partido do pacto da Nova República saiu vitorioso e com ampla maioria. Com 267 votos contra 126, o PMDB mostrava mais uma vez que sua presença não era meramente decorativa no governo¹⁹⁶. A partir desse momento, a vida de Dilma Rousseff e dos políticos petistas não seria fácil. Eduardo Cunha concentrou esforços em combater o governo e aprofundar um sentimento de oposição que havia surgido dois anos antes, em 2013.

Durante o ano de 2015, o governo conviveu com Eduardo Cunha manobrando a Câmara dos Deputados para impor derrotas e pressionar por mais cargos do segundo escalão e verbas. Por outro lado, a ascensão da Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, em Curitiba, abalou a disputa ao ser utilizada pelos meios de comunicação como um escândalo e um símbolo de combate à corrupção. Em fevereiro, logo após as eleições para a presidência da Câmara, Cunha foi acusado em uma lista de investigados pela operação, tendo sido delatado por Alberto Youssef, um articulador vinculado à Petrobras¹⁹⁷.

Eduardo Cunha, além de ser um político de grande influência dentro do PMDB e envolvido em casos de corrupção, também era conhecido por suas posições ideologicamente autoritárias e conservadoras. Por exemplo, ele foi autor de projetos de lei para instituir o Dia do Orgulho Heterossexual, em oposição à comunidade LGBT¹⁹⁸. Além disso, ele trabalhou para acelerar a tramitação de projetos como o Estatuto do Nascituro, o Estatuto da Família e propostas de alteração constitucional para reconhecer como núcleo familiar apenas casais heterossexuais. Essas iniciativas refletem suas visões conservadoras sobre questões sociais e familiares.¹⁹⁹ Tais mudanças impediriam as adoções de filhos e filhas por casais lésbicos e gays, além de criminalizarem o aborto em todas as situações, atualmente permitido em casos de violência sexual e risco de vida da mãe.

Em outubro daquele ano, o cerco começou a se fechar para Cunha, e ele não hesitou em se colocar no papel de vítima, afirmando que estava sendo perseguido politicamente. Porém, não era verdade. Uma investigação realizada na Suíça revelou que ele havia recebido cerca de 9,6 milhões de reais em contas de sua esposa e empresas de fachada sediadas naquele

¹⁹⁵ O Estado de S. Paulo. 14 de janeiro de 2015. A4, p.04.

¹⁹⁶ O Estado de S. Paulo. 02 de fevereiro de 2015. A4, p.04.

¹⁹⁷ O Estado de S. Paulo. 22 de fevereiro de 2015. A6, p.06

¹⁹⁸ Sigla que corresponde às pessoas que se identificam enquanto orientação sexual como Lésbicas, Gays ou Bissexuais; e de identidade de gênero como Travesti ou Transexuais.

¹⁹⁹ O Estado de S. Paulo. 22 de fevereiro de 2015. A6, p.06

país. O dinheiro era proveniente das multinacionais Samsung e Mitsui, que buscavam a influência do político para facilitar o processo licitatório em torno da compra de navios-sonda para serem utilizados na extração de petróleo²⁰⁰.

Vale destacar que durante as investigações, o foco do discurso jornalístico se concentrou na imoralidade dos políticos e não do capital. Isso reforçaria novamente a velha retórica da crise do Estado, sugerindo que os problemas são causados principalmente pela corrupção política, enquanto a influência e os interesses das grandes corporações e do capital são muitas vezes negligenciados ou minimizados.

Para tirar o foco de si, Cunha jogou o holofote para Dilma Rousseff, buscando vincular a ideia de corrupção ao governo federal. Assim, em outubro de 2015, acolheu o pedido da oposição (PSDB, DEM, PPS e Solidariedade²⁰¹) de impeachment da presidenta sob acusação de maquiar as contas públicas do ano anterior para fechar o caixa de forma positiva²⁰². Sendo assim, acusando-a de crime de responsabilidade fiscal passível de deposição da presidente. A técnica contábil ficou conhecida como ‘pedalada fiscal’, momento em que, para melhorar a prestação de contas, certos pagamentos de dívidas ou transferências de rubricas/verbas são provisionados para os meses seguintes. Tal estratégia é comum em diversos âmbitos; no entanto, observe-se que não se trata de desvio de dinheiro público. O tema também não era recente; ainda no período eleitoral de 2014, o assunto já estampava manchetes de jornais, como *O Estado de S. Paulo*²⁰³.

Assim, os meios de comunicação, a oposição parlamentar e o grupo lavajatista construíram uma retórica em que as pedaladas fiscais aparentavam ser formas de corrupção. Dessa maneira, tentou-se conquistar apoio popular ao pedido de impeachment da presidenta. Os lavajatistas eram formados por membros do Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua, dois coletivos reacionários e ultraliberais nascidos nas jornadas de julho de 2013; o juiz Sérgio Moro, articulador da operação, e outros membros do judiciário; e uma fração parlamentar, como o então deputado Jair Bolsonaro. Em função da ampla campanha midiática, essa perspectiva de fato tornou-se hegemônica por um período de tempo.

Uma das táticas utilizadas para ganhar repercussão popular foi o uso de manifestações de massa. A direita passava a jogar com as ferramentas da esquerda. Para tanto, repetindo o que foi realizado em 2013, o MBL divulgou amplamente nas redes sociais e convocou atos de

²⁰⁰ O Estado de S. Paulo. 23 de outubro de 2015. A4, p.04.

²⁰¹ As siglas correspondem aos partidos: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM), Partido Popular Socialista (PPS) e Solidariedade.

²⁰² O Estado de S. Paulo. 22 de outubro de 2015. A4, p.04.

²⁰³ O Estado de S. Paulo. 08 de setembro de 2014. H6, p.59.

rua. Em abril de 2015, ocorreu a primeira grande ação concentrando-se nas capitais. Em geral, o público estava vestido de verde e amarelo, com cartazes pedindo o impeachment da presidente, o fim da corrupção e intervenção militar. Em São Paulo, dados da Polícia Militar apontaram um milhão de pessoas, enquanto o Datafolha apontou 210 mil²⁰⁴.

Ao longo dos meses, os números das manifestações foram diminuindo. Em dezembro, quando ocorreu a abertura efetiva do processo junto à Câmara dos Deputados, a estimativa era de 30 mil pessoas em São Paulo, local onde foi mais expressiva²⁰⁵. O legislativo entrou em recesso e retornou em março, trazendo consigo o retorno do pedido de afastamento da presidente para avaliação do plenário da Câmara. Assim, novamente foi registrada uma quantidade expressiva de pessoas, atingindo milhões em algumas capitais²⁰⁶. Independente da análise quantitativa, seja um milhão ou 50 mil pessoas nas ruas, o Congresso Nacional utilizou isso como argumento para validar uma ‘vontade popular’. Talvez o debate mais coerente a respeito da sociedade civil seria considerar que, naquele momento, não tenha sido tanto uma adesão ao discurso anti-petista/anticomunista, mas sim uma acomodação ao processo de impeachment, dada a incapacidade da esquerda de retribuir com a mesma pressão.

Nesses espaços, novos políticos reacionários começaram a ganhar visibilidade, como Kim Kataguiri, Arthur do Val e Rogério Chequer. Esses homens passaram a se autodeclarar manifestantes, assumindo uma categoria que os conservadores em geral haviam tachado no passado como subversão. Esse vocabulário foi habilmente utilizado em 2018 durante o pleito que levou alguns deles à ascensão, porém este não será um tema neste texto.

Economicamente, o país não dava sinais de crescimento, ainda que não estivesse enfrentando uma grave crise econômica, tendo em vista que medidas anticíclicas haviam sido tomadas durante o segundo mandato de Lula e o primeiro de Dilma. Assim, o mercado interno não estava aquecido, o que levava as mercadorias a ficarem paradas, especialmente aquelas de bens duráveis, como os automóveis. Havia um estoque de aproximadamente 400 mil veículos não vendidos, o que significava mercadoria não realizada, nem mesmo com exportações, apresentando uma variação de 40% negativa de um ano para outro, cenário que se desenhava desde 2013²⁰⁷.

A economia poderia ser a salvadora do projeto democrático-popular, mas a queda na produção industrial não ajudou a melhorar a relação entre CNI e o Governo Dilma. Em 2015,

²⁰⁴ O Estado de S. Paulo. 15 de março de 2015. A4, p.04.

²⁰⁵ O Estado de S. Paulo. 14 de dezembro de 2015. A4, p.04.

²⁰⁶ O Estado de S. Paulo. 14 de dezembro de 2015. A6, p.06.

²⁰⁷ O Estado de S. Paulo. 07 de outubro de 2014. B5, p.21.

todos os setores industriais tiveram queda na produção, e quedas volumosas, como no caso do vestuário com -35%, veículos com -26,6% e autopeças -17,7%²⁰⁸. Para não ficarem no prejuízo, muitas fábricas demitiram trabalhadores, cortando custos no âmbito do trabalho e evitando outros ajustes, resultando em 608 mil operários desempregados naquele ano. Os setores que mais fecharam postos foram de vestuário, máquinas e equipamentos, autopeças e veículos²⁰⁹.

Enquanto o capital se movia, os trabalhadores não ficaram parados: diversas greves foram empreendidas para evitar as demissões, especialmente no setor automobilístico. No ABC paulista, que tinha uma cultura de mobilização, a Volkswagen conviveu com uma greve deflagrada por tempo indeterminado após anunciar 800 desligamentos²¹⁰. A Mercedes-Benz caminhou no mesmo sentido e chegou em 2016 a comunicar a demissão de 2 mil funcionários via carta²¹¹. Mesmo diante de greves, paralisações e protestos numerosos, o presidente da Mercedes, Philipp Schiemer, não renunciou ao corte, afirmando que “todo mundo sabe que o Brasil passa por um momento difícil e nosso setor é um dos que mais sofreram. Não achamos que isso vai mudar nos próximos meses”. Isso quer dizer, a crise deveria ser paga por todos, porém, é evidente que para os trabalhadores o significado disso era muito mais dramático.

Nesse contexto, a CNI não atacou deliberadamente o Executivo federal; na realidade, adotou uma postura comedida, por vezes silenciosa. Em 18 de março de 2016, a entidade realizou um pronunciamento público sobre o caso, intitulado ‘Comunicado à Nação’. O texto foi divulgado após o retorno do recesso do Legislativo, que voltava a debater o pedido de impeachment, seguido das manifestações antipetistas. A carta dos industriais defendia a conciliação nacional como forma de sanar a crise:

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as Federações das Indústrias dos estados manifestam sua extrema preocupação com o agravamento da crise política e econômica que o Brasil atravessa. Os empresários, assim como todos os brasileiros, estão perplexos diante da grave deterioração do cenário político, que submete o país a uma situação sem precedentes em sua história recente.

[...] A indústria nacional não pode aceitar que disputas e desavenças políticas se sobreponham aos interesses maiores da nação.

[...] **O setor empresarial espera que as instituições brasileiras, principalmente o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF), com o apoio e a participação da sociedade, consigam encontrar, com urgência, soluções para tirar o país da crise política e econômica.** (CNI, 2016, p.9, grifos nossos).

O primeiro elemento a se observar é que a carta foi publicada em nome da CNI e das federações estaduais. Isso é importante, pois a burguesia paulistana divergia de uma postura

²⁰⁸ Dados sistematizados pelo jornal O Estado de S. Paulo, porém coletados pelos sindicatos da Indústria como IABR, SINDIPEÇAS, ABINEE, CNI, CAGED, ABIMAQ, ABIQUIM, ANFAVEA e SINDIVESTUÁRIO.

²⁰⁹ O Estado de S. Paulo. 15 de fevereiro de 2016. B5, p.18.

²¹⁰ O Estado de S. Paulo. 08 de janeiro de 2015. B7, p.26.

²¹¹ O Estado de S. Paulo. 19 de agosto de 2016. B5, p.24.

cautelosa. Neste documento, além de pregar a tentativa de pacificação da crise política, observe-se que não há a escolha de um lado, pró-impeachment ou defesa de Dilma Rousseff. Porém, a confiança empresarial é direcionada para o Congresso Nacional e o STF, seja para convidá-los a resolver a questão ou para indicar que os ânimos deveriam ser apaziguados.

O tom apreensivo, porém neutro, era resultado das divergências internas na entidade. Armando Monteiro Neto, ex-presidente da CNI e personalidade influente na entidade, continuava a ser Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços junto ao governo Dilma. Por outro lado, as Federações das Indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro defendiam veementemente o impeachment da presidente da República, com uma atuação propagandista da burguesia paulistana.

Antes mesmo do processo de impeachment ganhar concretude, as duas federações lançaram uma nota publicada no *O Estado de S. Paulo*, defendendo a ascensão de Michel Temer. O tom de sua carta era enfático e decisivo, afirmando:

A FIRJAN e a FIESP vêm a público manifestar seu apoio à proposta de união apresentada pelo Vice-Presidente, Michel Temer. O momento é de responsabilidade, diálogo e ação para preservar a estabilidade institucional do Brasil. A situação política e econômica é a mais aguda dos últimos 20 anos. É vital que todas as forças políticas se convençam da necessidade de trabalhar em prol da sociedade. [...] **É nesse sentido que a indústria brasileira se associa ao apelo de união para que o bom-senso, o equilíbrio e o espírito público prevaleçam no Brasil.** (FIRJAN, FIESP, 2015, A5, p.5, grifos nossos).

Considerando o peso político interno na CNI, as entidades sudestinas, especialmente a paulista, têm mais influência e capacidade de se tornar hegemônicas, tendo em vista a concentração industrial em nível geográfico. As principais empresas do país concentram-se neste território devido ao processo de modernização brasileira ²¹². Portanto, era muito relevante a tomada de posição desse grupo.

O apoio à proposta de Temer referia-se à reunião realizada naquele mês, quando o Vice-Presidente articulou com líderes da Câmara de Deputados e do Senado, diante das repetidas derrotas do Planalto em votações. Por exemplo, após a aprovação do reajuste salarial para a Advocacia Geral da União, à qual o governo era contrário devido ao aumento dos gastos públicos em meio à crise econômica. Publicamente, Temer defendeu a união nacional acima dos partidos: “é preciso que alguém tenha a capacidade de reunificar, reunir a todos e fazer este apelo e eu estou tomando esta liberdade de fazer este pedido porque, caso contrário, podemos entrar numa crise desagradável para o País”²¹³.

²¹² A título de informação, em 2015 a região sudeste concentrava 49,1% das indústrias do país, dentre elas 58,1% da indústria de transformação, dados da PIA - Pesquisa Industrial do IBGE (IBGE, 2018, p.38).

²¹³ O Estado de S. Paulo. 06 de agosto de 2015, A7, p.7

No mês seguinte, em setembro de 2015, a FIESP organizou uma ampla campanha midiática para atacar o governo, que ficou conhecida como "Não vou pagar o pato". Instalado em frente à sede da federação, na principal avenida de São Paulo, a figura de um pato amarelo inflável de aproximadamente três metros de altura simbolizava o aumento de impostos proposto pelo governo federal para ampliar o fundo público ²¹⁴. O mote viralizou, o que propiciou outra ação, esta em Brasília, com um pato de doze metros de altura fixado em frente ao legislativo. Além disso, mil patinhos também foram colocados no espelho d'água da Esplanada dos Ministérios, o que também repercutiu²¹⁵. Durante a ação, o presidente da federação, Paulo Skaf, afirmou que se tratava de uma crítica ao governo, porém não era um apoio ao impeachment ²¹⁶.

A diferença entre o discurso e a prática neste caso é evidente. Toda escolha é carregada de intenção, e uma crítica como esta afetaria negativamente a já deteriorada imagem da presidente, aumentaria a pressão sobre Dilma e propiciaria seu afastamento, sequência de eventos que vieram a acontecer meses após. Portanto, mesmo que Skaf afirmasse não ser uma campanha pró-impeachment, na prática era uma campanha anti-Dilma, e o pato industrial serviu ao golpe sofrido pelo projeto democrático-popular.

Em dezembro de 2015, a FIESP adotou uma posição nítida em defesa da queda de Dilma Rousseff. Em entrevista, Paulo Skaf, ao ser questionado por Pedro Venceslau, de *O Estado de S. Paulo*, se o empresariado queria o impeachment, respondeu: “Maciçamente, o empresariado e os setores produtivos querem mudança”. Em seguida, quando perguntado se o desejo por mudança significaria a saída de Dilma, ele afirmou: “Creio que sim. É maciço em São Paulo. O sentimento no país é de mudança” (Skaf, 2015, p.10)²¹⁷.

A CNI apenas defendeu publicamente o impeachment a partir de abril de 2016, quando o cenário político já estava estabelecido e propostas de reforma trabalhista, previdenciária e de congelamento dos gastos públicos estavam sendo discutidas no Congresso Nacional. Tais políticas resultariam no aumento da lucratividade do capital, redução dos salários dos trabalhadores e precarização de suas vidas. A partir desse momento, não fazia mais sentido estar ao lado de Dilma Rousseff, que adiou tais projetos, especialmente quando Michel Temer se apresentou como uma alternativa do capital para a crise política. Robson Braga de Andrade, presidente da CNI neste período, enviou uma carta com 36 propostas para ‘o futuro do país’ a Temer, o que simbolizava uma mudança de posição da entidade, de sua

²¹⁴ O Estado de S. Paulo. 22 de setembro de 2015, B6, p.22.

²¹⁵ O Estado de S. Paulo. 02 de outubro 2015, A4, p.4

²¹⁶ O Estado de S. Paulo. 22 de setembro de 2015, B6, p.22.

²¹⁷ O Estado de S. Paulo. 13 de dezembro de 2015. A10, p.10.

forma de atuação e do pacto que se constituiu²¹⁸.

Michel Temer, então vice-presidente, articulou com a oposição e apresentou-se como alternativa de governo em dezembro de 2015, coincidindo com o período de acolhimento do processo de impeachment por Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados. Esse evento foi marcado pela publicação de uma carta escrita pelo vice e enviada a Dilma Rousseff, na qual rompeu o vínculo com o PT. A carta foi divulgada inicialmente pela imprensa, em uma reportagem do canal Globo News, pertencente ao grupo Roberto Marinho. Logo, especulações se espalharam sobre quem teria vazado o conteúdo e por qual motivo, especialmente considerando que não foi desmentido pela assessoria de Temer. O tom do documento era de lamentação e crítica, como evidenciado pelo trecho a seguir:

Tenho mantido a unidade do PMDB apoiando seu governo usando o prestígio político que tenho advindo da credibilidade e do respeito que granjeei no partido. Isso tudo não gerou confiança em mim. Gera desconfiança e menosprezo do governo. [...] Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas. [...] Democrata que sou, converso, sim, senhora Presidente, com a oposição. Sempre o fiz, pelos 24 anos que passei no Parlamento. Aliás, a primeira medida provisória do ajuste foi aprovada graças aos 8 (oito) votos do DEM, 6 (seis) do PSB e 3 do PV, recordando que foi aprovado por apenas 22 votos. Sou criticado por isso, numa visão equivocada do nosso sistema. E não foi sem razão que em duas oportunidades ressaltai que deveríamos reunificar o país. O Palácio resolveu difundir e criticar. [...] Passados estes momentos críticos, tenho certeza de que o País terá tranquilidade para crescer e consolidar as conquistas sociais. Finalmente, sei que a senhora não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã. Lamento, mas esta é a minha convicção (Temer, 2015).

Ao finalizar a carta não com uma frase de unidade, mas sim com uma reafirmação das desconfianças entre ambos, Temer demarcou sua traição ao governo e a ruptura do pacto PT-PMDB. Essa ação garantiu o isolamento da presidente e deu substância ao pedido de impeachment. Afinal, agora o país teria alguém para assumi-lo na ausência de sua liderança. E assim, a queda de Dilma se deu com acompanhamento em rede nacional de televisão, assemelhando-se a uma partida de futebol com torcidas divididas: alguns indignados, outros comemorando, e uma parcela apenas contemplando à margem da discussão.

“Por todos que lutaram contra a ditadura militar, pelo deputado cassado e morto pela ditadura, Rubens Paiva, pelas novas gerações, eu voto não a este golpe e sim ao Brasil”, foi a declaração de voto de Maria do Rosário (PT-RS), contrária ao pedido de impeachment de Dilma Rousseff (Tv Câmara, 2016, 3h38min). O discurso evidencia o uso da memória das vítimas da ditadura para marcar uma posição contrária ao impeachment da presidente. Durante o evento, a bancada petista, assim como a presidente durante sua defesa, denunciou o

²¹⁸ O Estado de S. Paulo. 30 de abril de 2016, B5, p.33.

golpe que estava sofrendo. A centralidade do debate não estava, de fato, nas chamadas ‘pedaladas fiscais’ pelas quais ela vinha sendo acusada, mas sim o desejo de removê-la do poder, abrindo espaço para o PMDB avançar com os projetos do capital que estavam progredindo lentamente, como reformas da previdência, trabalhista e ajuste fiscal.

Além deste, outras três categorias de repertórios políticos apareceram naquele espaço. Políticos experientes e centrais na condução do processo utilizaram a Constituição e uma suposta ‘vontade do povo’ como argumento para votar a favor do impeachment. Também não foram poucos os que evocaram a memória de mártires ou personalidades da política brasileira para justificar seus votos, como Rodrigo Pacheco do PMDB-MG fez com Tiradentes:

Senhor presidente, senhores e senhoras parlamentares, neste processo jurídico e político, o meu entendimento se baseia numa parte considerável da comunidade jurídica brasileira, inclusive da respeitadíssima Ordem dos Advogados do Brasil. Em respeito ao meu glorioso e histórico PMDB de Minas Gerais, e sobretudo, em razão da vontade, de uma vontade manifesta do povo de Minas, terra de Tiradentes, e de todos os brasileiros, o meu voto é sim (Tv Câmara, 2016, 8h10min).

Também houve um conjunto expressivo de deputados que votou em nome de Deus e de seus familiares, demonstrando valores profundamente enraizados na sociedade brasileira e, acima de tudo, uma preocupação limitada com o projeto de país. Isso reflete o que Florestan Fernandes chamaria de autocracia por motivações egoístas e pragmáticos (2006, p.259). Cito uma dessas manifestações, a de Alexandre Serfiotis, PMDB-RJ: “Por Deus, em homenagem a meu pai Jorge Serfiotis, minha família, meus amigos, por uma saúde digna, pela minha cidade Cordel no estado do Rio de Janeiro, eu voto sim” (Tv Câmara, 2016, 6h36min). Para Biroli (2018), falas como esta que exaltam a família tradicional simbolicamente emitem uma mensagem de defesa de um espaço historicamente desvantajoso para mulheres. “O modelo de família que, para os parlamentares, permitiria um retorno a uma ordem desejada tem sido historicamente reduto de violência e da exploração, expondo as perspectivas de gênero em jogo” (Biroli, 2018, p.80).

Por fim, o quarto e último grupo de oradores fez uso da memória da ditadura em favor da tortura. Um exemplo disso foi o deputado Jair Bolsonaro, do PSC-RJ, que mobilizou o reacionarismo, a misoginia e a violência para atacar a presidente e amedrontar a bancada de esquerda da Câmara. As manifestações de rua pró-impeachment também entoavam gritos em defesa dos militares e pediam o retorno da ditadura. Neste sentido, não se tratava de um discurso sem base social e isolado, mas sim da expressão da violência e de uma transição conciliada pelo alto na década de 1980, que não levou os torturadores a serem responsabilizados, e que ressoa no presente:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história

desta data, pela forma como conduziu os trabalhos nesta casa, parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, **pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff**, pelo exército de Caxias e pelas nossas forças armadas. Por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim. Jair Bolsonaro, PSC-RJ, (Tv Câmara, 2016, 6h52, grifo nosso).

Da mesma maneira que os embates que ocorriam nas ruas em manifestações pró e contra o impeachment, os parlamentares seguravam cartazes, alguns em verde e amarelo com os dizeres “Tchau, querida” e “Impeachment Já!”; enquanto outros seguravam cartazes em vermelho e amarelo com “Fica, querida” e “Não vai ter golpe” (Tv Câmara, 2016). É importante destacar que os pronunciamentos não tinham como objetivo convencer os colegas, uma vez que os votos já estavam definidos; era apenas uma forma de propagandear suas visões de mundo e ganhar respaldo de suas bases eleitorais. Assim, naquele dia 17 de abril de 2016, com 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff. O processo seguiu para o Senado, onde seria avaliado com o mesmo rito ocorrido no órgão anterior (Agência Senado, 2016).

Neste período, Armando Monteiro Neto, ministro da Indústria e ex-presidente da CNI, e Kátia Abreu, ministra da Agricultura e ex-presidente da CNA, retornaram aos seus mandatos de senadores para efetuar a defesa da presidente. A tentativa do PT com isso seria demarcar que representantes das classes dominantes estavam com a presidenta. Durante a votação da abertura do processo de impeachment e afastamento da presidente pelo Senado, ocorrida nos dias 11 e 12 de maio de 2016, Armando Monteiro Neto argumentou em favor do governo de forma contundente:

Senhor presidente, senhores e senhoras senadores, fiz muita questão de reassumir meu mandato a tempo de poder participar dessa sessão. Estive, como muitos sabem, durante 15 meses servindo ao país graças a um honroso convite que recebi da presidente Dilma. **Não poderia nunca senhor presidente, nessa hora me furtar de defender o governo.** [...] Por tudo isso senhor presidente, **não poderia deixar de destacar e lhe oferecer um testemunho do apoio que recebi irrestrito da presidente Dilma para que pudesse ao longo desse período promover um esforço importante na área de exportação**, que se traduziu na celebração de importante acordos que contribuirão para ampliar a inserção externa do Brasil. [...] Afastar uma presidente da república se constitui num gravíssimo precedente, nós estaremos sim promovendo uma ruptura na ordem institucional do país, e aí seu presidente há um debate que está instalado e divide a opinião jurídica no Brasil [...] **temo que as maiorias circunstâncias aqui do congresso nacional a partir desse grave precedente contribua para instabilizar a ordem jurídica no Brasil** [...] (Neto Monteiro, 2016, grifos nossos).

O discurso de Armando Monteiro Neto centrou-se na defesa das medidas fiscais e

econômicas implementadas por Dilma, enfatizando seu apoio irrestrito às ações da equipe econômica, à qual o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior estava vinculado. Ele também alertou para os problemas políticos que o afastamento poderia causar, como a instabilidade da ordem. No entanto, tais argumentos não foram suficientes para reverter a derrota; o processo foi aceito e a presidente foi afastada naquela data, dando lugar ao vice-presidente Michel Temer. Isso demonstra que Armando Monteiro e Kátia Abreu estavam isolados dentro de sua própria classe: os industriais e ruralistas abandonaram o governo.

Após essa votação, Temer assumiu sua condição de presidente interino e acabou se tornando efetivo três meses depois. Em 31 de agosto de 2016, após seis dias de votação, de maneira distinta das confusões e performances ocorridas na Câmara dos Deputados, o Senado aprovou o impeachment da presidente Dilma Rousseff com mais de 3/4 dos votos, porém sem torná-la inelegível (Tv Senado, 2016).

O golpe estava selado. Várias perspectivas distintas nos últimos anos foram assumidas no sentido de compreender o episódio, caracterizando-o como um golpe. As tais pedaladas fiscais eram práticas corriqueiras nas gestões anteriores, porém, no caso de 2016 a crise política que rompeu o pacto PT-PMDB erigido no primeiro mandato de Lula em 2003, e os reflexos da crise econômica foram os fatores que levaram as classes dominantes e o parlamento a descartá-los. Ressalta-se também que as manobras das mídias televisivas e de imprensa atrelaram a ideia de corrupção às “pedaladas fiscais”, portanto, buscando convencer a população da legalidade do processo. Por fim, a tomada de decisões restringiu-se a um universo de cúpulas palacianas, evidenciando conspirações que procuravam afastar a maior parte da população das movimentações em jogo, resultando em um acordo pelo alto, outra permanência da política brasileira.

Para fins institucionais, é evidente que a República permite a deposição de presidentes pela vontade popular, no entanto, a destituição de Dilma não teve esse caráter. Pelo contrário, estava baseada em intenções particulares. A lei, assim como todo texto, não deve ser vista como um espaço neutro. E a forma como ela foi manejada era fruto da correlação de forças entre os jogadores daquele tabuleiro. Neste caso, o PT viu-se isolado diante de um discurso anti-comunista, antipetista, e pró-capital e, mesmo que se esforçasse para reconectar-se com seus aliados do centrão, não conseguiu.

Pedro Paulo Zahluth Bastos (2017) apresenta uma interpretação alternativa desse contexto histórico. A partir de uma avaliação minuciosa sobre índices econômicos, taxas de juros, desemprego, tributação, entre outros, ele destaca o impacto das movimentações

financeiras no golpe contra Dilma. Segundo sua cronologia, o governo tentou introduzir algumas alterações na matriz da política econômica que tendessem a reduzir o papel do capital financeiro de curto prazo e favorecer a transferência de recursos para o setor produtivo a longo prazo, o que se expressou na queda dos juros básicos da economia. Os “interesses rentistas” teriam forçado o governo a recuar por meio do “alarmismo neoliberal”, o que ganhou proporção à medida em que a situação política tornou-se precária em função de investigações conduzidas pela chamada Operação Lava-Jato. O golpismo começou a ser orquestrado em 2015 e se acelerou após a aposta equivocada do governo petista em adotar o programa de ajuste fiscal da direita, justamente quando se iniciava uma recessão econômica. Isso se evidenciou na nomeação de Joaquim Levy, do Banco Bradesco, para o Ministério da Fazenda. A tática visava aproximar-se da burguesia financeira, a qual Dilma tentou aplacar em 2012. No entanto, o ajuste proposto por Levy acelerou a desvalorização cambial, reduziu os salários reais, aumentou o desemprego e reduziu o consumo.

A incapacidade de dar respostas a um cenário político e econômico desfavorável unificou a burguesia contra o governo, algo não previsto durante a campanha eleitoral de 2014, quando parte do empresariado não deixou de contribuir com diferentes candidatos, incluindo Dilma Rousseff. O ajuste, realizado em um momento econômico e político desfavorável, aprofundou a recessão e a insatisfação empresarial, culminando na perda de popularidade de Rousseff, quando o governo se afastou de sua base social e eleitoral. O recuo no programa desenvolvimentista deixou “o governo sem alternativa estratégica e sem discurso econômico para apelar ao povo e recuperar a popularidade” (Bastos, 2017, p.50). Por outro lado, a unidade burguesa se consolidou com a apresentação de Michel Temer como substituto, com o programa ‘Uma Ponte para o Futuro’ (2015), que favoreceu políticas regressivas e privatizações (Bastos, 2017).

Além dos aspectos políticos e econômicos, o golpe contra Dilma Rousseff tem um fator determinante de gênero. Isso se deve à maneira como as ideias foram usadas para justificar sua deposição. Como lembrou Flávia Biroli (2018), a campanha de impeachment foi permeada por discursos misóginos que questionavam sua competência, utilizando estereótipos de gênero para desacreditá-la. Essa narrativa se intensificou na mídia e nas redes sociais, quando Dilma foi estigmatizada como emocionalmente instável e incapaz de governar. Isso ocorreu especialmente em um momento de ofensiva conservadora contra os direitos das mulheres, em nome de uma suposta defesa da família tradicional, que grupos reacionários chamaram de combate à ‘ideologia de gênero’ (Biroli, 2018). Por meio desse discurso, diversas formas de violência foram reforçadas, como a defesa da desigualdade salarial, a

naturalização da violência física, psicológica, política e material contra a mulher, além do questionamento dos direitos reprodutivos e o fortalecimento da lgbtfobia²¹⁹.

O golpe também significou a derrota da classe trabalhadora forjada na transição da ditadura militar e de um projeto de país que ela ajudou a construir ainda na década de 1980. Com isso, encerrou-se um ciclo organizativo dos movimentos comunitários, populares, sindicais e estudantis que apostaram na estratégia democrática-popular. Finalmente, o que um dia foi chamado de novo tornou-se velho.

A esquerda, em sua diversidade de partidos, movimentos sociais e sindicais, foi às ruas defender o que restava do horizonte da classe trabalhadora no projeto petista, mas não foi suficiente, e sob forte repressão policial demonstrou que não conseguiria virar o mundo de cabeça para baixo, o golpe foi mantido.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal iniciou uma investigação sobre violações de direitos humanos em manifestações contra o golpe e em favor de Dilma Rousseff, ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em um dos episódios mais dramáticos, a estudante Débora Fabri perdeu a visão de um olho após ser atingida por uma bala de borracha. O tenente-coronel Henrique Motta, responsável pelas operações de repressão às manifestações em São Paulo, fez piadas sobre a situação em suas redes sociais. Após a repercussão, a Secretaria de Segurança Pública saiu em sua defesa, afirmando que suas opiniões políticas não interferiam no trabalho técnico do tenente-coronel²²⁰. Não foram observadas as mesmas táticas militares em eventos pró-impeachment; em muitos casos, houve uma clara postura de apoio da Polícia Militar, já que parte das bandeiras defendia o retorno da ditadura, um discurso alinhado aos interesses das forças policiais.

Diante desse contexto, a CNI e suas federações apoiaram a deposição de Dilma Rousseff em busca das reformas político-econômicas que almejavam para aumentar sua lucratividade. Sem essas reformas, argumentava-se que a indústria brasileira continuaria enfrentando dificuldades. Isso explica, por exemplo, o ressurgimento do termo ‘Custo Brasil’ no programa político-econômico da entidade. Como mencionado anteriormente, durante a gestão de Armando Monteiro Neto e nos três primeiros governos petistas, quando o país

²¹⁹Naquele momento, diversos setores reacionários começaram a questionar o ensino de educação sexual nas escolas, acusando professores de propagarem a chamada ideologia de gênero. Na realidade, o que estava sendo promovido era o ensino sobre a consciência do próprio corpo das crianças, ajudando-as a desenvolver uma compreensão sobre si mesmas e seus direitos de escolha. Esse tipo de educação visa reduzir casos de estupro e outras formas de violência, além de promover o reconhecimento da identidade de gênero e orientação sexual das crianças. Isso ajuda a evitar a perpetuação da agressão contra jovens que se identificam como lésbicas, gays, trans, bissexuais, entre outras identidades. Todos os avanços possibilitados até então foram combatidos publicamente, reforçando a manutenção de estruturas de opressão profundamente enraizadas na sociedade.

²²⁰ O Estado de S. Paulo. 07 de setembro de 2016. A6, p.6.

experimentou um crescimento financeiro, essa expressão havia saído do repertório industrial.

A Confederação Nacional da Indústria manobrou a política a seu favor, observe-se o zigue-zague efetuado durante o final do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI. Inicialmente, ela defendeu um projeto francamente neoliberal, crítico às esquerdas e aos trabalhadores. Com a inevitável vitória do projeto democrático-popular representado por Lula, ela acomodou-se ao governo, moderou o discurso, suspendeu algumas pautas, como reforma trabalhista em busca de outras, como financiamento industrial.

Entretanto, quando o governo não lhe parecia mais conveniente por não fazer avançar as reformas anticíclicas que ‘resolveriam’ a crise do capital, a CNI traiu o PT e passou a defender Michel Temer, sempre com o discurso em favor do diálogo, da democracia, da estabilidade e da ordem. Assim, a busca pelo caminho que melhor garantisse imediatamente a lucratividade do setor foi sendo construído pela entidade e seus principais representantes.

No zigue-zague dos industriais, é salutar identificar como as reformas pós-golpe de 2016 tinham um caráter anti-trabalhador evidente. A reforma trabalhista e previdenciária propostas por Michel Temer tinham como objetivo aumentar o tempo de trabalho necessário para a aposentadoria, estabelecendo idades mínimas de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres²²¹. Além disso, buscavam legalizar vínculos de trabalho precários, sem direitos como FGTS, INSS²²², seguro saúde, vale alimentação e auxílio creche, por meio da chamada ‘pejotização’ e do trabalho intermitente.

A oficialização da terceirização dos serviços permitiria que empresas fossem contratadas para realizar atividades consideradas meio, resultando na redução direta dos salários dos trabalhadores e na precarização das condições de trabalho. A legalização da jornada de trabalho de até 12 horas diárias representou um retrocesso em relação à conquista da jornada de 8 horas diárias²²³.

Somado a isso, a reforma trabalhista permitia uma maior flexibilização na negociação entre trabalhadores e empregadores, deixando os trabalhadores desprotegidos dos suportes jurídicos garantidos pelos sindicatos²²⁴. Paralelamente, o ajuste fiscal foi promovido por meio do congelamento dos gastos públicos por 30 anos, oficializado pela Emenda Constitucional 95/2016, denominada pelos movimentos sociais como PEC da Morte.

Todas as medidas acima descritas não apenas foram apoiadas pela CNI, mas foram

²²¹ Aprovada em 2019, durante o Governo de Jair Bolsonaro, foi oficializada pela Lei 103/2019.

²²² Sigla corresponde ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no texto faz referência ao desconto previdenciário realizado mensalmente sobre o salário dos trabalhadores.

²²³ Medidas implementadas pelas Leis: 13467/2017 e 13429/2017.

²²⁴ Medidas implementadas pelas Leis: 13467/2017 e 13429/2017.

construídas por ela. O conteúdo já estava previsto no Mapa Estratégico da Indústria de 2013 (CNI, 2013), entregue naquele momento aos candidatos à eleição presidencial. E foram reafirmados no documento *Agenda para o Brasil Sair da Crise 2016-2018* que continha passo a passo a aplicação de 36 medidas, entre elas o Teto de Gastos, e as reformas da previdência e trabalhista (CNI, 2016). Este último foi entregue a Michel Temer em abril de 2016, antes mesmo do afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado Federal, o que demonstra que a entidade articulou com o PMDB²²⁵.

A relação entre o PMDB e a CNI apresenta duas curiosidades: em primeiro lugar, Michel Temer foi convidado como representante do Congresso Nacional em um evento organizado pela entidade em 1997 para debater o tema do Custo Brasil (CNI, 1997). Naquela ocasião, o deputado proferiu palavras elogiosas sobre o protagonismo da CNI, indicando uma relação de longa data entre as partes.

Em segundo lugar, é interessante notar que o ataque aos direitos trabalhistas não gerava dissensão entre os industriais. Por exemplo, o senador Armando Monteiro, ex-presidente da CNI, que retornou ao cargo para defender Dilma Rousseff, posteriormente votou favoravelmente à reforma trabalhista e à emenda constitucional que estabeleceu o teto de gastos públicos. Isso demonstra uma certa coesão dentro do setor industrial em relação a políticas que atacam a classe trabalhadora.

Se o golpe for observado em camadas temporais pode-se identificar dois momentos no passado recente em que a burguesia traiu o governo que inicialmente apoiou. O primeiro ocorreu em 1975, quando parte da burguesia organizada em torno da FIESP passou a defender posições contrárias às do governo do general Geisel sob o mote da abertura com liberalização da economia, o que favoreceu o discurso e o desempenho eleitoral de políticos oposicionistas em São Paulo. O segundo, em 2016, com Dilma Rousseff, em defesa da manutenção de uma matriz que mantém o domínio do setor financeiro sobre a economia, a liberalização de mecanismos de controle e regulamentação, a pauta da estabilidade econômica às custas de investimentos públicos e as denúncias contra práticas corruptas que seriam inerentes ao desenvolvimentismo.

Adriano Codato (1995) e Rodrigo Patto Sá Motta (2017) apontam em seus trabalhos que, em um primeiro momento, o general Ernesto Geisel foi apoiado pelo empresariado e pela imprensa liberal, por se tratar de uma continuidade no projeto autoritário dos militares. No entanto, a partir da reforma administrativa que criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico por meio da Lei 6.036/1974 e deslocou frações da burguesia dos espaços de

²²⁵ O Estado de S. Paulo. 30 de abril de 2016. B5, p.33.

deliberação em prol de quadros técnicos, viu-se a abertura de uma fissura neste relacionamento, o que em seu ápice levou segmentos influentes da burguesia organizada a apoiar o fim da ditadura em nome da liberalização do mercado (Codato, 1995).

A crise da década de 1970 atrelou as ideias de democracia à liberalização da economia, a partir do entendimento de que Geisel intervinha demais. Isso se relacionava aos Planos Nacionais de Desenvolvimento I e II, que prezavam por grandes investimentos em infraestrutura, realizados por meio de financiamento público e empréstimos externos, privilegiando alguns setores em detrimento de outros.

Um ator importante nesse processo de crítica foi o jornal *O Estado de S. Paulo*. O matutino paulista foi aliado público e contribuiu para a legitimação do golpe de 1964. Porém, isso mudou com os rumos que o regime tomou ao afastar-se do grupo liberal dos militares, os castelistas, quando da ascensão da linha dura, inicialmente com Costa e Silva e de forma mais dramática com Médici. A partir de 1970, o jornal começou a apontar a necessidade de abertura, devido à preocupação com o suposto estatismo do governo e a censura aos jornais. Por isso, ao longo do regime, houve certo afastamento entre o governo e a direção do periódico, que teria evitado dar ênfase aos índices do período do chamado “milagre econômico”. Quando do anúncio de Geisel para a sucessão presidencial, em um aceno a uma possível abertura, o jornal de Júlio Mesquita sentiu-se aliviado e voltou a prestar apoio público aos ditadores (Motta, Rodrigo, 2017).

Depois de um ano do governo de Geisel à frente da ditadura, entre 16 de fevereiro e 05 de março de 1975, o periódico demonstrou desacordo aberto à política econômica adotada. Em uma série de reportagens intituladas “Os caminhos da estatização”, *O Estado de S. Paulo* publicou, em textos sem identificação de autoria, duras críticas aos rumos da economia. Uma das primeiras matérias sugeriu que “os empresários brasileiros, principalmente da área industrial, estão profundamente preocupados com a intensificação do processo de estatização de vários setores da economia”²²⁶. Foi publicado o relato de um empresário não identificado, para quem não haveria contrariedade à existência de empresas estatais ou à participação de companhias estrangeiras, pois supriam áreas que não eram interessantes aos nacionais e contribuía com a transferência de tecnologia e com as obras de infraestrutura. Mas, segundo o mesmo interlocutor, deveria ser proporcionada igualdade de condições, sem privilégios. O texto também explicou o motivo da omissão de nomes dos empresários entrevistados:

[entrevista de] um empresário paulista que, a exemplo de todos os demais ouvidos, prefere manter-se num cauteloso anonimato, para poder analisar a questão com maior franqueza e apresentar críticas e sugestões no plano geral, sem qualquer

²²⁶ O Estado de S. Paulo. 16 de Fevereiro de 1975, geral, p. 28.

constrangimento. A busca desse sigilo, por si só, é bastante representativa da situação de dependência em que vivem esses empresários²²⁷.

Os empresários não foram identificados por motivos evidentes: o medo de sofrerem retaliações econômicas e políticas. Por outro lado, isso não impediu que especialistas fossem chamados para dar o subsídio técnico ao conteúdo. O principal deles foi Eugênio Gudín, um pioneiro na disseminação do liberalismo econômico e crítico do desenvolvimentismo, renomado nos círculos da alta sociedade e que havia sido ministro da Fazenda por curto período, entre 1954 e 1955.

As matérias contestaram a transferência do PIS/PASEP para o BNDES e a concentração desse recurso para realização de obras. Argumentou-se que isso impedia o livre acesso a crédito pelos empresários. Além do controle de preços e tarifas dos produtos, também foi alvo a concentração de empreendimentos no setor público, como de telecomunicações, siderurgia, bioquímica e transportes. A cada nova publicação as reclamações tornaram-se ainda mais ácidas, até chegar a última edição em que se configurou-se a metáfora do ‘Brasil S.A’, formulação jocosa que buscava afirmar que as empresas estatais dominariam todas as áreas: siderurgia, fertilizantes, exploração mineral, polpa de celulose, petroquímica, produção e comercialização de carne, soja, algodão e bancária²²⁸.

A indisposição ideológica da elite empresarial, canalizada pelo periódico, revelou-se na afirmação de que o segundo escalão dos ministérios estaria contaminado com a “doutrina marxista-leninista”, e por suposto, o Brasil estaria sendo influenciado por ideias socialistas²²⁹. Observe-se: “Em toda a série de artigos que publicamos, citamos números exemplos desse processo sutil que um dia poderá obrigar-nos a reconhecer que a economia brasileira é uma economia socialista”²³⁰. É evidente que essas apreciações descabidas atacavam diretamente os militares naquilo que lhes era mais caro: a doutrina de segurança nacional e os valores anticomunistas. Mas, além disso, são reveladoras de uma virada ideológica que se contrapunha ao desenvolvimentismo e voltava-se para o que então passou a chamar-se como defesa da “economia de mercado”. Preparava-se a associação entre a defesa da abertura política como condição para a liberdade econômica do capital.

Nesse sentido, mesmo não identificando quais empresários contribuíram para sua repercussão, evidencia-se nas matérias a traição da burguesia brasileira, em especial os

²²⁷ O Estado de S. Paulo. 16 de Fevereiro de 1975, geral, p. 28.

²²⁸ O Estado de S. Paulo. 02 de março de 1975, geral, p. 38.

²²⁹ O Estado de S. Paulo. 05 de março de 1975, geral, p. 3.

²³⁰ O Estado de S. Paulo. 02 de março de 1975, geral, p. 38.

industriais, à ditadura militar. A circulação deste repertório liberal, como evidenciou Codato (1995), atrelou-se à ideia de democracia. O xeque mate ao governo que a elite empresarial ajudou a criar se deu em 1978, quando as pressões sobre a abertura eram inevitáveis, e veio a publicação do Documento dos Oito, carta assinada pelos oito homens mais ricos do país, enfatizando a saída liberal para a democracia:

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. **E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes – o regime democrático.** Mais que isso, **estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros**, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade (Documento Dos Oito, 1978, s/p, grifos nosso).

A carta apresentava diversas soluções para a crise econômica que se apresentava. Além disso, de forma explícita, defendia o livre mercado sob formas que seriam mais tarde conhecidas como neoliberais, identificando-o como o estabelecimento de um regime democrático. Era assinada por Antônio Ermírio de Moraes, empresário da Votorantim na área da mineração, cimento e energia; Cláudio Bardella, do grupo Bardella S.A., atuante na siderurgia, mineração, petróleo e gás; Jorge Gerdau, magnata da produção de aços e da construção civil em geral; José Mindlin,²³¹ da Metal Leve, atuante na área de autopeças; Laerte Setubal Filho, administrador de grandes empresas, especialmente a Duratex S.A. e o Grupo Itaúsa, além de membro do conselho de comércio exterior da FIESP; Paulo Vellinho, fundador da Springer, indústria de ar-condicionados, presidente da FIERGS entre 1971-1974; Paulo Villares, fundador do Grupo Villares da área da siderurgia, área de bens de capital; e Severo Gomes, pecuarista e dono da Tecelagem Parahyba, que foi ministro da Agricultura de Castelo Branco (1966-1967) e ministro da Indústria e do Comércio de Ernesto Geisel (1974-1977). Este último passou a ser um dos políticos de maior destaque do partido da oposição consentida, o MDB. Como pode-se perceber, tratava-se do empresariado industrial notoriamente da área da mineração, siderurgia, metalurgia, máquinas e equipamentos.

Neste contexto, como camadas de uma espiral temporal, o abandono da burguesia aos militares em meados da década de 1970 conecta-se ao do governo de Dilma Rousseff em 2016. Se em 1975, o jornal *O Estado de S. Paulo* canalizou as expressões de uma nova rearticulação política burguesa em contraposição ao desenvolvimentismo autoritário, em

²³¹ O documentário ‘Cidadão Boilesen’ entrevista José Mindlin, que relata ter se recusado a contribuir com o financiamento da OBAN - Operação Bandeirantes, junto com Antônio Ermírio de Moraes. A OBAN, criada em São Paulo, foi responsável pela prisão e tortura de diversos opositores do regime, configurando-se como uma das ações mais sangrentas do período. A contribuição empresarial para essa operação foi notória, especialmente entre os paulistanos.

2014, em parceria com a CNI, o mesmo periódico lançou o documento ‘Brasil Competitivo - Os Caminhos para o Brasil 2022’. Em ambos os casos, o teor neoliberal é evidente, renunciando mudanças na posição tática do empresariado industrial em oposição a governos a que aderiram, mesmo que pontualmente. Da mesma forma, o Documento dos Oito (1978) reflete aspectos que se assemelham às posições subsequentes da FIRJAN, FIESP (2015) e CNI (2016), conforme descrito e analisado.

É evidente que o golpe/impeachment de Dilma Rousseff não se trata da repetição do golpe vivido por João Goulart em 1964, ou mesmo da saída dos militares do poder em 1985. Entretanto, ao observar um padrão no comportamento industrial e empresarial em geral, pode-se notar aquilo que Koselleck (2014) já apontava sobre a história: nem tudo é novidade. Os sujeitos do presente precisam lidar com esses passados enraizados, que poderiam ser denominados talvez de culturas políticas brasileiras ou do empresariado. Pode-se mesmo sugerir a ocorrência de estruturas de repetição histórica.

Em síntese, a burguesia industrial se mantém autocrática, retomando o conceito de Florestan Fernandes. Em seu projeto para o país, não há espaço para a voz e os desejos da classe trabalhadora. Ela defende uma democracia restrita, voltada para seus próprios interesses, caracterizando-se como um projeto particularista e pragmático. Dessa forma, reforça a concentração da riqueza e impede o acesso dos trabalhadores a políticas compensatórias, diferentemente do radicalismo burguês presente em países imperialistas, que não é o caso do Brasil.

Portanto, não surpreende quando o presidente da CNI defende publicamente o retorno da jornada de trabalho de 12 horas diárias²³². Esse desejo faz parte de um programa para o país que se converte em uma utopia industrialista dependente.

O termo utopia aqui não é utilizado por acaso, mas com referência a Karl Mannheim, que a identifica como a negação do presente em função de um desejo de transformação da ordem existente (Mannheim, 1986, p.216). A utopia industrialista dependente se expressa num franco combate à classe trabalhadora, seja por meio do aumento da exploração ou da restrição ao acesso a serviços públicos, com o objetivo último de aumentar as taxas de lucro. Também pelo desejo de expansão industrial e pela criação de novas fábricas, porém com financiamento do Estado e do capital estrangeiro, mesmo que seja empregado o discurso de protagonismo empresarial. Além disso, existe a expectativa de ampliação do mercado externo para a exportação de mercadorias, mas sem correr o risco de competir com as burguesias imperialistas. Isso ocorre sem o desenvolvimento de tecnologia própria e com a manutenção

²³² O Estado de S. Paulo. 09 de setembro de 2016. B3, p.24.

da condição subordinada e associada do país.

Nesse sentido, ao contrário do que se poderia refletir, a CNI não se enquadra como uma utopia neoliberal representada pelo discurso do Custo Brasil. Isso fica evidente pelas contradições em seu programa ao longo das primeiras décadas do século XXI, quando o ‘Custo Brasil’ e as reformas trabalhistas foram deixadas de lado em favor da busca por financiamento público, viabilizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outras políticas dos governos Lula-Dilma. O zigue-zague entre a aproximação de governos francamente neoliberais e, posteriormente, de governos democrático-populares indica não um desejo de Estado mínimo, mas sim uma preferência por uma presença estatal em prol da indústria, mesmo que em uma condição de associação e subordinação.

A CNI, embora use palavras democráticas e adote uma postura negociadora ao publicar cartas e propostas de crescimento, na verdade manifesta um projeto de país que contempla apenas seus interesses individuais. Observando dessa forma, a primeira conclusão a ser tirada é que ela funciona como um partido corporativista. Além disso, suas alianças com aqueles que ocupam o executivo são momentâneas, e a fidelidade partidária não é uma característica presente em seu repertório.

O passado se faz presente na Nova República, nas primeiras décadas do século XXI, ao repetir uma democracia restrita produzida por uma burguesia autocrática que busca manter as classes trabalhadoras fora do debate político, seja através de coerção, consenso ou conciliação pelo alto. Como descreveu Florestan Fernandes (2006) na década de 1970, essas táticas são essencialmente políticas, mas com novos rompantes.

Para Rodrigo Patto Sá Motta (2021), a Nova República se transformou em uma democracia precária, cuja explicação retorna à transição da ditadura, realizada de forma negociada entre militares e civis. Posteriormente, o uso de políticas de esquecimento em relação à violência do período anterior facilitou a aceitação do golpe contra Dilma Rousseff. Esse contexto também alimentou uma nostalgia que culminou, em 2018, na eleição de um ex-capitão do exército e defensor da ditadura para a presidência.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho resulta de uma investigação que buscou caracterizar e discutir os horizontes de expectativas construídos pela burguesia industrial brasileira no período de 1985 a 2016, assim como a forma pela qual ela atuou para concretizar essas projeções e implementar seu programa político. O período escolhido reflete a transição da ditadura militar para um modelo diferente de Estado e República no Brasil. Como parte desse processo, observou-se uma ruptura no projeto político da CNI em 1995, marcada pela realização do Seminário Custo Brasil. Esse evento resultou em um relatório que passou a sintetizar os novos ideais da indústria para o país, superando o desenvolvimentismo em favor de um caráter neoliberal, embora distinto do neoliberalismo europeu e estadunidense, conformando uma utopia industrialista dependente.

Para chegar a esta síntese, inicialmente foi necessário retornar a 1985, durante a transição da ditadura. Até meados da década de 1970, os industriais brasileiros entendiam que o país poderia tornar-se uma potência, mas necessitava de suporte estatal para assumir áreas da produção tidas como vazias ou de pouco interesse do empresariado. Além disso, o Estado tinha a função predominante de planejamento para fornecer as condições infraestruturais e legais para a consolidação do capitalismo no Brasil, como a criação de ferrovias, estradas, portos e produção de energia. Bem como, impondo políticas alfandegárias que defendessem a indústria nacional da enxurrada de mercadorias importadas. Isso, em suas diferentes gradações e formas, foi chamado de desenvolvimentismo.

Para exemplificar o pensamento industrial, é salutar lembrar o discurso do ‘pai fundador’ da CNI, Euvaldo Lodi, que vaticinava: “na solução desses problemas [o subdesenvolvimento], temos de abandonar o mecanismo inconsciente do ‘laissez faire’ pela técnica racional e consciente do planejamento” (Lodi, 1954, p.136 apud Rodrigues, 2007, p.170). Até então, o neoliberalismo era uma posição minoritária entre intelectuais e empresários.

As ideias desenvolvimentistas prevaleceram em diversos setores da burguesia, do Estado e entre intelectuais (Bielschowsky, 2000). Com a crise econômica no final da ditadura militar, especialmente a partir de 1975, iniciou-se um período de questionamento desse modelo. Essa crise programática reverberou na CNI nos anos subsequentes, consolidando-se em uma transição de horizontes de expectativas apenas na década de 1990. No primeiro capítulo deste texto, evidenciou-se a participação dos industriais em dois momentos que simbolizam essa ‘crise identitária’: o apoio ao primeiro governo civil de José Sarney,

manifestado de forma mais evidente em relação ao seu Ministro da Fazenda, o industrial Dilson Funaro; e as tensões durante o processo constituinte.

Dilson Funaro propôs a redução dos juros para expandir o crédito, estimular a atividade econômica, modernizar o parque industrial e aumentar as exportações. Sua equipe elaborou o Plano Cruzado, inspirado pela experiência de Israel e pelo Plano Austral da Argentina. O plano incluía a mudança da moeda, congelamento de preços, conversão de contratos com base em uma média de valores para evitar a inflação passada, gatilho salarial que permitia aumentos automáticos caso a inflação atingisse 20%, aumento real dos salários com base no poder de compra dos seis meses anteriores e o calote da dívida externa junto aos bancos estrangeiros e ao FMI (Prado, Leopoldi, 2018, p. 95).

A CNI apoiou publicamente essas propostas, mas, diante do fracasso do Plano Cruzado, que não conseguiu estabilizar a economia, a crise do desenvolvimentismo levou a uma nova adesão: às propostas neoliberais. O prenúncio do que viria a se tornar o programa da entidade foi anunciado durante as disputas da Constituinte. Dois pontos foram centrais nessa virada do pensamento industrial: os direitos sociais, especialmente os trabalhistas, que as comissões constituintes impunham à burguesia, e a abertura econômica ao capital estrangeiro, inclusive em áreas estratégicas, como o petróleo.

Nesse contexto, a sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) desempenhou um papel crucial como ponto de encontro entre membros do governo Sarney, empresários e parlamentares²³³. Destacam-se especialmente as movimentações de Albano Franco, presidente da CNI entre 1980 e 1994, e de Mário Amato, presidente da FIESP. Esses líderes apresentavam visões de mundo distintas, o que gerou conflitos dentro do Sistema S, especialmente porque o neoliberalismo defendido pela FIESP sempre esteve à frente da estrutura mais pesada e lenta da Confederação Nacional da Indústria, que demorava a tomar posições claras.

Ao final do processo constituinte, viu-se um texto constitucional que inicialmente manteve os militares como grandes vitoriosos, contemplou em parte a classe trabalhadora e, em parte, o empresariado, conformando um verdadeiro ‘ornitorrinco’ (Dreifuss, 1989). Esse momento de transição resultou no evento que culminou no lançamento do Custo Brasil em 1995. A expressão ‘Custo Brasil’ carregava consigo a noção de que o país poderia adotar um patamar de crescimento que o levaria a competir internacionalmente e aumentar a

²³³ A sede da Confederação Nacional da Indústria foi utilizada como espaço para promoção de seminários, reuniões, encontros diversos entre os grupos que disputavam a constituinte. Rastros dessa circulação são evidentes em matérias do *Jornal do Brasil* de 07/04/1987 (ed:0360), 23/05/1987 (ed: 0045), 11/06/1987 (ed:0064), 06/11/1987 (ed:00212), 21/07/1988 (ed:0104).

lucratividade das empresas. Mas, para isso, seria necessário corrigir a rota e reverter os ‘gargalos que estrangulavam’ a economia, como a legislação trabalhista rígida, a carga tributária elevada, a presença de muitas empresas estatais, um sistema de logística deficiente devido a estradas em más condições e portos estatais, a baixa qualificação profissional, e a falta de financiamento para capital de giro das empresas, entre outros fatores.

Ainda dentro da noção de Custo Brasil defendeu-se a abertura da economia brasileira para que o capital estrangeiro pudesse competir em igualdade de condições com os nacionais e a privatização das empresas estatais ligadas ao campo da produção, como o caso expressivo da Vale do Rio Doce.

Com esse discurso, a CNI aderiu ao repertório neoliberal e passou a exigir a modernização do Estado no sentido de torná-lo mínimo. Em geral, isso se traduziu em três principais adesões: a abertura da economia ao capital estrangeiro; a privatização das empresas estatais, especialmente aquelas centradas na indústria de base, bancos públicos e telecomunicações; e a redução dos direitos trabalhistas. Na década de 1990, tratava-se de uma visão pessimista do país, visto como de grande potencial, porém podado por um passado que se fazia presente.

Desde então, a bandeira do Custo Brasil norteia o programa da indústria. No entanto, durante um curto período nos primeiros governos do PT, ela deixou de ser empregada, embora as propostas tenham sido mantidas intactas. A expressão voltou à cena com o documento Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 (CNI, 2013).

No alvorecer do século XXI, quando o Partido dos Trabalhadores venceu o pleito federal, os industriais mudaram de tática política e, de grandes opositores, tornaram-se aliados. Notório destacar, por exemplo, que Mário Amato, presidente da FIESP entre 1986 e 1992 e da CNI de 1994 a 1995, que havia dito, enquanto presidente da FIESP, que se Lula fosse eleito em 1989, 800 mil empresários sairiam do país, em 2000 mudou de posição e afirmou: “Fui maldoso e não fui leal com o Lula [...] hoje, o PT não me amedronta. Felizmente, a maturidade obtida com a idade me faz reconhecer que onde o PT atua os escândalos de corrupção são menores ou não existem”²³⁴. Os industriais saíram da resistência e passaram a se acomodar ao projeto democrático-popular.

Para tanto, em busca de benefícios, passaram a moderar o discurso. Em seu programa de 2005, não utilizaram o termo Custo Brasil, assim como as reformas trabalhistas não desapareceram, mas perderam a centralidade dentro de seu programa, que agora clamava por

²³⁴ Folha de São Paulo. Mario Amato hoje gostaria que PT vencesse eleição. 05 de outubro de 2000. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200026.htm>>. Acesso em: 22 out. 2022.

maiores investimentos públicos em indústrias sob a liderança dos empresários. Face ao otimismo de seu programa, a meta era tornar a indústria brasileira uma indústria de classe mundial (CNI, 2005).

Logo no início do governo Lula, em troca de sua acomodação ao projeto democrático-popular, os industriais ganharam como presente o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao ser ocupado por Luiz Fernando Furlan, um dos proprietários da Sadia SA e consultor da CNI, palestrante no fatídico lançamento do Seminário Custo Brasil em 25 de maio de 1995, o qual cito na introdução deste trabalho.

Com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, os industriais foram beneficiados com diversas políticas, como a redução dos Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), facilitação de linhas de crédito e a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Este programa incluiu obras nas áreas de energia e transportes, que contribuíram para a produção e escoamento mercantil, além do envolvimento direto da indústria da construção civil.

A economia brasileira cresceu, impulsionada pela compra de *commodities*, especialmente pela China, e pelo incentivo ao consumo proporcionado pelos aumentos reais do salário mínimo e pela facilitação do crédito aos trabalhadores. Esse cenário de crescimento econômico e aumento das taxas de lucro garantiu a acomodação dos industriais aos governos petistas. No entanto, o otimismo se transformou em pessimismo com a crise econômica e política de 2013, agravada pela incapacidade do PT de controlar os movimentos sociais e a classe trabalhadora em geral. Isso resultou na traição ao governo em 2016.

Desde que assumiu o poder, o Partido dos Trabalhadores adotou uma postura de apassivamento dos movimentos sociais, especialmente dos sindicatos, como forma de blindar o governo federal. Apostou que, ao controlar suas bases, bastaria disputar politicamente com o MDB e a oposição. Essa tática foi funcional por um tempo, mas também reduziu a sua capacidade de intervenção junto à população de forma mais ampla. Em 2013, após as jornadas de julho, observou-se a perda de protagonismo do maior partido de esquerda desde a redemocratização junto aos trabalhadores. Em compensação, a direita ampliou suas bases, o que se refletiu entre 2015 e 2016 nas manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff e na incapacidade de reverter o golpe por meio da pressão popular. Para a burguesia, um partido que não oferecia soluções para a crise econômica e não conseguia acomodar a classe trabalhadora em movimento já não era mais relevante.

Nesse contexto, os industriais mudaram de posição, abandonaram o governo do PT ao qual estavam acomodados e passaram a apoiar Michel Temer (PMDB). O zigue-zague em

que a Confederação Nacional da Indústria se move de um governo a outro demonstra seu pragmatismo político, porém fiel à sua utopia. Por isso, não é contraditório perceber como a entidade buscou se aproximar e acomodar líderes do executivo tão diferentes, de José Sarney a Fernando Henrique Cardoso, e posteriormente com Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Dessa maneira, como afirmou José Rodrigues (1997), a entidade é o ‘moderno príncipe industrial’, ou seja, o partido político em sentido gramsciano. Tal conclusão é possível, pois a CNI continua propagando suas visões de mundo, educando a classe trabalhadora e articulando-se para realizar sua utopia industrialista dependente.

Seus horizontes de expectativa se convertem em uma utopia industrialista dependente, pois os industriais sonham em constituir uma indústria de classe mundial, ou seja, posicionar-se de maneira mais competitiva no mercado internacional. No entanto, simultaneamente, mantendo-se em termos tecnológicos em uma posição inferior e com uma classe trabalhadora superexplorada, exportando produtos de baixo beneficiamento e, portanto, de baixo valor agregado.

Ao permanecerem em condição subordinada às burguesias internacionais, os industriais tentam enriquecer pela compressão dos salários. Em relação à democracia, essa burguesia mantém-se autocrática, buscando deixar a classe trabalhadora fora dos espaços deliberativos e sendo avessa a políticas públicas que a beneficiem. Por isso, foram pivôs no processo de articulação da reforma trabalhista, da reforma previdenciária e do teto de gastos públicos (EC95/2016). Essas legislações os beneficiaram enormemente, enquanto precarizaram as condições de vida da ampla maioria da população brasileira.

Isso não significa que não haja resistências a essa estrutura autocrática. A classe trabalhadora buscou resistir, como evidenciado pelas greves dos canavieiros na década de 1980, pelas ocupações de terras improdutivas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na década de 1990, pela Revolta dos Maranhenses nas obras do PAC e pela resistência indígena à instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, ambos na década de 2010. Para evitar uma visão de dominação absoluta, procurou-se evidenciar como a classe trabalhadora também se organizou ao longo desse período. Levando em conta também suas contradições, por exemplo, parte dela se acomodou aos governos no poder e, por vezes, até aderiu a projetos de país que a prejudicaram.

Para concluir, a periodização extensa e a observação temporal em camadas permitiram identificar os zigue-zagues da burguesia industrial durante a Nova República. Esse método permitiu observar as permanências e mudanças do programa político industrial e suas representações sobre o Brasil. Diferentemente do que imaginaram alguns intelectuais, como

René Armand Dreifuss (1989), a CNI manteve-se como um ator político de peso.

Em geral, os industriais representam o país como sendo repleto de ‘gargalos’ e condicionado ao atraso, e por isso, exigem uma correção de rotas para construir um ‘futuro industrial’. Nos documentos, é comum a invocação de um passado que se faz presente, mas esse passado não é visto com nostalgia. Pelo contrário, a intenção é superá-lo para construir um futuro estável. As cartas e mapas estratégicos da CNI funcionam como prognósticos que buscam controlar esse futuro contingente, um aspecto identificado por meio da história do tempo presente.

Essa perspectiva sobre o Brasil não se restringe aos industriais, mas é importante perceber como esse grupo é influente na deliberação sobre as políticas públicas. A pesquisa revelou, ao observar a particularidade industrial de forma dialética, um determinante da totalidade: o Estado continua estruturalmente servindo aos interesses das classes economicamente dominantes, conforme mapeado por Engels (2019). Na Nova República brasileira, isso não é diferente. A compreensão de como as classes dominantes se movimentam mostrou que o futuro é decidido, na maioria das vezes, sem a voz dos de baixo. Talvez, com a construção de outra sociedade, os sonhos de todos possam ser ouvidos.

Por fim, este trabalho, apesar de suas falhas e lacunas, tentou aproximar três campos: história do tempo presente, história política e história econômica. Considerando as múltiplas determinações que compõem a realidade social, essa abordagem mostrou-se um caminho profícuo para futuras pesquisas.

FONTES HISTÓRICAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA, [Confederação Nacional da Indústria]. **Sistema Indústria e Odebrecht Agroindustrial firmam acordo com foco em qualificação profissional**. 11/12/2013. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/trabalho/sistema-industria-e-odebrecht-agro-industrial-firmam-acordo-com-foco-em-qualificacao-profissional/>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Seminário Custo Brasil: Diálogo com o Congresso Nacional**. Brasília: 1995. p. 75.

_____. **Custo Brasil: Agenda no Congresso Nacional**. Brasília: 1996. p.68.

_____. **Coletânea de Pronunciamentos Agenda Legislativa da Indústria**. Brasília: 1997. p.36.

_____. **Mapa Estratégico da Indústria: 2007 – 2015** . Brasília: CNI/DIREX, 2005. p.121.

_____. **Mapa estratégico da indústria 2013-2022**. 2. ed. Brasília: CNI, 2013. p. 137.

_____. Comunicado à Nação. **O Estado de S. Paulo**. 18 de março de 2016, A9, p.9. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20160318-44712-spo-9-pol-a9-not/busca/Confedera%C3%A7%C3%A3o+Nacional+Ind%C3%BAstria>>. Acesso em: 8 mar. 2024.

_____. **Estatuto**. Registrado no 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Livro A-03, protocolado e microfilmado sob o no 00084150. Brasília: CNI, 2017a. 34p.

_____. **Mapa estratégico da indústria 2018-2022**. Brasília : CNI, 2018, p. 209.

_____. **Há mais de 25 anos, termo Custo Brasil sintetiza obstáculos ao desenvolvimento**. Publicação online. 20/08/2020. 2020a Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/ha-mais-de-25-anos-termo-custo-brasil-sintetiza-obstaculos-ao-desenvolvimento/#>>. Acesso em: 01 jun 2022.

DOCUMENTO DOS OITO. Documento integral. **Notícias: Votorantim 100 anos**. 1978. Disponível em: <<https://www.votorantim100.com/noticia/a-integra-do-documento-dos-oito>>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FIRJAN, FIESP. FIRJAN e FIESP em Prol da Governabilidade do País. **O Estado de S. Paulo**. 07 de agosto de 2015, A5, p.5. Disponível em:<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20150807-44488-nac-5-pol-a5-not/busca/FIESP>>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 2000-2016. Acervo Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1983-1997. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Disponível em:

<<https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/docmulti.aspx?BIB=030015>>

NETO MONTEIRO, Armando. Liberdade Comercial, com moderação. **O Globo**, 19/05/2005, Opinião, p. 7. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/390183/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 14 fev. 2024.

_____. Pronunciamento no Senado Federal 11/05/2016. In: Rádio Senado. **Armando Monteiro afirma que afastar a presidente é promover ruptura no país**. 11 mai. 2016. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/radio/1/plenario/2016/05/11/armando-monteiro-afirma-afastar-a-presidente-da-republica-e-promover-uma-ruptura-no-pais>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 1953-2016. Acervo Estadão. Disponível em:

<<https://www.estadao.com.br/acervo/>>

SKAF, Paulo. Empresariado enxerga com bons olhos o impeachment. Entrevista cedida a Pedro Venceslau. **O Estado de S. Paulo**. 13 dez 2015, p.10, A10. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20151213-44616-nac-10-pol-a10-not/busca/Fiesp>>. Acesso em: 12 mar 2024.

TEMER, Michel. Carta à Presidente Dilma. In: SADI, Andréia. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. **Globonews**. Brasília: 07 dez 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Presidente Lula é reeleito com mais de 58 milhões de votos**.

Redação, 30/10/2006. Disponível em:

<www12.senado.leg.br/noticias/materias/2006/10/30/presidente-lula-e-reeleito-com-mais-de-58-milhoes-de-votos>. Acesso em: 16 ago. 2023.

_____. **Dilma propõe constituinte para reforma política**. Redação.

24/06/2013. Disponível:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/24/dilma-propoe-constituente-para-reforma-politica>>. Acesso em: 16 fev 2024.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo.

Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. 3 ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.

ANGELL, Alan, et al. Mobilização Política e Alianças de Classes no Chile de 1970 a 1973. **Análise Social**, vol. 13, no. 50, 1977, pp. 273–319.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

AREND, Sílvia Maria Fávero; REIS, Antero Maximiliano Dias dos. Juventude e restaurantes fast food: a dura face do trabalho flexível. **Revista Katálysis [online]**. 2009, v. 12, n. 2. pp. 142-151.

AUED, Bernadete Wrublewski [et al]. **Retratos do MST: Ligas Camponesas e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Florianópolis: Cidade Futura, 2005.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Raízes do Desenvolvimentismo Associado: Comentários sobre Sonhos Prussianos e Cooperação Panamericana no Estado Novo (1937–1945). **Revista Economia**, Selecta, Brasília(DF), v.5, n.3, p.285–320, dez. 2004.

_____. Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, p. e172129, maio 2017.

BATALHA, Cláudio. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, n. 4, Florianópolis: agosto-dezembro de 2010, p. 12-22.

BATISTA, Jorge Chami. O Setor Externo Brasileiro no Século XX. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Século XX.** E-book. Rio de Janeiro: editora IBGE, 2006.

BAUER, Caroline Silveira. A produção dos relatórios Nunca Mais na Argentina e no Brasil aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. **Revista de História Comparada**, Vol. 2, Nº. 1, ISSN-e 1981-383X, 2008.

BELIEIRO JÚNIOR, J. C. M. Notas de Análise Sobre a era FHC (1994-2002). **Barbarói**, n.25, p. 79-92, 6 mar. 2009.

BENJAMIN, Walter. Ensaio sobre literatura e história da cultura. **Obras escolhidas.** Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça.** Serra: Editora Milfontes, 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In:

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O Golpe na perspectiva de Gênero**. Coleção Cult. Salvador: Edufba, 2018.

BOITO JR., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política [online]**. n. 28, 2007 p. 57-73. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100005>>. Acesso em: 14 set 2021.

BOAVENTURA, Fabiana Esteves. **Precarização do trabalho e (des)proteção social no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado - em Política Social). Universidade de Brasília: Brasília, 2018.

BOFF, LEONARDO, BOFF, Clodovis. **Como Fazer Teologia da Libertação**. 8 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BRASIL. **Lei nº 5107 de 13 de setembro de 1966**. 1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5107.htm>. Acesso em: 17 mar. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 set 2022.

_____. **Lei nº 70 de 30 de dezembro de 1991**. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp70.htm#art13>. Acesso em: 17 mar. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Documentação e Informação. **Eleições 2002: instruções do TSE: Lei das Eleições**. 2. ed. Brasília: Seção de Publicações Técnico-Eleitorais/Cobli, 2002.

_____. **Decreto nº 6.025/2007: Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências**. 22 de Janeiro de 2007. Brasília: 2007. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6025-22-janeiro-2007-549809-publicacaooriginal-65331-pe.html>>. Acesso em: 18 jul 2023.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2010**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2011. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/arquivos/relatorio-eleicoes-2010/@@download/file/relatorio-eleicoes-2010.pdf>. Acesso em: 24 fev 2024.

_____. **Governo anuncia salário mínimo de R\$ 678 em 2013**. Casa Civil. Blog do Planalto. 26/12/2012. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2012/12/governo-anuncia-salario-minimo-de-r-678-em-2013>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2014**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016a. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/arquivos/relatorio-eleicoes-2014/@@download/file/relatorio-eleicoes-2014.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de Contas candidatura de número 45, Aécio Neves da Cunha pelo Partido da Social Democracia Brasileira**. Cargo eletivo de Presidente da República. PC n 971-88. Volume 2. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2016b. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/prestacao-de-contas-eleicoes-2014/coligacao-muda-brasil-aecio>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Prestação de Contas candidatura de número 45, Aécio Neves da Cunha pelo Partido da Social Democracia Brasileira**. Cargo eletivo de Presidente da República. PC n 971-88. Volume 5. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/internet/prestacao_contas/partidos/2014/PSDB/prestacao-contas-971-88/pc-971-88-volume-5.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. 7 ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Movimento Indígena no Brasil, p.143-176. In: WITTMANN, Luisa Tombini (organizadora). **Ensino (d)e História Indígena**. Autêntica Editora, Belo Horizonte: 2015.

BR FOODS. **Nossa História**. Disponível em: <<https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/nossa-historia/>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **PIS: Muito mais que um número. Uma série de benefícios**. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/pis/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

CALDEIRA, Jorge. O Processo Econômico. In: COSTA E SILVA, Alberto (org.). **Crise Colonial e Independência 1808 - 1830**. Coleção História do Brasil Nação. Volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

CALDERAZZO, Guilherme. A certeza do desenvolvimento. Entrevista Luiz Fernando Furlan. **Revista Conjuntura Econômica**. FGV: Setembro de 2003, p.30-33. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/29918/28771>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CÂMARA, A. A. F.; TERRA, A. D. G.; SOARES, P. B. D. Atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no ciclo neodesenvolvimentista. **Research, Society and Development**, v. 10, no 10, 2021.

CAMPOS, Cauê Vieira. **Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. 1 ed. Editora Contexto/EDUSP: São Paulo, 1988.

CARDOSO, Adalberto. Estado Novo e Corporativismo. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20167>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Verbetes Euvaldo Lodi**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lodi-euvaldo>. Acesso em: 17 mai. 2023.

_____. **Verbetes Dilma Vana Rouseff**. FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>. Acesso em: 14 fev 2024a.

_____. **Verbetes Armando Monteiro Neto**. FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-neto-armando>. Acesso em: 24 fev 2024b.

_____. **Verbetes Armando de Queiroz Monteiro Filho**. FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-de-queiroz-monteiro-filho>. Acesso em: 24 fev 2024c.

_____. **Verbetes Agamenon Magalhães**. FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/agamenon-sergio-de-godoi-magalhaes>. Acesso em: 24 fev 2024d.

CICHACZEWSKI, João Carlos. **Uma história a ser feita: os sentidos da formação profissional nos IFs**. Ebook. Blumenau: Editora IFC, 2023.

CODATO, Adriano. **A Burguesia contra o Estado: Crise Política, ação de classe e os rumos da transição**. *Revista de Sociologia e Política*, [s.l.], nº 4–5, 1995.

COELHO, Fabiano. Reforma agrária no governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas. **Diálogos**, Maringá, v. 20, n. 2, p. 179-199, 2016. DOI: 10.4025/dialogos.v20i2.34575.

COMITÊ GESTOR DO PAC [CGPAC]. **1º Balanço do PAC: Janeiro a Abril de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/344>. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. **2º Balanço: Janeiro a Agosto de 2007**. Brasília, 20 set. 2007. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/345>. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. **11º Balanço 4 anos: 2007-2010**. Brasília, 09 dez. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/354>. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. **11º Balanço 4 anos: 2011-2014**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/366>. Acesso em: 21 jul. 2023.

COSTA, Paulo Roberto Neves; BORCK, Igor Sulaiman Said Felicio. Empresariado, parlamento e democracia: a CNI e o Congresso Nacional (2010-2017). **Opinião Pública [online]**. v. 25, n. 2, 2019, p. 433-471. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912019252433>>. Acesso em: 17 set 2021.

CUMBRE MUNDIAL SOBRE LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN [CMSI]. **Información Básica: Material de Referencia**. UNESCO, Ginebra 2003, Túnez 2005. Disponível em: <<https://www.itu.int/net/wsis/documents/bibliography-es.html>>. Acesso em: 24 jun. 2023.

DECKER, A. .; EVANGELISTA , O. . Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a Sociabilidade Capitalista. **Roteiro**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 1–24, 2019. DOI: 10.18593/r.v44i3.23206.

DELACROIX, C. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, 2018.

DEL ROIO, Marcos. Capitalismo e revolução em Caio Prado Jr. **Lutas Sociais**. vol.20 n.36, p.10-23, jan./jun. São Paulo: 2016.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Autonomia e Dependência na Representação de Interesses Industriais. 1979. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (Org). **Estado e Sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz**. Rio de Janeiro: CNPQ, FAPERJ,INCT/PPED, Ideia D, 2016. Disponível em:<http://inctpped.ie.ufrj.br/pdf/livro/Estado_e_Sociedade_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

DINIZ, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. 1991. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (Org). **Estado e Sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz**. Rio de Janeiro: CNPQ, FAPERJ,INCT/PPED, Ideia D, 2016. Disponível em:<http://inctpped.ie.ufrj.br/pdf/livro/Estado_e_Sociedade_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

DREIFUSS, R. A. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis: Vozes, 1989.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**. I. ed., I. reimpressão - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan**. Tradução de Nélcio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Nova República?**. Ed.1. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed, 1986.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. IN: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **O Brasil Republicano: O tempo da Nova República da transição democrática à crise política de 2016 (Quinta República 1985-2016)**. Volume 5. 1 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p.80-108, 2018.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). **História, histórias**, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i17.39052>>. Acesso em: 05 mai. 2022.

FIORI, José Luis. O Nó Cego Do Desenvolvimentismo Brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, N.º 40, novembro 1994, pp. 125-144. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4403180/mod_resource/content/1/T7%20-%20Fiori.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FONTES, P.; CORRÊA, L. R. Labor and Dictatorship in Brazil: A Historiographical Review. **International Labor and Working-Class History**, v. 93, no 93, 2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/UFRJ Editora, 2010.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora , v.13, n.2 , p. 61-86, jul. 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1974.

GENTILE, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. **Revista Tempo**, Vol. 25 n. 1, Niterói: Jan./Abr. 2019.

GÓES, Weber Lopes. Formação social do Brasil e a objetivação do racismo no pensamento conservador. In: SILVA, Maria Lucia; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; STIEL NETO, Augusto (orgs). **Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018.

GOMES, Marcelo Bolshaw. A imagem pública de Lula e eleições presidenciais brasileiras (1989/2002). In: **Trabalho apresentado no I Congresso da Compol** (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), Salvador, UFBA. 2006. p. 1-28.

GONÇALVES, Ranyere Nery. **O papel da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na agenda decisória das propostas de Emendas Constitucionais Tributárias**. 16/01/2019 93 f. Mestrado em Ciência Política Instituição de Ensino: Fundação Universidade Federal Do Piauí, Teresina Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere v. 3: Maquiavel notas sobre o Estado e a política**. Tradução Luiz Sérgio Henriques; Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A Terra, A Usina e os Índios do P. I. Mangueirinha**. In: Reunião Os índios Perante o Direito no Brasil. Florianópolis: 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 1991: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv22894.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2022. _____ . **História do Brasil - A economia brasileira no século XX**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa Industrial Anual - Empresa 2018**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio. v. 37, n.1, p.1-8, Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1719/pia_2018_v37_n1_empresa_informativo.pdf>. Acesso em: 30 jul 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuições à semântica dos tempos históricos (1979)**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

_____. **Estratos do Tempo**. Tradução Markus Hediger. 1 ed. Contraponto: Puc - Rio, Rio de Janeiro, 2014.

KRENAK, Ailton. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Ebook. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

LECCARDI, Carmen. Para um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, v. 17, no 2, 2005. ISSN: 0103-2070, DOI: 10.1590/S0103-20702005000200003.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Coleção Arsenal Lênin. Ebook. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

MACHADO, Carlos Henrique; BALTHAZAR, Ubaldo. A Reforma Tributária como Instrumento de Efetivação da Justiça Distributiva: uma abordagem histórica. **Sequência**, n°77, set. 2017. Florianópolis, 2017. p. 221–252.

MANHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 ed. v.1. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. Ebook. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Organização e introdução: Osvaldo Coggiola. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille et al. Qu'est-ce que c'est la pensée postcoloniale? Entrevista com Achille Mbembe. **Revista Esprit**, 2006, pp. 117-133.

MELO, Kátia Maria dos Santos. Usina Hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./abr. 2021, p. 188-197, ISSN 1982-025.

MILHOMENS, Lucas; GOHN, Maria da Glória. Movimientos indígenas y redes de movilización: El caso de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte en Brasil Eutopía: **Revista de Desarrollo Económico Territorial**, núm. 12, diciembre-mayo, 2017, pp. 65-80.

MORIN, Edgard. Intelectuais e resistência democrática. **Cadernos AEL**, n. 14-15. IFCH, Unicamp, 2001. Disponível em: <<https://gramsci.org/?id=23&page=visualizar>>. Acesso em: 11 out 2022.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Revista Páginas**, Rosário, ano 8, n. 17, p. 9-25, maio-agosto, 2016. ISSN 1851-992X.

_____. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 367-379, maio-ago. 2017.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p.109 - 137, jan./mar. 2018.

_____. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **O Brasil Republicano: O tempo da Nova República da transição democrática à crise política de 2016 (Quinta República 1985-2016)**. Volume 5. 1 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2021.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MST. **Nossa História. Eldorado dos Carajás**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/96-2/>>. Acesso em: 22 out. 2022.

MST. **Nossa História. Sem Terras Marcham pelo País**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/97-99/>>. Acesso em: 22 out. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Tempos de Caos e Esperança. In: NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de Montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: Da Abertura Democrática ao Governo Dilma**. E-book. Companhia das Letras: São Paulo, 2013.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. **Mudança Estrutural E Competitividade Das Exportações Brasileiras: Uma Visão De Longo Prazo**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs). **História: Novos Problemas**. 2. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979, p.179-193.

O'DONNELL, Guillermo. Transiciones, continuidades y algunas paradojas. **Cuadernos Políticos**, número 56, México, D. F., editorial Era, enero-abril de 1989, pp. 19-36.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: O Ornitorrinco**. 3º reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

OLIVEIRA, Suelen Carlos de; MACHADO; Cristiani Vieira; HEIN, Aléx Alarcón. Reformas da Previdência Social no Chile: lições para o Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 35, n. 5.

PARTIDO DOS TRABALHADORES [PT]. **Resoluções Políticas: V Encontro Nacional**. 04 e 06 de dezembro de 1987. Senado Federal. Fundo: PT Diretório Nacional. Brasília: Arquivo Digital Fundação Perseu Abramo, 1987. Disponível em: <<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/46>>. Acesso em: 10 nov. 2023

PAULANI, Leda Maria. **A Inserção Da Economia Brasileira No Cenário Mundial: Uma Reflexão Sobre A Situação Atual À Luz Da História**. Boletim de Economia e Política Internacional. Dinte. N.10, abril/junho. IPEA: 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4554/1/BEPI_n10_insercao.pdf>. Acesso em: 9 mai 2023.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes do Oeste Catarinense**. Tese (doutorado em geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2008.

PESSOA, S. A.; LEAL, J. DA S.; ROSA, A.; COSTAMILAM, A. GOVERNANDO ATRAVÉS DO CRIME: Populismo punitivo e encarceramento em massa na política criminal norte americana do século XX. **Confluências, Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 23, n. 3, p. 161-181, 1 dez. 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **Por que os ricos não fazem greve?**. Coleção do Povo Brasileiro. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

PINTO, Celi R. J. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, v. 1, n. 24, 78-109, 2006.

PINTO, José. **Só a luta faz valer**. Música, 2 min 38 s. 1º Festival da Reforma Agrária, Palmeira das Missões, RS, 4-7 fev. 1999. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JEfYAyBim3k>>. Acesso em: 14 abr. 2023.

POCHMANN, Marcio. O trabalho em três tempos. **Ciência e Cultura**. v. 58, n.4, Oct./Dec. São Paulo, 2006.

PRADO, L. D.; LEOPOLDI, M. A. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, J ; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6 ed. Editora Urupês: São Paulo, 1961.

RIAL, Carmen. Le charme fast-foodien. in: **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 3, n. 2. July to December 2006. Brasília. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/v3n2/carmen-rial-le-charme-fast-foodien/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Editora Unicamp: Campinas, 2007.

ROCHA, Michel Gomes da. **Políticas públicas neoliberais e condições de vida de comunidades negras pobres nos Estados Unidos no governo de Ronald Reagan (1981-1988): o caso de Los Angeles**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. São Paulo: 2022.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. 273 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 1997.

_____. "Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação": o

pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. **Revista HISTEDBR On-line**, ISSN: 1676-2584 160, Campinas, n.26, p.160 –182, jun. 2007.

RODRIGUES, LM. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SÁ; GUARABYRA. **Álbum Pirão de Peixe com Pimenta**. Gravadora Som Livre. 1977. Disponível em: <<https://immub.org/album/pirao-de-peixe-com-pimenta>>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Paz e Terra: São Paulo, 1988.

SAHLINS, Marshall. Estrutura e História. In: _____. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. O Governo e o impeachment de Fernando Collor de Mello. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SALVADOR, Evilásio. **A tributação e a desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAMPAIO, D. P. Desindustrialização e Desenvolvimento Regional no Brasil (1985-2015). In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio. **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SANTOS, Manoel Leonardo et al. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública** [online]. v. 21, n. 1 2015, p. 33-59. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-019121133>>. Acesso em: 17 set 2021.

SANTOS, Victor Henrique Calejon. **Do passe livre estudantil à tarifa zero: a emergência do conceito de direito à cidade na trajetória do Movimento Passe Livre em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2019.

SÃO PAULO. Tarifas. SPTRANS. Histórico. 01/01/2024. Disponível em: <<https://www.sptrans.com.br/tarifas/>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870 - 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: Uma Biografia**. E-book. Companhia das Letras: São Paulo, 2015.

SCOLARI, Fábio. Uma crítica do conceito de sociedade pós-industrial. **Revista Marx e o Marxismo**. v. 9, n. 16, Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/420>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. **O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário. Ditadura Militar e Redemocratização Quarta República (1964-1985)**. Volume 4. 9 ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2019. p.397.

SILVA, Luiz Inácio Lula. **Discurso**. I Encontro Nacional do PT. 08 e 09 de agosto de 1981. Assembleia Legislativa de São Paulo - SP. Fundo: PT Diretório Nacional. Brasília: Arquivo Digital Fundação Perseu Abramo, 1981. Disponível em: <<https://siac.fpabramo.org.br/searchAcervo/23>>. Acesso em: 10 nov. 2023

_____. **Carta ao povo brasileiro**. Resoluções de Encontros, Congressos e Programas de Governo. Partido dos Trabalhadores. 22 de junho de 2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SILVA, Márcio Magalhães da. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para a captura da subjetividade da classe trabalhadora**. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).

SILVA, Michel Goulart da. Ditadura, transição e democracia na Constituição de 1988. **Aurora**, Marília, v.12, n. 1 , p. 41-54, Jan./Jun., 2019. Disponível: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/8869>>. Acesso em: 22 set. 2022.

SODRÉ, Néelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. Editora Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1990.

SOUZA, Estella Libardi de. **"Tem que mover uma ação": Mobilização, participação e resistência indígena no processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Belém, 2021.

SPINACE, Otavio Gilioli. **A Burguesia Industrial em Conflito: A Trajetória Da Confederação Nacional Da Indústria entre o Neoliberalismo e o Neodesenvolvimentismo**. 26/03/2019 151 F. Mestrado Em Ciência Política Instituição De Ensino: Universidade Estadual De Campinas, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital Da Unicamp.

STÉDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária. Entrevista. **Estudos Avançados [online]**. 1997, v. 11, n. 31 , pp. 69-97. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000300005>>. Acesso em: 22 set 2022.

TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas [online]**. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p.422. Disponível: <<https://doi.org/10.7476/9788564905764>>. Acesso em: 22 set 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL [TSE]. **Registro de candidatos à Presidência da República e à Vice-presidência da República. Brasília**, 06/07/2002. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pe-registro-candidatos-presidente-vice-presidente/@@download/file/TRE-PE-registro-candidatos-presidente-vice-presidente.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

TV CÂMARA. **PLENÁRIO - Votação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff** - 17/04/2016 - 14:00. 9h59min. Gravação. Colorido. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>>. Acesso em: 15 mar 2024.

TV SENADO. **Impeachment - Sessão Extraordinária**. 31/08/2016. Transmissão ao vivo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5KzF6JkgyF0>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

UNESCO. **Hacia las sociedades del conocimiento: informe mundial de la UNESCO**. ISBN: 978-92-3-304000-7, espanhol. Edições UNESCO, 2005. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000141908>>. Acesso em: 24 jun 2023.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.